



INSTITUTO FEDERAL
Fluminense

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Fluminense
Conselho Superior

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161, de 01 de novembro de 2017, da Portaria TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018 e das orientações do órgão de controle interno.

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2018

LISTA DE SIGLAS

ACIC - Associação Comercial e Industrial de Campos
AD - Técnicos Administrativos
ANA - Agência Nacional de Águas
AEB - Agência Espacial Brasileira
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
AT - Auxílio-transporte
CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD - Centro de Documentação Digital
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CENPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CENPES - Centro de Pesquisa da Petrobras
CEUA - Comissão de Ética no Uso de Animais
CGU - Controladoria Geral da União
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIDAC - Centro de Dados e Informações de Campos
CISPCCTAE - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CIUCA - Cadastro de Instituições de Uso Científico de Animais
CLA - Comissões Locais de Avaliação
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBAMP - Computador de Bordo Aeroespacial Multipropósito
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCEA - Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal
CONSUP - Conselho Superior
COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CsF - Ciência sem Fronteiras
CST - Cursos Superiores de Tecnologia
D.O.U. - Diário Oficial da União
DE - Dedicção Exclusiva
DI - Discentes
DO- Docentes
DPC/MB - Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil

DV - Deficiente Visual
EaD - Educação a distância
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ENELTEC - Energia Elétrica e Tecnologia Ltda
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ETE – Estação de Tratamento de Efluentes
EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ERJ - Estado do Rio de Janeiro
ESR - Escola Superior de Redes
FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FENORTE - Fundação Estadual do Norte-Fluminense
FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FIPERS - Fundação Instituto de Pesca e Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FORTI - Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação
FUNDENOR – Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
GRU - Guia de Recolhimento da União
IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFB - Instituto Federal de Brasília
IFETs - Instituições Federais de Educação Tecnológica
IFFluminense - Instituto Federal Fluminense
IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina
IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IN - Instrução Normativa
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
InFForme - Informativo Eletrônico do IFFluminense
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IQM - Instituto de Qualidade e Metrologia
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
ITP - Institutional Testing Program
LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
NAPNE - Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais
NAPNEE - Núcleos de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais do IFFluminense
NBR - Norma Brasileira
NEFIS - Núcleo de Estudos em Física
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NUCLEAPE - Núcleo de Pesquisa sobre a Permanência

NUBE - Núcleo Brasileiro de estágios
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETROBRAS- Petróleo Brasileiro S. A.
PFRH - Programa de Formação de Recursos Humanos
PICG - Polo de Inovação Campos dos Goytacazes
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PPP - Plano de Providências Permanente
PROADM - Pró-reitoria de Administração
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN – Pró-reitoria de Ensino
PRÓ-IFF – Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
R.A. - Relatório de Auditoria
RAINT - Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna
RFP - Renda Familiar Per capita
RIBRAS - Rede Integrada Brasileira de Rastreamento de Satélite
RIMEPES - Rede de Pesquisa Ibero-Americana sobre Educação Profissional e Evasão Escolar
RMB - Relatório de Movimentação de Bens
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SERPENS - Sistema Espacial para Realização de Pesquisas e Experimentos com Nanossatélites
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINDGNAISSES - Sindicato de Extração e Aparentamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SiS - Sistemas de Inovação para Sustentabilidade
SISEP - Sistema de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública
TCU - Tribunal de Contas da União

TOEFL - Test of English as a Foreign Language

TOEIC - Test of English for International Communication

UAI - Unidade de Auditoria Interna

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UJ - Unidade Jurisdicionada

UPC - Unidade Prestadora de Contas

UPEA - Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental - *Campus* Rio Paraíba do Sul

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS, GRÁFICOS E ANEXOS

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de atendimentos da Ouvidoria no ano de 2017.....	168
Tabela 2 – Número de Tradutor e Intérprete de Libras segundo os <i>campi</i>	176
Tabela 3 – Configuração estrutural dos NAPNEE no IFFluminense.....	178
Tabela 4 – Atendimento dos NAPNEE no IFFluminense.....	178
Tabela 5 – Tipos de ações inclusivas e de acessibilidades implementadas no IFFluminense.....	179
Tabela 6 – Obrigações Contratuais – Composição.....	211
Tabela 7 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.	212
Tabela 8 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.....	212
Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.	214
Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.....	215
Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.....	215
Tabela 12 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos por Unidade Gestora.....	218
Tabela 13 – Restos a Pagar Processados Inscritos por Unidade Gestora.....	219
Tabela 14 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados por Unidade Gestora.....	220
Tabela 15 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados por grupo de despesa.....	221
Tabela 16 – Execução dos Restos a Pagar Processados por Unidade Gestora.....	222
Tabela 17 – Imobilizado – Composição.....	223
Tabela 18 – Bens Móveis – Composição.....	223
Tabela 19 – Bens Imóveis – Composição.....	224
Tabela 20 – Bens de Uso Especial – Composição.....	225
Tabela 21 – Intangível – Composição.....	226
Tabela 22 – Informações dos projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio regidas pela LEI 8.958/1994.....	269



Lista de Quadros

Quadro 1 – Identificação da unidade jurisdicionada.....	20
Quadro 2 – Endereço das unidades do IFFluminense.....	24
Quadro 3 – Portarias de autorização de funcionamento dos <i>campi</i>	25
Quadro 4 – Normas sobre a estrutura e o funcionamento da instituição.....	26
Quadro 5 – Organograma do IFFluminense, segundo áreas ou subunidades estratégicas.....	36
Quadro 6 - Conjunto dos macroprocessos finalísticos.....	40
Quadro 7- Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20RG).....	46
Quadro 8 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20RL)	48
Quadro 9 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 2994).....	50
Quadro 10 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 4572)	52
Quadro 11 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RG.....	54
Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RL.....	55
Quadro 13 – Despesas por Natureza de Despesa de Investimentos das Ações da LOA.....	56
Quadro 14 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	57
Quadro 15 – Instrumentos de Transferências de Recursos.....	59
Quadro 16 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	61
Quadro 17 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	61
Quadro 18 - Receitas realizadas.....	63
Quadro 19 – Despesas por modalidade de contratação.....	63
Quadro 20 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	65
Quadro 21 – Despesas empenhadas com Créditos Extraordinários.....	73



Quadro 22 – Concessão de suprimento de fundos.....	74
Quadro 23 – Utilização de suprimento de fundos.....	75
Quadro 24 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	76
Quadro 25 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	78
Quadro 26 - Componentes SISTEC.....	79
Quadro 27 – Relação candidatos por vaga.....	80
Quadro 28 - Relação Ingressos/Matrículas.....	81
Quadro 29 - Relação de Concluintes/Matrículas.....	82
Quadro 30 - Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes.....	83
Quadro 31 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar.....	84
Quadro 32 - Relação Estudantes/ Docente em Tempo Integral.....	85
Quadro 33 - Número de estudantes matriculados Classificados de Acordo com a Renda <i>Per Capita</i> Familiar.....	85
Quadro 34 - Gastos Correntes por Estudantes.....	86
Quadro 35 - Percentual de Gastos com Pessoal.....	87
Quadro 36 - Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)	87
Quadro 37 - Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)	88
Quadro 38 - Estrutura de governança do IFFluminense.....	90
Quadro 39 – Estrutura da Auditoria Interna do IFFluminense.....	105
Quadro 40 – Força de trabalho da UPC.....	111
Quadro 41 – Distribuição da lotação efetiva.....	112
Quadro 42 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC....	112
Quadro 43 – Despesas do pessoal.....	114
Quadros 44 - Relatório 2018 (ano base 2017) - Estagiários.....	117
Quadro 45 - Relatório 2017 (ano base 2016) - Estagiários.....	117
Quadro 46– Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.	117
Quadro 47– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União...	127



Quadro 48 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	127
Quadro 49 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.....	129
Quadro 50 – Obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim.....	136
Quadro 51 - Composição Força de Trabalho de TI.....	140
Quadro 52 – Informações disponíveis que contribuem para a transparência da gestão.....	172
Quadro 53 – Percentual de execução do plano de acessibilidade itens priorizados.....	175
Quadro 54 - Quantitativo de Participação em Curso de Libras.....	177
Quadro 55 – Balanço Patrimonial.....	182
Quadro 56 - Revisão Analítica.....	185
Quadro 57– Demonstração das Variações Patrimoniais.....	187
Quadro 58 - Revisão Analítica.....	190
Quadro 59 – Balanço Orçamentário.....	193
Quadro 60 - Revisão Analítica.....	197
Quadro 61 – Balanço Financeiro.....	200
Quadro 62 - Revisão Analítica.....	201
Quadro 63 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	205
Quadro 64 - Revisão Analítica	207
Quadro 65 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	229
Quadro 66 – Despesas com publicidade.....	231
Quadro 67 - Relatório das Ações da Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação.....	233
Quadro 68 - Relatório das Ações de bem-estar do servidor.....	235
Quadro 69 - Convênios Nacionais e Interinstitucionais.....	238

Lista de Figuras

Figura 1 - Recorte do organograma com enfoque na Auditoria Interna.....	102	
Figura 2 – Estrutura administrativa de atuação da Unidade de Auditoria Interna do IFFluminense.....	103	

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Valores de Despesas por Grupo.....	67
Gráfico 2 – Outras Despesas Correntes.....	68
Gráfico 3 – Auxílio Financeiro a Estudante.....	69
Gráfico 4 – Despesas na Contratação Direta Dispensa.....	70
Gráfico 5 – Despesas na Contratação Direta Inexigibilidade.....	72

Lista de Anexos

ANEXO I – Relatório das ações da escola de formação continuada dos trabalhadores da educação.....	233
ANEXO II - Relatório das ações de bem-estar do servidor.....	235
ANEXO III – Convênios Nacionais Interinstitucionais em execução e Memorandos de Entendimento.....	238
ANEXO IV - Organograma do IFFluminense.....	246
ANEXO V – Resolução N.º xx de xx de março de 2018 do Conselho Superior.....	247

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE	20
1.1 Finalidade e competências	20
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento das unidades	25
1.3 Ambiente de Atuação	28
1.4 Organograma	36
1.5 Macroprocessos finalísticos	39
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	41
2.1 Planejamento Organizacional	41
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	41
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	42
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	43
2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	44
2.2 Desempenho orçamentário	45
2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	46
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	56
2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	57
2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	57
2.2.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	59
2.2.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	62
2.2.6 Informações sobre a realização das receitas	63
2.2.7 Informações sobre a execução das despesas	63
2.2.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	74
2.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	77
2.3.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	77
2.4 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	89
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	90
3.1 Descrição das estruturas de governança	90



3.2	Atuação da unidade de auditoria interna	101
3.2.1	Sobreposição de carga horária - PRONATEC	106
3.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	108
3.4	Gestão de riscos e controles internos	108
4	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	110
4.1	Gestão de Pessoas.....	110
4.1.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	111
4.1.2	Demonstrativo de despesas com pessoal.....	114
4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	116
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	116
4.1.5	Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	124
4.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	125
4.2.1	Gestão da frota de veículos	125
4.2.2	Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	126
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	127
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	129
4.2.5	Informações sobre os imóveis locados de terceiros	136
4.2.6	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	136
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação	138
4.3.1	Principais sistemas de informações.....	157
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	161
4.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	161
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	165
5.1	Canais de acesso do cidadão	165
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	170
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	171
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	172
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	173
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	181
6.1	Desempenho financeiro do exercício	181

6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	181
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	181
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	182
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	227
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	227
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	228
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	229
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	230
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	231
7.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	231
7.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	232
8	ANEXOS E APÊNDICES	233
9	OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	248
9.1	Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna	248
9.2	Parecer do Colegiado	258
9.3	Relatório de instância ou área de correição	259
9.4	Declarações de integridade	260
9.4.1	Declaração de Integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal	260
9.4.2	Declaração de Integridade e completude dos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	261
9.4.3	Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas	262
9.4.4	Declaração de Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	263
9.4.5	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	264
9.4.6	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI	264
9.5	Informações dos projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio regidas pela Lei 8.958/1994	269

APRESENTAÇÃO

O presente documento representa a prestação de contas anual realizada junto aos órgãos fiscalizadores e também reúne conjunto de informações que possibilitam a análise da gestão e a sua atuação estratégica para o cumprimento das metas institucionais.

A construção do documento é orientada segundo roteiro definido pelo TCU, de forma que a sequência de informações possa ser subdividida em capítulos e seções para sua inserção em módulo de verificação do Tribunal.

Nesse contexto, o Instituto Federal Fluminense, configura-se como uma instituição pública de educação básica, profissional e superior, vinculada à Secretaria Tecnológica do Ministério da Educação, que atua no Estado do Rio de Janeiro na oferta de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.

Criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFFluminense faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, como as outras instituições que compõem a Rede, apresenta um estrutura *multicampi* e possui gestão delegada.

Sua estrutura organizacional apresenta como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo, a Reitoria, composta por um Reitor, cinco Pró-reitorias e três Diretorias Sistêmicas, além de outros órgãos relacionados no seu estatuto e regimento geral.

São consideradas unidades operacionais estratégicas: o Gabinete da Reitoria, as Pró-reitorias, as Diretorias Sistêmicas e os *campi*.

No ano de 2017, sob os efeitos tácitos da orientação política de governo, lastreada pela evidente crise fiscal do país, confirmou-se a redução das expectativas de expansão da rede federal de educação profissional, com a gestão centrando seus esforços no plano de consolidação dos espaços ocupados nos seus 11 *campi*, distribuídos na área de atuação prevista no seu estatuto, além de prosseguir na tentativa de implantação do *Campus* Itaboraí, que teve, mais uma vez, suas obras paralisadas, por rescisão unilateral devido ao inadimplemento do prazo pela empresa contratada.

No campo institucional o IFFluminense experimentou o novo desenho organizacional efetivado na revisão de seu estatuto, com destaque para a atuação da Diretoria de Relações Institucionais, que de forma inovadora realizou significativa captação de recursos

relacionados à emendas parlamentares, viabilizando intervenções de infraestrutura e aquisição de equipamentos e mobiliários necessários ao melhor funcionamento dos *campi*.

Trabalhou-se também, na atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional, em fase final para publicação, elaborado com estímulo à participação dos servidores, estabelecendo ao final, metas e compromissos a serem efetivados até o ano de 2022.

O ano de 2017 também marca a adesão, de forma gradual, do IFFluminense ao Processo Eletrônico Nacional, PEN, que juntamente com a criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e da Comunicação estabelecem novo patamar em relação ao índice de governança institucional.

Por sua vez, considerando a gestão orçamentária verificou-se na prática que a redução gradual do orçamento, associada ao aumento das matrículas em 2017 e ao crescimento vegetativo do valor dos contratos, especialmente aqueles relativos aos serviços terceirizados de limpeza, vigilância, entre outros, projeta inadimplemento preocupante para a maioria dos *campi* que terão grandes dificuldades para a manutenção do pleno funcionamento durante o exercício 2018.

Nesse sentido, os valores estabilizados para ações de assistência estudantil limitam a ampliação do atendimento à demanda crescente, reduzindo proporcionalmente o percentual de estudantes atendidos.

Também em relação à força de trabalho efetiva do IFFluminense identificou-se situação atípica relativa ao expressivo número de servidores aposentados em 2017, levando a gestão a desdobramentos em relação à sua política de capacitação, dividindo ações voltadas tanto para formação continuada de servidores, para atualização profissional e melhorias nas competências individuais, como ações junto aos novos servidores relativas à integração ao ambiente institucional e do fortalecimento da compreensão das especificidades do serviço público.

No Plano Pedagógico, em 2017, destaca-se a aprovação do “Plano de Acesso, Permanência e Êxito”, o qual representa e orienta os princípios e políticas de inclusão e de qualidade educacional. Seu desenvolvimento aprofundará a articulação dos cursos, currículos, políticas de acesso e demais políticas institucionais com a sociedade, com resultados esperados em diferentes áreas: a possibilidade da inclusão de novos públicos, a partir de novos requisitos de entrada e alterações nos processos e formas de ingresso; a ampliação das condições de aprendizagem e consequente redução das taxas de evasão, por diversificação

nas organizações curriculares e cargas horárias semanais, processos avaliativos e suas articulações com as condições de partida dos estudantes, sobretudo os trabalhadores; a articulação com as expectativas dos concluintes, sobretudo àquelas relacionadas ao ingresso no mundo do trabalho.

Como ações articuladas desenvolvidas, destacam-se: Grupo de Trabalho instituído para discussão do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico, com elaboração das Diretrizes Institucionais que orientarão a reformulação destes cursos; o Grupo de Trabalho criado para a elaboração de currículos de Cursos Técnicos organizados em Itinerários Formativos, que baseiam-se no aproveitamento contínuo dos estudos, em novas organizações curriculares, permitindo acesso àqueles com menor escolaridade, o ingresso em Cursos de Formação Inicial, com caminhos por itinerários que envolvem formação continuada, e finalização com formação técnica, com elevação de escolaridade.

Os dois Grupos de Trabalho têm como produto diversas propostas de itinerários nos diferentes *campi* além de documento orientador amparado na base legal e processo de avaliação de resultados da implementação dos cursos.

No mesmo processo, destaca-se a instituição do Fórum de Educação de Jovens e Adultos, com a finalidade de discutir ações que fortaleçam a modalidade e aumentem as taxas de sucessos dos estudantes desses cursos, em atendimento à Meta 10 do Plano Nacional de Educação, que estabelece percentual de matrículas desta modalidade que devem se articular à Educação Profissional. Os trabalhos já trouxeram como produto parceria com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes para oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada para estudantes matriculados na EJA do município, com diversas ações estruturantes relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica, e designação de comissões de trabalho para o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Como regulamentações estruturantes destacam-se a elaboração de Diretrizes e Fluxo para criação e reformulação dos Planos Pedagógicos de Cursos, que representam avanço para a discussão, planejamento e articulação dos cursos oferecidos pelo IFF.

A redução das taxas de evasão pretendida alinha-se à otimização de recursos e resultados institucionais.

Relativo às demais dimensões ofertadas destaca-se como estratégia de valorização da extensão sua integração mais efetiva à pesquisa, investindo-se em várias ações nesse sentido, com destaque para elaboração de edital comum entre as duas dimensões, com

ampla divulgação em todos os campi. Destaca-se também a realização do IX CONFICT – Congresso de Iniciação Científica com grande número de participantes e mais de 500 resumos submetidos.

Em termos de Políticas Sociais e Relações Empresariais, as ações visaram consolidar e ampliar a interação com as empresas e aprofundar a integração da instituição e sua comunidade com o mundo do trabalho. Nesse propósito destacam-se a realização da IX Mostra de Extensão com a apresentação de 290 trabalhos, além da mobilização institucional para participação no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAAF), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No que tange à oferta de Pós-Graduação foram lançados dois novos cursos *latu sensu*, Cultura, Patrimônio e Educação (*campus* Santo Antônio de Pádua) e Arquitetura da Cidade: suas Demandas e Tecnologias (*campus* Campos Centro), além da replicação do curso de Literatura (*campus* Cambuci).

No conjunto dos eventos realizados destacam-se o I Encontro de Pós-Graduação do IFFluminense, quando iniciaram-se os entendimentos para parceria com a Universidade Tecnológica de Havana (CUJAE) em Cuba e o II ConPG – Congresso de Pós-Graduação com apresentação de 730 trabalhos. Também foram submetidos à CAPES dois APCNs (apreciação de propostas de cursos novos): Mestrado Profissional em Arquitetura e Doutorado Profissional em Gestão de Recursos Hídrico.

Administrativamente, os sites dos mestrados ofertados foram padronizados em português e inglês, assim como ocorreu a sistematização do levantamento dos indicadores dos mestrados, o mapeamento dos Processos da Pós-Graduação e a implantação da Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação.

Relativo às ações de Internacionalização, foram realizadas parcerias com instituições no exterior que possibilitaram bolsas para alunos na rede EPT no Canadá, EUA e Chile.

Por sua vez a Inovação foi desenvolvida através das ações de empreendedorismo e registro de PIs no INPI. No que tange às ações de Empreendedorismo propriamente ditas, foi lançado edital para renovação das bolsas de Empresas Juniores e realizado o III Encontro de Empresas Juniores durante a IX Mostra de Extensão. Também foi realizada parceria com PNEE-SEBRAE para conduzir metodologia SEBRAE visando inserir o ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos do Instituto.

Relativo à Produção Intelectual foram registradas 9 patentes e 4 registros de softwares no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI.

O Polo de Inovação Campos dos Goytacazes contratou 9 projetos (AIC, ACS, EXIMEA, CHP, SB, SIX, SHRIMPS, NETWORK, LATICÍNIOS E INVISION), tendo sido captados a partir dos recursos da EMBRAPPII, R\$ 4.779.912,59, correspondentes a 3 projetos fechados e 6 em andamento, um projeto da FINEP no valor de R\$ 345.000,00, além de 3 projetos no CNPq no valor de 50 mil reais.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

Este item contempla os elementos identificadores do Instituto Federal Fluminense – IFFluminense, bem como sua estruturação, seu contexto de atuação, seus principais macroprocessos e suas competências. O objetivo é proporcionar uma compreensão clara do que é o Instituto e as razões de sua existência, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Identificação da unidade jurisdicionada

Denominação completa: Instituto Federal Fluminense		
Denominação abreviada: IFFluminense		
Código SIORG: 103572	Código LOA: 26434	Código SIAFI: 158139
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 10.779.511/0001-07
Principal atividade: Administração Pública em Geral (Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico)		Código CNAE: 84.11-6-00

Fonte: IFFluminense

1.1 Finalidade e competências

O IFFluminense, com sede no município de Campos dos Goytacazes/RJ, constitui-se em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Voltado para a educação profissional e tecnológica, a característica marcante do IFFluminense orienta-se também para a formação humanista e libertadora do ser humano e, em especial, do trabalhador. Assim, a criação dos Institutos Federais e da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2008, pela Lei nº 11.892, aponta para um tempo de mudanças, de restauração do lugar da Educação Profissional e Tecnológica no Sistema Educacional Brasileiro que, de forma efetiva, busca construir verdadeiras possibilidades no campo das transformações sociais.

Para tanto, o IFFluminense, em seu fazer-saber-ser pedagógico, garante valores sobre os quais a sua identidade se constrói, a saber: centralidade na educação e defesa de sua qualidade social e do protagonismo humano; reconhecimento do território enquanto “lugar de vida”; interação com a sociedade; autonomia para os *campi*; equidade de tratamento;

valorização do servidor; aperfeiçoamento contínuo; inclusão; descentralização administrativa e transparência das informações.

Como princípios norteadores em cada um dos seus *campi*, atua: a) no compromisso com a justiça social, na equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; b) verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; c) eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte ao desenvolvimento local e regional, social e cultural, sem perder de vista a formação integral; d) compromisso com a educação inclusiva e emancipatória; e) natureza pública e gratuita do ensino com custeio por parte de recursos originários prioritariamente do orçamento da União.

Definido pela Lei nº. 11.892/08, o IFFluminense é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Possui, nos termos do § 3º, do artigo 3º da referida Lei, autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Em termos legais, a ação institucional se apoia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº. 9.394/96, cap. III, Artigos 39, 40, 41 e 42, que tratam da Educação Profissional. No Art. 39, lê-se “*a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva*”.

O IFFluminense desenvolve sua ação de acordo com a política emanada do Ministério da Educação (MEC), ao qual está vinculado, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e tem por finalidades e características, conforme art. 6º da Lei nº 11.892/2008:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e

investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Elencam-se, a seguir, os objetivos estratégicos estabelecidos no Estatuto do IFFluminense e na Lei de criação, em seu art. 7º:

- Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- Ministrará, em nível de educação superior, cursos: - superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; - de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; - de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; - de pós-graduação *Lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e de pós-graduação *Stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o IFFluminense tem como missão promover a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nacional, em especial em seu território, e suas relações com educação básica e superior. A partir da perspectiva de formação integral, ofertar EPT e articular atores socioeducacionais e econômicos, assumindo o protagonismo na definição e execução das políticas de educação e trabalho.

No movimento de territorialização, o IFFluminense encontra-se em 12 municípios, com uma malha espacial que alcança 11 *campi*, somados ainda o *campus* Itaboraí, com obras paralisadas, porém ainda definido como “ em implantação”, um Polo de Inovação, um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, além do Centro Administrativo onde atua a Reitoria.

Este desenho tem como base os municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Cambuci e Santo Antônio de Pádua na região Noroeste Fluminense; de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã e Macaé na região Norte Fluminense; de Cabo Frio

na região da Baixada Litorânea, além dos municípios de Itaboraí e Maricá na região Metropolitana.

A representatividade territorial do IFFluminense ainda conta com os polos de Educação a Distância nos municípios de Casimiro de Abreu, Bom Jardim, Porciúncula e Miracema, além de projeto de extensão vinculado ao campus Santo Antônio de Pádua, no município de Cordeiro.

O IFFluminense a partir da sua estrutura funcional *multicampi*, tem os seguintes domicílios:

Quadro 2 – Endereço das unidades do IFFluminense

Unidade	Endereço
<i>Campus</i> Avançado Cambuci	Estrada Cambuci-Funil Km 05, Fazenda Santo Antão – Cambuci/RJ
<i>Campus</i> Avançado Maricá	RJ 114 – Estrada de Ubatiba, 2.º Distrito – Maricá/RJ (Funcionamento provisório atual na Rua dos Quintanilhas, 438 - Bairro Pedreiras - Maricá-RJ)
<i>Campus</i> Avançado São João da Barra	Rodovia BR–356, Km 181, Povoado Perigoso - São João da Barra/RJ
<i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana	Avenida Dário Vieira Borges, 235, Parque do Trevo - Bom Jesus do Itabapoana/RJ
<i>Campus</i> Cabo Frio	Estrada Cabo Frio – Búzios, s/n, Baía Formosa - Cabo Frio/RJ
<i>Campus</i> Campos Centro	Rua Doutor Siqueira, 273, Parque Dom Bosco - Campos dos Goytacazes/RJ
<i>Campus</i> Campos Guarus	Avenida Souza Mota, 350, Parque Fundão - Campos dos Goytacazes/RJ
<i>Campus</i> Itaperuna	Rodovia BR 356, Km 3, Cidade Nova – Itaperuna/RJ
<i>Campus</i> Macaé	Rodovia Amaral Peixoto, Km 164, Imboassica – Macaé/RJ
<i>Campus</i> Quissamã	Av. Amilcar Pereira da Silva, 727, Piteiras – Quissamã/RJ
<i>Campus</i> Santo Antônio de Pádua	Av. João Jsbick, s/n, Bairro Aeroporto - Santo Antônio de Pádua/RJ
Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação	Rua Coronel Walter Kramer, N.º 357, Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ
Polo de Inovação Campos dos Goytacazes	BR–356 s/n, Km 158, Martins Lage - Campos dos Goytacazes/RJ
<i>Campus</i> Itaboraí	Rua Izaura Pantoja s/n, Bairro Nova Cidade – Itaboraí/RJ (em construção).
Reitoria	Rua Coronel Walter Kramer, N.º 357, Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ

Fonte: Estatuto do IFFluminense

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento das unidades

O IFFluminense é composto por uma Reitoria a qual estão ligados administrativamente um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação e um Polo de Inovação, além de 12 (doze) campi, sendo 11 em pleno funcionamento e um ainda em construção, conforme quadro anterior. Sete das 11 unidades em funcionamento atuam de forma descentralizada, com autonomia administrativa.

A Reitoria é o órgão executivo do IFFluminense, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão, assessoramento, consultoria e controle de todas as atividades da Autarquia e está organizada administrativamente pelo Gabinete do Reitor, com os órgãos de apoio imediato, as Pró-reitorias e as Diretorias Sistêmicas.

As Pró-reitorias, dirigidas por Pró-reitores nomeados pelo Reitor, são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às dimensões ensino, administração, pesquisa e extensão:

1. Pró-reitoria de Ensino
2. Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação
3. Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
4. Pró-reitoria de Administração
5. Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

As Diretorias sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação:

1. Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas;
2. Diretoria de Relações Institucionais;
3. Diretoria de Comunicação.

O funcionamento das suas unidades administrativas foi autorizado por meio das seguintes portarias:

Quadro 3 – Portarias de autorização de funcionamento dos campi

Unidade Administrativa	Portaria	Diário Oficial da União (DOU)
<i>Campus</i> Avançado Cambuci	Portaria Nº 505, de 10/06/2014	DOU de 11/06/2014
<i>Campus</i> Avançado Maricá	Portaria Nº 27, de 21/01/2015	DOU de 22/01/2015
<i>Campus</i> Avançado São	Portaria Nº 505, de 10/06/2014	DOU de 11/06/2014

João da Barra		
<i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana	Pré-expansão (Lei N° 11.892, de 29/12/2008 - Anexo II)	DOU de 30/12/2008
<i>Campus</i> Cabo Frio	Portaria N° 700, de 09/06/2008	DOU de 10/06/2008
<i>Campus</i> Campos Centro	Pré-expansão (Funcionamento autorizado em 23/01/1910)	--
<i>Campus</i> Campos Guarus	Portaria N° 1.971, de 18/12/2006	DOU de 19/12/2006
<i>Campus</i> Itaboraí	Em construção	
<i>Campus</i> Itaperuna	Portaria N° 752, de 27/07/2009	DOU de 28/07/2009
<i>Campus</i> Macaé	Pré-expansão (Inauguração em 29/07/1993)	--
<i>Campus</i> Quissamã	Portaria N° 1.366, de 06/12/2010	DOU de 08/12/2010
<i>Campus</i> Santo Antônio de Pádua	Portaria N° 27, de 21/01/2015	DOU de 22/01/2015
Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação	Resolução CONSUP N° 10/2015	--
Polo de Inovação Campos dos Goytacazes	Portaria N° 819, de 13/08/2015	DOU de 17/08/2015

Fonte: Diário Oficial da União

As normas expedidas pela instituição, em forma de Ordens de Serviço, Portarias, Resoluções do Conselho Superior e Deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão encontram-se disponíveis no Centro de Documentação Digital do IFFluminense (no endereço cdd.iff.edu.br). As principais normas sobre a estrutura e o funcionamento da instituição são:

Quadro 4 – Normas sobre a estrutura e o funcionamento da instituição

Norma Regulamentadora	Data	Ementa
Lei N.º 11.892	29/12/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Resolução CONSUP N.º 10	19/04/2013	Regimento da CPPD do IFFluminense
Resolução CONSUP N.º 11	19/04/2013	Regimento da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação - CISPCCTAE - do Instituto Federal Fluminense,

Resolução CONSUP N.º 25	26/07/2013	Regimento do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão do IFF
Resolução CONSUP N.º 39	28/11/2013	Regimento da Editora Essentia
Resolução CONSUP N.º 24	17/10/2014	Atribuições dos Coordenadores dos Cursos, no âmbito do IFFluminense
Resolução CONSUP N.º 25	17/10/2014	Regulamento para Consulta à Comunidade Acadêmica para o Cargo de Coordenador dos Cursos Técnicos e Superiores
Resolução CONSUP N.º 40	22/12/2017	Estatuto do IFFluminense
Resolução CONSUP N.º 14	02/03/2015	Regimento do IFFluminense
Resolução CONSUP N.º 20	19/06/2015	Aprova a Regulamentação das Atividades Docente
Resolução CONSUP N.º 43	29/10/2015	Altera o Art. 5º da Resolução CONSUP Nº 20/2015
Resolução CONSUP N.º 25	26/02/2016	Regulamentação das Atividades de Pesquisa do Instituto Federal Fluminense
Resolução CONSUP N.º 35	11/03/2016	Regimento dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato sensu</i> , em Nível de Especialização, na Modalidade Presencial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Resolução CONSUP N.º 22	26/02/2016	Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Resolução CONSUP N.º 23	26/02/2016	Regimento Interno da Comissão de Ética no Uso de Animais do IFFluminense (CEUA-IFFluminense)
Resolução CONSUP N.º 24	26/02/2016	Regimento do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal Fluminense
Resolução CONSUP N.º 34	11/03/2016	Regulamento Geral de Estágio do IFFluminense
Resolução CONSUP N.º 36	11/03/2016	Programa de Bolsas de Extensão do IFFluminense
Resolução CONSUP N.º 37	11/03/2016	Diretrizes da Ação Extensionista no Instituto Federal Fluminense

Fonte: CONSUP e CENPE

1.3 Ambiente de Atuação

O IFFluminense, considerando a localização de suas unidades abrange quatro regiões do estado do Rio de Janeiro, possuindo unidades nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Cambuci e Santo Antônio de Pádua na Região Noroeste Fluminense; de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã e Macaé na Região Norte Fluminense; na Região das Baixadas Litorâneas, o de Cabo Frio; e os municípios de Itaboraí e Maricá na Região Metropolitana.

No movimento de expansão e interiorização, o IFFluminense encontra-se em 11 municípios, a partir de seus 11 *campi*, Polo de Inovação, Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação e a Reitoria, reunindo 21.570 estudantes, 919 professores e 713 técnico-administrativos.

A representatividade territorial do IFFluminense ainda conta com os polos de Educação a Distância nos municípios onde possui *campus*: Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Cambuci, Centro de Referência, Itaperuna, Maricá, Quissamã, Santo Antônio de Pádua e São João da Barra e em Casimiro de Abreu, Bom Jardim, Porciúncula e Miracemasomando àqueles municípios.

A oferta de cursos abrange diferentes modalidades e níveis educacionais, articulados para possibilitar a verticalização dos estudos, por oferta de cursos de formação inicial e continuada, de cursos técnicos (em sua maioria na forma integrada com o Ensino Médio), das Licenciaturas, de Cursos Superiores de Tecnologia, dos Bacharelados, da Pós-graduação *Lato e Stricto sensu*.

A oferta de cursos e natureza dos *campi* do IFFluminense articula-se com a diversificação da matriz econômica da região, contemplando diferentes eixos tecnológicos, relacionados à indústria, agricultura, saúde e serviços. A distribuição de vagas entre os *campi* busca, continuamente, a redução das desigualdades entre os municípios e regiões de abrangência institucional, levando em conta características populacionais, dados educacionais e a presença de outras redes de educação profissional.

A seguir, apresentamos os cursos ofertados nos *campi* do IFFluminense no ano de 2017:

A) *Campus* Avançado de Cambuci

Cursos Ofertados		
Técnico	Concomitante	Agropecuária
	Integrado ao Ensino médio	Eixo tecnológico Recursos Naturais

B) *Campus* Avançado de Maricá

Cursos Ofertados		
Técnico	Integrado ao Ensino médio	Eixo Tecnológico Infraestrutura

C) *Campus* Avançado de São João da Barra

Cursos Ofertados		
Técnico	Concomitante	Eletromecânica
	Integrado ao Ensino médio	Controle e Processos Industriais
		Produção Industrial
	Subsequente (à distância)	Segurança do Trabalho
Centro de Línguas	Espanhol Inglês	

D) *Campus* Cabo Frio

Cursos Ofertados		
Técnico	Concomitante	Eletromecânica
		Eventos
		Química
	Integrado ao Ensino médio	Hospedagem

		Petróleo e Gás
	Subsequente (à distância)	Guia de Turismo
		Segurança do Trabalho
Graduação	Licenciatura	Biologia
		Física
		Química
	Tecnologia	Hotelaria
Pós-graduação <i>Lato sensu</i>	Ensino de Ciências da Natureza	

E) *Campus Campos Centro*

Cursos Ofertados		
Técnico	Concomitante	Automação Industrial
		Edificações
		Eletrotécnica
		Estradas
		Informática
		Mecânica
		Química
		Telecomunicações
	Integrado ao Ensino médio	Automação Industrial
		Edificações
		Eletrotécnica
		Eletrotécnica (PROEJA)
		Informática
		Mecânica



	Subsequente	Segurança do Trabalho
	Subsequente (a distância)	Segurança do Trabalho
Graduação	Licenciatura	Ciências da Natureza
		Educação Física
		Geografia
		Letras
		Matemática
		Teatro
	Tecnologia	Design Gráfico
		Manutenção Industrial
		Sistemas de Telecomunicações
	Integrado	Arquitetura e Urbanismo
		Engenharia da Computação
		Engenharia de Controle e Automação
		Engenharia Elétrica
	Sistemas de Informação	
Centro de Línguas	Inglês Espanhol	
Pós-graduação <i>Lato sensu</i>	<u>Pós-graduação em Análise e Gestão de Sistemas de Informação</u>	
	Pós-graduação em Docência no Século 21	
	<u>Pós-graduação em Educação Ambiental</u>	
	<u>Pós-graduação em Educação do Campo</u>	
	<u>Pós-graduação em Gestão, Design e Marketing</u>	

	<u>Pós-graduação em Literatura, memória cultural e sociedade</u>
Pós-graduação <i>Stricto sensu</i>	Mestrado Profissional em Sistemas Aplicados à Engenharia e Gestão
	Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física

F) *Campus* Campos Guarus

Cursos Ofertados			
Técnico	Integrado ao Ensino médio	Eletrônica	
		Eletrônica (PROEJA)	
		Meio Ambiente	
			Meio Ambiente (PROEJA)
	Subsequente		Eletromecânica
			Enfermagem
			Farmácia
			Meio Ambiente
	Subsequente (a distância)		Análises Clínicas
			Segurança do Trabalho
			Meio ambiente
			Multimeios didáticos
	Graduação	Bacharelado	Engenharia ambiental
Licenciatura		Música	
Centro de Línguas	Espanhol		
	Inglês		

G) *Campus* Bom Jesus do Itabapoana

Cursos Ofertados		
Técnico	Concomitante	Agropecuária
		Agroindústria
		Alimentos
		Informática
		Meio Ambiente
	Graduação ao Ensino Médio	Manutenção e Suporte em Informática
		Agropecuária
		Agroindústria
		Alimentos
		Informática
		Meio Ambiente
Superior	Bacharelado	Ciência e Tecnologia de Alimentos
Centro de Línguas	Inglês	

H) *Campus* Itaperuna

Cursos Ofertados		
Técnico	Concomitante	Eletromecânica
		Eletrotécnica
		Informática
		Mecânica
		Química
	Graduação ao Ensino Médio	Administração
		Eletrotécnica

		Eletrotécnica (PROEJA)
		Informática
	Subsequente (a distância)	Eventos
		Segurança do trabalho
Superior	Bacharelado	Sistemas de Informação
Centro de Línguas	Espanhol	
	Inglês	

I) *Campus Macaé*

Cursos Ofertados			
Técnico	grado ao Ensino Médio	Automação Industrial	
		Eletromecânica	
		Eletrônica	
		Eletrotécnica (PROEJA)	
		Meio Ambiente	
	Subsequente	Automação Industrial	
			Eletromecânica
			Eletrônica
			Informática
			Meio Ambiente
	Subsequente (a distância)	Segurança do Trabalho	
		Técnico em Segurança do Trabalho (Polo Casimiro de Abreu)	
Graduação	Bacharelado	Engenharia de Controle e Automação	
	Bacharelado	Engenharia Elétrica	
Pós-	<i>Stricto sensu</i>	Mestrado em Engenharia Ambiental (em	

graduação		conjunto com o <i>Campus</i> Campos Centro)
-----------	--	---

J) *Campus* Quissamã

Cursos Ofertados		
Técnico	Integrado ao Ensino médio	Eletromecânica
		Informática
		Segurança do Trabalho
	Subsequente	Segurança do Trabalho (PROEJA)
	Subsequente (a distância)	Segurança do Trabalho
Centro de Línguas	Espanhol	Inglês

K) *Campus* Santo Antônio de Pádua

Cursos Ofertados		
Técnico	Integrado ao Ensino médio	Controle e Processos Industriais
		Gestão e Negócios e Infraestrutura
	Concomitante	Mecânica (Unidade de Formação de Cordeiro)
	Concomitante	Edificações
	Concomitante	Automação Industrial
Centro de Línguas	Espanhol	Inglês

1.4 Organograma

O IFFluminense, de acordo com a Lei N° 11.892/2008, configura-se como uma instituição de educação superior, básica e profissional, de atuação *multicampi*, tendo como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo, a Reitoria, composta por um Reitor e cinco Pró-reitorias. São consideradas unidades estratégicas: o Gabinete da Reitoria, as Pró-reitorias, as Diretorias Sistêmicas e os *campi*. O organograma completo da Reitoria do IFFluminense encontra-se disponível no Anexo IV deste relatório.

Quadro 5 – Organograma do IFFluminense, segundo áreas ou subunidades estratégicas

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	Representar o IFFluminense, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição	Jefferson Manhães de Azevedo	Reitor	01/01/2017 a 31/12/2017
Gabinete da Reitoria	Responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria	Maurício Guimarães Vicente	Chefe de Gabinete	01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Ensino	Planejar, superintender, coordenar, articular e fomentar a execução das políticas de ensino que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e promovam a integração das ações educacionais com as demandas da sociedade,	Christiane Menezes Rodrigues Carlos Artur de Carvalho Arêas	Pró-reitor de Ensino	01/01/2017 a 01/08/2017 e 01/08/2017 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de infraestrutura e de projetos, da Gestão da Tecnologia da Informação, de	Jose Luiz Sanguedo Boynard	Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	01/01/2017 a 31/12/2017



	transporte, coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, definindo metas do Planejamento Estratégico da Instituição			
Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e as políticas de pesquisa, integrada ao ensino e à extensão, pós-graduação e inovação, bem como promover ações na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica	Vicente de Paulo Santos de Oliveira	Pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Inovação	01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Administração	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e as políticas de administração, e execução de gestão orçamentária, financeira e patrimonial	Guilherme Batista Gomes	Pró-reitor de Administração	01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas	Planejar, superintender, coordenar, fomentar e articular as Políticas e as atividades relacionadas à convivência e desenvolvimento das pessoas que possuem vínculo com a Instituição	Aline Naked Chalita Falquer	Pró-reitora de Desenvolvimento de Pessoas	01/01/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Comunicação	Coordenar a elaboração do planejamento anual das atividades de comunicação; coordenar a política de comunicação social; propor projetos para melhoria dos processos de divulgação e comunicação institucional e acompanhar as ações de comunicação nos <i>campi</i>	Juliana Lima Gomes Cardoso	Diretora de Comunicação	01/01/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Políticas Estudantis,	Visa formular, assessorar, gerir e avaliar os serviços,	Gustavo Gomes Lopes	Diretor de Políticas Estudantis,	01/01/2017 a 31/12/2017

Culturais e Esportivas	projetos, programas e políticas voltados para os estudantes nos diversos <i>campi</i> do IFFluminense.		Culturais e Esportivas	
Diretoria de Relações Institucionais	Atuar junto às representações parlamentares a fim de estabelecer parcerias, resolver pendências e captar recursos que possam auxiliar o IFFluminense a atingir suas finalidades.	Fernando Antônio Abrantes Ferrara	Diretor de Relações Institucionais	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Campos Centro	Promover e acompanhar, no âmbito do <i>campus</i> , a execução das políticas educacionais, culturais, esportivas, sociais, administrativas, de pessoal, orçamentárias, financeiras e patrimoniais; adotando medidas para seu cumprimento integral e avaliação dos resultados, na perspectiva do aperfeiçoamento, do desenvolvimento e da excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão	Carlos Alberto Fernandes Henriques	Diretor Geral do <i>Campus</i> Campos Centro	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Campos Guarus		Christiano Carvalho Leal	Diretor Geral do <i>Campus</i> Campos Guarus	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana		Carlos Antonio Araujo de Freitas	Diretor Geral do <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Itaperuna		Michelle Maria Freitas Neto	Diretora Geral do <i>Campus</i> Itaperuna	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Macaé		Marcos Antônio Cruz Moreira	Diretor Geral do <i>Campus</i> Macaé	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Cabo Frio		Victor Barbosa Saraiva	Diretor Geral do <i>Campus</i> Cabo Frio	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Quissamã		Aline Estaneck Rangel Pessanha dos Santos	Diretora Geral do <i>Campus</i> Quissamã	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Avançado de Cambuci		Luiz Alberto Louzada Hosken	Diretor Geral do <i>Campus</i> Avançado de Cambuci	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Avançado de São João da Barra		Valdeir de Souza Julio	Diretor Geral do <i>Campus</i> Avançado de São João da Barra	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do <i>Campus</i> Santo Antônio de Pádua		Arthur Rezende da Silva	Diretor Geral do <i>Campus</i> Santo Antônio de Pádua	01/01/2017 a 31/12/2017

Direção Geral do <i>Campus</i> Avançado de Maricá		Regiane de Souza Costa	Diretora Geral do <i>Campus</i> Avançado de Maricá	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação	Promover, coordenar e acompanhar as ações relativas à produção, apropriação e inovação do conhecimento, articulando junto com as Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas, as ações da Escola de Formação, da Educação a Distância, do Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais, do Núcleo Central do Programa Centros de Memória, do Núcleo de Produção Audiovisual e da Essentia Editora	Breno Fabrício Terra Azevedo	Diretor Geral do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação	01/01/2017 a 31/12/2017
Direção Geral do Polo de Inovação dos Campos dos Goytacazes	Coordenar as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas Ambiental, Agricultura, Alimentos, Automação, Computação, Elétrica & Eletrônica, Computação e Telecomunicações, bem como coordenar a formação de recursos humanos, no âmbito do Polo.	Rogério Atem de Carvalho	Diretor Geral do Polo de Inovação dos Campos dos Goytacazes	01/01/2017 a 31/12/2017

Fonte: Gabinete da Reitoria

1.5 Macroprocessos finalísticos

O Instituto Federal Fluminense possui um conjunto de processos em operação para que os seus objetivos possam ser atendidos. Este conjunto de processos envolve diretamente as áreas finalísticas da instituição (Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação).

Os macroprocessos finalísticos do IFFluminense são considerados aqueles diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade” através dos serviços que são prestados, envolvendo todos os elementos operacionais relacionados às atividades de ensino,

pesquisa, extensão e inovação.

O Quadro a seguir apresenta o conjunto dos macroprocessos finalísticos da instituição:

Quadro 6 - Conjunto dos macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Planeja, articula e controla a execução das políticas de ensino do Ministério da Educação, em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa, extensão e inovação.	Ofertar cursos técnicos e de graduação; promover programas educacionais; realizar apoio pedagógico; coordenar procedimentos em registros acadêmicos e de registro de diplomas e gerenciamento de bibliotecas.	Estudantes do IFFluminense	Pró-reitoria de Ensino e as Diretorias / Coordenações de ensino do IFFluminense
Pesquisa e Inovação	Planeja, articula e controla a execução das políticas de Pesquisa e Inovação, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Ofertar Programas e projetos de pesquisa; realizar ações de inovação tecnológica e parcerias internacionais e fomento a produção.	Estudantes dos programas de iniciação científica	Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação e as Diretorias / Coordenações destas áreas do IFFluminense
Extensão	Promove a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente no IFFluminense junto à sociedade.	Ofertar programas e projetos de extensão; realizar parcerias e relações institucionais; programas de inclusão social; ações de extensão tecnológica e articulação e fomento a estágios.	Estudantes dos programas de extensão e estudantes em fase de estágio curricular e extracurricular	Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação e as Diretorias / Coordenações desta área do IFFluminense

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

O IFFluminense estabelece como instrumento do planejamento, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), uma vez que o mesmo é determinante, como instituição de ensino superior, para o processo de reconhecimento e avaliação de cursos superiores e o credenciamento da instituição, de acordo com o Decreto N° 5.773/2006, como também retrata a identidade da Instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão, às estratégias para atingir suas metas e objetivos, estrutura organizacional, diretrizes didático pedagógicas, administrativas, orçamentárias e de infraestrutura.

O IFFluminense, de acordo com a Portaria MEC N° 495, de 12/06/2013 (publicado no DOU em 13/06/2013), tem seu credenciamento autorizado até 2020, observado o disposto no art. 4° da Lei N° 10.870/2004, bem como o art. 10, § 7°, do Decreto N° 5.773/2006.

O PDI do IFFluminense do período de 2010-2014 foi atualizado para 2015 para inclusão no sistema e-Mec, a fim de subsidiar os processos de reconhecimento e avaliação de cursos superiores. Está em curso a atualização do PDI 2018/2022, com cronograma de entrega para o primeiro semestre de 2018.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Como objetivos estratégicos do IFFluminense para o exercício de 2017, podemos destacar:

1. Desenvolver pesquisa , inovação e extensão em articulação com outros atores
2. Promover o reconhecimento de saberes, certificação e qualificação profissional.
3. Ampliar a abrangência de atendimento, diversificando a oferta de cursos, considerando a demanda social regional.
4. Fortalecer a institucionalidade.
5. Consolidar e ampliar as políticas inclusivas e afirmativas.
6. Proporcionar formação ampla e qualificada.
7. Atender as demandas dos alunos com efetividade.
8. Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso.
9. Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.

10. Fortalecer a Internacionalização do IFFluminense.
11. Incentivar as práticas de ensino, pesquisa aplicada e extensão.
12. Aprimorar o processo de ingresso.
13. Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade.
14. Aperfeiçoar os processos de trabalho.
15. Promover Assistência Estudantil do IFFluminense.
16. Desenvolver relacionamento com egressos.
17. Promover a Qualidade de Vida no Trabalho.
18. Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias.
19. Desenvolver cultura orientada à estratégia.
20. Garantir infraestrutura física e de pessoas adequada às ofertas.
21. Promover integração e sinergia no IFFluminense.
22. Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão.
23. Garantir recursos financeiros para implantação da estratégia institucional.
24. Ampliar a captação de recursos extras orçamentários.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Em 2017 foi concluída a elaboração do Planejamento Estratégico do IFFluminense para o quinquênio 2018-2022, planejamento esse que norteará as ações institucionais para os próximos 5 anos. A participação dos servidores e alunos no processo reforça a gestão participativa e remete a todos os envolvidos à responsabilidade pela construção do futuro da Instituição. O processo de elaboração do Planejamento Estratégico foi subsidiado por uma pesquisa acerca da metodologia do *Balance Scorecard* (BSC) e da sua utilização em instituições de ensino. A partir do aprofundamento no tema, a equipe da pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional pôde delinear como a metodologia seria adaptada à realidade e às necessidades do IFFluminense. Buscando envolver efetivamente a comunidade acadêmica no processo de construção do Planejamento Estratégico, foram realizados debates e eventos, dentre os quais se destacam as visitas de sensibilização em todos os campi e a instituição de comissões locais. Cabe frisar que durante a elaboração do Planejamento Estratégico os Objetivos Estratégicos e Indicadores Institucionais foram avaliados, e, em alguns casos, replanejados.

Durante o período de execução do PDI, o Planejamento Estratégico deverá orientar a elaboração dos Planos de Ação Anuais, o planejamento de caráter mais tático e operacional que, vinculado às metas e iniciativas estratégicas propostas no PDI, resulta na proposta de ações e metas parciais em cada campus.

A implantação do planejamento estratégico acompanhará a publicação do PDI, com perspectiva de finalização de sua elaboração e aprovação no conselho superior no 1º semestre/2018.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os objetivos do IFFluminense visam cumprir as competências institucionais previstas nos normativos e nos demais documentos que norteiam a atuação do Instituto. A metodologia e o processo de planejamento do IFFluminense, em seus níveis tático e estratégico, obedece ao disposto em seus documentos norteadores.

De acordo com o Estatuto e o Regimento Geral do IFFluminense, compete:

- à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, promover e coordenar o processo de planejamento estratégico;
- à Diretoria de Planejamento Estratégico, coordenar os processos de elaboração/atualização do Planejamento de Desenvolvimento Institucional;
- ao Colégio de Dirigentes, expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual;
- ao Colegiado dos *Campus*, aprovar o seu respectivo Plano Ação Anual e
- ao Conselho Superior, aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, no qual está incluído o Planejamento Estratégico.

No processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2018-2022 do IFFluminense, foram considerados diversos documentos de referência. No âmbito interno, as novas declarações de Missão e Visão institucionais e as decisões políticas do novo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) foram os principais norteadores do processo de identificação

de objetivos estratégicos. No âmbito externo, as principais referências foram os objetivos previstos no Plano Nacional da Educação (PNE) para a Educação Básica e Educação Profissional, o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) vigente na época e, fundamentalmente, a Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais.

2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O acompanhamento do planejamento do IFFluminense é realizado, de forma compartilhada, com as Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e as Direções Gerais dos *campi*, por meio dos colegiados, com suporte do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e de planilhas eletrônicas.

O acompanhamento e a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional são coordenados pela Diretoria de Planejamento Estratégico (DIRPLAN) em trabalho conjunto com a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O monitoramento do Planejamento Estratégico é realizado por meio dos indicadores associados a cada objetivo estratégico. Cabe salientar que ainda não foi possível mensurar a maior parte dos indicadores, uma vez que vários ainda não foram modelados (serão apresentados no lançamento do próximo PDI) e outros dependem de dados que somente serão obtidos, de forma confiável, a partir da conclusão da implantação do Sistema Gestão GEPLANES.

O sistema supracitado irá subsidiar os Planos de Ação Anuais (PAA). Em relação aos PAA's, a cada Unidade Gestora caberá elaborar um relatório que verifique o grau de execução das ações, avaliando aspectos como: status; justificativa para o status; estratégia de readequação das ações; status dos objetivos específicos; indicadores e metas alcançados. Assim, cada Unidade Gestora pode ter um panorama de acompanhamento do PAA sob sua responsabilidade, com informações úteis para a tomada de decisão pelos seus gestores e pelos órgão colegiados do IFFluminense, especialmente os colegiados dos *campi*, subsidiando os ciclos de planejamento seguintes.

2.2 Desempenho orçamentário

Neste item, será apresentada uma breve caracterização da execução e uma síntese em torno da totalidade dos recursos executados pela instituição das Ações da Lei Orçamentária Anual. Em seguida, nos subitens, serão apresentados os programas e as ações temáticas de forma mais específica. O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE possui uma gestão orçamentária mista, organizada com ações centralizadas e também descentralizadas, a exemplo da Gestão dos recursos de Pessoas e encargos, que são geridos pelo órgão central, a Reitoria, entre outras ações que, pela forma de contratação ou por necessidade organizacional, também têm seus controles e procedimentos de execução centralizados. A No exercício de 2017, para atender as mais variadas necessidades de seu funcionamento, o Instituto Federal Fluminense executou mais de R\$ 386 milhões dos recursos vinculados da Lei Orçamentária Anual, executados pela reitoria e pelos Campi. Desse montante, pouco mais de 82% do orçamento total correspondem a despesas ligadas a folha de pagamento de servidores efetivos e contratados temporariamente e seus encargos, bem como à manutenção dos pagamentos de Inativos. Se excluirmos desse percentual valores como: Inativos, pensões, encargos e auxílios, o percentual ligado aos salários, gira em torno de pouco mais de 52% de recursos aplicados em servidores ativos. Fator importante ligado aos gastos da folha são as contribuições previdenciárias, pois só elas chegam a 10% do orçamento global, correspondente a mais de R\$ 38 milhões, que representa despesas que retornam aos cofres públicos para atenderem aos gastos de outro ente. Importante destacar que o orçamento aplicado diretamente à folha de pagamento é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, cabendo a nossa Instituição a execução dentro dos procedimentos legais instituídos. Analisando os gastos ligados ao andamento das atividades referentes às ações orçamentárias inerentes ao Instituto, observa-se um valor de aproximadamente R\$ 69,4 milhões, que correspondem a 17,96% do orçamento total executado das ações da Lei Orçamentária Anual, utilizados na execução das despesas de funcionamento, capacitação de servidores, assistência estudantil e investimentos.

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 7- Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20RG)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	2080.20RG.26434.0033 Tipo: Atividade					
Título	Expansão e Reestruturação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009					
Programa	Educação de Qualidade para Todos: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26434					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.834.366,00	7.834.366,00	7.113.212,65	816.691,15	569.433,03	247.258,12	6.296.521,50
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Viabilizado		Unidade	13	13	11	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
11.779.370,85	6.565.242,24	88.133,38	Projeto Viabilizado	Unidade	-	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

*Não foi possível segregar o quantitativo físico atendido com RAP de exercícios anteriores e com recursos da LOA/2017.

Análise Situacional – Quadro 7

Do total da dotação desta ação para o exercício 2017, R\$ 2.926.829,00 foram disponibilizados pela SETEC/MEC e R\$ 4.907.537,00 referentes a Emendas Parlamentares. O Instituto Federal Fluminense através da ação 20RG - Expansão e Reestruturação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica executou despesas no valor total de R\$ 7.113.212,65, equivalente a aproximadamente 90,7% desta ação prevista na LOA 2017. A Administração do IFFluminense gerenciou os valores de restos a pagar não processados de exercícios anteriores durante o exercício 2017, realizando análises periódicas, sendo liquidados deste montante desta ação aproximadamente 55,73%, e cancelados deste montante desta ação aproximadamente 0,75%.

Quadro 8 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 20RL)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2080.20RL.26434.0033 Tipo: Atividade				
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional.				
Iniciativa		Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009				
Programa		Educação de Qualidade para Todos Código: 2080			Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26434				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.887.347,00	50.687.347,00	50.361.127,80	40.889.957,41	39.018.970,67	1.870.986,74	9.471.170,39
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudantes Matriculados		Unidade	21436	21436	21.570	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
12.768.068,10	7.925.443,40	1.885.419,81	Projeto Viabilizado	Unidade	-	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

*Não foi possível segregar o quantitativo físico atendido com RAP de exercícios anteriores e com recursos da LOA/2017.

Análise Situacional – Quadro 8

O Instituto Federal Fluminense através da ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional executou despesas no valor total de R\$ 50.361.127,80, equivalente a aproximadamente 99,36% dos valores desta ação prevista na LOA 2017, sendo executadas despesas essenciais para o funcionamento e manutenção de suas unidades. A Administração do IFFluminense gerenciou os valores de restos a pagar não processados de exercícios anteriores durante o exercício 2017, realizando análises periódicas, sendo liquidados deste montante desta ação aproximadamente 62,07%, e cancelados deste montante desta ação aproximadamente 14,77%.

Quadro 9 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 2994)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2080.2994.26434.0033 Tipo: Atividade				
Título		Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.				
Iniciativa		Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009				
Programa		Educação de Qualidade para Todos Código: 2080 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		26434				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.466.429,00	10.466.429,00	10.447.997,90	9.730.310,70	9.657.083,73	73.226,97	717.687,20
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefícios Concedidos		Unidade	3.500	3.500	12.929	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
531.910,10	317.836,82	167.912,98	Projeto Viabilizado	Unidade	-	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

*Não foi possível segregar o quantitativo físico atendido com RAP de exercícios anteriores e com recursos da LOA/2017.

Análise Situacional – Quadro 09

O Instituto Federal Fluminense através da ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica executou despesas no valor total de R\$ 10.447.997,90, equivalente a aproximadamente 99,82% dos valores desta ação prevista na LOA 2017, promovendo condições de permanência e ampliação do acesso através do financiamento estudantil a estudantes. A Administração do IFFluminense gerenciou os valores de restos a pagar de exercícios anteriores durante o exercício 2017, realizando análises periódicas, sendo liquidados deste montante desta ação aproximadamente 59,75%, e cancelados deste montante desta ação aproximadamente 31,57%.

Quadro 10 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS (Ação 4572)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2080.4572.26434.0033 Tipo: Atividade				
Título		Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação				
Iniciativa		Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação: 2109 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		26434				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.552.463,00	1.552.463,00	1.313.000,09	1.286.481,09	1.284.984,66	1.496,43	26.519,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Servidor Capacitado		Unidade	350	350	220	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
60.946,86	20.218,70	15.925,61	Projeto Viabilizado	Unidade	-	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

*Não foi possível segregar o quantitativo físico atendido com RAP de exercícios anteriores e com recursos da LOA/2017.

Análise Situacional – Quadro 10

O Instituto Federal Fluminense através da ação 4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação executou despesas no valor total de R\$ 1.313.000,09, equivalente a aproximadamente 84,57% dos valores desta ação prevista na LOA 2017. Através desta ação foram capacitados 220 servidores, sendo 23 com bolsas de capacitação para cursos de graduação, 18 com bolsas de capacitação para cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, 58 com bolsas de capacitação para cursos de Mestrado, 56 com bolsas de capacitação para cursos de Doutorado, 47 auxílios-defesa de tese e 18 cursos de atualização. A Administração do IFFluminense gerenciou os valores de restos a pagar de exercícios anteriores durante o exercício 2017, realizando análises periódicas, sendo liquidados deste montante desta ação aproximadamente 33,17% e cancelados deste montante desta ação aproximadamente 26,13%.

Quadro 11 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RG

Identificação da Ação							
Código	2080.20RG.26434.0033 Tipo: Atividade						
Título	Expansão e Reestruturação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009						
Programa	Educação de Qualidade para Todos: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26434						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
7.834.366,00	.834.366,00	7.113.212,65	8.034.366,00	Projeto realizado	13	13	11

Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RL

Identificação da Ação							
Código	2080.20RL.26434.0033 Tipo: Atividade						
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional.						
Iniciativa	Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009						
Programa	Educação de Qualidade para Todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26434						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
996.000,00	996.000,00	957.001,23	Estudantes Matriculados	Projeto realizado	21.436	21.436	21.570

Quadro 13 – Despesas por Natureza de Despesa de Investimentos das Ações da LOA

INVESTIMENTO		
Natureza de Despesa	campus	Valor
Outros serviços pessoa jurídica	Reitoria	R\$ 18.018,64
Obras e instalações	Reitoria	R\$ 320.617,28
Equipamentos e material permanente	Reitoria	R\$ 1.523.641,65
Equipamentos e material permanente	Campos Centro	R\$ 454.999,81
Obras e instalações	Campos Guarus	R\$ 256.844,82
Equipamentos e material permanente	Campos Guarus	R\$ 307.034,10
Equipamentos e material permanente	Bom Jesus do Itabapoana	R\$ 149.521,62
Obras e instalações	Quissamã	R\$ 352.743,16
Equipamentos e material permanente	Quissamã	R\$ 20.032,37
Equipamentos e material permanente	Cabo Frio	R\$ 510.817,44
Obras e instalações	Macaé	R\$ 203.103,06
Equipamentos e material permanente	Macaé	R\$ 258.512,04
Obras e instalações	Itaperuna	R\$ 322.801,21
Equipamentos e material permanente	Itaperuna	R\$ 603.436,17
Equipamentos e material permanente	Santo Antônio de Pádua	R\$ 649.276,96
Obras e instalações	Polo de Inovação	R\$ 199.995,75
Equipamentos e material permanente	Avançado São João da Barra	R\$ 82.231,46
Equipamentos e material permanente	Avançado Cambuci	R\$ 76.922,00
Obras e instalações	Avançado Cambuci	R\$ 995.002,25
Equipamentos e material permanente	Avançado Maricá	R\$ 764.662,09
Total		R\$ 8.070.213,88

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O contingenciamento de 20% dos limites orçamentários de custeio das ações 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional, 4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação e 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica, durante boa parte do exercício, gerou um cenário de incertezas quanto a liberação total dos valores condicionados na LOA 2017. Os respectivos valores contingenciamentos somente foram liberados durante o quarto trimestre do exercício, dificultando o planejamento e a execução orçamentária de custeio ao longo do exercício.

Parte do orçamento de investimento na ação 20RG - Expansão e Reestruturação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, especificamente o montante de R\$ 2.926.829,00, sofreu um contingenciamento de 40%, e parte dos recursos de investimentos de emendas parlamentares (R\$ 1.055.062,00) só foram liberados no mês de Outubro/2017, dificultando o planejamento e a execução orçamentária de investimento ao longo do exercício 2017.

2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Durante o exercício não houve obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.

2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 14 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (d) = (a-b-c)	
2016	2.805.320,67	2.780.446,12	18.910,17	5.964,38	
2015	675.358,89	592.574,76	2.608,08	80.176,05	
2014	19.113,92	6.675,87	0,00	12.438,05	
2013	70.917,82	374,80	35.940,73	34.602,29	
2012	141.255,47	2.872,49	3.190,51	135.192,47	
2011	129.683,34	0,00	127.513,56	2.169,78	
Total	3.841.650,11	3.382.944,04	188.163,05	270.543,02	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (i) = (e-g-h)
2016	20.205.966,47	16.202.618,25	15.994.109,05	1.140.264,47	3.071.592,95
2015	9.368.504,47	4.382.771,16	4.341.517,44	582.159,83	4.444.827,20
2014	753.003,58	14.153,72	14.153,72	384.058,63	354.791,23
2013	1.817.862,87	142.342,90	21.842,90	273.508,19	1.522.511,78
2012	216.649,71	4.026,70	4.026,70	166.042,42	46.580,59
2011	980,00	0,00	0,00	980,00	0,00
Total	32.363.688,44	20.745.912,73	20.375.649,81	2.547.734,88	9.440.303,75

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Análise Situacional – Quadro 14

O Instituto Federal Fluminense ao longo do exercício efetuou análises dos restos a pagar processados e não processados dos últimos exercícios, efetuando os devidos pagamentos e cancelamentos, e adotando medidas preventivas e corretivas quanto a inscrição de restos a pagar processados e não processados.

Durante o exercício 2017 houve a redução de 92,95% do saldo de restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores, comparado ao saldo de abertura do exercício 2017 de R\$ 3.841.640,11 e o saldo de encerramento do exercício 2017 de R\$ 270.543,02, sendo 88,06% referente a pagamentos e 4,89% referente a cancelamentos.

Durante o exercício 2017 houve a redução de 70,83% do saldo de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, comparado ao saldo de abertura do exercício 2017 de R\$ 32.363.688,44 e o saldo de encerramento do exercício 2017 de R\$ 9.440.303,75, sendo 62,96% referente a pagamentos e 7,87% referente a cancelamentos.

2.2.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 15 – Instrumentos de Transferências de Recursos

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Federal Fluminense									
CNPJ: 10.779.511/0001-07					UG/GESTÃO: 158139/26434				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	-	IF Brasília	30.000,00	Trata-se de um termo de cooperação técnica entre o IFB e mais 09 IFs para a participação da Rede Federal de EPT durante a 65ª reunião da SBPC ocorrida em Recife entre os dias 21 a 26 de julho de 2013.	0,00	30.000,00	jul/13	jul/13	4
3	001/2013	UFRRJ	400.000,00	Trata-se de Termo de Cooperação Técnico-Científica entre o IFFluminense e UFRRJ para promover a Qualificação e Capacitação de Docentes e Técnico-Administrativos do IFFluminense no Curso de Pós-Graduação - <i>Stricto sensu</i> , em nível de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da UFRRJ.	0,00	388.618,44	out/13	set/15	4
3	004/2013	UFF	233.717,00	Universidade Federal Fluminense: Termo de Cooperação Técnica-científica que objetiva promover a capacitação de docentes e técnicos administrativos do IFFluminense no curso de pós-graduação stricto sensu, em nível de Mestrado profissional, do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, desenvolvido e operacionalizado pelo Departamento de Pós-Graduação e Mestrado em Ensino e Saúde, pertencente à Escola de	0,00	181.033,92	set/13	dez/16	4

				Enfermagem Aurora de Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense.					
3	002/2013	UFRJ	440.000,00	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ: Termo de Cooperação Técnica-científica que objetiva promover a qualificação e capacitação de docentes e técnicos administrativos do IFFluminense no Curso de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> , em nível de Mestrado Profissional, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, desenvolvido e operacionalizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.	0,00	286.351,85	set/13	jun/17	1
3	003/2014	IFES	790.483,85	Instituto Federal do Espírito Santo - IFES: Termo de Cooperação Técnico-científica para realização de concurso público para provimento de cargos efetivos de carreira de Técnico Administrativo em Educação do IFFluminense.	0,00	790.483,85	fev/14	abr/15	4
3	001/2014	IFSC	509.220,60	Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC: Termo de Cooperação Técnico-científica para realização de concurso público para provimento de vagas de docentes da carreira da educação profissional e tecnológica - EBTT do IFFluminense	0,00	499.933,14	mar/13	mar/15	4

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Pró-reitoria de Administração / Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e PROAD / SIAFI

Quadro 16 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal Fluminense					
CNPJ:	10.779.511/0001-07					
UG/GESTÃO:	158139/26434					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	02	-	168.209,91	429.627,73
Totais	-	-	02	-	168.209,91	429.627,73

Fonte: SIAFI

Quadro 17 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Federal Fluminense					
UG/GESTÃO: 158139/26434					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	5	1	-
		Montante Repassado	2.146.421,20	30.000,00	-

Fonte: PROADM

Análise Situacional – Quadros 15, 16 e 17

O prazo de vigência do Termo de Cooperação nº 004/2013, firmado com a Universidade Federal Fluminense, foi prorrogado até 31/12/2016, pactuado através de termo de aditamento. O prazo de vigência do Termo de Cooperação nº 002/2013, firmado entre o IFFluminense e a UFRJ, previsto para 03 de dezembro de 2016, conforme a vigência do Termo de Cooperação estabelecido entre as duas instituições, foi prorrogado para 03 de Junho de 2017, pactuado através de termo de aditamento. O Instituto Federal Fluminense não recebeu as prestações de contas das Instituições receptoras dos recursos repassados destes referidos convênios constantes no Quadro 15. A Pró-reitoria de Administração solicitou providências aos setores competentes do IFFluminense responsáveis pela fiscalização dos

referidos instrumentos, para notificarem as referidas Instituições, solicitando as devidas prestações contas, para verificação do cumprimento do objeto e finalização destes processos.

O IFFluminense notificou em 20 de dezembro de 2017, através do Ofício nº 216/2017, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, solicitando a prestação de contas do Termo de Cooperação nº 01/2013, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para envio.

O IFFluminense notificou em 20 de dezembro de 2017, através do Ofício nº 215/2017, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, solicitando a prestação de contas do Termo de Cooperação nº 02/2013, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para envio.

O IFFluminense notificou em 20 de dezembro de 2017, através do Ofício nº 214/2017, a Universidade Federal Fluminense, solicitando a prestação de contas do Termo de Cooperação nº 04/2013, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para envio.

Foi realizada no exercício 2017 a reavaliação de todos os repasses efetuados nos exercícios 2013, 2014, 2015 e 2016, sendo retificados os valores repassados acumulados que totalizam o montante de R\$ 2.176.421,20.

2.2.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

No âmbito do Poder Executivo Federal, a prestações de contas por parte dos recebedores de recursos executados de forma descentralizada necessitam de registro nos sistemas contábeis.

Sendo assim, primeiro há uma prévia análise da área técnica responsável pelo Convênio ou Termo de Execução Descentralizada a fim de verificar o cumprimento do objeto, posteriormente, as prestações de conta são enviados à Pró-reitoria de Administração – PROADM para apreciação do Pró-Reitor de Administração e do contador responsável pela conformidade contábil, a fim de verificar os valores utilizados, comparando com os valores orçamentários repassados. Caso haja alguma inconsistência, a prestação de conta é remetida novamente a área técnica e, após sanadas as incoerências, o processo é reenviado à PROADM, com o objetivo de efetuar o registro e finalização.

2.2.6 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 18 - Receitas realizadas

Valores em R\$ 1,00

Receitas	Total
Aluguéis	251.055,22
Multas e Juros de Mora e Aluguéis	185,62
Multas e juros previstas em contratos	25.685,41
Receita da produção animal e derivados e produção vegetal	181.592,06
Tarifa de inscrição concursos e processos seletivos	813.190,00
Outras	4.492,34
	1.276.200,65

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Análise Situacional – Quadro 18

A Instituição realizou durante o exercício 2017 o valor total de R\$ 1.276.200,65 de receitas, sendo a maior arrecadação de receitas da Instituição provém de tarifa de inscrição Concursos e Processos Seletivos, que representou aproximadamente 63,72% do valor total das receitas.

2.2.7 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 19 – Despesas por modalidade de contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	49.321.692,24	12,59	53.345.084,31	14,61	28.605.975,24	7,76	31.677.848,72	9,26
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	80.106,45	0,00	0,00	0,00	15.273,63	0,00
c) Concorrência	7.412.016,38	1,89	9.017.423,32	2,47	1.329.100,21	0,36	1.058.084,07	0,31
d) Pregão	41.909.675,86	10,70	44.247.554,54	12,12	27.276.875,03	7,40	30.604.491,02	8,95
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2. Contratações Diretas (h+i)	12.257.840,56	3,13	8.958.987,96	2,45	10.174.416,36	2,76	8.052.563,75	2,35
h) Dispensa	10.236.102,70	2,61	6.983.904,57	1,91	8.389.011,92	2,28	6.254.900,76	1,83
i) Inexigibilidade	2.021.737,86	0,52	1.975.083,39	0,54	1.785.404,44	0,48	1.797.662,99	0,53
3. Regime de Execução Especial	43.176,14	0,01	46.444,24	0,01	43.176,14	0,01	46.444,24	0,01
j) Suprimento de Fundos	43.176,14	0,01	46.444,24	0,01	43.176,14	0,01	46.444,24	0,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	300.980.515,07	76,83	270.704.758,06	74,14	300.978.210,89	81,67	270.704.534,20	79,12
k) Pagamento em Folha	300.517.148,64	76,71	270.182.608,37	73,99	300.517.148,64	81,55	270.182.608,37	78,97
l) Diárias	463.366,43	0,12	522.149,69	0,14	461.062,25	0,13	521.925,83	0,15
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)	362.603.224,01	92,56	333.055.275,57	91,21	339.801.778,62	92,21	310.481.390,81	90,75
6. Total das Despesas da UPC	391.751.630,87	100	365.140.742,58	100	368.528.164,08	100	342.129.455,44	100

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Quadro 20 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Instituto Federal Fluminense		Código UO: 26434		UGO: 158139				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Líquidada		RP não processados		Valores Pagos	
I. Despesas de Pessoal.	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vencimentos e vantagens fixas- p. civil	197.057.877,81	179.637.905,50	197.057.877,81	179.637.905,50	0,00	0,00	197.057.877,81	179.637.905,50
Aposent. RPPS, reser. e refor. militar	48.183.514,00	40.119.333,61	48.183.514,00	40.119.333,61	0,00	0,00	48.183.514,00	40.119.333,61
Obrigações Patrimoniais	39.379.531,88	35.514.543,11	39.379.531,88	35.514.543,11	0,00	0,00	39.379.531,88	35.514.543,11
Pensões do RPPS e do militar	8.567.724,98	8.094.334,20	8.567.724,98	8.094.334,20	0,00	0,00	8.567.724,98	8.094.334,20
Contratação por tempo determinado - pes.civil	4.122.505,23	2.226.099,25	4.122.505,23	2.226.099,25	0,00	0,00	4.122.505,23	2.226.099,25
Despesas de exercícios anteriores	1.452.098,89	3.084.646,75	1.452.098,89	3.084.646,75	0,00	0,00	1.452.098,89	3.084.646,75
Sentenças Judiciais	1.061.435,13	1.038.035,28	1.061.435,13	1.038.035,28	0,00	0,00	1.061.435,13	1.038.035,28
Outras despesas Variáveis - pessoal civil	396.596,95	299.459,07	396.596,95	299.459,07	0,00	0,00	396.596,95	299.459,07
Contribuição a entidade fechada previdência	295.863,77	168.251,60	295.863,77	168.251,60	0,00	0,00	295.863,77	168.251,60
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes.	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros serv. de terceiros PJ	14.760.485,68	14.666.349,19	12.524.925,20	12.800.498,36	2.235.560,48	1.865.850,83	12.077.651,78	12.230.524,78
Locação de mão- de-obra	24.666.257,96	24.460.822,78	21.537.050,18	21.571.506,39	3.129.207,78	2.889.316,39	20.510.285,11	20.401.116,17
Auxílio financeiro a estudantes	9.941.621,30	11.760.122,52	9.941.295,30	11.703.332,52	326,00	56.790,00	9.832.372,42	11.523.779,19
Auxílio-alimentação	8.840.317,77	9.162.406,39	8.840.317,77	9.162.406,39	0,00	0,00	8.840.317,77	9.162.406,39
Material de consumo	7.293.963,91	6.161.213,01	3.716.136,74	3.857.817,90	3.577.827,17	2.303.395,11	3.438.046,83	3.632.053,44
Indenizações e restituições	3.751.743,07	3.642.696,76	3.751.743,07	3.642.696,76	0,00	0,00	3.729.091,42	3.642.696,76
Outros serviços de terceiros - p. física	1.969.711,27	2.025.240,95	1.915.605,27	2.020.063,15	54.106,00	5.177,80	1.885.027,65	2.014.558,02
Despesas de exercícios anteriores	1.873.548,19	1.357.962,17	1.617.159,54	1.330.755,70	256.388,65	27.206,47	1.616.266,20	1.330.755,70
Auxílio-transporte	1.868.660,85	2.692.599,91	1.868.660,85	2.692.599,91	0,00	0,00	1.868.660,85	2.692.599,91
Outros benef. assist. do servidor e do militar	1.320.901,25	1.289.143,74	1.320.901,25	1.289.143,74	0,00	0,00	1.320.901,25	1.289.143,74
Contratação por tempo determinado - pes. civil	652.244,46	367.576,27	652.244,46	367.576,27	0,00	0,00	652.244,46	367.576,27
Passagens e despesas com locomoção	637.329,31	1.062.831,91	448.222,55	788.130,74	189.106,76	274.701,17	421.448,90	747.741,40
Diárias - pessoal civil	463.366,43	522.149,69	463.366,43	522.149,69	0,00	0,00	461.062,25	521.925,83
Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	381.013,00	586.775,04	256.933,00	570.823,04	124.080,00	15.952,00	228.205,00	570.823,04
Obrigações tributárias e contributivas	162.064,09	168.949,47	108.851,57	155.462,25	53.212,52	13.487,22	108.851,57	155.462,25
Sentenças judiciais	106.975,91	128.034,72	106.975,91	128.034,72	0,00	0,00	106.975,91	128.034,72
Auxílio financeiro a pesquisadores	90.000,00	162.000,00	90.000,00		0,00	162.000,00	90.000,00	
Contribuições	36.550,00	43.567,00	36.550,00	43.567,00	0,00	0,00	36.550,00	43.567,00

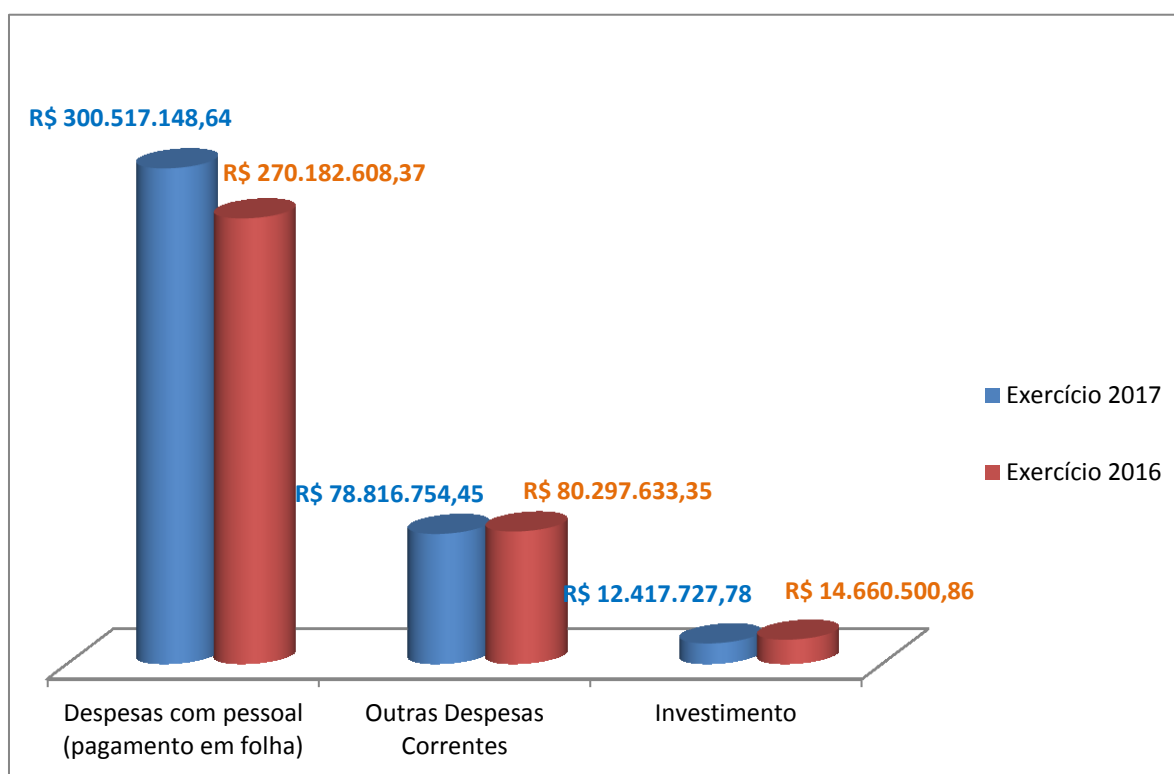
Material, bem ou serviço para dist. gratuita	0,00	37.191,83	0,00	20.226,80	0,00	16.965,03	0,00	20.226,80
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Obras e instalações	6.097.123,89	8.186.825,37	438.006,70	498.977,96	5.659.117,19	7.687.847,41	227.887,39	494.405,59
Equipamento e material permanente	6.299.356,86	6.439.490,49	811.083,38	1.552.213,45	5.488.273,48	4.887.277,04	541.150,04	943.265,07
Demais elementos do grupo	21.247,03	34.185,00	18.018,64	34.185,00	3.228,39	-	18.018,64	34.185,00
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Análise Situacional – Quadros 19 e 20

O total de despesas empenhadas no exercício 2017 foi de R\$ 391.751.630,87, superior em aproximadamente 7,29% das despesas empenhadas no exercício 2016, equivalente a R\$ 365.140.742,58.

Gráfico 1 – Valores de Despesas por Grupo

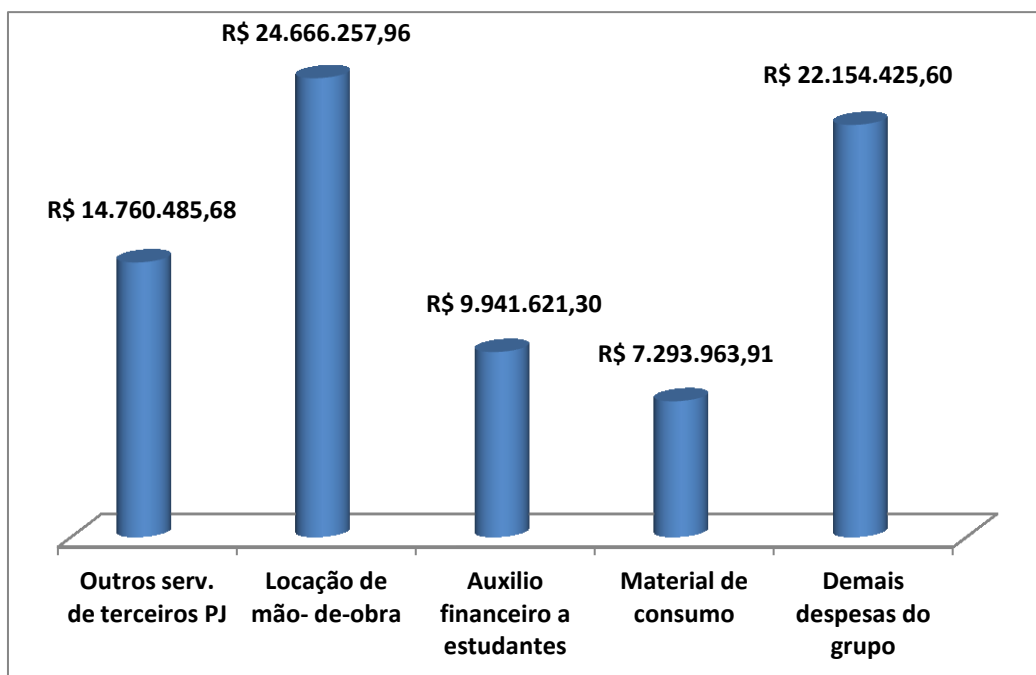


As despesas empenhadas com pessoal (pagamento em folha) no exercício 2017 foi de R\$ 300.517.148,64, que representa aproximadamente 76,71% do total das despesas empenhadas no exercício, superior em aproximadamente 11,23% das despesas de pessoal do exercício 2016 (R\$ 270.182.608,37).

As despesas empenhadas no exercício 2017 com investimentos foi de R\$ 12.417.727,78, que representa aproximadamente 3,17% do total das despesas empenhadas no exercício 2017, inferior em aproximadamente 15,3% dos valores empenhados em investimentos no exercício 2016. O valor empenhado no exercício com obras e instalações foi de R\$ 8.221.010,37 e com equipamento e material permanente de R\$ 6.439.490,49, que totalizaram um montante de R\$ 12.396.480,75.

As despesas empenhadas do Grupo – Outras Despesas Correntes no exercício 2017 foi de R\$ 78.816.754,45, que representa aproximadamente 20,12% do total das despesas empenhadas no exercício, inferior em aproximadamente 1,84% das despesas do referido grupo no exercício 2016 (R\$ 80.297.633,35).

Gráfico 2 – Outras Despesas Correntes



As principais despesas com locação de mão-de-obra contratadas pelo IFFluminense são os serviços de limpeza e conservação, vigilância e segurança patrimonial, manutenção predial, apoio administrativo (recepção), serviços agropecuários, preparo de alimentos e condução de veículos (motoristas).

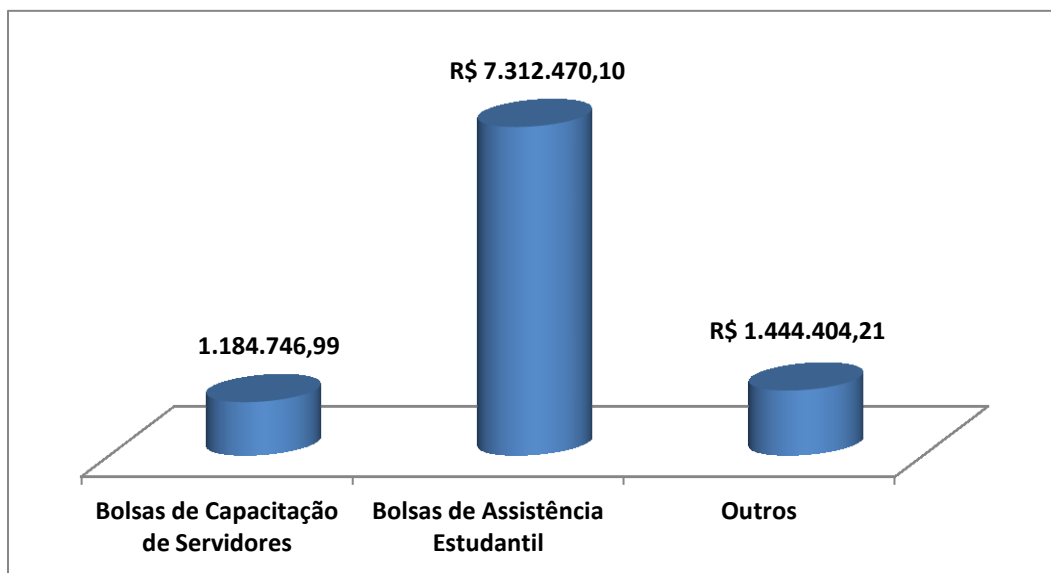
As contratações referentes a Outros Serviços Pessoa Jurídica são aquelas que não estão vinculadas ao fornecimento de mão-de-obra com dedicação exclusiva, como serviço de fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e tratamento de esgoto, telefonia e dados, serviços de impressão, manutenção de veículos, e outras.

As despesas empenhadas no exercício 2017 com outros serviços pessoa jurídica (R\$ 14.760.485,68) e com locação de mão de obra (R\$ 24.666.257,96), que totalizaram o montante R\$ 39.426.743,64, representam aproximadamente 10,06% do total das despesas

empenhadas no exercício 2017 e 50,02% do Grupo – outras despesas correntes, sendo superior em aproximadamente 0,76% das despesas com outros serviços de pessoa jurídica e com locação de mão de obra do exercício 2016 (R\$ 39.127.171,97). A administração do IFFluminense ao longo do exercício 2017 fez o acompanhamento e controle destas referidas despesas, analisando os contratos em andamento, redimensionando em algumas unidades o quantitativo de terceirizados, e mesmo ocorrendo as repactuações/reajustes anuais contratuais, principalmente aquelas referentes a locação de mão de obra, o IFFluminense conseguiu equilibrar os gastos destas despesas, comparadas com os valores empenhados no exercício 2016.

Os gastos com Material de Consumo concentram-se nas aquisições de materiais de expediente, materiais para laboratórios, manutenção predial, gêneros alimentícios para preparo de merenda e refeições, e outros materiais.

Gráfico 3 – Auxílio Financeiro a Estudantes

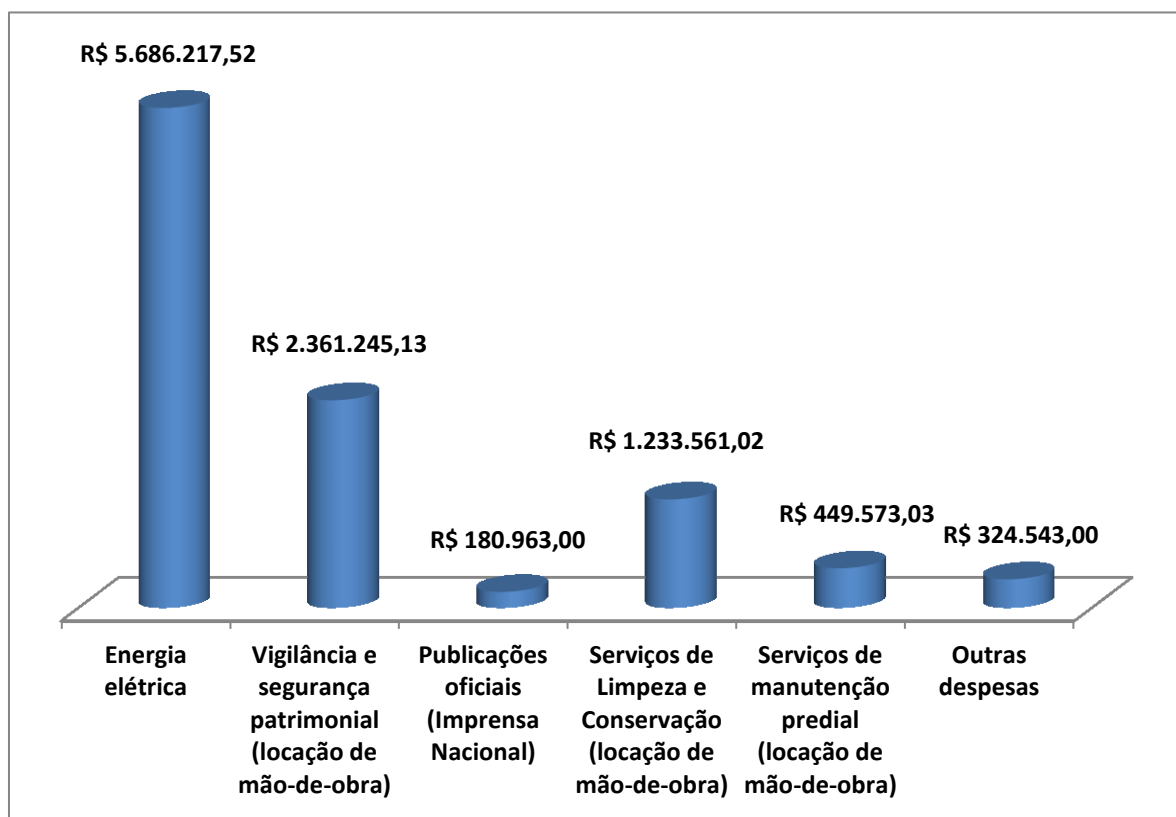


O Auxílio Financeiro a Estudantes referem-se a bolsas estudantis vinculadas a Política de Assistência Estudantil do IFFluminense, bolsas de capacitação para servidores vinculadas a Política de Capacitação do Instituto, e bolsas de Pesquisa, Extensão e Inovação, e outras.

As despesas empenhadas com contratações diretas dispensa no exercício 2017 totalizaram um montante de R\$ 10.236.102,70, que representa aproximadamente R\$ 2,61%

das despesas totais empenhadas no exercício 2017.

Gráfico 4 – Despesas na Contratação Direta Dispensa



As despesas com energia elétrica (Artigo 24, Inciso XXII, da Lei 8.666/1993), que totalizaram um montante de R\$ 5.686.217,52, representam aproximadamente 55,55% do valor total das despesas com contratação direta Dispensa.

As despesas com publicações oficiais no Diário oficial da União– Imprensa Nacional (Artigo 24, Inciso VIII, da Lei 8.666/1993), que totalizaram um montante de R\$ 180.963,00, representam aproximadamente 1,77% do valor total das despesas com contratação direta Dispensa.

As despesas com serviço de vigilância e segurança patrimonial, que totalizam um montante de R\$ 2.361.245,13, que representaram aproximadamente 23,07% do valor total das despesas com contratação direta Dispensa, referem-se a contratação de remanescente, Artigo 24, Inciso XI, da lei 8.666/1993, para a Reitoria, os *campi* Campos Centro, Campos Guarus, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Bom Jesus do Itabapoana, Avançado de Cambuci, Avançado



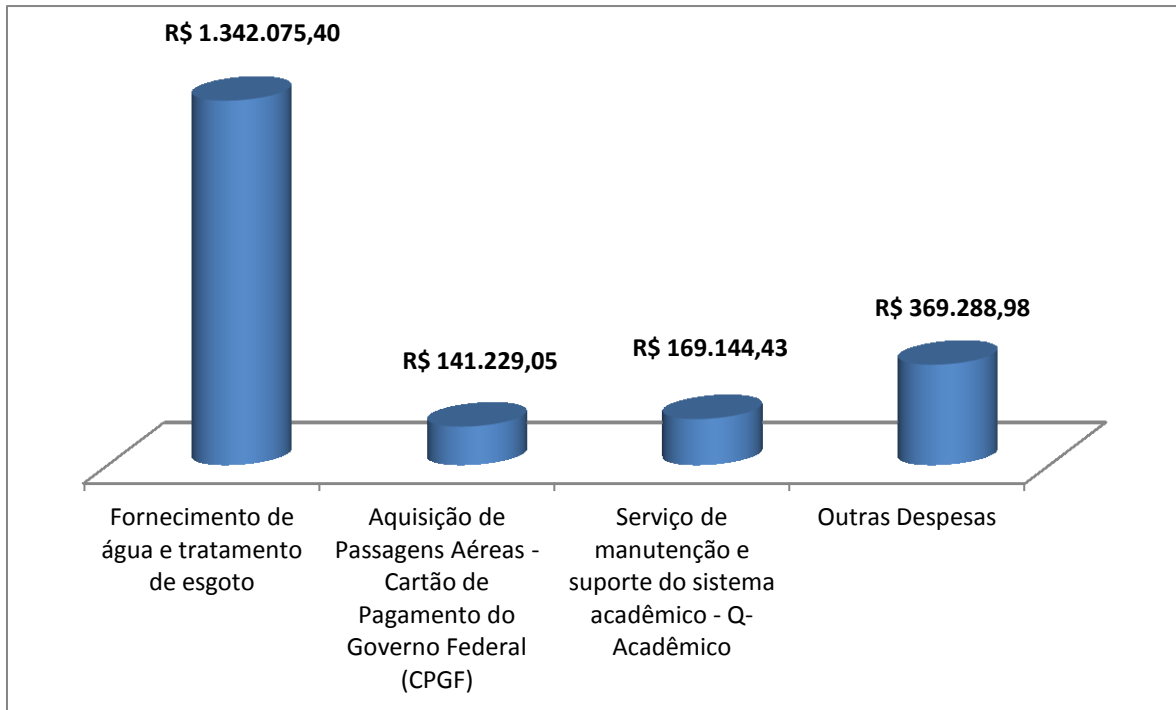
São João da Barra e Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, em virtude da rescisão unilateral do contrato nº 22/2016, Pregão Eletrônico nº 45/2016, em virtude do não cumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa contratada.

As despesas com serviço de limpeza e conservação, que totalizam um montante de R\$ 1.233.561,02, que representaram aproximadamente 12,05% do valor total das despesas com contratação direta Dispensa, referem-se a contratação de remanescente, Artigo 24, Inciso XI, da Lei 8.666/1993, para os *campi* Cabo Frio e Avançado Maricá, em virtude da rescisão unilateral do contrato nº 10/2012, Pregão Eletrônico nº 05/2012, em virtude do não cumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa contratada.

As despesas com serviço de manutenção predial, que totalizam um montante de R\$ 449.573,03, que representaram aproximadamente 4,39% do valor total das despesas com contratação direta Dispensa, referem-se a contratação emergencial (Contrato nº 38/2016), Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/1993, para a Reitoria, os *campi* Campos Centro, Macaé, Quissamã, Avançado Maricá e Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, em virtude da rescisão unilateral do contrato nº 09/2016, Pregão Eletrônico nº 70/2015, em virtude do não cumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa contratada. A contratação emergencial teve vigência de 04 (quatro) meses, sendo substituída por nova contratação (contrato nº 002/2017), realizada através do Pregão Eletrônico nº 133/2016.

As despesas empenhadas com contratações diretas Inexigibilidade no exercício 2017 totalizaram um montante de R\$ 2.021.737,86, que representa aproximadamente R\$ 0,52% das despesas totais empenhadas no exercício 2017.

Gráfico 5 – Despesas na Contratação Direta Inexigibilidade



As despesas com fornecimento de água e tratamento de esgoto (Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/1993), que totalizaram um montante de R\$ 1.342.075,40, representam aproximadamente 66,38% do valor total das despesas com contratação direta Inexigibilidade.

As despesas com aquisições de passagens aéreas via Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), que totalizaram um montante de R\$ 141.229,05, representam aproximadamente 6,98% do valor total das despesas com contratação direta Inexigibilidade.

As despesas com os serviços de manutenção e suporte do sistema acadêmico do IFFluminense (Artigo 25, Inciso I, da lei 8.666/93), Contrato nº 21/2015, que totalizaram um montante de R\$ 169.144,43, representam aproximadamente 8,37% do valor total das despesas com contratação direta Inexigibilidade.

O cenário de incerteza na liberação de limites orçamentários ao longo do exercício 2017 para custeio e investimento dificultou a execução orçamentária, prejudicando e retardando as contratações ao longo do exercício.

Os repasses de limites orçamentários de custeio ficaram limitados em liberações mensais de 1/18 do orçamento de custeio até o mês de Março, chegando em 60% do total de liberações no mês de Abril, sendo liberados 10% no mês de Julho, 5% no mês de Agosto e 5%

no mês de Setembro, totalizando 80% de liberações. Nos meses outubro e novembro foram realizadas novas liberações, totalizando assim os 100% previsto na LOA.

Parte do orçamento de investimento na ação 20RG, especificamente o montante de R\$ 2.926.829,00, sofreu contingenciamento de 40%, sendo disponibilizado o valor de R\$ 1.756.097,00. Durante o exercício 2017, foi liberado 1/18 do limite orçamentário deste recurso no mês de Fevereiro, chegando em 30% do total de liberações no mês de Maio, liberados 10% no mês de Julho, 5% no mês de Agosto, 5% no mês de Setembro e 10% no mês de Outubro, totalizando assim 60% de liberações de limite orçamentário.

O orçamento disponibilizado de emendas parlamentares, que totalizava um montante de R\$ 6.407.537,00, sendo R\$ 504.000,00 para custeio e R\$ 5.903.537,00 para investimento, sendo disponibilizado no mês de maio o montante de R\$ 5.164.367,00, no mês de julho recolhidos R\$ 156.861,00 e disponibilizados R\$ 730.662,00, no mês de agosto recolhidos R\$ 889.693,00, e no mês de Outubro disponibilizados R\$ 1.559.062,00.

Quadro 21 – Despesas empenhadas com Créditos Extraordinários

INVESTIMENTO			
Objeto	campus	Ação	Valor
Aquisição de mobiliários e equipamentos Bloco "G"	Campos Centro	20RG	R\$ 820.539,00
Obra de engenharia para construção de bloco de salas de aula com auditório e restaurante estudantil nas dependências do Campus Cabo Frio	Cabo Frio	20RG	R\$ 849.198,81
Obra de construção da Reitoria	Reitoria	20RG	R\$ 1.042.720,33
Obra de construção de prédio de laboratórios	Campos Guarus	20RG	R\$ 1.221.102,87
Obra de Recuperação estrutural e acréscimo do Bloco "A"	Polo de Inovação	20RG	R\$ 332.994,35
Aquisição de equipamentos	Polo de Inovação	6380	R\$ 80.958,54
Total			R\$ 4.347.513,90
CUSTEIO			
Objeto	campus	Ação	Valor
Aquisição de Materiais de Consumo	Polo de Inovação	6380	R\$ 106.140,28
Serviços de Locação	Reitoria	6380	R\$ 70.000,00
Total			R\$ 176.140,28

O IFFluminense recebeu créditos extraordinários/recursos descentralizados da SETEC – Secretaria da Educação Profissional Tecnológica na ação 20RG - Expansão e Reestruturação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, sendo viabilizados 05 projetos: Aquisição de mobiliários e equipamentos para o Novo Prédio de 8 (oito) andares (Bloco G) do campus Campos Centro; Obra de engenharia para construção de bloco de salas de aula com auditório e restaurante estudantil nas dependências do *campus* Cabo Frio; Obra de construção da Nova da Reitoria do IFFluminense, Obra de Recuperação estrutural e acréscimo do Bloco “A” do Polo do Inovação e Obra de construção de prédio de laboratórios do *campus* Campos Guarus. Destes recursos descentralizados desta ação foram empenhados o valor total de R\$ 4.266.555,36 referentes a despesas com investimento.

O IFFluminense recebeu créditos extraordinários / recursos descentralizados da SETEC – Secretaria da Educação Profissional Tecnológica na ação 6380 - Fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, sendo viabilizados 0 projetos: Implantação do Polo de Inovação em Campos dos Goytacazes e Locação de área de exposição, objetivando a participação dos Polos de Inovação dos Institutos Federais (IFFluminense, IFES, IFMG, IFBA, IFCE) na feira Brasil OffShore / 2017. Destes recursos descentralizados desta ação foram empenhados o valor total de R\$ 257.098,82, sendo R\$ 80.958,54 em investimento e R\$ 176.140,28 em despesas de custeio.

2.2.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 22 – Concessão de suprimento de fundos

Valor em R\$ 1,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158139	IFFluminense	-	-	15	33.400,00	3.000,00
	158274	IFFluminense <i>Campus</i> Campos Centro	-	-	3	12.000,00	4.000,00



	158385	IFFluminense <i>Campus</i> Itaperuna			1	4.000,00	4.000,00
	158386	IFFluminense <i>Campus</i> Guarus			1	4.000,00	4.000,00
	155851	IFFluminense <i>Campus</i> Quissamã			3	6.500,00	2.500,00
2016	158139	IFFluminense	-	-	20	62.500,00	4.000,00
	158274	IFFluminense <i>Campus</i> Campos Centro	-	-	2	5.000,00	4.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 23 – Utilização de suprimento de fundos

Valor em R\$ 1,00

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a + b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158139	IFFluminense	-	-	-	-	20.396,95	20.396,95
	158274	IFFluminense <i>Campus</i> Campos Centro	-	-	-	-	11.899,19	11.899,19
	158385	IFFluminense <i>Campus</i> Itaperuna	-	-	-	-	3.051,55	3.051,55
	158386	IFFluminense <i>Campus</i> Guarus	-	-	-	-	3.198,80	3.198,80
	155851	IFFluminense <i>Campus</i> Quissamã	-	-	-	-	4.629,65	4.629,65
2016	158139	IFFluminense	-	-	-	-	43.981,96	43.981,96
	158274	IFFluminense <i>Campus</i> Campos Centro	-	-	-	-	2.462,28	2.462,28



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Quadro 24 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Valor em R\$ 1,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158139	IFFluminense	339030	42	838,84
			4	550,00
			19	429,00
			16	270,20
			26	5.126,36
			9	145,55
			24	8.430,67
			25	822,83
			11	96,32
			339039	17
16	590,00			
63	1.616,18			
158274	IFFluminense / <i>Campus</i> Campos Centro	339030	12	9,00
			26	1.181,30
			24	7.354,41
			25	347,00
		339039	17	691,48
			16	1.496,00
158385	IFFluminense / <i>Campus</i> Itaperuna	339030	4	1.200,00
			21	19,20
			26	110,00
			24	339,00
			25	330,00
		339039	17	1.053,35
158386	IFFluminense / <i>Campus</i> Guarus	339030	42	232,90
			4	600,00
			26	417,00
			24	1.932,00



			25	16,90
155851	IFFluminense / <i>Campus</i> Quissamã	339030	42	45,50
			26	555,05
			24	1.198,10
			25	198,00
		339039	17	1.481,00
			16	510,00
			63	642,00

Fonte: SIAFI

Análise Situacional – Quadros 22, 23 e 24

Os gastos com suprimento de fundos do exercício totalizaram o montante de R\$ 43.176,14, que representa aproximadamente 0,01% das despesas correntes empenhadas no exercício 2017 (R\$ 379.333.903,09), sendo inferior em aproximadamente 6,63% comparados com os gastos com suprimento de fundos no exercício 2016 (R\$ 46.244,44).

2.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.3.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Apresenta-se uma análise dos indicadores referentes ao Acórdão nº 2.267/2005. Em conformidade com o que definiu o Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº. 2.267/2005, de 12/12/2005, quanto a indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - EPT, para aferição anual da atuação das Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETs), apresentam-se a seguir o quadro de Indicadores Primários (adaptação Decisão TCU nº. 408/2002), de Gestão de Desempenho (Acórdão 2.267/2005), com os seus respectivos Métodos de Cálculo, bem como os resultados obtidos pelo IFFluminense no exercício de 2017.

Quadro 25 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Ano					
		2017	2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	5,48	5,88	5,68	5,72	4,14	5,52
	Relação Ingressos/Estudantes	28,33%	27,36	22,70	24,10	28,54	26,76
	Relação Concluintes/Estudantes	17,12%	9,37	5,66	4,77	17,05	13
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	39,9%	48,26	40,84	55,10	55,68	48,4
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	9%	46,83	46,08	47,47	52,11	49,46
	Relação de Estudantes/Docente em Tempo Integral	25,06	24,01	20,82	21,24	26,62	27,22
Administrativos	Gastos Correntes por Estudantes	14.061,73	13.444,48	14.001,93	12.220,09	9.646,94	6.740,84
	Percentual de Gastos com Pessoal	77,6	73,99	73,42	70,54	66,81	69,7
	Percentual de Gastos com outros Custeios	15,39	17,20	17,29	17,67	17,81	17,84
	Percentual de Gastos com Investimentos	2,76	4,01	5,62	8,26	11,33	7,52
Socioeconômico	Número de Estudantes Matriculados por Renda <i>per Capita</i> Familiar	Ver Quadro 33					
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	3,59	3,81	3,67	3,54	3,52	3,06

Fonte: SISTEC - MEC (2016)

ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET

Quadro 26 - Componentes SISTEC

Descrição	NÚMERO
Vagas ofertadas	6.442
Inscritos	35.291
Ingressantes	6.111
Matrículas atendidas	21.570
Concluídos	3.693
Evadidos	5.014
Retidos	1.961

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018)

Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - EPT determinados no Acórdão 2.267/2005 - TCU.

A. Relação Candidato / Vaga

Objetivo: Identificar a relação candidato / vaga

Método de Cálculo:

Relação Candidato/Vaga = Inscrições / Vagas ofertadas

Quadro 27 – Relação candidatos por vaga

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
N.º de Candidatos	35.291	36.120	31.961	31.863	22.994	25.406
Vagas Ofertadas	6.442	6.142	5.631	5.568	5.959	4.601
Relação Candidato/Vaga	5,48	5,88	5,68	5,72	3,86	5,52

Fonte: SISTEC - MEC (2016)

Análise Crítica:

Esse indicador representa a aderência dos cursos da instituição aos interesses educacionais dos estudantes e trabalhadores das regiões de abrangência dos *campi*. Analisando o Quadro 27, que apresenta a relação de candidatos por vagas ofertadas, observa-se que a relação candidato/vaga em 2017 apresentou uma diminuição em 6,8% quanto ao observado em 2016, destacando-se que houve aumento de 4,9% na oferta de vagas. Nesse cenário, o IFFluminense tem realizado levantamentos e análises através da Pró-Reitoria de Ensino para aprofundar os indicadores por curso e por *campus* com a finalidade de elaboração de propostas educacionais para melhor desempenho desse indicador e a criação de instrumentos para as tomadas de decisão.

B. Relação Ingressos/ Matrículas

Objetivo: Quantificar a taxa de ingressos em relação ao total de estudantes

Método de Cálculo:

Relação: $\frac{\text{Nº de Ingressos}}{\text{Matrículas}} \times 100$

Quadro 28 - Relação Ingressos/Matrículas

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Nº. de Ingressos	6.111	6.130	4.279	4.231	6.166	5.550
Matrículas	21.570	22.405	18.853	17.555	21.605	20.741
Relação Ingresso/Matrículas (%)	28,33	27,36	22,70	24,10	28,54	26,76

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018) e SISTEC - MEC (2016)

Análise Crítica:

Observa-se no Quadro 28, que trata da Relação Ingressos/Matrículas, que em 2017 houve uma pequena diminuição do número de matrículas. Observa-se que, comparativamente, houve um aumento na relação ingresso/matrículas quanto a 2016, indicando que a contribuição das matrículas de ingressantes para o total de matrículas foi maior em 2017. O IFFluminense, através da Diretoria de Gestão Acadêmica e Políticas de Acesso tem realizado levantamentos e análises para aprofundar os indicadores por curso e por *campus* com a finalidade de elaboração de propostas educacionais para melhor desempenho desse indicador e a criação de instrumentos para as tomadas de decisão.

C. Relação de Concluintes/Estudantes

Objetivo: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de estudantes

Método de Cálculo: Relação: $\frac{\text{Nº de Concluintes e Integralizados}}{\text{Estudantes Matriculados}} \times 100$

Quadro 29 - Relação de Concluintes/Matrículas

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Nº de Concluintes	3.693	2.099	1.068	838	3.673	2.686
Matrículas	21.570	22.405	18.853	17.555	21.605	20.741
Relação Concluintes/Matrículas (%)	17,12	9,37	5,66	4,77	17,05	13

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018) e SISTEC - MEC (2016)

Análise Crítica:

Na análise do Quadro 29 mostra o crescimento da relação Concluintes/Matrículas, que atingiu, em 2017, o maior valor da série observada. As variações no indicador durante o período são explicadas parcialmente pela abertura de novos cursos, que acarretam aumento de matrículas sem que haja contrapartida equivalente de concluintes, por não haver matrículas em série final. Parte da oscilação é explicada pelas diferenças entre os calendários acadêmicos e o período de extração de dados feita pela SETEC, que tem como base o ano civil, acarretando a término do período letivo no ano seguinte ao previsto. A obtenção dos dados para análise foi feita na Plataforma Nilo Peçanha, que foi disponibilizada para acesso em 15 de março de 2018. Nesta data, alguns *campi* ainda não haviam finalizado seus anos letivos e ainda há comprometimento das informações devido a esta particularidade.

D. Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes

Objetivo: Quantificar a eficiência da Instituição

Método de Cálculo:

$$\text{Relação: } \frac{\sum \text{N}^\circ \text{ de Concluintes} + \text{Integralizados}}{\sum \text{N}^\circ \text{ de Concluintes} + \text{Integralizados} + \text{Evadidos} + \text{Desligados} + \text{Transferidos Externos}} \times 100$$

Indicador de Eficiência (%) em 2017 = $3.693 / (3.672 + 21 + 5.014) = 3.693 / 8.707 = 42,41 \%$

Quadro 30 - Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Nº de Concluintes	3.693	2.099	1.068	838	3.673	2.686
Indicador de Eficiência (%)	42,41	48,26	40,84	55,10	55,68	48,4

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018) eSISTEC - MEC (2016)

Análise Crítica:

Visando um aumento da eficiência acadêmica, foi constituída, em 2016, uma comissão com a finalidade de estudar indicadores de permanência e êxito dos estudantes nos cursos do IFFluminense. Esse estudo vem sendo conduzido pela Pró-reitoria de Ensino e pela Diretoria de Políticas Estudantis, no sentido da proposição de estratégias para a melhoria do índice de eficiência acadêmica entre outros indicadores. É válido ressaltar também que, em cada *campus*, foi constituída uma comissão local para discussão e proposição de ações em torno deste tema. Todas as análises e projetos construídos compuseram o Plano de Permanência e Êxito do IFFluminense (Resolução IFF Nº 23 de 06 de outubro de 2017).

E. Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Objetivo: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de estudantes

Método de Cálculo:

$$\text{Relação: } \frac{\text{Nº. de Estudantes Retidos (reprovação + trancamento)}}{\text{Estudantes Matriculados}} \times 100$$

Estudantes Matriculados

Quadro 31 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Nº. de Estudantes Retidos	1.961	10.493	8.688	8.334	11.259	10.259
Nº. de Estudantes Matriculados	21.570	22.405	18.853	17.555	21.605	20.741
Relação Estudantes Retidos/Estudantes Matriculados (%)	9	46,83	46,08	47,47	52,11	49,46

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018) eSISTEC - MEC (2016)

Análise Crítica:

Visando melhorar este indicador, foi constituída uma comissão com a finalidade de estudar indicadores de permanência e êxito dos estudantes nos cursos do IFFluminense. Este estudo vem sendo conduzido pela Pró-reitoria de Ensino e pela Diretoria de Políticas Estudantis, no sentido da proposição de estratégias de combate à retenção. É válido ressaltar também que, em cada *campus*, foi constituída uma comissão local para discussão e proposição de ações em torno deste tema. Todas as análises e projetos construídos compuseram o Plano de Permanência e Êxito do IFFluminense (Resolução IFF Nº 23 de 06 de outubro de 2017).

F. Relação Estudantes / Docente em Tempo Integral

Objetivo: Quantificar de estudantes por Docente em Tempo Integral

Método de Cálculo:

Relação: Nº. de Estudantes Matriculados

(Nº. de Docentes 20h*0,5)+Docentes de 40h +Docentes DE)

= 21.570/(26*0,5)+73 +819) = 21.570/905 = 23,83

Quadro 32 - Relação Estudantes/ Docente em Tempo Integral

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Nº. de Matrículas	21.570	22.405	18.853	17.555	21.605	20.741
Nº. de Docentes Tempo Integral	906	898,5	905,5	826,5	811,5	762
Relação Matrículas/Docente em Tempo Integral (%)	23,83	24,94	20,82	21,24	26,62	27,22

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018) , SIAPE, SISTEC - MEC (2016)

Análise Crítica:

Desde 2012, este indicador vem apresentando índices que atendem a meta estabelecida pelo Acordo de Metas e Compromissos, entre o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o Instituto Federal Fluminense, de alcançar a relação de 20 estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor, considerando-se os estudantes dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (*Lato sensu* e *Stricto sensu*) e de Formação Inicial e Continuada.

Quadro 33 - Número de estudantes matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar

RFP por SM (%)	0<RFP≤0,5	0,5<RFP≤ 1	1< RFP≤ 1,5	1,5<RFP≤ 2,5	2,5<RFP≤ 3	RFP> 3
2012	20,15%	23,74%	18,98%	14,32%	6,67%	10,62%
2013	19,60%	22,10%	8,30%	5,80%	4,30%	5,80%
2014	19,45%	18,61%	12,24%	7,79%	10,90%	5,98%
2015	16,94%	15,58%	7,61%	5,86%	2,45%	2,63%

2016	18,83%	18,12%	10,26%	6,66%	2,76%	3,28%
2017	26,18%	23,66%	6,38%	8,42%	3,69%(*)	4,13% (*)

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018) e Sistema Acadêmico do IFFluminense (2016)

Nota: Em 2012 - 5,53 % dos estudantes não informaram a renda familiar, em 2013 - 34,10 % dos estudantes não informaram a renda familiar, em 2014 - 25,03 % dos estudantes não informaram a renda familiar, 2015 – 48,93% dos estudantes não informaram a renda familiar e em 2016, 40,07% dos estudantes não informaram a renda familiar. Em 2017, 27,54% não informaram a renda familiar.

(*) As faixas obtidas na Plataforma Nilo Peçanha são $2,5 < RFP \leq 3,5$ e $RFP > 3,5$.

Análise Crítica:

O quadro acima retrata o perfil socioeconômico dos estudantes do IFFluminense, onde a porcentagem de estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos permanece maior que estudantes com renda familiar superior a 1,5 salários mínimos.

H. Gastos Correntes por Estudantes

Objetivo: Quantificar os Gastos por Estudantes.

Método de Cálculo:

$$\text{Gastos Correntes por Estudantes} = \frac{\text{Gastos Correntes}}{\text{Estudantes Matriculados}}$$

$$\text{Gastos Correntes por Estudantes 2017} = 318.934.216,00 / 22.681 = 14.061,73$$

Quadro 34 - Gastos Correntes por Estudantes

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Valor R\$	14.061,73	13.444,48	14.001,93	12.220,09	9.646,94	6.740,84

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018)

Análise Crítica:

Quanto aos gastos correntes relacionadas às matrículas, percebe-se uma elevação significativa. A instituição passou de R\$ 6.740,84, em 2012, para R\$ 14.061,73, em 2017. Os principais fatores que influenciaram o aumento nos gastos por estudante estão diretamente

relacionados com despesas com pessoal, ocasionados pelo aumento no número de servidores e salários.

I. Percentual de Gastos com Pessoal

Objetivo: Quantificar o gasto com pessoal em relação aos gastos totais.

Método de Cálculo:

$$\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$$

Quadro 35 - Percentual de Gastos com Pessoal

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Índice (%)	77,59	73,99	73,42	70,54	66,81	69,70

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018)

Análise Crítica:

Destaca-se a evolução dos gastos nas despesas relacionadas a pessoal. Em 2017, essa despesa atingiu o patamar de aproximadamente a 77,59% dos gastos totais. Ao se analisar a série histórica desde 2012, a representatividade dos gastos com pessoal aumentou em aproximadamente 7,89%, passando de 69,70% para 77,59% em 2017.

J. Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)

Objetivo: Quantificar o percentual de gasto com outros custeios em relação aos gastos totais.

Método de Cálculo:

$$\text{Percentual de Gastos com Outros Custeios} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$$

Quadro 36 - Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Índice (%)	15,39	17,20	17,29	17,67	17,81	17,84

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018)

Análise Crítica:

Os gastos com outras despesas de custeio, que se referem à manutenção das atividades do IFFluminense, bem como ações de assistência e capacitação, correspondem a



aproximadamente 15,39% dos gastos totais. Percebe-se uma queda na representatividade em relação aos exercícios anteriores, considerando que a disponibilidade orçamentária para financiamento do funcionamento do Instituto nos últimos exercícios não acompanhou o crescimento Institucional, fazendo com que o IFFluminense redimensionasse suas despesas, reduzindo gastos principalmente em seus contratos de prestação de serviços de locação de mão-de-obra e outras despesas pessoa jurídica. Outro fator para queda da representatividade destas despesas em relação aos gastos totais foi o crescimento de gastos nas despesas relacionadas a pessoal.

K. Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)

Objetivo: Quantificar o percentual dos gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais.

Método de Cálculo:

$$\text{Percentual de Gastos com Investimentos} = \frac{\text{Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$$

Quadro 37 - Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)

Descrição	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Índice (%)	2,76	4,01	5,62	8,26	11,33	7,52

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018)

Análise Crítica:

Os gastos com investimento mostram uma trajetória decrescente desde 2013, tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. Em 2017, os valores de investimento correspondem a aproximadamente 2,76%, enquanto que, em 2013, representavam 11,33% desses. Essa trajetória é reflexo da redução da disponibilidade orçamentária na ação 20RG para investimento, e também, em virtude da disponibilidade orçamentária para financiamento do funcionamento do Instituto nos últimos exercícios não acompanhar o crescimento da Institucional. O contingenciamento de 40% de parte do orçamento em investimento no exercício 2017 contribuiu também para esta redução. Outro fator para queda da representatividade destas despesas em relação aos gastos totais foi o crescimento de gastos nas despesas relacionadas a pessoal.



2.4 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

A unidade prestadora de contas não teve em 2017 projetos e programas financiados com recursos externos.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Esta seção apresenta a estrutura de governança do IFFluminense, demonstrando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem e os controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados.

3.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do IFFluminense está contemplada no Estatuto, com apoio no Regimento Geral e nos Regimentos próprios em função das especificidades. Desta forma, a estrutura de governança atualmente está prevista da seguinte forma:

Quadro 38- Estrutura de governança do IFFluminense

Estrutura de governança
(1) CONSELHO SUPERIOR - CONSUP
Descrição: O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo da organização administrativa do IFFluminense. O Conselho será composto por representantes dos servidores docentes, dos servidores técnico-administrativos em educação, dos estudantes, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes deste Instituto Federal Fluminense, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.
Base Legal: art. 9, §3º da Lei nº 11.892/2008, Arts. 8.º e 9.º do Estatuto do IFFluminense aprovado pela Resolução CONSUP Nº 12, de 02/03/2015 e pelas normas específicas do Regimento do IFFluminense (Resolução CONSUP Nº 14 de 02/03/2015) e Regimento do CONSUP ((Resolução CONSUP Nº 13 de 02/03/2015).
Atribuições: I – aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Fluminense e zelar pela execução de sua política educacional; II – deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal Fluminense e dos Diretores-Gerais dos <i>campi</i> /unidades administrativas; III – apreciar e aprovar o plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal Fluminense; IV – apreciar, aprovar e acompanhar a execução do plano de ação e da proposta orçamentária anual do Instituto Federal Fluminense; V – aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, os regulamentos internos e as normas disciplinares; VI – aprovar as normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; VII – autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; VIII – apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo



<p>sobre a propriedade e regularidade dos registros;</p> <p>IX – deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Fluminense;</p> <p>X – autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Fluminense, bem como o registro de diplomas;</p> <p>XI – aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal Fluminense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;</p> <p>XII – autorizar a alienação de bens imóveis e legados na forma da lei;</p> <p>XIII – deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.</p>
<p>Forma de Atuação: Reuniões ordinárias a cada dois meses (acontecendo sempre as quintas-feiras e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros designados e empossados. As reuniões do Conselho Superior poderão ser transmitidas, ao vivo, pelo endereço eletrônico institucional.</p>
<p>(2) COLÉGIO DE DIRIGENTES</p>
<p>Descrição: O Colégio de Dirigentes, integrante da administração superior da Instituição, tem funções consultivas, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, tendo a seguinte composição: o Reitor, os Pró-Reitores e os Diretores-Gerais dos <i>campi</i>/unidades administrativas.</p>
<p>Base Legal: art. 10 da Lei nº 11.892/2008, Arts. 10 e 11 do Estatuto do IFFluminense aprovado pela Resolução CONSUP Nº 12, de 02/03/2015 e pelas normas específicas do Regimento do IFFluminense (Resolução CONSUP Nº 14 de 02/03/2015).</p>
<p>Atribuições:</p> <p>I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;</p> <p>II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;</p> <p>III. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal Fluminense;</p> <p>IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;</p> <p>V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;</p> <p>VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Fluminense a ele submetido.</p>
<p>Forma de atuação: O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.</p>
<p>(3) CONSELHOS DE CAMPUS</p>
<p>Descrição: Finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFF nos respectivos <i>campi</i>. O Conselho de <i>Campus</i> é um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador em conformidade com as estritas definições de competências estabelecidas no Regimento Geral do IFFluminense.</p>
<p>Base Legal: Regimento do IFFluminense (Resolução CONSUP Nº 14 de 02/03/2015).</p>
<p>Atribuições:</p> <p>I. Aprovar o Projeto Político-pedagógico do <i>Campus</i>, sempre de acordo com as diretrizes gerais</p>

<p>estabelecidas no Estatuto e no Regimento Geral do IFF;</p> <p>II. Avaliar a organização e o funcionamento geral do <i>campus</i>;</p> <p>III. Propor à direção ações a serem desenvolvidas;</p> <p>IV. Propor as prioridades para o dimensionamento das necessidades de composição e capacitação de pessoal;</p> <p>V. Apreciar as propostas de criação, extinção ou alteração dos cursos no âmbito do <i>campus</i> para fundamentar a deliberação de órgãos competentes;</p> <p>VI. Aprovar o número de vagas para ingresso nos cursos ofertados no âmbito do <i>campus</i>;</p> <p>VII. Apreciar o planejamento e o relatório de gestão apresentados pela Direção do <i>campus</i>, sem prejuízo de competência hierárquica do Conselho Superior.</p> <p>VIII. Estudar e propor a celebração de convênios de interesse do <i>campus</i>;</p> <p>IX. Apreciar a proposta orçamentária anual para o <i>campus</i> apresentada pelo Diretor-Geral;</p> <p>X. Aprovar a proposta de Regimento de <i>Campus</i> para ser submetida à aprovação do Conselho Superior e sugerir futuras modificações regimentais;</p> <p>XI. Analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos escolares, apresentando sugestões ou soluções que servirão de recomendações para a Direção do <i>campus</i>;</p> <p>XII. Acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira do <i>campus</i>;</p> <p>XIII. Acompanhar a execução das ações pedagógicas e administrativas;</p> <p>XIV. Estimular atitudes avaliativas quanto à instituição, às atividades docentes, técnico-administrativas e discentes, no âmbito do <i>campus</i>;</p> <p>XV. Apreciar a organização do espaço físico do <i>campus</i>;</p> <p>XVI. Apreciar as questões a ele submetidas.</p>
<p>Forma de atuação: O Conselho de <i>Campus</i> reunir-se-á ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros. As reuniões do Conselho de <i>Campus</i> poderão ser abertas à participação de membros da comunidade acadêmica na condição de ouvintes, desde que este seja o entendimento dos membros do Conselho do <i>Campus</i>, a partir do tema proposto.</p>
<p>(4) CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO (CENPE)</p>
<p>Descrição: Órgão colegiado intermediário, integrante da Administração Geral da Instituição, tem funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural, desportiva e de gestão.</p>
<p>Base Legal: Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Resolução CONSUP Nº 22 de 26/02/2016).</p>
<p>Atribuições:</p> <p>I. Elaborar o seu próprio Regimento e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior;</p> <p>II. Definir diretrizes e prioridades do IFFluminense nos campos do ensino, da pesquisa, extensão e gestão;</p> <p>III. Emitir parecer prévio ao Conselho Superior sobre o Projeto Político-Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional, naquilo que se refere ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão; apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;</p> <p>IV. Elaborar normas complementares ao Regimento Geral do IFFluminense sobre matéria didático-pedagógica, pesquisa, extensão, gestão, transferências de estudantes, revalidação e equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, certificação profissional e de outros assuntos de sua competência específica, para</p>



aprovação do Conselho Superior;

V. Emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VI. Avaliar e recomendar desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou adequação de cursos e programas;

VII. Emitir parecer prévio ao Conselho Superior no caso de criação ou extinção de cursos;

VIII. Estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos;

IX. Julgar recursos das decisões originadas nos *campi*, em matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural, desportiva e gestão;

X. Apreciar e emitir parecer prévio sobre normas disciplinadoras de ingresso, lotação, remoção, remanejamento, regime de trabalho, carga horária, progressão funcional, avaliação e qualificação de servidores.

Forma de atuação: O CENPE reunir-se, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 de seus membros. As reuniões do CENPE serão abertas à participação de membros da comunidade acadêmica na condição de ouvintes.

(5) NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Descrição: O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), conforme estabelecido pela Lei N.º10.973 de 2 de dezembro de 2014 (Lei da Inovação), é o órgão responsável por gerir a política de inovação adotada pelo Instituto Federal Fluminense.

Base Legal: Regimento do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal Fluminense (Resolução CONSUP N° 22 de 24/02/2016).

Atribuições:

I- encorajar a invenção, a criatividade e a inovação no âmbito do Instituto Federal Fluminense;

II – promover uma adequada proteção das invenções geradas no âmbito do Instituto;

III – promover a integração do Instituto com a comunidade para a geração e transferência de tecnologias;

IV- identificar oportunidades e incentivar a inovação, amparados pela Proteção Intelectual;

V– apoiar a constituição de núcleos de competências nos *campi* conectados com a necessidade local;

VI – coordenar e supervisionar as atividades de transferência de tecnologia;

VII – elaborar e zelar pela manutenção de políticas institucionais de proteção dos resultados de pesquisas científicas e tecnológicas no âmbito do Instituto;

VIII - prestar informações ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

IX – elaborar e zelar pela manutenção de políticas Institucionais de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

X – avaliar acordos, convênios ou contratos a serem firmados entre o Instituto e/ou sua Fundação Pró-IFF e instituições públicas ou privadas quanto à observância do que prescreve a Lei de Inovação, principalmente se a proporção da propriedade intelectual está equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria, uso de recursos humanos, financeiros e materiais, alocados pelas partes contratantes;

XI – emitir parecer sobre a cedência dos direitos de propriedade intelectual do Instituto Federal Fluminense para que o (s) respectivo (s) inventor (es) possa(m) exercer em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade esse direito, nos termos da legislação pertinente;

XII – zelar para que os inventores do Instituto Federal Fluminense cumpram a exigência legal de não



divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de invenções de cujo desenvolvimento tenham participado diretamente ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização do NIT;

XIII – avaliar, classificar e acompanhar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa por meio de um eficiente canal de comunicação;

XIV – opinar quanto à conveniência de divulgação e promover a proteção das invenções no âmbito do Instituto;

XV – acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual do Instituto, de acordo com o preconizado no Art. 11 deste documento;

XVI – informar aos órgãos competentes externos quanto à política de propriedade intelectual do Instituto, às criações desenvolvidas no âmbito da Instituição, às proteções requeridas e concedidas e aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados;

XVII- participar de conselhos do Instituto que tenham relação com as atividades do NIT;

XVIII – estabelecer parcerias em rede com outros NITs;

XIX- capacitar os Núcleos de Inovação Tecnológica Avançados – caracterizados no Art. 17 deste Regimento, nos *campi*;

XX – disseminar a cultura da propriedade intelectual.

Forma de atuação: O NIT funciona operacionalmente no Polo de Inovação Campos dos Goytacazes (PICG) e também recebe as demandas dos pesquisadores e inventores do IFFluminense via canais de comunicação (e-mail e telefone).

(6) COMISSÃO DE CAPACITAÇÃO

Descrição: A Comissão de Capacitação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico - Profissional e à Formação Continuada dos Servidores do IFFluminense é composta pelos representantes titulares e suplentes de Gestão de Pessoas dos *campi*, da Pró-reitoria responsável pelo Desenvolvimento de Pessoas, pelas Pró-reitorias responsáveis pela pesquisa e extensão e demais Pró-reitorias, com a participação do representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente Central (CPPD) e representante da Comissão Interna de Supervisão - Central (CISPCCTAE).

Essa comissão será oficializada por meio de portaria atualizada regularmente e será presidida pela Diretoria da Escola de Formação, do Desenvolvimento e do Bem-Estar do Servidor.

Base Legal: RESOLUÇÃO CONSUP Nº 58, de 07 de outubro de 2016.

Atribuições:

A Comissão de Capacitação tem por finalidade examinar a luz dos critérios estabelecidos nas normas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada do servidor: as solicitações iniciais, suspensão e prorrogação de Bolsa Institucional de Apoio à Formação Continuada, as solicitações de afastamentos parciais ou integrais para cursos de pós-graduação *Stricto sensu* e pós-doutorado e os pedidos de horário especial ao servidor estudante emitindo parecer final. Além de manter um sistema de acompanhamento de desempenho acadêmico dos servidores e do cumprimento das diferentes fases previstas no Programa de estudos, permanentemente atualizado e disponível para fornecer, a qualquer momento, informações para fins de diagnóstico ou avaliação.

Forma de atuação: A Comissão de Capacitação reúne-se periodicamente, conforme a demanda apresentada, para avaliar questões pertinentes à sua atribuição, buscando o consenso em suas análises.

(7) COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO



<p>Descrição: A Comissão própria de avaliação (CPA) é criada com a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna (autoavaliação) da instituição, de sistematização e de coleta de informações..</p>
<p>Base Legal: A Comissão própria de avaliação (CPA) do IFFluminense foi instituída visando atender ao que preceitua a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo-se em um órgão colegiado permanente de coordenação do processo de autoavaliação do Instituto.</p>
<p>Atribuições: A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi constituída considerando a estrutura <i>multicampi</i> do IFFluminense, a partir de Comissões Locais de Avaliação, com as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none">• Auxiliar na implementação do processo de autoavaliação e avaliação externa da Instituição;• Acompanhar o desenvolvimento das atividades avaliativas;• Sistematizar os processos de avaliação interna e suas informações;• Prestar informações sobre a avaliação institucional sempre que solicitada;• Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional. <p>As Comissões Locais de Avaliação são formadas em cada <i>campus</i> do Instituto com as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none">• Analisar e opinar sobre as questões dos instrumentos avaliativos;• Organizar e controlar a aplicação dos instrumentos de avaliação em seu <i>campus</i>;• Auxiliar na organização de relatório parcial de autoavaliação institucional;• Manter arquivo das atividades realizadas; <p>Prover informações das bases de dados do <i>campus</i>.</p>
<p>Forma de atuação: As CLA's se reúnem mensalmente em seus <i>campus</i>, responsáveis por reuniões de sensibilização de toda comunidade acadêmica do <i>campus</i> com o processo de autoavaliação, assim como o acompanhamento da execução da mesma no <i>campus</i>. A CPA se reúne com as CLA's de forma bimestral, planeja e controla todo o processo de autoavaliação.</p>
<p>(8) COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE – CPPD</p>
<p>Descrição: A Comissão tem por finalidade assessorar os colegiados competentes e dirigentes máximos do IFFluminense para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.</p>
<p>Base Legal: Lei 12.772/2012, art. 26; Decreto 7.806, de 17 de setembro de 2012, art. 8º; Portaria MEC nº 475, de 26 de agosto de 1987, Capítulo II; Portaria MEC nº 554, de 20 de junho de 2013, art. 11; Portaria MEC nº 1.094, de 7 de novembro de 2013, art. 12; Portaria MEC nº 982, de 3 de outubro de 2013, art. 13; Resolução nº 10 de 2013 do Conselho Superior do IFFluminense; Resoluções nº 20 e 43 de 2015 do Conselho Superior do IFFluminense; Resolução nº 03 de 2014 do Conselho Superior do IFFluminense, art. 2º, parágrafo único, art. 24, §3º, art. 26 e 27 e Anexo IV-B; Resolução nº 23 de 2014 do Conselho Superior do IFFluminense; Resolução nº 08 de 2014 do Conselho Superior do IFFluminense; Manual de Normas e Critérios da Vida Funcional dos Docentes do CEFET-Campus.</p>
<p>Atribuições: Assessora o colegiado competente ou dirigente máximo no que diz respeito a:</p> <p>dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;</p> <p>contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;</p> <p>apreciação, para posterior deliberação do Presidente do Conselho Superior, os assuntos concernentes a alteração do regime de trabalho docente;</p>

avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;

solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e

liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

desenvolvimento de estudos e análises que permitam fornecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos;

recebimento, análise e encaminhamento de solicitações de RSC;

acompanhamento da avaliação de desempenho docente e emissão de parecer sobre Memorial Descritivo nos processos de promoção à Classe de Professor Titular;

outras atribuições definidas pela IFE:

Comissão Central da CPPD:

acompanhar e supervisionar a execução da Regulamentação da Atividade Docente;

acompanhar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada do servidor;

Assessorar a Reitoria e o Conselho Superior na proposição de políticas para os docentes, em consonância com as ações e políticas do IFFluminense;

Desenvolver ações de interlocução e integração entre os *campi* no que se refere às políticas para os servidores docentes;

Promover, em parceria com as Pró-reitorias, ações que visem à capacitação/aperfeiçoamento dos docentes;

Apreciar os critérios definidos pelas normas específicas, na realização dos concursos públicos e processos seletivos para docentes;

Participar do processo de construção e reformulação de toda regulamentação referente ao pessoal docente do IFFluminense;

Encaminhar providências no processo de reformulação do presente Regimento.

Comissões Locais da CPPD:

Atuar na discussão e aplicação da política de pessoal, segundo a legislação vigente e regulamentações adotadas pelo IFFluminense;

Assessorar a Direção Geral e o Conselho de *campus* no que diz respeito às políticas voltadas para os docentes;

Participar da formulação de políticas para o pessoal docente no IFFluminense;

Apreciar e dar parecer, no tocante ao corpo docente do *campus*, no que diz respeito a:

alteração do regime de trabalho;

avaliação do desempenho docente para efeito de progressão funcional;

solicitação de afastamento para a realização de atividades de capacitação;

Encaminhar os processos analisados, subsidiados com parecer, ao órgão competente para cumprimento e/ou decisão final;

Apoio aos docentes junto aos setores diversos;

Designar qual de seus membros deverá constituir a Comissão Central.

Forma de atuação: A CPPD está organizada em Comissão Central da CPPD e Comissões Locais da CPPD. A Comissão Central assessora o Conselho Superior (CONSUP), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CENPE) e o Reitor, enquanto as Comissões Locais, uma para cada *campus* do IFFluminense, assessoram os Conselhos de *Campus* e o Diretor Geral do *campus*. Além do assessoramento aos



colegiados e dirigentes máximos, a CPPD orienta e apoia os docentes da carreira do Magistério Federal, acompanhando e/ou coordenando processos atinentes a seus concursos, carreiras e capacitação.

(9) COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO - CISPCCTAE

Descrição: A Comissão tem por finalidade o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da implantação e implementação do Plano de Carreira bem como coordenar, a cada mês, a análise das progressões dos servidores técnico-administrativo em educação, em conjunto com os representantes de gestão de pessoas de cada *campus*.

Base Legal: Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; Portaria MEC nº 2.519, de 15 de julho de 2005; Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006; Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006; Portaria IFF nº 429, de 20 de agosto de 2009; Resolução do CONSUP IFFluminense nº 04/2011 03 de março de 2011; Resolução do CONSUP IFFluminense nº 11 /2013, de 19 de abril de 2013.

Atribuições:

I - Supervisionar a execução da política de pessoal técnico-administrativo do IFFluminense, observada a legislação pertinente;

II – Acompanhar a implantação do Plano de Carreira, em todas as suas etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento;

III – Auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em Educação;

IV – Fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira no âmbito do IFFluminense;

V – Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do Plano;

VI – Apresentar propostas, fiscalizar e acompanhar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do IFFluminense e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas;

VII - Avaliar, anualmente, as propostas de lotação do IFFluminense, conforme o inciso I do §1º do Art.24 da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que trata do dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade de cargos na instituição;

VIII – Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFFluminense, proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram;

IX - Participar, efetivamente, junto aos órgãos do IFFluminense responsáveis pelo desenvolvimento das pessoas, no planejamento dos programas de capacitação do pessoal técnico-administrativo;

X – Manter os servidores Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense, informados de suas principais atividades, pelos meios de comunicação e reuniões nos *campi*.

XI – Examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão;

Art. 10 – Compete à Comissão Local da CISPCCTAE;

I-Auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em Educação;

II – Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFFluminense, proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram;

III- Participar, efetivamente, junto aos órgãos do IFFluminense responsáveis pelo desenvolvimento das pessoas, no planejamento dos programas de capacitação do pessoal técnico-administrativo;

IV - Manter os servidores Técnico-Administrativos em Educação do IFFluminense, informados de suas principais atividades, pelos meios de comunicação e reuniões nos *campi*.



V- Auxiliar a área de pessoal no processo de avaliação de desempenho dos servidores Técnico-Administrativos em Educação.

Forma de atuação: A Comissão Central da CISPCCTAE reunir-se-á, de forma ordinária, a cada mês, de acordo com o calendário elaborado pela Comissão, e, extraordinariamente, por convocação do seu Coordenador Geral ou por solicitação de maioria simples de seus integrantes. As matérias submetidas à CISPCCTAE serão apreciadas com a presença da maioria simples de seus membros.

(10) AUDITORIA INTERNA

Descrição: A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Base Legal: Resolução CONSUP N.º 40, de 22/12/2017 (Estatuto IFF) e Resolução CONSUP N.º 63 de 04/11/2016 (Regimento da Auditoria Interna) e Resolução CONSUP N.º 4, de 03/03/2011 (Regimento Geral IFF).

Atribuições:

- I.** Acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito do Instituto, visando à comprovação da conformidade de sua execução;
- II.** Assessorar os gestores do Instituto no acompanhamento da execução dos programas de governo, objetivando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- III.** Verificar a execução do orçamento da entidade, visando a comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- IV.** Verificar o desempenho da gestão do Instituto, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;
- V.** Orientar subsidiariamente os dirigentes do Instituto quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;
- VI.** Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual do Instituto e tomada de contas especiais;
- VII.** Propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações do Instituto, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;
- VIII.** Acompanhar a implantação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;
- IX.** Comunicar, tempestivamente, os fatos irregulares, que causaram prejuízo ao erário, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à direção do Instituto e esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, para ressarcir o Instituto;
- X.** Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna – RAIN, a serem encaminhados ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos e na forma estabelecida pela Instrução Normativa CGU n.º 07/2006, e posteriores alterações;
- XI.** Verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que compõem as contas do Instituto;
- XII.** Testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.



Forma de atuação: A equipe é composta por 5 servidores de carreira (auditores internos), atuando junto às unidades administrativas em processo de auditoria, e ainda com assessoramento à alta administração deste Instituto. Utilizamos o PAINTE para planejamento dos trabalhos, os Relatórios de Auditoria e Pareceres para realização das atividades e o RAINTE para a prestação de contas de nossas atribuições. A unidade prestadora de contas não realizou contratação de empresa de auditoria independente para realizar auditoria na gestão e/ou nas demonstrações contábeis.

(11) COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS DO IFFLUMINENSE (CEUA-IFFluminense)

Descrição: Órgão colegiado autônomo, multidisciplinar, de caráter deliberativo e educativo que tem por finalidade analisar e qualificar, do ponto de vista ético, de acordo com a legislação vigente, todos os planos de ensino e/ou projetos que envolvam o uso de animais no IFFluminense e instituições conveniadas, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. A CEUA-IFFluminense é vinculada diretamente à Reitoria do IFFluminense. Mais informações podem ser acessadas na página da CEUA-IFFluminense pelo endereço eletrônico <https://sites.google.com/site/ceuaiffluminense/home>, na qual podem ser encontrados formulários, documentos e informações importantes para a utilização de animais no ensino e na pesquisa de forma ética.

Base Legal: RESOLUÇÃO CONSUP Nº 023, de 26 de fevereiro de 2016.

Atribuições:

- I - cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto na Lei Federal 11.794 de 08 de outubro de 2008, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais em ensino, pesquisa e extensão;
- II - examinar previamente os planos de ensino e protocolos de aulas práticas, de pesquisa e de extensão, que utilizem animais, a serem realizados no IFFluminense e instituições conveniadas, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável, nos aspectos éticos e do mérito científico;
- III - manter cadastro atualizado dos protocolos experimentais ou pedagógicos, aplicáveis aos procedimentos de ensino, projetos de pesquisa e de extensão realizados, ou em andamento, na instituição, enviando cópia ao CONCEA;
- IV - manter cadastro dos pesquisadores e docentes que desenvolvam protocolos experimentais ou pedagógicos, aplicáveis aos procedimentos de ensino, projetos de pesquisa e de extensão realizados, ou em andamento, na instituição, enviando cópia ao CONCEA;
- V - expedir, no âmbito de suas atribuições, certificados que se fizerem necessários perante órgãos de financiamento de pesquisa, periódicos científicos ou outras entidades;
- VI - notificar imediatamente ao CONCEA e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente com os animais nas instituições credenciadas, fornecendo informações que permitam ações saneadoras; VII - estabelecer programas preventivos e de inspeções anuais, para garantir o funcionamento e a adequação das instalações sob sua responsabilidade, dentro dos padrões e normas definidas pelo CONCEA;
- VIII - solicitar e manter relatório final dos projetos realizados na instituição, que envolvam uso científico de animais no ensino, na pesquisa e na extensão;
- IX - avaliar a qualificação e a experiência do pessoal envolvido nas atividades de criação, ensino, pesquisa e extensão de modo a garantir o uso adequado dos animais;
- X - divulgar normas e tomar decisões sobre procedimentos e processos pedagógicos, experimentais e de extensão, sempre em consonância com as normas em vigor;
- XI - assegurar que suas recomendações e normas do CONCEA sejam observadas pelos profissionais envolvidos na criação ou utilização de animais;
- XII - consultar formalmente o CONCEA sobre assuntos de seu interesse, quando julgar necessário;
- XIII - desempenhar outras atribuições, conforme deliberações do CONCEA;



XIV - incentivar a adoção dos princípios de refinamento, redução e substituição no uso de animais em ensino, pesquisa e extensão;

XV - determinar a paralisação de qualquer procedimento em desacordo com a Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008, na execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

Forma de atuação: A CEUA somente poderá funcionar com a presença de no mínimo dois terços de seus membros efetivos, salvo em casos de segunda convocação, com no mínimo 1/3 dos membros efetivos, mas com a participação mínima de um biólogo e um médico veterinário. As decisões da CEUA serão aprovadas por maioria simples, dos membros presentes nas reuniões. A CEUA deverá encaminhar anualmente ao CONCEA, por meio do CIUCA, relatório das atividades desenvolvidas, até o dia 31 (trinta e um) de março do ano subsequente.

(12) CÂMARAS DE ENSINO, DE EXTENSÃO, DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO, DE ARTE E CULTURA, DE ESPORTES, DE ADMINISTRAÇÃO, DE GESTÃO DE PESSOAS E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Descrição: As Câmaras são órgãos colegiados consultivos, vinculadas aos respectivos Colegiados/Conselhos que têm a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações do IFFluminense na sua área de atuação. A Câmara de Ensino é composta pelo Pró-reitor de Ensino e Diretores de Ensino dos *campi*, sendo que hoje temos, também, a participação dos Diretores da Pró-Reitoria e da equipe técnico-pedagógica da PROEN. A Câmara de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação é composta pelo Pró-reitor de Pesquisa e Inovação e Diretores ou coordenadores de Pesquisa dos *campi* (ou função equivalente). A Câmara de Extensão é composta pelo Pró-Reitor de Extensão e Diretores ou coordenadores de Extensão dos *campi*. A Câmara de Arte e Cultura é composta pelo Diretor de Desenvolvimento de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas e por um representante de cada campus. A Câmara de Esportes é composta pelo Diretor de Desenvolvimento de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas e pelos Coordenadores de Esportes/Educação Física dos *campi*. A Câmara de Administração é composta pelo Pró-reitor de Administração e Diretores de Administração dos *campi* (ou funções equivalentes). A Câmara de Gestão de Pessoas é composta pela Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadores de Gestão de Pessoas dos *campi* (ou funções equivalentes). A Câmara de Tecnologia da Informação é composta pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e pelos Diretores do Departamento de Tecnologia da Informação dos *campi* (ou funções equivalentes).

Base Legal: Regimento do IFFluminense (Resolução CONSUP Nº 13 de 02/03/2015).

Atribuições:

- I. Acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à sua área;
- II. Subsidiar os respectivos Conselhos no tocante às políticas de sua área de atuação;
- III. Analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas pelas respectivas Pró-reitorias e/ou Diretorias dos *campi* (ou estruturas equivalentes);
- IV. Elaborar e atualizar normas regulamentadoras das atividades de sua área de atuação no âmbito do IFFluminense, que deverão ser submetidas ao Colégio dos Dirigentes ou ao Conselho Superior, sempre de acordo com as atribuições estabelecidas pelo Estatuto do IFFluminense..

Forma de atuação: As Câmaras se reúnem de acordo com a dinâmica de cada área.

(13) CONSELHO EDITORIAL DA ESSENTIA

Descrição: O Conselho Editorial é o órgão deliberativo superior da Essentia Editora, tendo a seguinte composição: os Coordenadores da Essentia Editora, ocupantes do cargo de Editor Executivo e Editor Científico; um representante de cada uma das grandes áreas do conhecimento; um representante dos



servidores do corpo técnico-administrativo em exercício na Essentia Editora e seu respectivo suplente; dois membros externos ao quadro de servidores do Instituto Federal Fluminense.
Base Legal: Regimento da <i>Essentia</i> Editora do Instituto Federal Fluminense (Resolução CONSUP Nº 39 de 28/11/2013).
Atribuição: I - definir a política editorial da Essentia Editora; II - aprovar o plano anual orçamentário e editais relacionados às atividades editoriais; III - analisar as obras e materiais a serem editados e selecionar os que estejam de acordo com a política editorial; IV - criar comissões para finalidades editoriais específicas; V - indicar, se necessário, especialistas para avaliação técnica de obras e materiais a serem publicados pela Editora.
Forma de atuação: O Conselho Editorial reunir-se, ordinariamente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por maioria simples de seus membros.

Fonte: Gabinete da Reitoria

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

1 - Posicionamento da Unidade de Auditoria Interna no organograma da Instituição

Os trabalhos de auditoria do IFFluminense são sistematizados pela Unidade de Auditoria Interna, integrante da estrutura organizacional da Reitoria e vinculada diretamente ao Conselho Superior, nos termos do Art. 15, §3º, do Art. 15 do Decreto 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002. De acordo com o art. 25 do Estatuto do IFFluminense, a Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Em relação ao arcabouço jurídico em que se fundamentam as atividades da UAI citamos as seguintes Resoluções do Conselho Superior: n.º 40/2017 (Estatuto), n.º 04/2011 (Regimento Geral) e n.º 63/2016 (Regimento da Auditoria Interna), disponíveis em “<http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2017/reolucao-36>”, “<http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2011/resolucao-no-04-de-03-de-marco-de-2011>” e “<http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2016/resolucao-4>”, respectivamente.

Apesar das normas estatutárias e regimentais da Auditoria Interna vincularem a unidade ao CONSUP - órgão máximo da organização administrativa do IFFluminense, o Regimento Geral do Instituto, que já se encontra em fase de atualização, há de ser modificado, principalmente no que se refere ao posicionamento da unidade de auditoria interna. Essa vinculação tem por objetivo proporcionar à unidade de auditoria interna um posicionamento suficientemente elevado de modo a permitir-lhe desincumbir-se de suas responsabilidades com abrangência e maior independência.

A figura 1 representa o posicionamento da unidade no organograma vigente:



Fonte: Organograma do IFFluminense

Além da posição da Unidade de Auditoria Interna no organograma do IFFluminense, o envolvimento do CONSUP na definição dos normativos que regem a atividade da AUDINT é fundamental para garantir sua independência. Nesse sentido, podemos mencionar a aprovação do regimento da Auditoria Interna do IFFluminense (Resolução CONSUP N° 63/2016); aprovação das decisões sobre nomeação e exoneração do auditor-chefe (Resolução CONSUP N° 42/2017), entre outras.

Outrossim, a independência da Unidade de Auditoria Interna, no âmbito do Instituto Federal Fluminense, também pode ser correlacionada ao disposto no art. 21 do Regimento da Auditoria Interna:

“Art. 21 Os servidores integrantes da Unidade de Auditoria Interna, no exercício de suas atribuições, possuem autorização de acesso a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias, devendo as unidades administrativas do Instituto Federal Fluminense atender às solicitações de informações feitas pela Unidade de Auditoria Interna e propiciar aos seus integrantes todas as condições

necessárias para a realização de suas atividades, em conformidade com o que dispõe o Tribunal de Contas da União.”

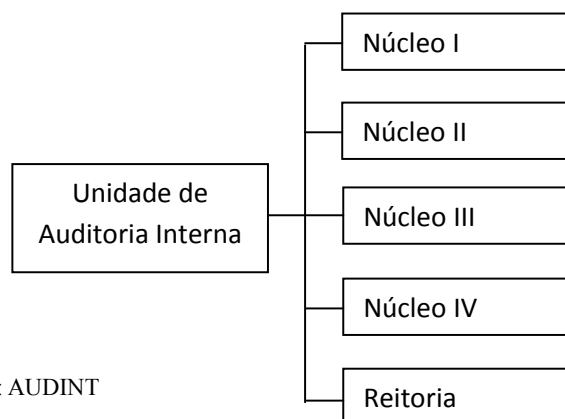
2 - Estratégia de atuação da Unidade de Auditoria Interna em relação aos trabalhos propostos

Para o exercício de 2017, a Unidade de Auditoria Interna adotou como estratégia a abrangência das auditorias realizadas em todos os campi do Instituto Federal Fluminense, contemplando a maioria dos temas previstos no PAINT/2017.

Tal estratégia teve como premissa o treinamento/aperfeiçoamento dos auditores que compõem a equipe de auditoria, especificamente em relação ao amplo conhecimento necessário para a condução de temas tão diversos.

Ainda no contexto da atuação da unidade administrativa, os trabalhos de auditoria foram distribuídos por núcleos, conforme evidencia a Figura 2, e definidos a partir do recorte por proximidade geográfica dos municípios em que atua o Instituto Federal Fluminense, de acordo com o art. 6º da Resolução do Conselho Superior N.º 63/2016, possibilitando, dessa forma, a alocação de 1 (um) servidor-Auditor para 1 (um) núcleo, confirmando a realização dos trabalhos de forma mais próxima do campus, aperfeiçoando, conseqüentemente, práticas de gestão naqueles locais.

Figura 2 – Estrutura administrativa de atuação da Unidade de Auditoria Interna do IFFluminense



Fonte: AUDINT

No entanto, com vistas a preservar a independência dos auditores internos, restou consagrada no art. 20 do Regimento da Auditoria Interna norma pretendendo evitar que os Auditores Internos desempenhem tarefas de gestão administrativa, próprias de gestores. Assim:

Art. 20 É vedado à Unidade de Auditoria Interna realizar atos que possam caracterizar participação na gestão do Instituto, como despachos e decisões em processos, bem como participar de comissões de sindicâncias e de processo administrativo disciplinar, dentre outras atividades que sejam incompatíveis com as atribuições da Auditoria Interna, consoante orientação do Tribunal de Contas da União.

Com efeito, o Regimento da Auditoria Interna ao definir, em seu art. 6º, a estrutura organizacional da unidade, favoreceu a consecução da aludida estratégia de trabalho, seccionando-a em cinco núcleos, conforme descrição abaixo:

1. Núcleo I – Campus Bom Jesus de Itabapoana, Campus Santo Antônio de Pádua, Unidade de Formação Profissional de Cordeiro, Campus Itaperuna e Campus Cambuci;
2. Núcleo II – Campus Campos-Centro, Campus Campos-Guarus, Campus São João da Barra e Unidade de Pesquisa e Extensão Agropecuária - UPEA;
3. Núcleo III – Campus Macaé e Campus Quissamã;
4. Núcleo IV – Campus Cabo Frio, Campus Itaboraí e Campus Maricá;
5. Reitoria.

Em 2017, a Unidade de Auditoria Interna atuou com 5 (cinco) servidores, conforme evidencia o quadro 39. Há, contudo, um concurso em andamento, para preenchimento, entre outros cargos, de um código de vaga de auditor.

Quadro 39– Estrutura da Auditoria Interna do IFFluminense

Unidade	Matrícula	Auditor	Cargo / Formação	CH
REITORIA	1812530	HECTOR LUCAS CARDOSO RIVAS JUNIOR	Chefe de Auditoria / Ciências Contábeis	40
NÚCLEO I	2229692	ROSANA ALVES GAMA SOUZA DA SILVA	Auditor / Direito	40
NÚCLEO II	2193492	LIVIA LOUZADA DE MORAES	Auditor / Direito	30
NÚCLEO III	2163022	MARIANA DE OLIVEIRA TARGINO MACHADO	Auditor / Direito	40
NÚCLEO IV	2162950	VANESKA TAVARES RANGEL PRESTES	Auditor / Direito	40

Fonte: AUDINT

Os auditores internos são lotados na Reitoria, por força do Art. 6º, §7º do Regimento da Auditoria Interna – Resolução CONSUP nº 63/2016, sendo-lhes facultado ter exercício permanente em qualquer dos campi que compõe o seu núcleo, mantendo-se, porém, sua vinculação à Unidade de Auditoria Interna.

Cumprido ressaltar que as atividades de auditoria são desenvolvidas tanto na Reitoria como nos demais campi do IFFluminense, possuindo cada qual sala reservada, computadores, scanner, mesas, armários entre outros equipamentos necessários à realização de suas atividades.

O Auditor-Chefe é responsável pelos trabalhos relacionados à Reitoria - local de lotação e exercício - e também por coordenar, planejar, dirigir, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades da Unidade. Os auditores internos de cada núcleo realizam auditoria, conforme o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, observando o planejamento inicialmente concretizado a fim de orientar a execução e acompanhamento das atividades.

Emitidos os relatórios de auditoria, damos ciência ao presidente do Conselho Superior (Reitor), via gabinete da Reitoria, e ainda a cada Diretor-Geral do campus auditado, bem como aos responsáveis das áreas sob aferição. Assim, as constatações e consequentes recomendações são socializadas com a Alta gestão objetivando viabilizar que a mesma busque soluções eficazes para eliminar as fragilidades apontadas pela auditoria interna,

atuando assim no fortalecimento dos controles internos.

As recomendações, porventura, propostas nos Relatórios de Auditoria são classificadas em: implementadas, não implementadas, em implementação ou sem resposta da área auditada.

3 - Da escolha do titular da Unidade de Auditoria Interna

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da UAI é processada conforme disposto no Art. 15, §5º do Decreto N.º 3.591/2000 c/c Portaria N.º 2.737/2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, onde esta é submetida pelo Reitor ao Conselho Superior quanto a sua aprovação, e após, à aprovação da Controladoria Geral da União (CGU), para assim indicar o titular por meio de Portaria.

Ainda em relação ao rito, são seguidos nesse processo os entendimentos emanados do Acórdão TCU N.º 3.386/2013 Plenário, que menciona em seu item 9.2.1.2.5. “que o Coordenador-Geral da Audint deve ser nomeado entre os auditores da Ifes (item 137)”.

Em 2017, a Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal Fluminense passou por uma mudança à frente da chefia. O último titular da AUDINT esteve à frente da Chefia durante o período de 21/08/2012 até 16/11/2017, sendo tanto a sua nomeação quanto a sua exoneração aprovadas pela Controladoria Geral da União. No último dia útil do exercício de 2017, a nova titular passou a conduzir interinamente a unidade, nos termos da Portaria IFF nº 1898, de 27 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2017 e da Resolução CONSUP nº 42/2017, até a aprovação da indicação pela CGU.

3.2.1 Sobreposição de carga horária - PRONATEC

O acórdão TCU nº 1.006/2016 determinou às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, §1º, da Lei 12.513/2011 c/c arts. 12 e 14, §4º da Resolução FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no PRONATEC e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas.

Essa determinação foi atendida pela Unidade de Auditoria Interna em 2017, mediante ação de auditoria interna no programa PRONATEC, sendo que não obtivemos resposta da



área auditada quanto às constatações e recomendações, consistentes na regulamentação do programa pelo Conselho Superior e implementação da biometria para o PRONATEC. Por outro lado, cumpre ressaltar que para fins dessa auditoria foram considerados os registros de 2015/2016, que foram os dados fornecidos pelo Coordenador à época como últimos dados atualizados.

Nada obstante, vislumbra-se que sempre houve uma preocupação das coordenações no intuito de acompanhar o registro do ponto dos bolsistas que prestavam serviço ao PRONATEC. A verificação da compatibilidade entre carga horária dos profissionais selecionados era realizada pelos Coordenadores do PRONATEC no IFFluminense, que controlava a frequência dos servidores ativos da Rede Federal de educação tecnológica através dos seguintes procedimentos:

- Preenchimento de folha de frequência mensal dos horários executados no Pronatec, pelo bolsista docente e administrativo, assinada pelo bolsista e o coordenador adjunto responsável no *campus*, colocando em anexo cópia do extrato de frequência do servidor, registrado no SUAP no módulo Gestão de Pessoas.
- Cópia da folha de frequência e extrato do SUAP, anexados ao processo de pagamento e encaminhados a Coordenação Geral do Pronatec, para execução do pagamento.
- A Coordenação Geral confrontava a folha de ponto do bolsista com o controle de frequência do servidor no IFF. Constatada sobreposição de horários trabalhados no PRONATEC e no IFFluminense ao mesmo tempo, comunicava-se ao coordenador responsável pela execução dos cursos no *campus* e ao servidor, solicitando a regularização da situação.
- O pagamento era suspenso de imediato até que a situação fosse esclarecida e regularizada, repondo o servidor as horas devidas à Instituição, ou descontando o valor referente às horas sobrepostas.

O Regulamento das Atividades do PRONATEC - anteriormente submetido à análise do Colégio de Dirigentes por meio do Gabinete da Reitoria, contudo, necessita de atualização, tendo em vista a adoção em 2017 da modalidade de ensino à distância no âmbito do PRONATEC, inclusive no que tange à inserção de cláusula atribuindo competência ao coordenador quanto a verificação da compatibilidade entre a carga horária regular do servidor

na instituição, com a jornada dedicada às atividades do Bolsa-Formação.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O IFFluminense, órgão integrante do Poder Executivo, aderiu, no exercício de 2015, o registro das informações relativas aos processos disciplinares, conforme a Portaria CGU Nº 1.043, de 24/07/2007, que trata da inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD. Ainda em 2015, o IFFluminense designou servidor para efetivar os lançamentos no CGUPAD, e encontra-se neste momento atualizando o andamento dos processos, como recomendado pela CGU.

O IFFluminense executou suas atividades de correição instaurando, no decorrer de 2017, 7 (sete) processos disciplinares, sendo 03 (três) Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e 04 (quatro) Sindicâncias investigativas. Processos disciplinares que tiveram como objetos diferentes infrações previstas na legislação. No caso do sistema CGU-PAD, os registros são apenas para processos disciplinares que têm pessoas físicas como agentes.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

1. Sistemática da gestão de riscos

No Instituto Federal Fluminense ainda não há unidade administrativa com atribuição específica quanto à gestão de riscos (gerenciamento de riscos corporativos), especialmente no que se refere à identificação e enumeração dos riscos envolvidos em cada procedimento adotado internamente, considerando o planejamento estratégico definido.

Com efeito, nos termos do item 73 do Anexo da Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017, “o processo de gerenciamento dos riscos é responsabilidade da alta administração e do conselho, se houver, e deve alcançar toda a organização, contemplando a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos a que a Unidade Auditada está exposta”.

Dessa forma, o gerenciamento de riscos corporativos com enumeração de riscos, desenvolvimento de matrizes de riscos por áreas ou ainda outras metodologias de racionalização dos riscos, ainda é um desafio a ser enfrentado a nível institucional, em cumprimento a Instrução Normativa CGU/MPOG nº 01/2016.



Não obstante a ausência de gerenciamento de riscos corporativos por parte da Instituição, a análise de risco existente é, em sentido estrito, a realizada em algumas atividades exercidas pela Unidade de Auditoria Interna, como o PAINT (que se utiliza de matrizes de risco para priorização de trabalhos a serem realizados, incluindo fatores de risco, materialidade, complexidade entre diversos outros critérios).

2. Sistemática dos Controles Internos no âmbito do IFFluminense

Controles internos é o “conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos gerais serão alcançados” (Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10/05/2016, DOU de 11/05/2016, S. 1, ps. 14 a 17).

Assim como o gerenciamento de riscos corporativos, as ações de controles internos, consistentes nas políticas e procedimentos adotados pela gestão para manter os riscos dentro dos níveis aceitáveis também são um desafio a ser enfrentado pelo Instituto Federal Fluminense. Enquanto políticas e procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a organização tenha optado por tratar, devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções (inc.VI do art. 16 da IN Conjunta/MPOG e CGU nº 1, de 10/05/2016).

Não obstante, na condução dos trabalhos pela Unidade de Auditoria Interna é considerada a situação dos controles internos praticados no IFFluminense e são estabelecidas metodologias para realização dos testes de auditoria para posterior identificação de fragilidades nos procedimentos adotados internamente.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

Em relação aos indicadores gerenciais de Gestão de Pessoas, o IFFluminense elaborou no ano de 2017 os seguintes indicadores:

I. Em relação aos quantitativos de servidores efetivos:

- Número de Servidores Efetivos = 1.632
- Número de Técnicos-Administrativos = 713
- Número de Docentes Efetivos = 919
- Número de Profissionais Especial. em Linguagens de Sinais Temporários = 7
- Número de Professor Substitutos = 103

II. Em relação ao regime de trabalho e titulação dos docentes (efetivos):

- Número de docentes 20h = 26
- Número de docentes 40h = 73
- Número de docentes DE = 820
- Número de docentes com Graduação = 38
- Número de docentes com Aperfeiçoamento = 7
- Número de docentes com Especialização = 142
- Número de docentes com Mestrado = 503
- Número de docentes com Doutorado = 226
- Número de docentes com Pós-Doutorado = 02

III. Em relação à titulação dos Técnicos-Administrativos:

- Com Ensino Fundamental = 13
- Com Ensino Médio = 175
- Com Graduação = 143
- Com Especialização = 239
- Com Mestrado = 136
- Com Doutorado = 7

IV. Número de Estagiários = 86

Pode-se observar com base nos indicadores acima, que os mesmos possuem o objetivo de quantificar os recursos humanos de acordo com:

- a) Categorias (docente e técnico-administrativo);



- b) Vínculo institucional (efetivo, temporário, substituto e estagiário);
- c) Regime de Trabalho (20h, 40h e DE);
- d) Titulação (Graduação, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado).

Do quadro de servidores permanentes temos: 56% docentes e 44% técnico-administrativos.

Em relação aos Docentes, em torno de 89% são efetivos e apenas 11% são substitutos. Em relação à titulação destes pode-se observar que a maioria possui a titulação de Mestre e o regime de trabalho predominante é o de Dedicção Exclusiva.

Em relação à titulação dos servidores técnico-administrativos pode-se observar que a maioria possui Especialização.

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 40 – Força de trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.738	1.633	26	84
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.738	1.633	26	80
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.738	1.632	25	80
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	19	1	4
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	207	110	105	58
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	Não há	Não há	Não há
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.945	1.773	131	142

Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos e SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública



Quadro 41 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	733	919
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.2.4+1.2.5)	733	919
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	713	919
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	19	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	00	110
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	Não há
4. Total de Servidores (1+2+3)	733	1029

Fonte: SIAPE -Sistema Integrado de Administração de Recursos Humano e SUAP –Sistema Unificado de Administração Pública

Quadro 42– Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	85	85	19	24
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	84	84	19	24
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há



2. Funções Gratificadas	209	205	66	71
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	209	205	66	71
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	294	290	85	95

Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos e SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

4.1.2 Demonstrativo de despesas com pessoal

Quadro 43 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis								Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	
Membros de poder e agentes políticos										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2017	96.669.712,47	6.755.261,69	16.401.854,33	76.777.100,22	12.131.211,10	4.904.671,45	396.597,25	157.460,58	1.236.820,46	215.430.689,54
2016	88.577.901,18	6.103.059,73	15.597.902,69	68.766.555,11	13.225.038,42	4.808.120,61	328.813,94	3.065.806,43	3.711.607,18	204.184.805,29
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus										
2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário										

2017	2.973.268,41	0	249.451,24	149.155,79	654.723,46	0	0	3.767,64	0	4.030.366,56
2016	1.605.359,88	0	129.110,77	137.120,31	369.022,65	0	0	0	0	2.240.613,61

Fonte: SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal



4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Não foram identificados possíveis riscos relacionados a pessoal.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Em relação á força de trabalho dos estagiários o Instituto Federal Fluminense segue os limites de proporcionalidade em relação aos servidores efetivos, por setor, nos termos definidos na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Orientação Normativa SEGRT N° 2 de 24 de junho de 2016, que estabelecem orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec quanto à aceitação de estagiários de nível superior, de ensino médio, de educação profissional, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de jovens e adultos.

O estágio se faz instrumentalizado por meio de editais regulares independentes nos *campi* que abrangem o escopo de atuação institucional em todo território do interior do Estado do Rio de Janeiro. Esses documentos são elaborados com o apoio das Coordenações de Gestão de Pessoas de cada unidade, e pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, tendo por objetivo atender às demandas de necessidade institucional.

Desse modo, a elaboração dos processos de seleção se dá, em sumária medida, por critérios de pontuação, alicerçado em questões de vulnerabilidade econômica, atuação do estudante em eventos, palestras, cursos, apresentações de trabalhos científicos, entre outras atividades que comprovem seu interesse em contínua promoção de desenvolvimento. Após a análise de toda a documentação entregue dentro de um período pré-determinado em edital, os estudantes são convocados para entrevista com os coordenadores dos setores para o qual se inscreveram para uma análise dos candidatos, garantindo sua melhor adaptação e alocação em cada atividade.

Assim sendo, os editais podem ser periodicamente melhorados para que os estudantes selecionados possam, cada vez mais, contribuir com a instituição, mas, - e principalmente – se sentirem em crescente aquisição de conhecimentos práticos, relacionando-os com os saberes teóricos aos quais estudam, partindo, portanto, para uma correlação de forças de ensino-aprendizagem que se complementam.



Quadros 44 - Relatório 2018 (ano base 2017) - Estagiários

Área	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre		Total Valores
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Fim	23	12.960,00	27	16.210,54	33	18.834,00	37	19.210,35	67.214,89
Meio	35	20.622,76	44	27.880,00	49	30.978,91	49	30.978,91	110.460,58
TOTAIS	58	33.582,76	71	44.090,54	82	49.812,91	86	50.189,26	177.675,47

Quadro 45 - Relatório 2017 (ano base 2016) - Estagiários

Área	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre		Total Valores
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Fim	36	63.941,46	26	54.405,81	23	41.666,99	23	37.428,94	197.443,20
Meio	44	83.669,92	49	84.361,99	35	63.981,86	40	57.851,45	294.865,22
TOTAIS	80	147.611,38	75	143.767,80	58	105.648,85	63	95.280,39	492.308,42

Quadro 46 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense						
UG/Gestão: 158139/26434				CNPJ: 10.779.511/0001-07		
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
11/2012	Serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo nas dependências do <i>Campus Macaé</i>	04.635.778/0001-28	02/05/2012	30/04/2017	Sem exigência	E
07/2013	Serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo nas dependências do <i>Campus Campos Centro e da UPEA</i>	04.635.778/0001-28	14/01/2013	30/04/2018	Sem exigência	P
11/2013	Serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo nas dependências do <i>Campus Quissamã</i>	09.583.222/0001-59	01/02/2013	01/05/2018	Sem exigência	P
14/2014	Serviço de Vigilância	05.234.289/0001-27	01/10/2014	30/09/2018	Sem exigência	P



	Segurança Patrimonial, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências dos <i>Campi</i> Itaperuna e Santo Antônio de Pádua					
06/2014	Execução das atividades de recebimento, armazenamento, higienização, pré-preparo, preparo e distribuição de alimentação, bem como higienização de equipamentos, utensílios e instalações das cozinhas e despensas e supervisão das atividades relacionadas no setor da Merenda do <i>Campus</i> Campos Centro.	10.687.537/0001-25	01/07/2014	30/06/2018	Sem exigência	P
09/2014	Serviços de motorista dos <i>campi</i> do Instituto Federal Fluminense	04.635.778/0001-28	01/08/2014	31/07/2018	Sem exigência	P
05/2015	Serviços de limpeza, conservação, manutenção predial e apoio administrativo (recepção), com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências do <i>Campus</i> Santo Antônio de Pádua	15.145.687/0001-20	02/02/2015	31/01/2019	Sem exigência	P
01/2016	Serviço de limpeza, conservação e apoio administrativo (recepção), com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências do <i>Campus</i> Itaperuna	05.885.789/0001-29	15/02/2016	14/02/2018	Sem exigência	P



04/2016	Serviço de manutenção predial, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências dos <i>campi</i> Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci e Itaperuna	13.848.430/0001-00	01/02/2016	31/01/2017	Sem exigência	E
09/2016	Serviço de manutenção predial, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências do Centro de Referência em Tecnologia e Informação na Educação, <i>Campus</i> avançado São João da Barra, e nas dependências dos <i>campi</i> Campos Centro, Macaé, Quissamã, Maricá, e Polo de Inovação Campos dos Goytacazes (PICG)	13.848.430/0001-00	01/02/2016	31/01/2017	Sem exigência	E
22/2016	Serviços de vigilância e segurança patrimonial, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências dos <i>campi</i> Campos Centro, Campos Guarus, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Bom Jesus do Itabapoana, <i>Campus</i> Avançado de Cambuci, Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, Reitoria, <i>Campus</i> Avançado São João da Barra e Centro de Referência em Tecnologia,	06.141.118/0001-16	01/09/2016	31/08/2017	Sem exigência	E



	Informação e Comunicação na Educação.					
02/2017	Prestação de Serviço de Manutenção predial, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências dos campi Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Campos Centro, Polo de Inovação, Macaé, Quissamã, Maricá, São João da Barra e Centro de Referência em Tecnologia Informação e Comunicação na Educação do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE	13.355.806/0001-44	09/04/2017	08/04/2018	Sem exigência	A
07/2017	Execução de remanescente de serviços não integralmente executados, em virtude de rescisão unilateral do contrato nº 22/2016, oriundo do pregão nº 45/2016 – Processo Licitatório nº 23317.001237.2016-15, especializada para Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com dedicação exclusiva dos empregados, nas dependências do IF Fluminense	05.234.289/0001-27	04/08/2017	03/08/2018	Sem exigência	A

Unidade Contratante	
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense <i>Campus</i> Campos Guarus	
UG/Gestão: 158386/26434	CNPJ: 10.779.511/0004-50
Informações sobre os Contratos	



Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
01/2016	Serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo nas dependências do <i>Campus Guarus</i> .	05.885.789/0001-29	01/03/2016	28/02/2018	Sem exigência	P
03/2015	Serviço de manutenção predial e refrigeração nas dependências do <i>Campus Guarus</i>	13.848.430/0001-00	08/07/2015	31/03/2018	Sem exigência	P

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense <i>Campus Bom Jesus do Itabapoana</i>						
UG/Gestão: 158387/26434			CNPJ: 10.779.511/0006-11			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
002/2016	Viveiro Ecológico Dona Euzébia prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e apoio administrativo (recepção), com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências do <i>Campus Bom Jesus do Itabapoana</i> e <i>Campus Cambuci</i>	09.455.192/0001-03	01/09/2016	31/08/2017	Sem exigência	E
003/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda Serviços de Agropecuária e Produção de Alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências dos <i>Campi Bom Jesus do Itabapoana</i> e <i>Cambuci</i> .	00.482.840/0001-38	01/11/2016	31/10/2018	Sem exigência	P



01/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e apoio administrativo (recepção), com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências do Campus Bom Jesus do Itabapoana e Campus Cambuci do Instituto Federal Fluminense.	90.169.285/0001-81	11/09/2017	10/09/2018	Sem exigência	A
---------	---	--------------------	------------	------------	---------------	---

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Campos Centro						
UG/Gestão: 158274/26434			CNPJ: 10.779.511/0002-98			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
01/2016	Serviços continuados de instalação e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, aparelhos de bebedouro de água e aparelhos de freezer vertical e horizontal, bem como a substituição de peças, componentes e acessórios do Campus Campos Centro.	08.272.297/0001-56	28/03/2016	27/03/2017	Sem exigência	E
05/2017	Prestação de serviços continuados, realizados por demanda, de instalação e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado (tipo Split e 'janela'),	25.213.318/0001-81	08/08/2017	07/05/2018	Sem exigência	A



	aparelhos de bebedouro de água e aparelhos de freezer vertical e horizontal, bem como a substituição de peças, componentes e acessórios para o CAMPUS CAMPOS-CENTRO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE					
--	---	--	--	--	--	--

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense <i>Campus</i> Campos Cabo Frio						
UG/Gestão: 158468/26434				CNPJ: 10.779.511/0003-79		
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
01/2015	Serviço de manutenção predial nas dependências do <i>Campus</i> Cabo Frio.	01.017.610/0001-60	01/07/2015	30/06/2018	Sem exigência	P
02/2015	Serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo nas dependências do <i>Campus</i> Cabo Frio.	05.885.789/0001-29	09/10/2015	09/10/2018	Sem exigência	P

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense <i>Campus</i> Campos Macaé						
UG/Gestão: 158384/26434				CNPJ: 10.779.511/0005-30		
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
01/2017	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E APOIO	90.169.285/0001-81	01/08/2017	31/07/2018	Sem exigência	A



	ADMINISTRATIVO, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências campus Macaé.					
--	--	--	--	--	--	--

Análise Situacional – Quadro 46

O IFFluminense finalizou o exercício de 2017 com 17 (dezesete) contratos de prestação de serviços de mão de obra terceirizada vigentes, e 6 (seis) contratos foram finalizados ao longo do exercício 2017.

O IFFluminense em 2017 apurou irregularidades na execução do contrato nº 22/2016 através do processo administrativo nº 23317.000940.2017-97 referente contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada para Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências da Reitoria e dos *campi* Campos Centro, Campos Guarus, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Bom Jesus do Itabapoana, campus Avançado de Cambuci, Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, Campus Avançado São João da Barra e Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE; e do contrato nº 26/2016 através do processo administrativo nº 23317.002411.2017-28, referente a contratação de empresa, pessoa jurídica, para exploração por concessão administrativa onerosa de uso de espaço da cantina do Campus Quissamã do Instituto Federal Fluminense. Os referidos processos administrativos resultaram nas seguintes penalidades: Multa e Suspensão para a empresa contratada VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA; e Multa e Suspensão para a empresa contratada JAQUELINE GOMES MONTEIRO ME.

4.1.5 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A unidade de Prestação de Contas não contratou, no exercício de 2017, consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.



4.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

4.2.1 Gestão da frota de veículos

O IF Fluminense possui frota de veículo própria, que totaliza 108 (cento e oito) veículos, distribuídos em seus Campi, utilizados para transporte de servidores e alunos, e transporte de materiais, em viagens nacionais (intermunicipais e interestaduais). Para condução destes veículos próprios o IF Fluminense possui 03 (três) servidores na ocupação de cargo de motorista, além de contar com 36 (trinta e seis) motoristas, contratados através do processo licitatório nº 23317002763.2013-50, Pregão Eletrônico nº 73/2014, Contrato nº 09/2014, firmado com a empresa FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ nº 04.635.778/0001-28, Av. Souza Mota, nº 383, Parque Guarus, Campos dos Goytacazes / RJ, CEP 28.060.010.

Os veículos estão distribuídos entre os *campi* do IF Fluminense, sendo todos de uso comum, com a seguinte distribuição:

Reitoria: 10 (dez) veículos, sendo 8 (oito) inservíveis;

Campus Campos Centro: 14 (quatorze) veículos;

Campus Campos Guarus: 07 (sete) veículos;

Campus Macaé: 06 (seis) veículos;

Campus Quissamã: 06 (seis) veículos;

Campus Cabo Frio: 05 (cinco) veículos;

Campus Bom Jesus do Itabapoana: 14 (quatorze) veículos;

Campus Itaperuna: 07 (sete) veículos;

Campus Rio Paraíba do Sul (UPEA): 07 (sete) veículos

Campus Avançado de São João da Barra: 04 (quatro) veículos.

Campus Avançado Cambuci: 14 (quatorze) veículos;

Campus Maricá/Itaboraí: 02 (dois) veículos e

Campus Santo Antônio de Pádua: 04 (quatro) veículos.

Gasto médio de consumo por mês R\$ 52.652,32 , preço médio combustível R\$ 3,30 , consumo mensal 15435,79 litros, desempenho médio Automóvel 10 km/litro, quilometragem percorrida no mês 139.383,58 km, quilometragem percorrido no ano 1.672.603 km, quilometragem média percorrida por veículo por mês 1.924,74 km. O gasto anual com a manutenção da frota foi de R\$ 648.579,02



O IFFluminense possui um contrato de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis e manutenção de veículos, processo licitatório Pregão Eletrônico nº 56/2013, Contrato nº 24/2013, firmado com a TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A, CNPJ/MF nº 03.506.307/0001-57, localizada à Avenida das Nações Unidas nº 7.815, 6º andar, São Paulo – SP, CEP: 05.425-905.176

O IFFluminense possui um contrato de locação de ônibus executivo para transporte rodoviário de passageiros, Contrato nº 07/2014, firmado com a empresa AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA., oriundo do processo licitatório nº 23317.000655/2014, Pregão Eletrônico nº 75/2014, necessário para transporte de servidores e alunos em viagens relativas a estágios, microestágios e visitas técnicas, além da necessidade de participação em eventos. Esta contratação é necessária em virtude do grande crescimento regional, ocasionado pela criação da estrutura multicampi do IF Fluminense, elevando consideravelmente o número de cursos e alunos no IF Fluminense.

É realizado diariamente um controle das entradas e saídas dos veículos com as atividades logísticas, seus usuários, as funções que estão destinadas a atender, garantindo assim a prestação eficiente e econômica dos serviços de transporte.

4.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O IFFluminense possui como regulamento patrimonial a Portaria nº 360/2015 que aprova o Manual de Administração Patrimonial dos Bens Móveis Permanentes. No referido documento, há algumas orientações sobre como deverá ser realizado o desfazimento de bens inservíveis no Instituto.

A Comissão de Desfazimento *multicampi* nomeada pela Portaria nº 913/2015 e alterada posteriormente pela Portaria nº 1389/2015, tem como atribuição realizar a avaliação e desfazimento dos bens móveis integrantes do Patrimônio do Instituto Federal Fluminense. Após levantamento dos veículos inservíveis, a comissão determinou o método de avaliação dos veículos, estando o laudo de avaliação em finalização por parte desta comissão. Tal laudo está sendo elaborado com o auxílio de servidores do IFFluminense com formação em Mecânica. Considerando o total de 108 (cento e oito) veículos citados no item anterior, atualmente 8 (oito) desses veículos estão na condição de inservível.

A Unidade Reitoria concentra atualmente todo os veículos inservíveis do



IFFluminense, pois a decisão da Comissão foi concentrar nesta unidade os veículos inservíveis dos *campi*, com a finalidade de consolidar em um mesmo processo de desfazimento o maior número de veículos.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial:

Quadro 47– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
RJ	Campos dos Goytacazes	4	4
	Macaé	1	1
	Cabo Frio	1	1
	Itaperuna	1	1
	Bom Jesus do Itabapoana	1	1
	Quissamã	1	1
	Cambuci	1	1
	São João da Barra	1	1
	Santo Antônio de Pádua	1	1
	Itaboraí	1	1
	Maricá	1	1
Subtotal Brasil		14	14
Total (Brasil + Exterior)		14	14

Fonte: PROAD – Diretoria de Infraestrutura

Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro 48– Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Local	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158274	5819.00141.500-9	Campos - Centro	10	2	11.313.777,02	-			
158274	5819.00142.500-4	PICG	21	2	122.085,33	-			
158384	5847.00082.500-4	Macaé	12	2	2.500.000,00	-			
158468	5813.00041.500-6	Cabo Frio	10	1	3.500.000,00	-			
158385	5843.00017.500-7	Itaperuna	10	1	2.513.700,00	-			



158386	5819 00165.500-0	Campos – Guarus	12	1	2.532.124,50	-			
158139	6007 00014.500-9	Quissamã	10	1	1.500.000,00	-			
158387	5811 00004.500-8	Bom Jesus	10	2	2.999.882,14	-			
158139	5817 00003.500-1	Cambuci	10	3	25.000.000,00	-			
158139	5819 00185.500-9	Reitoria	21	2	3.470.000,00	-			
158139	5893 00010.500-5	Pádua	12	1	1.550.000,00	-			
158139	5837 00016.500-7	Itaboraí	12	1	2.144.500,38	-			
158139	5899 00010.500-4	São João da Barra	10	1	4.816.158,00	-			
158139	5853 00013.500-2	Maricá	10	1	1.237.784,00	-			
Total					65.200.011,37				

Fonte: PROAD

Nota explicativa

O valor histórico dos imóveis pertencentes à União sob responsabilidade do Instituto Federal Fluminense foram lançados de acordo com os registros contábeis atuais constantes no balanço patrimonial do IFFluminense exercício 2017.

Visando o atendimento às recomendações da Controladoria Geral da União, a Administração do Instituto Federal Fluminense elaborou um planejamento para consolidação da Gestão dos Bens Imóveis, com prazo iniciado em 01 de novembro de 2015, e com nova previsão de finalização até 31 de dezembro de 2018:

- 1- Formalização das atividades e procedimentos relacionados à gestão dos bens imóveis através da emissão da Portaria nº 1894 de 27 de dezembro de 2017.
- 2- Implementação dos procedimentos relacionados à gestão dos bens imóveis adotados pela Portaria nº 1894 de 27 de dezembro de 2017, com a capacitação dos servidores envolvidos no processo.
- 3- Atualização dos dados do SPIUnet

A avaliação dos imóveis dos IFFluminense foi realizada pela Diretoria de Infraestrutura / Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, através do processo nº 23317.005150.2017-06, com a emissão de Laudo de Avaliação, atualizando os valores de mercado dos imóveis dos *campi* do Instituto, restando a atualização dos dados SPIUnet, que será realizada no primeiro semestre do exercício 2018.



4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 49– Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	581900141.500-9
	Endereço	Cantina do <i>Campus</i> Campos Centro
		Rua Doutor Siqueira, nº 273, Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.030-130
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.500.141/0001-39
	Nome ou Razão Social	NPJ Comércio de Material Elétrico Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comércio Varejista
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação - Concorrência nº 02/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração da Cantina do <i>Campus</i> Campos Centro.
	Prazo da Cessão	Contrato nº 30/2014 Vigência: 05/01/2015 prorrogado até 04/01/2019
	Caracterização do espaço cedido	Cantina do <i>Campus</i> Campos Centro, localizada no Térreo do Bloco A com área de 115,12 m ² .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor total mensal de R\$ 1.842,71(mil, oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos),
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são realizados por intermédio de GRU. Retornando no orçamento do exercício seguinte na fonte 250 (recursos próprios)
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são utilizados para auxiliar no pagamento das despesas dos <i>campi</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Obrigação do cessionário com despesas de energia elétrica e água potável.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	581100004.500-8
	Endereço	Cantina do <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana
		Avenida Dário Vieira Borges, nº 235, Parque do Trevo, Bom Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.104.662/0001-77
	Nome ou Razão Social	CASA DO PÃO PIZZA EIRELI ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns



		Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
		Padaria e confeitaria com predominância de revenda /Restaurantes e similares /Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação - Concorrência nº 07/2013
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão administrativa onerosa de uso para exploração da cantina do <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana.
	Prazo da Cessão	Contrato 02/2014 Vigência:24/02/2014 prorrogado até 23/02/2019.
	Caracterização do espaço cedido	Cantina do <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana, com área total de 13,43 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	O valor total mensal do contrato para o exercício de 2017 passará a ser de R\$ 1.013,46 (Mil e treze reais e quarenta e seis centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são realizados por intermédio de GRU. Retornando no orçamento do exercício seguinte na fonte 250 (recursos próprios)
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são utilizados para auxiliar no pagamento das despesas dos <i>campi</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas condominiais inclusas na cessão.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	584300017.500-7
	Endereço	CANTINA do <i>Campus</i> Cabo Frio Estrada Cabo-Frio-Búzios, s/nº - Baía Formosa - Cabo Frio – RJ – CEP: 28909-971
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.088.545/0001-03
	Nome ou Razão Social	M. COSTA CORREA-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	HOTÉIS
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação – CONCORRÊNCIA nº 05/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão administrativa onerosa de uso de espaço da cantina do <i>Campus</i> Cabo Frio
	Prazo da Cessão	Contrato 08/2016 - Vigência: 01/02/2016 – Prorrogado até 31/01/2019
	Caracterização do espaço cedido	Cantina do <i>Campus</i> Cabo Frio, com área total 25,50 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor de R\$ 3.171,16 (Três mil, cento e setenta e um reais e dezesseis centavos) mensais.
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são realizados por intermédio de GRU. Retornando no orçamento do exercício seguinte na fonte 250 (recursos próprios)	



	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são utilizados para auxiliar no pagamento das despesas dos <i>campi</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas condominiais inclusas na cessão.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	584300017.500-7
	Endereço	Cantina/Refeitório do <i>Campus</i> Santo Antônio de Pádua Av. João Jazbick - Aeroporto - Santo Antônio de Pádua, RJ, CEP: 28470-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.505.046/0001-89
	Nome ou Razão Social	TRANSCOLAR COMERCIAL PADUENSE LTDA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação – CONCORRÊNCIA nº 01/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão administrativa onerosa de uso de espaço da cantina/refeitório do <i>Campus</i> Santo Antônio de Pádua
	Prazo da Cessão	Contrato 11/2016- Vigência: 29/02/2016 – Prorrogado até 28/02/2019
	Caracterização do espaço cedido	Cantina do <i>Campus</i> Santo Antonio de Pádua com área total de 99,31 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor de R\$ 316,06 (trezentos e dezesseis reais e seis centavos) mensais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são realizados por intermédio de GRU. Retornando no orçamento do exercício seguinte na fonte 250 (recursos próprios)
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são utilizados para auxiliar no pagamento das despesas dos <i>campi</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas condominiais inclusas na cessão.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	584300017.500-7
	Endereço	Refeitório do <i>Campus</i> Macaé



		Rodovia Amaral Peixoto, km 164, Imboassica, Macaé-RJ - CEP: 27932-050
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.088.545/0001-03
	Nome ou Razão Social	M. COSTA CORREA - ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	HOTÉIS
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação – CONCORRÊNCIA nº 01/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão administrativa onerosa de uso de espaço do refeitório do <i>Campus</i>
	Prazo da Cessão	Contrato 16/2016 - Vigência: 01/06/2016 – Prorrogado até 31/05/2018
	Caracterização do espaço cedido	Refeitório do <i>Campus</i> Macaé com área total de 512 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor de R\$ 4.204,98 (Quatro mil, duzentos e quatro reais e noventa e oito centavos) mensais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são realizados por intermédio de GRU. Retornando no orçamento do exercício seguinte na fonte 250 (recursos próprios)
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são utilizados para auxiliar no pagamento das despesas dos <i>campi</i> .
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas condominiais inclusas na cessão.	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	584300017.500-7
	Endereço	Cantina/refeitório do <i>Campus</i> Itaperuna BR 356, s/nº - Cidade Nova - Itaperuna - RJ CEP: 28300-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.237.759/0001-71
	Nome ou Razão Social	A.M. MAGALHÃES JANEIRO ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantinas - Serviços de Alimentação Privativos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação – CONCORRÊNCIA nº 02/2016



	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão administrativa onerosa de uso de espaço da cantina/refeitório do <i>Campus</i> Itaperuna
	Prazo da Cessão	Contrato 20/2016 - Vigência: 01/08/2016 – 31/07/2018
	Caracterização do espaço cedido	espaço do refeitório e da cantina do <i>Campus</i> Itaperuna, com área total de 29,27 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor de R\$ 2.229,00 (dois mil, duzentos e vinte e nove reais) mensais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são realizados por intermédio de GRU. Retornando no orçamento do exercício seguinte na fonte 250 (recursos próprios)
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são utilizados para auxiliar no pagamento das despesas dos <i>campi</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas condominiais inclusas na cessão.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	584300017.500-7
	Endereço	Cantina do <i>Campus</i> Macaé Rodovia Amaral Peixoto, km 164, Imboassica, Macaé-RJ, CEP: 27932-050
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.633.550/0001-07
	Nome ou Razão Social	H.R.G. SILVA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Empresas
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação – CONCORRÊNCIA nº 04/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão administrativa onerosa de uso de espaço da cantina do <i>Campus</i> Macaé
	Prazo da Cessão	Contrato 23/2016 - Vigência: 01/10/2016 – 02/10/2018
	Caracterização do espaço cedido	Cantina do <i>Campus</i> Macaé com área total de 42,00 m ²



	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor de R\$ 5.022,00 (cinco mil e vinte e dois reais) mensais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são realizados por intermédio de GRU. Retornando no orçamento do exercício seguinte na fonte 250 (recursos próprios)
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são utilizados para auxiliar no pagamento das despesas dos <i>campi</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas condominiais inclusas na cessão.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	584300017.500-7
	Endereço	Cantina do <i>Campus</i> Quissamã Av. Amilcar Pereira da Silva, 727, Piteiras CEP: 28735 970
Identificação do Cessionário	CNPJ	25.241.182/0001-13
	Nome ou Razão Social	JAQUELINE GOMES MONTEIRO.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação – CONCORRÊNCIA nº 13/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão administrativa onerosa de uso de espaço da cantina do <i>Campus</i> Quissamã
	Prazo da Cessão	Contrato 26/2016 - Vigência: Finalizado em 02/10/2017
	Caracterização do espaço cedido	<i>Campus</i> Quissamã, com área total de 35,16 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são realizados por intermédio de GRU. Retornando no orçamento do exercício seguinte na fonte 250 (recursos próprios)



	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são utilizados para auxiliar no pagamento das despesas dos <i>campi</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas condominiais inclusas na cessão.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	584300017.500-7
	Endereço	Cantina do <i>Campus São João da Barra</i> <i>Rodovia BR-356, altura do Km 181, Bairro Perigoso, São João da Barra / RJ</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.555.527/0001-36
	Nome ou Razão Social	A.C.F da Silva Ltda - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação – CONCORRÊNCIA nº 03/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão administrativa onerosa de uso de espaço da cantina do <i>Campus São João da Barra</i>
	Prazo da Cessão	Contrato 06/2016 - Vigência: 14/08/2017 – 13/08/2018
	Caracterização do espaço cedido	<i>Campus São João da Barra</i> , com área total de 29,14 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são realizados por intermédio de GRU. Retornando no orçamento do exercício seguinte na fonte 250 (recursos próprios)
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Todos os recursos arrecadados por meio da cessão de espaços físicos em imóveis do IFFluminense são utilizados para auxiliar no pagamento das despesas dos <i>campi</i> .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas condominiais inclusas na cessão.



4.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Não se aplica.

4.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Quadro 50 – Obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim

Modalidade	Objeto	Despesas	Fornecedores	Vigência	Estágio de execução
Concorrência 09/2014	Obra de engenharia para construção de Prédio de Salas de Aula nas dependências do <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana	R\$3.941.984,42	Bruthos Locações e Serviços Ltda (Contrato 34/2014)	15/12/2014 a 30/09/2017	Finalizado
Concorrência 04/2014	Obra de engenharia para construção de Blocos de Salas de Aula, Auditório e Restaurante nas dependências do <i>Campus</i> Cabo Frio	R\$5.148.334,22	Rariplan Construtora Ltda (Contrato 22/2014)	02/02/2015 a 31/03/2018	Em execução
Concorrência 01/2014	Obra de engenharia para conclusão de Prédio de Licenciaturas do <i>Campus</i> Campos Guarus	R\$ 2.112.174,83	Signo Construções e serviços Ltda (Contrato 23/2014)	06/11/2014 a 02/03/2017	Finalizado
Concorrência 03/2013	Obra de ampliação e conclusão do Bloco "G" do <i>Campus</i> Campos Centro	R\$8.931.455,64	Planipaes Serviços e Empreendimentos Ltda. (Contrato 39/2013)	13/01/2014 a 13/09/2017	Finalizado
Concorrência ^o 11/2014	Obra de engenharia para construção do <i>Campus</i> Itaboraí	R\$10.901.578,34	Lax Construções e Serviços Ltda.-EPP (Contrato 28/2014)	17/11/2014 a 30/07/2017	Finalizado
Tomada de preços 02/2015	Obra de engenharia para construção de prédio para instalação de destilaria nas dependências do <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana	R\$ 480.106,45	Construtora Massari Ltda (Contrato 23/2015)	08/02/2016 a 08/02/2017	Finalizado



Concorrência nº 05/2016	Obra de engenharia para conclusão da construção da base das instalações da reitoria	R\$3.037.936,42	Enteuxes Engenharia Comercio e Representações Ltda (Contrato 31/2016)	13/02/2017 a 07/08/2018	Em execução
Concorrência nº 06/2016	Obra de Engenharia para Conclusão da Construção do Alojamento Feminino nas Instalações do <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana	R\$ 193.911,91	Engeplanfer Empreendimentos Comerciais e Serviços Ltda (Contrato 29/2016)	02/01/2017 a 01/07/2017	Finalizado
Concorrência nº 07/2016	Obra de engenharia para conclusão da construção das dependências da padaria do <i>Campus</i> Bom Jesus	R\$ 118.527,54	Engeplanfer Empreendimentos Comerciais e Serviços Ltda (Contrato 34/2016)	06/01/2017 a 05/07/2017	Finalizado
Concorrência nº 08/2016	Obra de engenharia para serviços de recuperação estrutural e ampliação do Bloco "a" do <i>Campus</i> Rio Paraiba do Sul / Polo de Inovação Campos dos Goytacazes	R\$ 1.113.434,34	Engeplanfer Empreendimentos Comerciais e Serviços Ltda (Contrato 35/2016)	11/01/2017 a 11/05/2018	Em execução
Concorrência nº 09/2016	Obra de engenharia para conclusão da construção do prédio dos laboratórios do <i>Campus</i> Campos Guarus	R\$3.180.997,93	Nascimento e Filhos Empreendimentos Ltda (Contrato 36/2016)	13/02/2017 a 13/08/2018	Em execução
Concorrência nº 10/2016	Obra de engenharia para conclusão da construção do restaurante estudantil do <i>Campus</i> Itaperuna	R\$ 733.300,72	Engeplanfer Empreendimentos Comerciais e Serviços Ltda (Contrato 28/2016)	16/01/2017 a 15/01/2018	Finalizado
Concorrência nº 11/2016	Obra de engenharia para conclusão da construção do laboratório de ciências do <i>Campus</i> Bom Jesus do	R\$ 85.944,44	Engeplanfer Empreendimentos Comerciais e Serviços Ltda (Contrato 30/2016)	22/11/2016 a 11/06/2017	Finalizado



	Itabapoana				
Concorrência nº 15/2016	Obra de Engenharia Para Construção da Casa do Mel no <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana	R\$ 270.457,39	Engeplanfer Empreendimentos Comerciais e Serviços Ltda (Contrato 37/2016)	04/01/2017 a 02/11/2017	Finalizado
Pregão 88/2015	Contratação de serviços de reforma e manutenção das edificações do <i>Campus</i> Macaé	R\$ 349.449,99	Guilhem Construções e Instalações Ltda (Contrato 02/2016)	14/03/2016 a 12/09/2017	Finalizado
Pregão 59/2016	Serviços de reforma da cobertura do auditório do <i>Campus</i> Quissamã	R\$ 72.012,41	Pontal Comercio e Serviços Ltda (Contrato 24/2016)	05/12/2016 a 05/03/2017	Finalizado
Pregão 75/2016	Serviços de reforma e adaptação do refeitório do <i>Campus</i> São João da Barra	R\$ 86.027,54	Brito e Galiza Empreendimentos Comercio e Serviços de Reforma Ltda (Contrato 32/2016)	24/01/2017 a 23/06/2017	Finalizado
Pregão 22/2017	Serviços adaptação de salas do <i>Campus</i> Guarus - para implantação do SIASS	R\$ 54.500,00	Alvarenga Arquitetura Ltda (Contrato 11/2017)	13/09/2017 a 12/12/2017	Finalizado

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, órgão subordinado a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, responde pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da política de Tecnologia da Informação no IFFluminense.

A Instituição não possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI vigente, estando este em fase de elaboração de modo que possa ser consonante com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI também em elaboração.

O processo de planejamento do PDTI iniciou-se em 2016, conforme previsto na Portaria N.º 909, de 03 de setembro de 2015 que autoriza o início do projeto de elaboração do PDTI e designa os servidores para compor a equipe de elaboração do PDTI. O projeto



encontra-se com seu cronograma de execução atrasado, devido a necessidade de revisão dos métodos adotados na elaboração do mesmo e na constatação da necessidade de implementação de processos estruturantes para sua melhor elaboração, como por exemplo a definição do catálogo de serviços de TI no qual é uma das bases para planejamentos futuros de serviços. .

Compete à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação coordenar de forma matricial a Câmara de Tecnologia da Informação do IFFluminense, órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, em conformidade com a orientação da Instrução Normativa N° 4 de 19 de maio de 2008, Art. 4º, item IV do Parágrafo Único, cuja responsabilidade é alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos.

Conforme descrito no regimento interno da Câmara de TI aprovado pela Portaria N.º 532, de 01 de agosto de 2011, a Câmara é constituída por um representante da Reitoria, a quem cabe presidi-la e um representante de cada *campus*, com um suplente formalmente designado.

Em 2017 foram realizadas 5 reuniões com as principais decisões conforme apresentadas abaixo:

- Consolidação das Aquisições Compartilhadas;
- Criação de Grupos de Trabalho para definições das contratações dos serviços de Links de Comunicação e Impressão;
- Criação de Grupo de Trabalho para definições de rede Wireless Integrada;
- Definições de vagas para os cursos de capacitação ESR/RNP

De modo a aprimorar as estruturas de Governança de TI, foi instituído em 2017 o Comitê de Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação um órgão colegiado, vinculado à Reitoria, com atuação autônoma, no âmbito de sua competência, em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição, instituído pela Portaria n° 686, de 26 de maio de 2017.

(disponível em <http://cdd.iff.edu.br/documentos/portarias/2017/maio/portaria-91>).

O Comitê atende as orientações Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e do Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática – SISPI, bem como as boas práticas de Governança de TI.

É responsabilidade do Comitê, auxiliar o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos do Instituto, em atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFF, além de definir a priorização dos projetos a serem atendidos, recomendando, sempre que necessário, atualizações e ajustes nos projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Sua natureza é consultiva e propositiva, responsável pelo assessoramento e acompanhamento da execução das Políticas de Tecnologia de Informação e Comunicação Institucional do IFF, observada a legislação pertinente, sendo também de sua competência analisar, supervisionar e priorizar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação os projetos estratégicos de TIC, incluindo as particularidades e projetos de cada campus e Reitoria.

O Comitê é composto pelas representações das áreas de negócio do Instituto, sendo: Um (1) representante da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação; Um (1) representante da Pró-Reitoria de Administração; Um (1) representante da Pró-Reitoria de Desenvolvimento da Convivência Humana; Um (1) representante da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional; Um (1) representante da Pró-Reitoria de Ensino; Um (1) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação; Um (1) representante da Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas; Um (1) representante da Diretoria de Comunicação; Dois (2) representantes dos campi do IFF, indicados pelo Colégio de Dirigentes

Em 2017 foram realizadas 5 reuniões e as principais decisões foram:

- Definição de Critérios para Priorização de Projetos
- Priorização do Portfólio de Projetos de TIC 2017

Força de Trabalho de TI

A força de trabalho de TI, do Instituto é composta conforme detalhamento no quadro 51, distribuída nos 11 *campi* e Reitoria.

Quadro 51 - Composição Força de Trabalho de TI

Descrição	Quantitativo
Efetivos da carreira de TI da unidade	53
Efetivos de outras carreiras da unidade	9



Efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	0
Efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
Estagiários	16
Terceirizados	0

Sistemas de Informação

Os principais sistemas de informação utilizados no Instituto são listados a seguir, bem como uma breve descrição de seus objetivos, funcionalidades, áreas responsáveis e criticidade.

- **Sistema Acadêmico**

Sistema de gerenciamento de processos acadêmicos dos *campi* do Instituto, com funcionalidades principais: diários, lançamento de notas, faltas, ocorrências disciplinares, decisões de conselhos de classe, atividades complementares, projetos finais/monografias, bolsas, estágios, colação de grau, emissão de documentos (diários, boletim, histórico).

Responsável técnico: Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação.

Responsável da área de negócio: Pró-reitoria de Ensino.

Criticidade para a unidade: Alta.

- **SUAP:**

O SUAP tem por objetivo a informatização dos processos administrativos do Instituto, facilitando assim a gestão da instituição. O sistema é um projeto de código aberto iniciado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). A implantação dos seus diversos módulos iniciou-se em 2012 em cooperação técnica com o IFRN. O sistema foi customizado para atendimento os requisitos do Instituto e novos módulos são desenvolvidos e aperfeiçoados para atendimento aos requisitos das áreas de negócio.

Atualmente o SUAP conta como os seguintes módulos ativos no Instituto Federal Fluminense

- Convênios
 - módulo de gestão de convênios.
- Almojarifado
 - módulo destinado à gestão de controle de almojarifado, com controle de



empenhos, entrada de notas fiscais, gerenciamento do estoque, requisições de saída, transferência de materiais entre estoques. Possibilita a emissão de relatórios financeiros, balancetes e histórico de movimentação de materiais.

- Contratos
 - módulo de gestão de contratos, com funcionalidades de controle de medições, anexação de documentos contratuais, fiscais, avisos de vencimento, renovação, etc.

- Patrimônio
 - módulo destinado à gestão de controle patrimonial, possibilitando emissão de relatórios financeiros, trâmites de transferência de inventários e localização de bens, além de operações referentes à depreciação patrimonial.

- Recursos Humanos
 - Módulo da área de Gestão de Pessoas, integrado com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), com gestão de dados funcionais, editais de remoção, contra-cheques, férias, digitalização de pastas funcionais, impressões de carteiras funcionais e crachás, indicadores de pessoal, entre outros.

- Mobilidade
 - módulo responsável pela gestão das solicitações de remoção e redistribuição

- PRONATEC
 - módulo de gestão de colaboradores do PRONATEC, com controle de editais, ficha cadastral, emissão de termos de responsabilidade, locais e áreas de atuação dos colaboradores.

- Telefonia
 - módulo de gerenciamento à cessão de equipamentos de telefonia móvel, com controle de responsável pela utilização de equipamentos e linhas, bem como emissão de termos de responsabilidade para utilização dos mesmos.

- Protocolo



- módulo destinado à gestão de trâmites de unidade protocoladora.
- Projetos de Extensão
 - módulo de gerenciamento de projetos de extensão. Permite cadastrar projetos de Extensão, registrar a execução das atividades nas diversas etapas do projeto, pre-avaliar, avaliar e monitorar projetos, metas, atividades, gastos e pessoal envolvidos nas várias etapas.
- Ponto Eletrônico
 - módulo de registro e acompanhamento de ponto eletrônico, através de terminais, com base em *desktop*, autenticação por biometria e topologia distribuída.
- Tecnologia da Informação
 - Módulo responsável por reunir ferramentas de auxílio ao gerenciamento de alguns serviços de TI, atualmente conta com as ferramentas de gerenciamento de e-mails Institucionais e permissões a acesso remoto de ambiente *desktop*.
- Documento Eletrônico

Parte do Processo Eletrônico Nacional, este módulo é destinado à gestão de documentos eletrônicos, e possui como objetivos principais: o desuso do papel como meio físico da documentação institucional, o compartilhamento de informações e a comunicação de eventos em tempo real.
- Processo Eletrônico

Parte do Processo Eletrônico Nacional, este módulo é destinado à gestão da tramitação de documentos eletrônicos, e possui como objetivos principais: a melhoria no desempenho da execução de processos no setor público em termos de agilidade, produtividade, transparência, satisfação dos usuários e redução de custos.

Responsável técnico: Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Responsável da área de negócio: Pró-reitoria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação e Pró-reitoria de Ensino

Criticidade para a unidade: Alta.



- **Sistema de Processo Seletivo**

Sistema *web* para gerenciar as várias etapas de processos de seleção para ingresso nos diversos cursos do IFF. Conta com as etapas de cadastro de candidatos, inscrição nos processos, solicitações de condições especiais para a prova (participação em cotas, isenção de taxa de inscrição, atendimento especial para realização da prova, etc), publicação de resultados de todas as etapas definidas em edital, emissão de material para aplicação da prova (listagens de porta sala, de presença, de malote), alocação de candidatos nas escolas e salas para aplicação da prova, emissão de relatórios gerenciais e geração de gráficos estatísticos.

Responsável técnico: Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Responsável da área de negócio: Pró-reitoria de Ensino, Comissão de Processos Seletivos.

Criticidade para a unidade: Alta.

- **Sistema de Concurso**

Sistema *web* para gerenciar as várias etapas de processos seletivos para concursos públicos. Conta com as etapas de cadastro de candidatos, inscrição nos processos, solicitações de condições especiais para a prova (participação em cotas, isenção de taxa de inscrição, atendimento especial para realização da prova, etc), pedidos e avaliação de recursos, publicação de resultados de todas as etapas definidas em edital, emissão de material para aplicação da prova (listagens de porta sala, de presença, de malote), alocação de candidatos nas escolas e salas para aplicação da prova, emissão de relatórios gerenciais e estatísticos. Gerencia a parte de classificação de candidatos. Possui funcionalidades de importação das marcações de respostas no cartão de prova, cadastro de gabaritos, contabilização de pontos e classificação dos candidatos inscritos no processo. Gera relatórios de resultados e classificação de candidatos. Por meio do sistema é permitido que o candidato, autenticado em sua área pessoal, veja o gabarito da prova, suas marcações do cartão de resposta e sua pontuação.

Responsável técnico: Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Responsável da área de negócio: Diretoria de Gestão de Pessoas

Criticidade para a unidade: Alta.

- **Sistema de Gerenciamento de Biblioteca**



Sistema para automação, gerenciamento e empréstimos de coleções e acervos bibliográficos. Disponibiliza na *web* a pesquisa do acervo disponível nas bibliotecas do Instituto.

Responsável técnico: Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Responsável da área de negócio: Pró-reitoria de Ensino

Criticidade para a unidade: Médio.

- **Sistema de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa – SISEP**

Gerencia cadastro de pesquisadores e projetos de Pesquisa. Avalia projetos, permite inscrição e seleção de bolsistas para projetos aprovados e gerencia concessão de bolsas de pesquisa para bolsistas de projetos. Permite que qualquer pesquisador, seja ele integrante ou não do quadro de servidores do IFF, inscrevam seus projetos para serem avaliados.

Responsável técnico: Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Responsável da área de negócio: Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação

Criticidade para a unidade: Médio.

- **Plataforma de Educação a Distância**

Ambiente virtual de aprendizagem utilizado para o gerenciamento on-line de atividades educacionais e aprendizagem colaborativa dos cursos de Educação a Distância (EaD) do IFFluminense.

Responsável técnico: Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Responsável da área de negócio: Coordenação de Educação à Distância

Criticidade para a unidade: Alta.

Capacitação do Pessoal de TI

O plano de capacitação dos servidores de TI do Instituto Federal Fluminense é composto por:

- Capacitações internas, ministradas por servidores do quadro do Instituto Federal Fluminense;
- Contratações de treinamentos específicos;
- Plano Anual de Capacitação dos servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação da Rede Federal de EPCT, que tem por objetivo promover a



capacitação do quadro de servidores das instituições de EPCT na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O Plano visa tornar os técnicos de TIC das Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia capazes de assumir com competência e eficácia nas atividades de implantação, manutenção e suporte dessas redes e de desenvolvimento, manutenção e suporte de sistemas da informação.

Plano de Capacitação da EPCT é financiado pela SETEC/Ministério da Educação e gerenciado pelo Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação FORTI, responsável por levantar e consolidar a demanda por capacitação junto aos Institutos e acompanhar a execução do plano. É operacionalizado pela Escola Superior de Redes ESR/RNP, instituição responsável por ministrar os cursos.

No ano de 2017, foram capacitados 12 servidores nos seguintes cursos ofertados pela ESR/RNP :

- Planejamento e Projeto de Infraestrutura para Datacenter (1 servidor)
- Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005 (1 servidor)
- IPv6 Básico (1 servidor)
- Tecnologias de Redes sem Fio (2 servidores)
- Planejamento e Contratação de Serviços de TI (7 servidores)

Foi realizada uma capacitação interna denominado “Mini Curso sobre Infraestrutura de Containers com Docker” contando com a participação de 13 servidores

Gerenciamento de Serviços de TI

Atualmente a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação possui uma coordenação responsável pelo gerenciamento dos serviços de TI de caráter sistêmico, formalmente instituída pela Portaria N.º 976, de 24 de setembro de 2015.

São atribuições desta coordenação:

1. Oferecer suporte técnico aos usuários da rede corporativa;
2. Instalar e configurar novos equipamentos computacionais e programas de computadores, documentados, que atendam aos interesses do Instituto Federal Fluminense, desde que solicitado formalmente;
3. Solucionar problemas referentes ao uso de equipamentos computacionais e programas de computadores, situados no prédio da Reitoria do Instituto Federal Fluminense;
4. Registrar por meio de sistema específico as chamadas e requisições dos usuários;



5. Avaliar incidentes e, quando necessário, encaminhar as requisições de solução de problemas de segundo nível às áreas responsáveis;
6. Manter os usuários informados sobre o progresso das requisições;
7. Monitorar o cumprimento dos acordos de níveis de serviço;
8. Administrar os recursos computacionais e a manutenção de *hardware*;
9. Executar ou promover as atividades de manutenção preventiva e corretiva, necessárias à conservação dos equipamentos, instrumentos e outros materiais utilizados na área de atuação, acompanhando-as, quando a cargo de terceiros;
10. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos e materiais peculiares ao trabalho;
11. Providenciar a instalação e configuração de periféricos e *softwares* cujas especificações tenham sido avaliadas e aprovadas pela Diretoria de TI;
12. Manter gerenciamento e inventário de equipamentos computacionais, de telefonia e programas de computadores;
13. Manter um cadastro atualizado de equipamentos de informática e de telefonia;
14. Manter documentação referente às licenças de programas de computadores utilizados;
15. Gerenciar a agenda de atendimento aos usuários e
16. Fazer a interface entre a diretoria e seus usuários, provendo à Diretoria de TI informações gerenciais.

Todos os atendidos são registrados em um sistema onde são aplicadas de forma inicial as boas práticas descritas no ITIL.

Estão sendo definidos processos interno de maneira a aprimorar o Gerenciamento de Serviços de TIC permitindo um acompanhamento das atividades realizadas.

Principais Projetos

Na seção abaixo estão detalhados os principais projetos executados no ano de 2017, bem como seu andamento e custos envolvidos, quando aplicável:

- **Projeto: Acesso de discentes à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe)**

Diante da necessidade de acesso dos alunos principalmente ao Portal de Periódicos da CAPES, foi viabilizada a criação de Identificação Unificada (idIFF) para estudantes com vínculo institucional para que tenham acesso aos serviços disponíveis por meio de



autenticação na rede CAFe - Comunidade Acadêmica Federada. Com a conclusão deste projeto os discentes do IFFluminense passaram a ter acesso aos diversos serviços oferecidos pelas instituições que participam da federação. O projeto abrangeu o levantamento de alunos que possuem vínculo institucional e criação de uma base de dados que utiliza informações de alunos cadastradas no Sistema Acadêmico para criação de seu idIFF.

Andamento: Concluído.

- **Projeto: Webconferência IFF**

Diante da necessidade de oferecer um serviço que otimizasse tempo e aumentasse as possibilidades de interação entre a comunidade IFFluminense e outras pessoas em qualquer lugar, foi realizado o projeto de implantação da ferramenta Webconferência IFF. O projeto abrangeu a instalação e customização da aplicação para realização de conferências web, bem como sua integração com o serviço de Identificação Unificada (idIFF) para facilitar seu uso. O projeto foi desenvolvido baseando-se em um conjunto de ferramentas de código aberto e foi implantado sem gerar nenhum custo à Instituição.

Andamento: Concluído.

- **Projeto: SUAP - Módulo de gerenciamento de área de trabalho remota – RDWeb**

De forma a conceder maior autonomia às TIs dos campi foi criado módulo SUAP para gerenciamento de usuários que utilizam aplicativos acessados por meio de conexão padrão dos serviços de área de trabalho remota – RDWEB. Além do desenvolvimento do referido módulo, foi implementada a utilização da autenticação via Identificação Unificada (idIFF) para acesso dos usuários autorizados ao RDWEB.

Andamento: Concluído

- **Projeto: Integração do serviço de domínio com Identificação Unificada (idIFF)**

Projeto interno de TIC para implantação de serviço de domínio integrado ao a Identificação Unificada (idIFF) para gerenciar informações sobre usuários, computadores e outros dispositivos conectados na rede institucional da Reitoria. O projeto abrangeu remoção do servidor de domínio do data center da reitoria localizado no campus Campos Centro e alocação do mesmo no rack da Reitoria, mapeamento de pastas compartilhadas, cadastro de



pessoas autorizadas a acessar compartilhamentos de rede, integração dos usuários do banco de dados do idIFF para autenticação no domínio, mapeamento e adição de dispositivos ao domínio.

Andamento: Concluído

- **Projeto: Implantação de serviço de gerenciamento centralizado de impressão**

Diante da necessidade de aperfeiçoar o gerenciamento de impressoras na rede institucional, foi realizado projeto para implantação de serviço de gerenciamento centralizado de impressão para permitir compartilhar e gerir o uso de impressoras e scanners na rede institucional, integrado ao serviço de Identificação Unificada – idIFF. O projeto envolveu instalação de servidor CUPS e aplicação de política de uso de dispositivos e monitoramento de filas de impressão por meio do software Pykota.

Andamento: Concluído

- **Projeto: Elaboração de Catálogo de Serviços de TIC**

Segundo o framework de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação ITIL® (Information Technology Infrastructure Library), o Catálogo de Serviços é um banco de dados ou documento estruturado com informações sobre todos os serviços de TI em produção e os disponíveis para implantação. Com objetivo de divulgar estes serviços e formalizar informações referentes a cada serviço oferecido pelas Tis do IFFluminense, tais como horário de atendimento, disponibilidade, responsáveis e clientes, foi elaborado o Catálogo de Serviços. Para execução deste projeto foi necessário realizar levantamento de todos os serviços ofertados pelas TIs do Instituto.

Andamento: Concluído

- **Projeto: SISEP: Melhorias e novas funcionalidades**

Mediante solicitação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação, foram desenvolvidas novas funcionalidades e realizadas melhorias nos fluxos do Sistema de Submissão Eletrônica de Projetos – SISEP para atendimento às necessidades impostas pela unificação dos editais de Pesquisa e Extensão 2017-2018.

Andamento: Concluído

- **Projeto: Sistema de gerenciamento de projetos pedagógicos de curso**



Mediante requisição feita pela Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Diretoria de Desenvolvimento Pedagógico, foi desenvolvido módulo SUAP para possibilitar o gerenciamento e acompanhamento do trâmite de aprovação de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) submetidos em todos os colegiados do IFFluminense.

Andamento: Concluído

• **Projeto: Sistema de Gerenciamento de Inscrições - Ingresso Discente: melhorias e novas funcionalidades**

Mediante requisição da Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Diretoria de Gestão Acadêmica e Políticas de Acesso, foram realizadas melhorias e criadas novas funcionalidades no sistema de gerenciamento de inscrições a fim de aprimorar os processos de seleção para ingresso de alunos, bem como para atender às requisições legais de políticas de cotas para pessoas com deficiência. O projeto envolveu modificação no formulário de inscrições para possibilitar que os candidatos ao processo pudessem escolher concorrer às vagas destinadas às novas cotas, bem como foi aprimorada a funcionalidade de geração de resultados baseada nas novas exigências do edital.

Andamento: Concluído

• **Projeto: Sistema de geração de fichas catalográficas**

Mediante requisição da Direção Geral do campus Campos Centro, por meio da Coordenação de Biblioteca, foi desenvolvido sistema para geração automática, via web, de ficha catalográfica para monografias, dissertações e teses apresentados pelos alunos de graduação e pós-graduação ao IFFluminense, baseado nas normas internacionais da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (Anglo-American Cataloging Rules – AACR2). O projeto envolveu instalação de sistema baseado no código fonte disponibilizado pela biblioteca do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e customização de funcionalidades para atendimento a especificidades do IFFluminense.

Andamento: Concluído

• **Projeto: SUAP – Módulo de Reserva de Salas**

Mediante requisição da Direção Geral do campus Bom Jesus do Itabapoana, foi criado projeto implantação do Módulo de Reserva de Salas do SUAP, cuja finalidade é gerenciar as



solicitações de reserva de salas. O projeto envolveu estudar os fluxos do sistema, avaliar sua compatibilidade, desenvolver melhorias e implantar o referido módulo.

Andamento: Concluído

- **Projeto: SUAP – Módulo de Diplomas**

Mediante requisição da Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Coordenação de Registro de Diplomas, foi desenvolvido módulo do SUAP para registrar e gerenciar a emissão de diplomas. O projeto envolveu além do desenvolvimento, a integração do novo módulo criado com o módulo de Processo Eletrônico do SUAP para acompanhamento do trâmite de requisições de expedição de diplomas.

Andamento: Concluído

- **Projeto: SUAP – Módulo de Patrimônio: nova funcionalidade para controle de bens sem identificação**

Mediante requisição Pró-Reitoria de Administração, por meio da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado, foi criada nova funcionalidade no módulo de Patrimônio do SUAP para gerenciar informações sobre a existência, localização e carga de bens que não possuem etiqueta patrimonial e bens cedidos por outras instituições que ficam sob tutela do IFFluminense.

Andamento: Concluído

- **Projeto: SUAP – Módulo de Mobilidade: Nova funcionalidade para gerenciamento de permutas**

Mediante solicitação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas foram desenvolvida nova funcionalidade no módulo SUAP de Mobilidade para que passasse a contemplar o gerenciamento do processo de remoção por permuta de servidores, de acordo com a Portaria nº 254, de 20 de fevereiro de 2017. O projeto envolveu criação de um cadastro de intenções, gerenciamento de solicitações de permuta entre servidores de lotações diferentes, bem como a publicização de processos em andamento.

Andamento: Concluído



- **Projeto: SUAP – Módulo de Contratos: melhorias e novas funcionalidades**

Mediante requisição Pró-Reitoria de Administração, por meio da Direção de Administração, foram realizadas melhorias gerais no módulo SUAP de Contratos a fim de unificar o gerenciamento dos contratos institucionais em uma única ferramenta e melhorar o controle de pendências e não-conformidades. O projeto abrangeu a criação de novos relatórios e novas funcionalidades para aprimorar a eficiência do gerenciamento de contratos de obras, de imóveis e de serviços.

Andamento: Concluído

- **Projeto: Sistema para cálculo da relação aluno por professor**

Mediante solicitação da Pró-Reitoria de Ensino, a fim de apoiar a políticas educacionais institucionais, foi desenvolvido novo módulo SUAP para medição da relação de alunos por professor do IFFluminense, permitindo consulta geral e por campus, a partir dos parâmetros estabelecidos na Portaria SETEC/MEC nº 25/2015 e na Portaria MEC nº 818/2015. O projeto contemplou a criação de um cadastro para vincular os cursos existentes no IFF com os cursos elencados pelo MEC na referida portaria e realizar cálculo do fator de esforço de curso, conforme portaria Nº 25 (SETEC - 13 de agosto de 2015).

Andamento: Concluído

- **Projeto: Sistema de gerenciamento de horas e encargos de cursos e concurso**

Mediante solicitação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, foi implantado módulo SUAP de Cursos e Concursos para gerenciar horas e encargos referentes a participação de servidores em instrutoria de cursos de formação ou aperfeiçoamento e ao desempenho eventual de atividades desenvolvidas na execução de processos seletivos no âmbito da Instituição, conforme disposto na Portaria nº 479 de 13 de maio de 2015. O projeto envolveu estudar os fluxos do sistema, avaliar sua compatibilidade, desenvolver melhorias e implantar o referido módulo.

Andamento: Concluído

- **Projeto: Portal IFF: Melhorias e novas funcionalidades**

Mediante solicitação da Direção de Comunicação, foi criado projeto para reformular e melhorar a estrutura do Portal do IFFluminense para que se adéque às novas políticas



institucionais e estratégias de gestão, além de criar novas funcionalidades para tornar a navegação e a interação com o público mais amigável e agradável.

Andamento: Concluído

- **Projeto: Banco de notícias institucionais**

Mediante solicitação da Direção de Comunicação, com a finalidade de manutenção da memória de notícias do Instituto e de seu histórico de acontecimentos, foi criado projeto que abrange migração de todas as notícias do antigo para o novo portal institucional, mantendo-se a referência de links para imagens e atos oficiais como portarias, ofícios, processos de seleção, resultados e outros desdobramentos que, antes da criação do Centro de Documentação Digital e do Portal de Seleções, eram publicados em forma de anexo.

Andamento: Em execução

- **Projeto: Implantação do Projeto PEN – Processo Eletrônico Nacional**

Por exigência do decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015, cuja iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública visa a construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico, possibilitando o trâmite de processos e documentos administrativos entre diferentes setores, órgãos e entidades, foi criado o projeto para implantar sistema para atender ao projeto PEN – Processo Eletrônico Nacional. O projeto envolveu atualizar o sistema SUAP, estudar os fluxos dos módulos de Processo Eletrônico e Documento Eletrônico do SUAP, avaliar sua compatibilidade, desenvolver melhorias e implantar os referidos módulos.

Andamento: Em execução

- **Projeto: Implantação de IPS nos servidores web**

Diante da constante necessidade em aprimorar a segurança nas redes de internet e intranet do Instituto, foi adotado um sistema de IPS – Sistema de Prevenção de Intrusos para detecção e bloqueio de tentativas de acesso por força bruta (brute force) e de tentativas de negação de serviço (DoS). O projeto interno de TIC abrangeu avaliação, instalação e configuração de um sistema de prevenção de intrusão livre na rede do Datacenter da Reitoria.

Andamento: Em execução

- **Projeto: SUAP – Atualização de versão**



O SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública foi desenvolvido originalmente pelo IFRN e vem sendo utilizado no IFFluminense desde 2012. A versão do sistema que era utilizada pelo instituto estava desatualizada desde 2014, pois muitas customizações foram realizadas o que impedia sua atualização de forma rápida e segura. Além disso, a atualização se fazia necessária para implantação dos módulos de Processo Eletrônico e de Documento Eletrônico. O projeto abrangeu levantamento do impacto da atualização nas funcionalidades customizadas do sistema, criação de testes automatizados dos módulos utilizados pelo IFFluminense, validação da atualização de funcionalidade dos módulos pelas áreas responsáveis por sua utilização, mapeamento de fluxos de funcionamento dos módulos utilizados e de processos de negócio institucionais para apoiar atualizações futuras e, por fim, correção de conflitos de código para garantir o correto funcionamento dos fluxos de operacionalização do sistema.

Andamento: Concluído

- **Projeto: Sistema de gerenciamento de eventos**

Mediante a grande demanda de solicitações de sistemas de eventos, o que gera grande esforço e retrabalho da equipe de TI para atendimento a estas requisições, verificou-se a necessidade de iniciar um projeto para desenvolver sistema modular de gerenciamento de eventos que permitirá ao administrador a criação de um site institucional para divulgação de um evento, além de poder customizar layout, gerir inscrições, certificados, relatórios, dentre outras funcionalidades. Além do desenvolvimento da interface de administração dos eventos, a ferramenta, que se encontra em desenvolvimento, será integrada ao SUAP para que se tenha um banco de informações sobre todos os eventos realizados em âmbito institucional.

Andamento: Em execução

- **Projeto: Sistema de gerenciamento de colaboradores de processos de seleção**

Mediante solicitação da Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Diretoria de Gestão Acadêmica e Políticas de Acesso, foi iniciado um projeto para desenvolver sistema para realização de inscrição e gerenciamento de servidores que atuam ou desejam atuar como fiscais, apoio e outros tipos de colaboração nos processos de seleção institucionais. O projeto envolve a criação de um módulo SUAP para ofertar inscrições, cadastrar servidores, terceirizados e alunos interessados em colaborar em processos seletivos, bem como para gerenciar tais participações.



Andamento: Em execução

- **Projeto: SUAP – Módulo de Assistência Estudantil: implantação de terminal para gerenciamento de refeições**

Mediante solicitação da Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas foi criado projeto para implantar terminal para gerenciamento de refeições. Basicamente o projeto consiste em estudar, avaliar e instalar o terminal de refeições e mapear sua integração com o módulo SUAP de Assistência Estudantil. Este é um subprojeto do projeto “SUAP – Módulo de Assistência Estudantil: Melhorias e novas funcionalidades”.

Andamento: Em execução

- **Projeto: SUAP – Módulo de Assistência Estudantil: Melhorias e novas funcionalidades**

Mediante solicitação da Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas foi iniciado projeto para realizar melhorias gerais no módulo, criar novos relatórios e novas funcionalidades para adequar às tarefas executadas pela DIPECE e possibilitar o uso em todos os campi. O projeto envolve estudar e mapear os fluxos do módulo de Assistência Estudantil original criado pelo IFRN para avaliar sua compatibilidade com os processos da área de negócio e realizar uma re-implantação do módulo sem grandes customizações, o que iria facilitar a realização de atualizações do sistema sem grandes impactos. A execução deste projeto também abrange a implantação do terminal de refeições.

Andamento: Em execução

- **Projeto: SUAP – Módulo de Avaliação Institucional: Implantação**

Mediante solicitação da Pró-Reitoria de Ensino, foi iniciado projeto para implantar módulo SUAP de Autoavaliação Institucional com objetivo de auxiliar a condução dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP por meio de autoavaliação e avaliação externa. O projeto abrange o estudo de fluxos do sistema, avaliação de compatibilidade, realização de possíveis alterações e implantação do referido módulo.

Atribuição: Em execução



- **Projeto: Sistema para integração de dados entre Sistema de Gerenciamento de Inscrições e Sistema de Gestão Acadêmica**

Mediante solicitação da Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Diretoria de Gestão Acadêmica e Políticas de Acesso, foi iniciado um projeto para desenvolver sistema para exportação dos dados de candidatos registrados no Sistema de Gerenciamento de Inscrições para o Sistema de Gestão Acadêmica. O projeto prevê a atualização do sistema de inscrições para adicionar novos dados de candidatos, alteração de sistema de resultados/reclassificação para receber informações sobre candidatos classificados matriculados no Sistema Acadêmico e criação de cliente para integração de dados entre o Sistema Acadêmico e Sistema de Inscrições.

Andamento: Suspenso aguardando definições do cliente e disponibilidade da equipe.

- **Projeto: SUAP – Módulo de Gerenciamento de Frota: Implantação**

Mediante solicitação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, por meio da Coordenação de Transporte, foi iniciado projeto para implantação do módulo de Frota do SUAP com objetivo de melhorar gerenciamento de registros de agendamento de viagens, controle de abastecimento e otimizar as rotinas executadas pela Coordenação de Transportes na Reitoria e campi. O projeto abrange o estudo de fluxos do sistema, avaliação de compatibilidade, realização de pequenas alterações e implantação do referido módulo.

Andamento: Em execução

- **Projeto: Sistema de gerenciamento de solicitação de cópias**

Mediante solicitação da Direção Geral do campus Campos-Centro, por meio da Coordenação de foi iniciado projeto para desenvolver sistema para realizar e acompanhar solicitação de cópia de documentos ao setor de reprografia, substituindo, desta forma, o atual sistema de Produção Gráfica utilizado pelos servidores do campus Campos Centro e Reitoria. Os objetivos do projeto são otimização das filas de atendimento dos pedidos realizados, melhoria da eficiência no atendimento às solicitações, possibilitar a implantação do sistema em todos os campi, e quantificação de pedidos realizados e entregues.

Andamento: Em execução



- **Projeto: Implantação de novo sistema de empréstimo de acervo bibliográfico – SophiA**

Por motivo da aquisição do Sistema de Gerenciamento de Biblioteca – SophiA pela instituição, foi necessário iniciar projeto para implantação e treinamento de usuários do sistema, bem como para integração com outros sistemas institucionais para cadastramento de clientes. As etapas de implantação e treinamento de usuários foram concluídas e a etapa de integração com o Sistemas Acadêmico foi iniciada, entretanto, ainda não foi finalizada, pois segue aguardando definições da área de negócio para solução de restrições que afetam esta etapa.

Andamento: Suspenso aguardando definições do cliente

Planejamento para mitigação de riscos em dependências tecnológicas

O Instituto tem trabalhado para fortalecer área de desenvolvimento de sistemas de modo ser possível a adoção completa de softwares livres nas soluções utilizadas, de modo não ser necessária a aquisição de softwares de terceiros para as soluções críticas para o negócio como forma de mitigar uma eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas.

4.3.1 Principais sistemas de informações

Nesta seção serão apresentados os principais sistemas que contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais detalhando os objetivos do sistema, formas de manutenção, suporte e desenvolvimento.

1. Sistema Acadêmico

Sistema de gerenciamento de processos acadêmicos dos *campi* dos Instituto, com funcionalidades principais: diários, lançamento de notas, faltas, ocorrências disciplinares, decisões de conselhos de classe, atividades complementares, projetos finais/monografias, bolsas, estágios, colação de grau, emissão de documentos (diários, boletim, histórico).

Manutenção e Suporte: Sistema denominado “Qualidata” contratado junto a empresa F R J INFORMATICA LTDA com suporte e manutenção utilizados pelas Administrações dos *campi* do Instituto com valor total anual de R\$ 169.870,68.

2. SUAP

O SUAP tem por objetivo a informatização dos processos administrativos do Instituto, facilitando assim a gestão da instituição.



Atualmente o SUAP conta como os seguintes módulos ativos no Instituto Federal Fluminense

- Convênios: módulo de gestão de convênios.
- Almojarifado: módulo destinado à gestão de controle de almojarifado, com controle de empenhos, entrada de notas fiscais, gerenciamento do estoque, requisições de saída, transferência de materiais entre estoques. Possibilita a emissão de relatórios financeiros, balancetes e histórico de movimentação de materiais. Cadastro para empenho de anulação a fim de realizar ajuste financeiro em empenhos que não foram totalmente concluídos.
- Contratos: módulo de gestão de contratos, com funcionalidades de controle de medições, anexação de documentos contratuais, fiscais, avisos de vencimento, renovação, etc.
- Patrimônio: módulo destinado à gestão de controle patrimonial, possibilitando emissão de relatórios financeiros, trâmites de transferência de inventários e localização de bens, além de operações referentes à depreciação patrimonial. Relatório analítico de depreciação por *campus* para acompanhamento mensal da depreciação de bens do inventário, a fim de realizar um maior controle e de utilizar os dados consolidados no relatório para alimentar as bases de dados do governo (SIAFI). Relatório de Movimentação de Bens (RMB) para acompanhamento financeiro mensal de entrada, transferência e saída de bens do patrimônio.
- Recursos Humanos: módulo da área de Gestão de Pessoas, integrado com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), com gestão de dados funcionais, editais de remoção, contra-cheques, férias, digitalização de pastas funcionais, impressões de carteiras funcionais e crachás, indicadores de pessoal, entre outros.
- Mobilidade: módulo responsável pela gestão das solicitações de remoção e redistribuição
- PRONATEC: módulo de gestão de colaboradores do PRONATEC, com controle de editais, ficha cadastral, emissão de termos de responsabilidade, locais e áreas de atuação dos colaboradores.
- Telefonia: módulo de gerenciamento a cessão de equipamentos de telefonia móvel, com controle de responsável pela utilização de equipamentos e linhas, bem como emissão de termos de responsabilidade para utilização dos mesmos.
- Protocolo: módulo destinado à gestão de trâmites de unidade protocoladora.
- Projetos de Extensão: módulo de gerenciamento de projetos de extensão. Permite cadastrar projetos de Extensão, registrar a execução das atividades nas diversas etapas do



projeto, pre-avaliar, avaliar e monitorar projetos, metas, atividades, gastos e pessoal envolvidos nas várias etapas. Controlar frequência de bolsistas nos projetos de extensão em execução, disponibilizando um cadastro da frequência mensal dos estudantes participantes do projeto, com finalidade de facilitar a participação do Estudantes e o pagamento de bolsas.

- Ponto Eletrônico: módulo de registro e acompanhamento de ponto eletrônico, através de terminais, com base em *desktop*, autenticação por biometria e topologia distribuída.
- Tecnologia da Informação: módulo que responsável por reunir ferramentas de auxílio ao gerenciamentos de alguns serviços de TI, atualmente conta com as ferramentas de gerenciamento de e-mails Institucionais e permissões a acesso remoto de ambiente *desktop*.
- Módulo Ensino (Atividade Docente): módulo para gerenciar a atividade docente a fim de tornar público informações sobre carga horária de professores em disciplinas, em atividades de extensão, em atividades de pesquisa, em gestão, entre outros conforme vigente no regulamento de atividades docentes.
- Módulo de Documento Eletrônico e Processo Eletrônico: módulos destinados à gestão de documentos eletrônicos e a gestão da tramitação de documentos eletrônicos, e possui como objetivos principais: a melhoria no desempenho da execução de processos no setor público em termos de agilidade, produtividade, transparência, satisfação dos usuários e redução de custos.

Desenvolvimento: O sistema é um projeto de código aberto iniciado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). A implantação dos seus diversos módulos inciou-se em 2012 em cooperação técnica com o IFRN. O sistema foi customizado para atendimento os requisitos do Instituto e novos módulos são desenvolvidos e aperfeiçoados para atendimento aos requisitos das áreas de negócio.

Manutenção e Suporte: Realizada pela própria equipe de TI do Instituto, sem custos adicionais para a Instituição.

3. Sistema de Gerenciamento de Biblioteca

Sistema para automação, gerenciamento e empréstimos de coleções e acervos bibliográficos. Disponibiliza na web a pesquisa do acervo disponível nas bibliotecas do Instituto.

Manutenção e Suporte: O sistema em denominado “Sophia” adquirido junto a empresa PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA com suporte e manutenção utilizados pelas Administrações dos *campi* do Instituto com valor total anual de R\$ 17.280,00



4. Sistema de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa – SISEP

Gerencia cadastro de pesquisadores e projetos de Pesquisa. Avalia projetos, permite inscrição e seleção de bolsistas para projetos aprovados, e gerencia concessão de bolsas de pesquisa para bolsistas de projetos. Permite que qualquer pesquisador, seja ele integrante ou não do quadro de servidores do IFF, inscrevam seus projetos para serem avaliados.

Manutenção e Suporte: Realizada pela própria equipe de TI do Instituto, sem custo adicionais para a Instituição.

5. Sistema de Processo Seletivo

Sistema web para gerenciar as várias etapas de processos de seleção para ingresso nos diversos cursos do IFF. Conta com as etapas de cadastro de candidatos, inscrição nos processos, solicitações de condições especiais para a prova (participação em cotas, isenção de taxa de inscrição, atendimento especial para realização da prova, etc), publicação de resultados de todas as etapas definidas em edital, emissão de material para aplicação da prova (listagens de porta sala, de presença, de malote), alocação de candidatos nas escolas e salas para aplicação da prova, emissão de relatórios gerenciais e geração de gráficos estatísticos.

Manutenção e Suporte: Realizada pela própria equipe de TI do Instituto, sem custos adicionais para a Instituição.

6. Sistema de Concurso

Sistema *web* para gerenciar as várias etapas de processos seletivos para concursos públicos. Conta com as etapas de cadastro de candidatos, inscrição nos processos, solicitações de condições especiais para a prova (participação em cotas, isenção de taxa de inscrição, atendimento especial para realização da prova, etc), pedidos e avaliação de recursos, publicação de resultados de todas as etapas definidas em edital, emissão de material para aplicação da prova (listagens de porta sala, de presença, de malote), alocação de candidatos nas escolas e salas para aplicação da prova, emissão de relatórios gerenciais e estatísticos. Gerencia a parte de classificação de candidatos. Possui funcionalidades de importação das marcações de respostas no cartão de prova, cadastro de gabaritos, contabilização de pontos e classificação dos candidatos inscritos no processo. Gera relatórios de resultados e classificação de candidatos. Por meio do sistema é permitido que o candidato, autenticado em



sua área pessoal, veja o gabarito da prova, suas marcações do cartão de resposta e sua pontuação.

Manutenção e Suporte: Realizada pela própria equipe de TI do Instituto, sem custos adicionais para a Instituição.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O IFFluminense tem realizado ações na busca de alcançar, a longo prazo, a sustentabilidade ambiental plena da instituição. A partir do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes (Portaria Nº 819, DE 13 de agosto de 2015), antiga Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA), foram adquiridos bens e contratados serviços naquela unidade administrativa, de forma a servir de modelo para demais unidades administrativas da instituição. Em termos construtivos, a concepção dos projetos de engenharia e arquitetura dos dois blocos do Polo buscam praticar o conceito da sustentabilidade ambiental. Os prédios possuem instalações que privilegiam o aproveitamento da luz natural e ventilação, com esquadrias amplas e estrategicamente instaladas. O uso racional de água é praticado no Polo desde o aproveitamento de água da chuva, com uso de calhas e reservatórios, como sua aplicação na irrigação para produção de mudas de plantas e na condução de plantações.

Destaca-se a ampliação do Bloco A do Polo de Inovação, com três andares, que segue o mesmo conceito sustentável com investimento de cerca de 1,5 milhões de reais. Em 2016, o Polo de Inovação investiu cerca de R\$ 7.574,28 na ampliação do Sistema de captação de águas pluviais no Bloco B. Foram adquiridas placas fotovoltaicas (cinco Sistemas Fotovoltaicos em 2016 com potência nominal de 5 sistemas de 5kWp por sistema, sendo investido um montante de R\$ 189.980,00, totalizando 25 kWp), além das placas fotovoltaicas (5 com Potência de 240W) já existentes (2,32kWp), totalizando 27,32 kWp) e aerogeradores (três sistemas para conexão na rede composto de turbina eólica de eixo vertical para geração de energia elétrica com potência nominal de 1500 watts) para aproveitamento de energia solar e eólica, respectivamente, e possibilitar a microgeração junto a concessionária, obtendo redução nas contas de energia.

Além disso, foi adquirido um Conjunto Didático Fotovoltaico para fins de capacitação de estudantes, servidores e público geral. Em termos de energias renováveis foram investidos



cerca de R\$ 550.771,00 nesta unidade do IF Fluminense. A microgeração consiste na geração de calor ou potência (energia) por indivíduos, pequenas empresas ou comunidade, que desde 17 de abril de 2012, quando entrou em vigor a Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012, o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. A micro e a minigeração distribuídas de energia elétrica são inovações que podem aliar economia financeira, consciência socioambiental e auto sustentabilidade. Em 2017 foi adquirido um container sustentável, no valor de R\$ 53.880,00, para instalação de laboratório no PICG com as seguintes características: Valoriza a iluminação natural por meio da instalação de janelas de vidro e Sistema de iluminação artificial eficiente (Selo Procel); Sistema de ar condicionado eficiente (Selo A Procel). O container possui instalação de sistema de geração de energia elétrica de 5kWp, conectado no sistema elétrico, na cobertura do container, com duplo objetivo: i) diminuir a carga térmica do exterior para o interior do container, principalmente devido a radiação solar, permitindo um consumo menor do sistema de ar condicionado; e ii) transformação desta energia solar incidente na cobertura do container em energia elétrica por meio do sistema fotovoltaico, produzindo parte da energia elétrica consumida pelo container. Em dias frios, onde não se faz necessário ligar o ar condicionado, o container produz mais energia do que consome. Outra ação importante do Polo de Inovação foi implementação de uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), projeto aprovado no Chamada Pública Nº94 / 2013 do CNPq, onde foram captados R\$ 55.333,32 (CNPq) e investidos aproximadamente R\$ 19.504,92 (IF Fluminense). A ETE consiste num sistema composto por tratamento preliminar (gradeamento e bombeamento), tratamento primário (filtro anaeróbico de fluxo ascendente), tratamento secundário (filtro biológico anaeróbico) e tratamento terciário (wetlands para produção de forrageira). Com este sistema, o Polo de Inovação disponibilizará de forma correta os seus efluentes no ambiente, reduzindo o comprometimento da qualidade da água do lençol freático e do rio Paraíba do Sul.

O campus Cabo Frio do IF Fluminense dispõe de Sistema de Geração Fotovoltaico, instalado em parceria CENTRAIS ELÉTRICAS CACHOEIRA DOURADA S.A. – CDSA (Processo nº: 23317.002627.2013-60) com capacidade de geração de 70 kWp. A geração distribuída no campus visa proporcionar diversos benefícios tais como: o baixo impacto ambiental; a melhoria do nível de tensão da rede no período de carga pesada e a diversificação da matriz energética. O projeto em implantação tem por objetivo alcançar a autonomia do campus a partir do uso integral desta fonte renovável de energia.



O campus Bom Jesus do Itabapoana fez interessante investimento num Sistema de Tratamento de Efluentes e num biodigestor. O Sistema de Tratamento de Efluentes é composto Reator anaeróbio UASB e de unidade piloto demonstrativa de sistema wetlands, com investimento do campus na ordem de R\$ 18.000,00. O biodigestor alimenta motor conversor movido a biogás, cujo o investimento foi de R\$ 88.000,00.

A construção do campus de Pádua foi concebida com um sistema sustentável de captação de água de chuvas numa área de 1.400 metros quadrados. A água de chuva captada é utilizada na irrigação dos jardins do campus.

O campus Quissamã fez importante investimento na geração de energia eólica. Foram instaladas duas torres estaiadas para turbina eólica de eixo vertical de 1500W e outra de 1000W, inclusive obra civil de fundação. Foram investidos cerca de R\$ 34.273,74 e espera-se como retorno, a utilização fins acadêmicos e a economia nos custos da energia elétrica junto a concessionária em benefício do campus.

Na gestão 2016-2020 da Reitoria do IFFluminense a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (ProPEI), a partir da Diretoria de Internacionalização e Inovação (DII), implantou o Programa SiS (Sistemas de Inovação para Sustentabilidade), apoiada pelo Edital 133/IFFluminense. Foram concedidas neste edital uma bolsa pesquisador (BPesq), uma bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) e uma bolsa de Iniciação Tecnológica para cada projeto aprovado, para desenvolverem projetos mais robustos com a finalidade de submissão de propostas às agências de fomento externas, que tenham como objetivo diminuir as despesas de custeio de seus campi por meio de ações de sustentabilidade. No ano de 2016 foram investidos nestas ações o total de R\$ 40.350,00, divididos em bolsa de Extensão Tecnológica – R\$ 14.750,00, bolsa de Iniciação Científica – R\$ 13.600,00 e Bolsa Pesquisador – R\$12.000,00. Tem-se como resultado a estruturação de 8 projetos inovadores e criativos para diminuição do custeio dos campi em ações de sustentabilidade. Para atingir estes objetivos, foi formada uma equipe multicampi para condução do Programa a partir da Portaria n.º 923 de 04 agosto de 2016. O Comitê criado tem a missão de propor, avaliar, fomentar, publicizar, ações inovadoras e sustentáveis com objetivo de reduzir as despesas de custeio do IFFluminense. Como meta principal a ser atingida pelo Programa, pretende-se, até abril de 2020, reduzir o custeio do IFFluminense em 30%.

O Instituto Federal Fluminense incentiva à coleta seletiva a fim de sensibilizar as pessoas para questão do tratamento dispensado aos resíduos sólidos produzidos no dia a dia. Identifica-se um cenário de implantação de contratações sustentáveis, considerando que, os



editais referentes a processos de contratação de obras e serviços realizados pelo Instituto no ano de 2017, apresentam critérios estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, para que as empresas adotem práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, dentre as quais o respeito as normas da NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, realize a separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

No segundo semestre de 2017 foi iniciada a implantação do Processo Eletrônico Nacional (PEN), em atendimento ao Decreto Nº 8.539/2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização de processos administrativos nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A impressão de documentos e processos sofrerá uma redução significativa na Reitoria e unidades do IFFluminense, a partir de 2018. O PEN introduz práticas inovadoras no setor público – elimina o uso de papel como suporte físico para documentos institucionais e disponibiliza informações em tempo real.

O Processo Eletrônico Nacional (PEN) é uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos, objetivando a melhoria no desempenho dos processos do setor público, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do usuário e redução de custos, contribuindo para sustentabilidade ambiental e econômica do IFFluminense.



5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Esta seção tem por finalidade apresentar os canais de comunicação que estão à disposição do cidadão para fins de solicitação, reclamações, denúncias e sugestões, como também os mecanismos ou procedimentos que permitem verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pelo IFFluminense e aqueles que garantem a acessibilidade aos serviços, produtos e as instalações do Instituto.

5.1 Canais de acesso do cidadão

A Diretoria de Comunicação do Instituto Federal Fluminense trabalha em consonância com a Política de Comunicação e está orientada pelas premissas da Comunicação Pública, seguindo as seguintes diretrizes:

- a) Consolidar a Comunicação Social no IFFluminense como um processo estratégico de gestão, por meio da construção de diretrizes, normas e princípios;
- b) Consolidar as estruturas de Comunicação no IFFluminense com profissionais técnicos, qualificados para atuar na área;
- c) Identificar os públicos de interesse da Instituição para atender às suas demandas, traçando estratégias e mantendo com eles uma comunicação eficaz e duradoura;
- d) Estabelecer e fortalecer a identidade institucional por meio de estruturas organizadas, programadas e geridas de forma permanente por parte da instituição.

No ano de 2017, no que abrange as atividades de Comunicação Social do Instituto Federal Fluminense, a Diretoria de Comunicação buscou ampliar os canais de acesso do cidadão, aprimorar os fluxos de comunicação e estabelecer ações e estratégias a partir de novas ferramentas e ações comunicacionais, se destacando:

I – Atualização do Portal do IFFluminense: Em 2017, o Portal do IFFluminense passou por adequações de seus conteúdos a fim de hierarquizar as informações de acordo com a nova estrutura organizacional da Reitoria. O trabalho de avaliação e acompanhamento do Portal foi realizado por meio do Grupo de Trabalho oficializado pela Portaria nº 1583 de 16 de Dezembro de 2016, que realizou levantamentos sobre comportamentos e demandas dos usuários, hierarquizando as informações de acordo com a maior procura do cidadão e atendendo ao modelo de Identidade Padrão de Comunicação Digital do Governo Federal.



Entre as ações de reestruturação do Portal destacam-se a criação de um projeto para a recuperação de todo o banco de notícias hospedados no portal antigo, e o início da reformulação da página de cursos, que, quando concluído, tratará informações mais completas para os usuários e para as instituições responsável pelas avaliações dos cursos. O Portal também conta com uma versão em inglês, atendendo à necessidade de apresentar a instituição em outros países, permitindo a ampliação de parcerias, intercâmbios e troca de conhecimentos entre instituições.

Além disto, a mobilidade e a acessibilidade são cada vez mais fortes em nosso dia a dia e isso nos obriga a estarmos presentes em diferentes plataformas. Os conteúdos tiveram seus formatos de navegação adequados para dispositivos móveis, tornando a instituição mais acessível para os cidadãos.

O Portal do IFFluminense, acessado pelo endereço <http://portal.iff.edu.br>, é um importante canal de relacionamento da instituição, sendo o principal canal oficial, onde são divulgadas informações de caráter institucional ou de interesse dos *campi*/Reitoria, assim como são publicizados dados e documentos gerais da instituição. As publicações realizadas no sítio são as mais variadas, tais como: notícias, eventos, calendários acadêmicos, cursos oferecidos, os contatos dos setores da Instituição, os contatos da Ouvidoria, a estrutura organizacional do IFFluminense, entre outros. Menus de acesso rápido como *Conheça o IFFluminense*, em <http://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/apresentacao> (com informações sobre a estrutura da organização, seus colegiados e legislação), *Ouvidoria*, em <http://portal1.iff.edu.br/ouvidoria/apresentacao> e *Acesso à Informação* em <http://portal1.iff.edu.br/acesso-a-informacao> (com informações sobre Avaliação Institucional, Convênios e Relatórios de Gestão), estão localizados na primeira página do sítio para facilitação do acesso do usuário.

A transparência das atividades realizadas pelo Reitor foi ampliada com a criação da Agenda do Reitor, localizada na página da Reitoria em <http://portal1.iff.edu.br/reitoria/agenda-do-reitor-jefferson-manhaes>, com alimentação e atualização diária de compromissos, reuniões e viagens do dirigente máximo da instituição.

No período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017, o Portal do IFFluminense recebeu 5.049.276 (cinco milhões, quarenta e nove mil, duzentos e setenta e seis) acessos.

II- Criação do produto ‘Acontece no IFF’: Programa factual para divulgação de eventos e ações do IFFluminense, o *Acontece no IFF* foi criado para ampliar a comunicação



audiovisual da instituição, fortalecer o canal do Youtube, o IFFTube, e gerar conteúdo de utilidade pública para ser divulgado na TV Câmara. O programa demanda etapas de Produção, Levantamento de pautas, Agendamento das entrevistas, Gravação, Edição e Finalização. Lançado em 09 de março de 2017, foram produzidos 41 vídeos, até o dia 04 de dezembro de 2017.

III – Aquisições: Dentro do plano de reestruturação da Diretoria de Comunicação foram adquiridos em 2017, 15 computadores e 15 licenças para programas de edição (imagem, áudio e vídeo), para atendimento ao setor e aos *campi* que não possuíam tal estrutura. Além disto, foram adquiridos 02 Tripés, 02 mochilas (equipamento fotográfico), 01 lente 70-300mm para DSLR, 02 microfones de mão, 02 suportes de ombro (acessório para filmagem).

IV – Humanização da Campanha do Processo Seletivo e Vestibular 2018: Desenvolvimento da Campanha – A Educação Transforma – com início da produção em junho de 2017 e término em setembro de 2017. Com a campanha, o número de inscritos aumentou cerca de 25% em relação ao ano de 2016. Foram produzidas versões de 15 segundos, 30 segundos e 1 minuto, para distribuição em diferentes plataformas e canais de comunicação. Além disto, também foram produzidas chamadas em Libras, com apoio e supervisão dos intérpretes de libras do IFF.

V- Ouvidoria: é o órgão de assessoramento administrativo da Reitoria encarregado de atuar na interlocução entre o cidadão e o IFFluminense, responsável pelo colhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações da comunidade interna ou externa, com jurisdição em todos os câmpus e setores da Instituição, visando à melhoria dos processos institucionais e, ao aperfeiçoamento dos processos democráticos com transparência.

A Ouvidoria atua como mediadora no atendimento de manifestações do cidadão que não tenham sido adequadamente solucionadas por nossos canais de atendimento administrativo (Reitoria, Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e de Campus) ou quando a resolução apresentada pelos setores ou agentes públicos não tenha sido satisfatória.

Sua missão é atuar como canal ético e imparcial na comunicação entre o IFFluminense e a sociedade, garantindo a participação cidadã e propondo melhorias contínuas para o aprimoramento institucional.

Além dos tradicionais canais de comunicação, telefone, protocolo e e-mail eletrônico, Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no ano de 2017 foi efetivamente implantado mais um sistema da Controladoria-Geral da União, o Sistema de



Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) permitindo que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, denúncia, reclamação, sugestão, elogio, além de pedido de simplificação de um serviço prestado pelo IFFluminense, conforme Decreto nº 9.094/2017. Na tabela a seguir, apresentamos o relatório de atendimento da Ouvidoria do IFFluminense.

Tabela 1 – Número de atendimentos da Ouvidoria no ano de 2017

Segmentos	Sugestões	Informações	Denúncias	Elogios	Reclamações
Servidores	10	08	11	02	18
Estudantes	15	16	13	08	20
Comunidade Externa	04	150	08	05	30
Total	29	174	32	15	68

Fonte: Ouvidoria do IFFluminense

VI – Atendimento à imprensa: No contexto das ações de comunicação do Instituto, é importante destacar o trabalho de relacionamento com a imprensa por meio do envio periódico de *releases* e agendamento de entrevistas, o que contribui para ampliar a abrangência das informações divulgadas pela instituição. Em 2017, 605 notícias foram publicadas nas mídias impressa e on-line, local e nacional.

VII- Redes Sociais: Facebook, Twitter, Instagram, Youtube são ferramentas cada vez mais em uso para a troca de informação e que possibilitam um diálogo com todos os públicos. Diante disso, o IFFluminense possui perfis e *fanpages* oficiais em todos esses canais, com atualização diária, produção de conteúdos específicos, elaborados a partir da compreensão da especificidade de cada uma das plataformas, buscando ampliar constantemente o alcance de suas publicações e tornar-se uma interface de mediação do usuário com a Instituição, atendendo de maneira rápida às diferentes solicitações, dúvidas e sugestões dos usuários. No ano de 2017, o Facebook e o YouTube destacaram-se alcançando números que multiplicaram significativamente as formas de interações com os usuários.

a) Facebook: a *fanpage* do IFFluminense, acessada no endereço <https://www.facebook.com/iffuminense/>, aumentou, em 2017, seu número de curtidas e seguidores, quase dobrando o valor do ano anterior, atingindo um número próximo a 15.000 nas duas ações; obteve uma média de alcance diário (pessoas que viram algum conteúdo associado à página) de 150.000 usuários; expansão dos tipos de conteúdos publicados também para a utilização de vídeos no Facebook, gerando um registro expressivo nas visualizações



clicadas diárias de vídeos com uma média acima de 2.000 visualizações ao longo do ano; e atingiu uma taxa de resposta, classificada pelo Facebook em 90%, com um tempo de resposta médio de 4 horas aos contatos feitos pelos usuários.

b) IFFTube: O canal do IFFluminense na plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube é utilizado para divulgar conteúdos sobre o Instituto, seu eventos e cursos. O canal pode ser acessado no endereço <https://www.youtube.com/user/ifftubeoficial>. Em 2017, o IFFTube aumentou uma média de 50% em seu total de inscritos, com um valor próximo a 1.500 inscritos no canal. Os números de visualizações dos vídeos apresentaram um crescimento significativo com mais de 55.000 visualizações, somando um total acima de 100.000 visualizações desde sua criação, em 2014. Os picos concentram-se no lançamento de materiais e campanhas sistêmicas como a publicação do novo vídeo institucional, em fevereiro de 2017, e com a campanha *A Educação Transforma*, do Processo Seletivo e Vestibular 2018. O canal apresentou também um crescimento no número de interações com os usuários, que, assim como acontece com o Facebook, já o utilizam como um canal de contato para obter informações, tirar dúvidas e fazer solicitações à Instituição. Esse indicativo reforça a centralidade dessas mídias na relação com os diferentes públicos de interesse do IFF e a consolidação crescente no trabalho realizado para tornar os perfis oficiais como fontes de acesso a conteúdos e informações para a comunidade.

c) Instagram e Twitter: são os canais que apresentam menores indicativos, embora, tenham gerado crescimento, principalmente em eventos de grande porte sediados no Instituto, como o JIF. Por este motivo, tornaram-se metas de aprimoramento para o próximo ano.

VIII- E-mail Institucional: utilizado como um canal de relacionamento interno acessado pelos servidores do Instituto.

IX- Paineleletrônico: existente em alguns *campi*, trata-se de um meio digital (normalmente uma televisão ou um projetor) em que informações são passadas para o público que circula pela instituição. Seu objetivo é reduzir a quantidade de cartazes, folhetos e mensagens impressas, ampliando o nível de informação da comunidade em relação a eventos, setores existentes, oportunidades para estudantes, entre outros. As informações são passadas por meio de vídeos ou slides, com atualizações frequentes e informações simplificadas para que possam ser absorvidas com facilidade.

X- Boletim Eletrônico: O Boletim Eletrônico reúne as principais notícias publicadas pela Diretoria de Comunicação e pelos jornalistas dos *campi* no Portal do IFFluminense,



durante a semana. Voltado para o público interno, o Boletim é enviado toda quinta-feira para o e-mail de todos os servidores da instituição, e também para o Ministério da Educação (MEC); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e para o Conselho Nacional dos Institutos Federais (Conif). No ano de 2017, foram produzidas 59 edições do Boletim Eletrônico;

XI- Centro de Documentação Digital (CDD): implantado em 2013, estabelecido como instrumento de publicização de atos oficiais do IFFluminense, por meio da Portaria nº 739 de 25 de Novembro de 2014, acessado pelo endereço <http://cdd.iff.edu.br>, representa a intenção da Reitoria de, em nova concepção, publicizar seu compromisso com a transparência na divulgação da informação não apenas como prática, mas como um parâmetro de gestão e estruturação de sistema, pelo qual se compreende a importância de dar ciência à sociedade do fluxo na geração e distribuição de documentos emitidos pelo IFFluminense.

XII- Produção de novo Vídeo Institucional: A Diretoria de Comunicação, por meio da Coordenação de Multimeios, produziu um novo Vídeo Institucional com o objetivo de mostrar tudo o que o Instituto e seus *campi* podem oferecer aos cidadãos, além de fortalecer essa nova institucionalidade que são os institutos e criar vínculos de afeto com seus alunos, servidores e prestadores de serviço. O vídeo, produzido também numa versão em inglês e em uma versão com acessibilidade para portadores de deficiência visual, está disponível no canal do Youtube da instituição, o IFFTube.

XIII - Parceria com a Câmara Municipal de Campos e Fidesc para a produção de vídeos. Através da parceria firmada entre a Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes e o Fórum Interinstitucional dos Dirigentes de Ensino Superior de Campos (Fidesc), o material produzido no IFFTube são exibidos em canal Aberto e Digital da TV Câmara (canal 19). Os programas serão produzidos pela Diretoria de Comunicação num trabalho em conjunto com a Coordenação de Produtos de Design e Audiovisual para a Educação (CPDAE) do Centro de Referência.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Em conformidade com o Decreto N.º 6.932, de 11/08/2009, o IFFluminense elaborou em 2014 sua Carta de Serviços contendo informação acessível aos cidadãos, sendo atualizado anualmente.



A Carta de Serviços do IFFluminense foi elaborada pelo Gabinete da Reitoria e contou com o apoio dos *campi* e das Pró-reitorias. A Carta encontra-se disponível no portal do IFFluminense, na seção *Acesso à Informação* (no link <http://portal1.iff.edu.br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao.pdf/view>).

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O IFFluminense assume, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a concepção de avaliação como etapa primordial no ciclo da gestão, que se caracteriza como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando avaliar os objetivos e ações propostas, com vistas a melhorar continuamente seu desempenho sob o olhar de sua comunidade. Para tanto, conta com os resultados da Avaliação Institucional que permitem mensurar a satisfação dos cidadãos-usuários em relação à ação institucional.

Em 2017, por meio de uma avaliação da gestão, a Coordenação de Avaliação Institucional, responsável pelos processos de Avaliação Institucional, deixou de estar administrativamente vinculada à Pró-reitoria de Ensino e passou a ser de responsabilidade da Diretoria de Planejamento Estratégico vinculada à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.

A Avaliação Institucional tem a finalidade de identificar o andamento e a qualidade das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão) e das atividades-meio (gestão acadêmica e administrativa), buscando assegurar a integração de dimensões externas e internas da avaliação institucional, mediante um processo construído e assumido coletivamente. Tal esforço institucional garante a possibilidade de gerar informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo.

Em 2017, de modo a promover uma ação integrada de avaliação e planejamento, foram realizadas ações de implementação do Sistema de Avaliação Integrada, incluindo uma revisão e atualização do projeto de Autoavaliação Institucional. Para tanto, foi desenvolvido um novo módulo SUAP que suportasse as inovações decorrentes.

A Autoavaliação Institucional compreende uma pesquisa coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFFluminense, por meio de questionário eletrônico, disponível no SUAP. O universo dos respondentes é formado por todos os discentes, técnicos-administrativos, docentes e gestores.

O instrumento de avaliação apresenta diversos aspectos e indicadores que compõem as dimensões institucionais articuladas às dimensões estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A pesquisa possui um caráter descritivo-exploratória, pois visa gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca das ações desenvolvidas, gerando subsídios para as políticas institucionais e, ainda, um caráter descritivo, pois envolve a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados.

A CPA, prevista no Art. 11 da Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentada pela Portaria do Ministério da Educação N.º 2051, de 9 de julho de 2004 e no Estatuto do IFFluminense. A comissão, eleita no ano de 2017, foi instituída pelas Portarias nº 1049 e 1050 de 07 de agosto de 2017, configurando-se em um instrumento importante neste processo, que pressupõe a participação coletiva da comunidade interna e externa.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Quadro 52 – Informações disponíveis que contribuem para a transparência da gestão

Informações consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão	Local de disponibilização na Internet
Carta de Serviços ao Cidadão	http://portal1.iff.edu.br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao
Relatórios de Gestão do IFFluminense	http://portal1.iff.edu.br/aceso-a-informacao/relatorios-de-gestao
Atividade Docente	Cabo Frio: http://portal.iff.edu.br/campus/cabofrio/corpo-docente Centro: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/campos-centro/apresentacao/atividade-docente Itaperuna: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/itaperuna/apresentacao/atividade-docente Macaé: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/macaee/apresentacao-1/atividade-docente Guarus: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/campos-guarus/apresentacao/atividade-docente Quissamã: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/quissama/apresentacao/atividade-docente
Setores Flexibilizados	Cabo Frio: http://portal.iff.edu.br/campus/cabofrio/corpo-tecnico-administrativo/horario-dos-setores-flexibilizados/?searchterm=flexibilizados



	Centro http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/campos-centro/apresentacao/horario-de-funcionamento/horario-convencional-e-setores-com-horario-flexibilizado Bom Jesus: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/apresentacao/setores-flexibilizados Guarus: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/campos-guarus/apresentacao/setores-flexibilizados Itaperuna: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/itaperuna/apresentacao/horario-dos-setores Macaé: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/macaee/apresentacao-1/horarios-dos-setores-flexibilizados Quissamã: http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/quissama/apresentacao/setores-flexibilizados
Portarias	http://cdd.iff.edu.br/documentos/portarias
Editais	http://cdd.iff.edu.br/documentos/editais
Deliberações	http://cdd.iff.edu.br/documentos/deliberacoes
Resoluções	http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes
Ordens de Serviço	http://cdd.iff.edu.br/documentos/ordens-de-servico
Atas	http://cdd.iff.edu.br/documentos/atas
Auditoria	http://admin.portal.iff.edu.br/aceso-a-informacao/auditorias

Fonte: Gabinete da Reitoria

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Esta seção tem por finalidade informar sobre como o IFFluminense garante o acesso fácil aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos, principalmente aos portadores de deficiência .

Assim, para acesso aos produtos e serviços podemos citar:

A) Encontre seu curso: Projeto desenvolvido em conjunto pela Pró-reitoria de Ensino, Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Diretoria de Comunicação que visa à produção de vídeos de apresentação dos cursos oferecidos pela instituição com o objetivo de orientar os candidatos aos Cursos Técnicos e Superiores em sua escolha. Os vídeos são disponibilizados no canal institucional no youtube – IFFtube -, bem como no site desenvolvido para esta finalidade, no endereço <http://encontreseucurso.iff.edu.br/>.



B) Portal do IFFluminense – segue as instruções do Portal Padrão do Governo Federal que faz parte do projeto de Identidade Digital de Governo. Os conteúdos, módulos e funcionalidades são criados de acordo com os conceitos de acessibilidade, seguindo as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 2.12.2004 conforme pode ser verificado em <http://portalpadrao.gov.br/acessibilidade>.

Na parte superior do portal existe uma barra de acessibilidade onde se encontra atalhos de navegação padronizados e a opção para alterar o contraste. Essas ferramentas estão disponíveis em todas as páginas do portal.

Os atalhos padrões do governo federal são:

- Teclando-se Alt + 1 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao começo do conteúdo principal da página.
- Teclando-se Alt + 2 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao início do menu principal.
- Teclando-se Alt + 3 em qualquer página do portal, chega-se diretamente em sua busca interna.
- Teclando-se Alt + 4 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao rodapé do site.

No caso do Firefox, em vez de Alt + número, tecle simultaneamente Alt + Shift + número.

Sendo Firefox no Mac OS, em vez de Alt + Shift + número, tecle simultaneamente Ctrl + Alt + número.

No Opera, as teclas são Shift + Escape + número. Ao teclar apenas Shift + Escape, o usuário encontrará uma janela com todas as alternativas de ACCESSKEY da página.

C) Acesso às instalações

A lei 10.098/2000 estabelece as normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais, já o decreto 5.296/2004 regulamenta a lei mencionada acima. Todos levam em consideração a NBR 9050/2004.

No capítulo IV, artigo 11 do decreto 5.296/2004, orienta que as edificações públicas devem ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Neste sentido, o Instituto Federal Fluminense está seguindo o requisitado pelo decreto adaptando as edificações existentes e projetando as novas já com condições de acessibilidade.

Visando o atendimento às recomendações da Controladoria Geral da União, a

Administração do Instituto Federal Fluminense inseriu no seu Plano Diretor de Infraestrutura, Capítulo 5 do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, conjunto de metas anuais, onde uma vez confirmadas as premissas do financiamento público, pretende realizar 100% das intervenções relacionadas com a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida conforme estabelecido na Lei 10.098/2000.

Metodologia da implementação

- Levantamento e diagnóstico:

O diagnóstico para adequação à legislação sobre as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida foi realizado através de levantamento arquitetônico de todas as unidades do IFFluminense. Este levantamento foi realizado pela arquiteta e pelos engenheiros lotados na diretoria de infraestrutura da Reitoria durante o ano de 2017, como forma de construção do capítulo do PDI correspondente.

- Desenvolvimento e execução dos projeto:

Com o diagnóstico finalizado e baseado no relatório final, foi desenvolvido um programa de necessidades e a programação de projeto, a fim de orientar o desenvolvimento de projetos executivos e planilhas orçamentárias.

Com os projetos desenvolvidos e detalhados, a Diretoria de Infraestrutura da Reitoria estimou e orçou o valor necessário para execução das adaptações, com vistas a composição do planejamento anual de investimentos que leva em consideração outras ações de caráter finalístico e necessárias, prevendo para 2018 ações ligadas a acessibilidade de acordo com o planejamento elaborado, indicado no quadro abaixo:

Quadro 53 – Percentual de execução do plano de acessibilidade itens priorizados

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACESSIBILIDADE					
ITENS PRIORIZADOS					
Campus	2017	2018	2019	2020	2021
Bom Jesus do Itabapoana	7,43%	9,94%	13,20%	13,20%	13,20%
Cabo Frio	2,48%	5,37%	7,84%	7,96%	7,96%



Cambuci	0,70%	0,96%	2,16%	2,16%	2,16%
Campos Centro	15,15%	22,42%	29,77%	29,77%	29,77%
Campos Guarus	3,55%	5,09%	8,15%	8,15%	8,15%
Centro de Referência	0,00%	0,19%	0,84%	0,84%	0,84%
Itaboraí	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,23%
Itaperuna	4,47%	6,69%	8,88%	8,88%	8,88%
Macaé	2,95%	4,77%	8,95%	9,18%	9,18%
Maricá	0,00%	4,30%	4,14%	4,14%	4,14%
PICG	0,24%	0,54%	0,84%	0,84%	0,84%
Quissamã	0,77%	1,49%	3,03%	3,03%	3,03%
Reitoria	0,77%	1,38%	1,61%	1,61%	1,61%
Santo Antônio de Pádua	2,38%	3,40%	4,19%	4,23%	4,23%
São João da Barra	1,11%	1,54%	1,80%	1,80%	1,80%
Instituto Federal Fluminense	42,00%	68,07%	95,38%	95,77%	100,00%

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

D) Acessibilidade Comunicacional – Com as ações iniciadas em 2014 por meio de Concurso Público e continuadas em 2015 e 2016 por meio da nomeação de servidores efetivos para o cargo de Tradutor e Intérprete de Libras - TIL, o IFFluminense obteve em 2017 autorização do MEC para contratação temporária de 07 intérpretes (3 no campus Macaé e 4 no campus Centro) ficando com a seguinte distribuição:

Tabela 2 – Número de Tradutor e Intérprete de Libras segundo os campi

<i>Campi</i>	Nº Tradutor e Intérprete de Libras - TIL
Bom Jesus do Itabapoana	01
Cambuci	01
Campos Centro	06
Cabo Frio	01
Campos Guarus	O servidor passou a ser lotado no campus Centro pra atender a

	demanda de interpretação
Itaperuna	01
Macaé	04
Maricá	-
Quissamã	01
Santo Antônio de Pádua	01
Total	16

Fonte: suap.iff.edu.br

A efetivação nos quadros de servidores, de Tradutores e Intérpretes de Libras permitiu a ampliação das ações desenvolvidas nos Núcleos de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais do IFFluminense – NAPNEE, em especial, a criação e condução de Comissão para elaboração de um Programa voltado para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais (deficiência, transtornos de aprendizagem e altas habilidades e superdotação) e a oferta de cursos de Libras como atividades extensionistas, conforme quadro a seguir, voltados para comunidade interna e externa realizados pelos NAPNEEs do IFFluminense dos *campi*, com objetivo de capacitar trabalhadores da educação para o uso da LIBRAS, difundir o uso dessa língua, promovendo a acessibilidade e inclusão no processo educacional dos surdos.

Quadro 54: Quantitativo de Participação em Curso de Libras

Curso	Inscritos	Matriculados	Cursaram	Concluíram
LIBRAS	350	232	186	134

Fontes: NAPNEE Macaé; NAPNEE Campos Centro.

Nas tabelas a seguir, apresentam-se a constituição dos NAPNEEs nos *campi*, o número de estudantes atendidos pelos núcleos e as ações inclusivas e de acessibilidades implementadas no IFFluminense.



Tabela 3 – Configuração estrutural dos NAPNEE no IFFluminense

NAPNEE			ESTUDANTES		
NAPNEEs instituídos	NAPNEEs com portaria e em funcionamento	NAPNEE com salas	Nº total de estudantes com necessidades especiais na Instituição	Nº de estudantes com deficiências atendidos pelos NAPNEEs	Nº de estudantes com transtornos de aprendizagem e altas habilidades e superdotação
7	7	4	85	45	30

Fonte: DIPECE

As informações acima estão diferindo dos indicadores estabelecidos pelo PDI, pois ao longo do processo de discussão dos indicadores o conceito de NAPNEEs instituídos foi ampliado, não bastando apenas a intitucionalização do núcleo por portaria, mas também a sala multifuncional de recursos com a designação dos servidores que atenderão aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido cabe esclarecer que a DIPECE realizou , no ano de 2017, com verba de emenda parlamentar, compras de mobiliário e equipamentos, para promover acessibilidade educacional nos campi.

Tabela 4 – Atendimento dos NAPNEE no IFFluminense

<i>Campus</i>	NAPNE em funcionamento	Possui sala específica de NAPNE	Estudantes com deficiências	Estudantes com transtornos de aprendizagem e altas habilidades e superdotação	Total de estudantes com necessidades especiais
Campos-Centro	SIM	SIM	19	15	34
Campos-Guarus	SIM	-	1	7	8
São João da Barra	-	-	0	0	0
Santo Antônio de Pádua	SIM	SIM	1	1	2
Cambuci	-	-	1	0	1
Itaperuna	SIM	-	1	0	1
Bom Jesus do Itabapoana	SIM	-	6	2	8
Macaé	SIM	SIM	8	1	9
Quissamã	-	-	1	0	0
Cabo Frio	SIM	SIM	1	3	4
Maricá	-	-	2	1	3
Total	7	4	40	28	70

Fonte: DIPECE



Tabela 5 – Tipos de ações inclusivas e de acessibilidades implementadas no IFFluminense

Especialidades atendidas no NAPNE	Projetos de extensão	Projetos de pesquisa	Outros projetos
Deficiências auditiva, visual, intelectual, física e motora. Transtornos de aprendizagem. Altas habilidades ou superdotação	1 – LIBRAS ao Alcance de Todos; 2 – Elaboração de Material Didático em Áudio Para DV; 3 – Exposição Tridimensional: Uma Proposta de Ensino Inclusivo de Ciências; 4 – Confeção de Mapas Táteis e Sua Aplicação No Ensino de História e Geografia; 5 – Produção e Aplicação de Materiais Didáticos na Área de Matemática. 6 – Borboletas são flores que aprendem a voar 7 – Vivenciando e incluindo valores por meio da agropecuária 8 – Viagem ao interior da Célula 9 – Produção de Material Didático em Áudio para Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais 10 – Produção e Aplicação de Materiais Didáticos para Estudantes com Deficiência Visual na Área de Matemática. 11 – Inclusão digital de Pessoas com deficiência Visual 12 – Educação Especial na Perspectiva dos Direitos Humanos/ Surdos e a	1 - Pesquisa em educação inclusiva com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática: elaboração de material didático especializado e formação continuada de professores 2 - Tecnologias da Informação: Elaboração de Materiais Didáticos Especializados Para Estudantes com DV. 3- Desenvolvimento de objetos de aprendizagem digitais acessíveis para estudantes com deficiência visual 4- Desenvolvimento de um protótipo de sistema automatizado para locomoção autônoma de deficientes visuais 5 -Protótipo de equipamento didático de ensino de eletrônica digital adaptado para pessoas com deficiência visual 6- O uso de maquetes como metodologia de ensino: como trabalhar conceitos naturais junto a deficientes visuais 7- Desenvolvimento de crianças autistas mediado pelo uso das tecnologias digitais. 8- Acessibilidade arquitetônica no IFF: diagnósticos, propostas e ações 9-GUIAR: sistema eletrônico de acessibilidade em exposições e museus	1 - Curso de Braille: 2 - Curso de LIBRAS; 3 - Projeto Educar Para Ficar; 4 - Bolsa de Inclusão. 5- Elaboração de Materiais didáticos para estudantes com deficiências. 6- Monitorias.



	Acessibilidade Linguística.	10-Desenvolvimento de materiais didáticos especializados para estudantes com deficiência visual no ensino de informática.	
--	-----------------------------	---	--

Fonte: DIPECE; SUAP; PROPEI.

O IFFluminense observou aumento importante no número de alunos surdos, passando de 5 em 2016, para 15 em 2017, cujo atendimento só foi possível a partir da liberação pelo MEC de contratação temporária, uma vez que o quadro de servidores TIL continua sendo insuficiente para a demanda.



6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro do exercício

O desempenho financeiro do exercício é apresentado nos Demonstrativos Contábeis e suas notas explicativas, evidenciando que o Instituto trabalhou de forma a equilibrar ingressos e dispêndios.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Sobre a depreciação e a amortização, aplicamos parcialmente a NBC T 16.9, pois trabalhamos com o sistema gerencial CAP – Compras, Almoxarifado e Patrimônio, com registros de bens inventariados até 31 de dezembro de 2014; e o sistema gerencial SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública, com registros de bens inventariados a partir de 01 de janeiro de 2015. Atualmente, somente os bens registrados no CAP – Compras, Almoxarifado e Patrimônio estão sendo depreciados/amortizados, os bens registrados no SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública ainda não estão totalmente adequados as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pois o sistema ainda está passando por ajustes no que tange a estimativa da vida útil econômica do ativo, da metodologia de cálculo e das taxas utilizadas.

Sobre a avaliação e mensuração dos ativos e passivos que trata a NBC T 16.10 no que se refere ao imobilizado e ao intangível não está sendo feita. A contabilidade desde Instituto já orientou à Administração sobre essa necessidade e está registrando restrição na conformidade contábil.

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não adotamos o SIC – Sistema de Informação de Custos e nem nenhum outro sistema de apuração de custos.

Em consulta ao Sistema Tesouro Gerencial só conseguimos consultar o custo das unidades através do Órgão (26000 - MEC).



6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 55 – Balanço Patrimonial

EXERCÍCIO : 01/01/2017 A 31/12/2017

Valores em R\$ 1,00

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	17.007.218,86	7.722.839,46	PASSIVO CIRCULANTE	3.099.699,31	3.949.025,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.052.818,00	6.507.370,30	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	-	-
Créditos a Curto Prazo	41.506,80	41.506,80	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	41.506,80	41.506,80	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.920.570,55	3.713.923,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	9.701.018,62	153.203,62	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	1.211.875,44	1.020.758,74	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	179.128,76	235.102,08
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	207.560.035,92	200.110.445,75	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	7.530,26
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. De Longo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	2.410,21	2.410,21	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	2.410,21	2.410,21	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência	2.410,21	2.410,21	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	7.530,26



Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.099.699,31	3.956.555,34
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	207.457.264,65	200.002.519,97	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	59.637.000,22	56.698.181,29	Resultados Acumulados	221.467.555,47	203.876.729,87
Bens Móveis	88.454.691,89	82.255.926,31	Resultado do Exercício	20.536.803,44	17.879.374,70
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	28.817.691,67	-25.557.745,02	Resultados de Exercícios Anteriores	203.876.729,87	186.674.647,84
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.945.977,84	-677.292,67
Bens Imóveis	147.820.264,43	143.304.338,68	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	151.259.105,75	144.727.653,35	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	221.467.555,47	203.876.729,87
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-3.438.841,32	-1.423.314,67			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	100.361,06	105.515,57			
Softwares	100.221,06	105.375,57			
Softwares	211.077,48	193.058,84			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-110.856,42	-87.683,27			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	140,00	140,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	140,00	140,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			



Marcas,					
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso De		-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	224.567.254,78	207.833.285,21	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	224.567.254,78	207.833.285,21
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivo		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	25.538.677,87	23.753.829,62	Execução dos Atos Potenciais Passivos	26.059.515,69	22.077.309,53
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	56.636,96	56.636,96	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	25.408.133,36	23.623.285,11	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a	877.824,18	877.824,18
Direitos Contratuais a Executar	73.907,55	73.907,55	Obrigações Contratuais a Executar	25.181.691,51	21.199.485,35
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	25.538.677,87	23.753.829,62	TOTAL	26.059.515,69	22.077.309,53
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO		
Recursos Ordinários					-649.685,24
Recursos Vinculados					-26.232.310,32
Educação					-20.177.928,10
Seguridade Social (Exceto RGPS)					56.898,21
Operação de Crédito					-5.888.894,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas					3.826.546,47
Outros Recursos Vinculados a Fundos					-4.048.932,32
TOTAL					-26.881.995,56
					Fonte SIAFI

Fonte: SIAFI



Quadro 56 - Revisão Analítica

REVISÃO ANALÍTICA DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			AH	AV - 12/17	PASSIVO			AH	AV - 12/17
ATIVO CIRCULANTE	17.007.218,86	7.722.839,46	120,22%	7,57%	PASSIVO CIRCULANTE	3.099.699,31	3.949.025,08	-21,51%	1,38%
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.052.818,00	6.507.370,30	-6,99%	2,70%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	-	-	-	0,00%
Créditos a Curto Prazo	9.742.525,42	194.710,42	4904,00%	4,34%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.920.570,55	3.713.923,00	-21,36%	1,30%
Estoques	1.211.875,44	1.020.758,74	18,72%	0,54%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-	0,00%
					Provisões de Curto Prazo	-	-	-	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	207.560.035,92	200.110.445,75	3,72%	92,43%	Demais Obrigações a Curto Prazo	179.128,76	235.102,08	-23,81%	0,08%
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	7.530,26	-100,00%	0,00%
Créditos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Estoques	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos	2.410,21	2.410,21	0,00%	0,00%	Provisões de Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Imobilizado	207.457.264,65	200.002.519,97	3,73%	92,38%	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	7.530,26	-100,00%	0,00%
Intangível	100.361,06	105.515,57	-4,89%	0,04%	Resultado Diferido	-	-	-	0,00%
Diferido	-	-	-	0,00%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.099.699,31	3.956.555,34	-21,66%	1,38%
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	0,00%
					Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	0,00%
					Reservas de Capital	-	-	-	0,00%
					Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	0,00%
					Reservas de Lucros	-	-	-	0,00%
					Demais Reservas	-	-	-	0,00%
					Resultados Acumulados	221.467.555,47	203.876.729,87	8,63%	98,62%
					(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	0,00%
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	221.467.555,47	203.876.729,87	8,63%	98,62%
TOTAL DO ATIVO	224.567.254,78	207.833.285,21	8,05%	100,00%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	224.567.254,78	207.833.285,21	8,05%	100,00%

Fonte: SIAFi



Observações

- 1 – Análise Vertical Ativo Circulante: Representa 7,57% do total do Ativo.
- 2 – Análise Vertical Ativo Não Circulante: Representa 92,43% do total do Ativo, esse percentual elevado se dá em função do alto valor de imobilizado. Os setores de Contabilidade e Patrimônio deste Instituto estão realizando trabalho de análise para posteriores ajustes.
- 3 – Análise Vertical Passivo Circulante: Este grupo representa apenas 1,38% do Passivo Total referente ao exercício de 2017. Contudo, cabe ressaltar que as obrigações a pagar a curto prazo reduziram em 21,36% em relação ao exercício de 2016.
- 4 – Análise Vertical Patrimônio Líquido: Representa 98,62% do total do Passivo no exercício de 2017, o percentual elevado do Patrimônio Líquido perante ao Passivo, justifica-se por resultados acumulados de exercícios anteriores.
- 5 – Análise Horizontal Ativo: O Alto índice de crescimento do total de Ativo, 120,22%, é justificado pelo crescimento do Ativo Circulante, especificamente, no grupo Créditos a Curto Prazo que aumentou em relação ao mesmo período do ano anterior, 4.904,00%, em virtude de registros nas contas de adiantamento de férias e 13º salário (113110102 e 113110101) efetuados em 12/2017.
- 6 – Análise Horizontal Passivo: A redução do Passivo, em 21,51%, foi impulsionada por diminuição das contas que compõem o Passivo Circulante: Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo (21,36%) e Demais Obrigações a Curto Prazo (23,81%) no exercício de 2017.
- 7 - Análise Horizontal Patrimônio Líquido: Com relação ao Resultado do exercício de 2017, observou-se que houve um aumento de 14,86% em relação ao exercício anterior. Vale destacar, que foram efetuados ajustes no Resultado Acumulado referentes a exercícios anteriores, sendo o que causou mais impacto foi o imóvel registrado em duplicidade, registrado pela 2017NS004400, de acordo com as orientações do Ofício 48278/2017 MP da SPU e comunica 2017/1173549 da Setorial Contábil.
- 8 – Imobilizado: Representa 92,38% do total do Ativo no exercício de 2017 e apresentou aumento em apenas 3,73% quando comparado ao exercício de 2016, em consequência do ajuste relativo ao imóvel registrado em duplicidade mencionado acima.
- 9 – Fornecedores: Representa 94,22% do total do Passivo Exigível, tendo sofrido uma redução, em 21,36% em relação ao exercício anterior.



Quadro 57– Demonstração das Variações Patrimoniais

EXERCÍCIO: 01/01/2017 a 31/12/2017

Valores em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	439.008.028,29	414.587.390,86
Impostos, Taxas e Contribuições de	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	1.248.524,62	1.412.567,33
Venda de Mercadorias	181.592,06	104.618,51
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e	1.066.932,56	1.307.948,82
Variações Patrimoniais Aumentativas	185,62	492,50
Juros e Encargos de Empréstimos e	-	-
Juros e Encargos de Mora	185,62	492,50
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	437.509.871,39	410.218.399,40
Transferências Intragovernamentais	436.271.220,01	408.923.072,77
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições	-	-
Transferências das Instituições	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações	1.238.651,38	1.295.326,63
Valorização e Ganhos c/ Ativos e	186.803,05	2.868.569,69
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	186.803,05	2.868.569,69
Reversão de Redução ao Valor	-	-



Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	62.643,61	87.361,94
Varição Patrimonial Aumentativa a	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para	-	-
Diversas Variações Patrimoniais	62.643,61	87.361,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	418.471.224,85	396.708.016,16
Pessoal e Encargos	246.519.941,75	233.985.362,11
Remuneração a Pessoal	193.373.455,50	184.297.963,05
Encargos Patronais	40.453.094,10	36.194.609,94
Benefícios a Pessoal	12.659.025,82	13.481.920,06
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas	34.366,33	10.869,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	57.257.428,73	49.794.134,74
Aposentadorias e Reformas	48.238.567,96	40.977.400,35
Pensões	8.930.490,53	8.729.128,66
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferências	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	88.370,24	87.605,73
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	53.652.550,57	53.390.684,69
Uso de Material de Consumo	5.346.373,25	5.347.507,98
Serviços	42.576.331,28	41.730.321,69
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.729.846,04	6.312.855,02
Variações Patrimoniais Diminutivas	12.938,15	22.925,80
Juros e Encargos de Empréstimos e	-	-
Juros e Encargos de Mora	12.938,15	22.925,80
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	46.737.221,76	43.529.532,72
Transferências Intragovernamentais	45.743.191,74	43.120.260,30
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	36.550,00	51.467,00
Transferências a Instituições	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações	957.480,02	357.805,42
Desvalorização e Perda de Ativos e	5.081,99	33.101,17
Reavaliação, Redução a Valor	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	5.081,99	33.101,17



Tributárias	40.817,21	56.553,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Contribuições	4.503,83	26.812,70
	36.313,38	29.740,62
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.245.244,69	15.895.721,61
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	10.530.005,04	12.305.752,08
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais	3.715.239,65	3.589.969,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20.536.803,44	17.879.374,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2017	2016

Fonte: SIAFI

Quadro 58 - Revisão Analítica

REVISÃO ANALÍTICA - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV - 12/17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	439.008.028,29	414.587.390,86	5,89%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.248.524,62	1.412.567,33	-11,61%	0,28%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	185,62	492,50	-62,31%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	437.509.871,39	410.218.399,40	6,65%	99,66%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	186.803,05	2.868.569,69	-93,49%	0,04%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	62.643,61	87.361,94	-28,29%	0,01%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	418.471.224,85	396.708.016,16	5,49%	95,32%
Pessoal e Encargos	246.519.941,75	233.985.362,11	5,36%	56,15%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	57.257.428,73	49.794.134,74	14,99%	13,04%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	53.652.550,57	53.390.684,69	0,49%	12,22%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	12.938,15	22.925,80	-43,57%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	46.737.221,76	43.529.532,72	7,37%	10,65%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5.081,99	33.101,17	-84,65%	0,00%
Tributárias	40.817,21	56.553,32	-27,83%	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.245.244,69	15.895.721,61	-10,38%	3,24%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20.536.803,44	17.879.374,70	14,86%	4,68%

Fonte: SIAFI



Observações

- 1 – Análise Vertical das Variações Patrimoniais Aumentativas: A conta contábil, Transferências e Delegações Recebidas, representam 99,66% do total das Variações Patrimoniais. Estas são compostas pelos repasses recebidos, transferências para pagamentos de restos a pagar e doações recebida.
- 2 – Análise Horizontal das Variações Patrimoniais Aumentativas: Apresentou aumento de 5,89% de um exercício para o outro, correspondente a:
 - a) No grupo Exploração na Venda de Bens, Serviços e Direitos, que representa 0,028% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas, houve redução de 11,61% em relação ao exercício anterior, em virtude principalmente da receita de taxas de concurso/seleções, que reduziu a arrecadação, em 18,43%, em relação ao exercício de 2016. Contudo, a Receita de vendas de mercadorias aumentou, em 73,48%, devido o aumento nas vendas de estoque de produção animal e derivados do Campus Bom Jesus do Itabapoana.
 - b) As Transferências Intragovernamentais foram ampliadas em 6,65% em relação ao período anterior. Vale ressaltar, que apesar da conta, Transferência Intragovernamentais, representar 99,38% deste grupo de Receita e ter crescido 6,69%, a conta Outras Transferências e Delegações Recebidas reduziu 4,38%.
 - c) Redução de 93,59% no grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos devido a Estornos de Baixa de Recursos Diferidos realizados pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e pelo trabalho de análise e anulação de Restos a Pagar realizado neste Instituto desde 2016.
 - d) Redução de 28,29% no grupo Outras Variações Patrimoniais, pois tratam-se de multas previstas em contratos e restituição de pagamentos indevidos que sofreram redução neste exercício, pois foram aprimorados os controles internos, minimizando as ocorrências desses eventos.
- 3 – Análise Vertical das Variações Patrimoniais Diminutivas: As Variações Patrimoniais Diminutivas são compostas principalmente pelas Despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Assistenciais e Previdenciários (69,19%). Destacam-se também, as despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (12,22%) e Transferências e Delegações Concedidas (10,65%), estas são compostas principalmente aos sub-repasses concedidos as unidades gestoras do IFF descentralizadas.
- 4 – Análise Horizontal das Variações Patrimoniais Diminutivas: Houve um aumento de 5,49% em relação ao exercício anterior. Assim, apesar das Despesas com maior representatividade da VPD, Pessoal e encargos (84,65%) e Benefícios Previdenciários e



Assistenciais (13,04%) terem aumentado 5,36% e 14,99%, respectivamente, as outras Despesas sofreram redução, destacando-se a Desvalorização e Perda de Ativo e Incorporação de Passivos que sofreu uma redução de 93,49%.



Quadro 59 – Balanço Orçamentário

EXERCÍCIO: 01/01/2017 A 31/12/2017

Valores em R\$ 1,00

RECEITA			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
RECEITAS CORRENTES			925.457,00	925.457,00	1.311.353,85	385.896,85
Receitas Tributárias			-	-	-	-
Impostos			-	-	-	-
Taxas			-	-	-	-
Contribuições de Melhoria			-	-	-	-
Receitas de Contribuições			-	-	-	-
Contribuições Sociais			-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação			-	-	-	-
Receita Patrimonial			207.324,00	207.324,00	251.240,84	43.916,84
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			207.324,00	207.324,00	251.240,84	43.916,84
Valores Mobiliários			-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos			-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais			-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível			-	-	-	-
Cessão de Direitos			-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais			-	-	-	-
Receita Agropecuária			121.876,00	121.876,00	181.592,06	59.716,06
Receita Industrial			-	-	-	-
Receitas de Serviços			591.523,00	591.523,00	815.877,34	224.354,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			591.523,00	591.523,00	815.877,34	224.354,34
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao			-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde			-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras			-	-	-	-
Outros Serviços			-	-	-	-
Transferências Correntes			-	-	-	-



Outras Receitas Correntes			4.734,00	4.734,00	62.643,61	57.909,61
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			4.734,00	4.734,00	27.490,41	22.756,41
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			-	-	35.153,20	35.153,20
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio			-	-	-	-
Demais Receitas Correntes			-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL			-	-	-	-
Operações de Crédito			-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno			-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo			-	-	-	-
Alienação de Bens			-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis			-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis			-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis			-	-	-	-
Amortização de Empréstimos			-	-	-	-
Transferências de Capital			-	-	-	-
Outras Receitas de Capital			-	-	-	-
Integralização do Capital Social			-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil			-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional			-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional			-	-	-	-
Demais Receitas de Capital			-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS			925.457,00	925.457,00	1.311.353,85	385.896,85
REFINANCIAMENTO			-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno			-	-	-	-
Mobiliária			-	-	-	-
Contratual			-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo			-	-	-	-
Mobiliária			-	-	-	-
Contratual			-	-	-	-



SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO			925.457,00	925.457,00	1.311.353,85	385.896,85
DEFICIT			-	-	390.440.277,02	390.440.277,02
TOTAL			925.457,00	925.457,00	391.751.630,87	390.826.173,87
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA			-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro			-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação			-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos			-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos			-	-	-	-
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	362.460.069,00	381.680.813,00	379.333.903,09	369.714.087,73	367.741.108,01	2.346.909,91
Pessoal e Encargos Sociais	282.837.759,00	302.479.286,00	300.517.148,64	300.517.148,64	300.517.148,64	1.962.137,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	79.622.310,00	79.201.527,00	78.816.754,45	69.196.939,09	67.223.959,37	384.772,55
DESPESAS DE CAPITAL	9.030.366,00	9.030.366,00	12.417.727,78	1.267.108,72	787.056,07	-3.387.361,78
Investimentos	9.030.366,00	9.030.366,00	12.417.727,78	1.267.108,72	787.056,07	-3.387.361,78
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	371.490.435,00	390.711.179,00	391.751.630,87	370.981.196,45	368.528.164,08	-1.040.451,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO			-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM	371.490.435,00	390.711.179,00	391.751.630,87	370.981.196,45	368.528.164,08	-1.040.451,87



REFINANCIAMENTO						
TOTAL	371.490.435,00	390.711.179,00	391.751.630,87	370.981.196,45	368.528.164,08	-1.040.451,87
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO ROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.497.974,61	7.630.842,02	6.170.240,50	6.130.334,22	2.203.522,50	1.794.959,91
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	2.497.974,61	7.630.842,02	6.170.240,50	6.130.334,22	2.203.522,50	1.794.959,91
DESPESAS DE CAPITAL	9.659.747,36	12.575.124,45	14.575.672,23	14.245.315,59	344.212,38	7.645.343,84
Investimentos	9.659.747,36	12.575.124,45	14.575.672,23	14.245.315,59	344.212,38	7.645.343,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.157.721,97	20.205.966,47	20.745.912,73	20.375.649,81	2.547.734,88	9.440.303,75
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		400.671,80	2.212.737,41	2.196.805,13	181.469,35	235.134,73
Pessoal e Encargos		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da		-	-	-	-	-
Outras Despesas		400.671,80	2.212.737,41	2.196.805,13	181.469,35	235.134,73
DESPESAS DE CAPITAL		42.764,28	1.185.476,62	1.186.138,91	6.693,70	35.408,29
Investimentos		42.764,28	1.185.476,62	1.186.138,91	6.693,70	35.408,29
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		443.436,08	3.398.214,03	3.382.944,04	188.163,05	270.543,02



Fonte: SIAFI

Quadro 60 - Revisão Analítica

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
RECEITAS CORRENTES	925.457,00	925.457,00	1.311.353,85	385.896,85	141,70%	100,00%
Receitas Tributárias	-	-	-	-	-	0,00%
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-	0,00%
Receita Patrimonial	207.324,00	207.324,00	251.240,84	43.916,84	121,18%	19,16%
Receita Agropecuária	121.876,00	121.876,00	181.592,06	59.716,06	149,00%	13,85%
Receita Industrial	-	-	-	-	-	0,00%
Receitas de Serviços	591.523,00	591.523,00	815.877,34	224.354,34	137,93%	62,22%
Transferências Correntes	-	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas Correntes	4.734,00	4.734,00	62.643,61	57.909,61	1323,27%	4,78%
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	0,00%
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	0,00%
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	0,00%
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	0,00%
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	0,00%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	0,00%
SUBTOTAL DE RECEITAS	925.457,00	925.457,00	1.311.353,85	385.896,85	141,70%	100,00%
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	925.457,00	925.457,00	1.311.353,85	385.896,85	141,70%	100,00%
DÉFICIT	-	-	390.440.277,02	390.440.277,02		
TOTAL	925.457,00	925.457,00	391.751.630,87	390.826.173,87		

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
DESPESAS CORRENTES	362.460.069,00	381.680.813,00	379.333.903,09	369.714.087,73	367.741.108,01	2.346.909,91	99,39%	96,83%	2,54%	0,53%
Pessoal e Encargos Sociais	282.837.759,00	302.479.286,00	300.517.148,64	300.517.148,64	300.517.148,64	1.962.137,36	99,35%	76,71%	0,00%	0,00%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	79.622.310,00	79.201.527,00	78.816.754,45	69.196.939,09	67.223.959,37	384.772,55	99,51%	20,12%	12,21%	2,85%
DESPESAS DE CAPITAL	9.030.366,00	9.030.366,00	12.417.727,78	1.267.108,72	787.056,07	3.387.361,78	137,51%	3,17%	89,80%	37,89%
Investimentos	9.030.366,00	9.030.366,00	12.417.727,78	1.267.108,72	787.056,07	3.387.361,78	137,51%	3,17%	89,80%	37,89%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
SUBTOTAL DAS DESPESAS	371.490.435,00	390.711.179,00	391.751.630,87	370.981.196,45	368.528.164,08	1.040.451,87	100,27%	100,00%	5,30%	0,66%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	371.490.435,00	390.711.179,00	391.751.630,87	370.981.196,45	368.528.164,08	1.040.451,87	100,27%	100,00%	5,30%	0,66%
SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL	371.490.435,00	390.711.179,00	391.751.630,87	370.981.196,45	368.528.164,08	1.040.451,87				



OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
Operações de Crédito	-	-	-	-		
Refinanciamento	-	-	-	-		
TOTAL	-	-	-	-	0,00%	

RECEITAS DE CAPITAL	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
Operações de Crédito	-	-	-	-	0,00%	#DIV/0!
Alienação de Bens	-	-	-	-		#DIV/0!
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-		#DIV/0!
Transferências de Capital	-	-	-	-		#DIV/0!
Dutras Receitas de Capital	-	-	-	-		#DIV/0!
TOTAL	-	-	-	-		#DIV/0!

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-			0,00%	0,00%
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-			0,00%	0,00%
TOTAL	-	-	-	-	-	-			0,00%	0,00%

DESPESA DA CAPITAL	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
Investimentos	9.030.366,00	9.030.366,00	12.417.727,78	1.267.108,72	787.056,07	3.387.361,78	137,51%	100,00%	89,80%	37,89%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	9.030.366,00	9.030.366,00	12.417.727,78	1.267.108,72	787.056,07	3.387.361,78	137,51%	100,00%	89,80%	37,89%



Observações

1 – Realização da Receita Orçamentária: Na análise da realização da Receita, observa-se que foi arrecadado o valor de R\$ 1.311.353,85, ou seja, 141,70% do valor previsto. Desse percentual, identificamos um excesso de arrecadação significativo no Grupo de Outras Receitas Correntes, de 1323,27%, justificado pela realização de receitas não prevista, a 19220611 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, e, pelo excesso de arrecadação nas receitas: 19100111 (Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais) e 19100911 (Outro Grupo de Receita). Destaca-se ainda, a Receita Agropecuária que apresentou um excesso de arrecadação com percentual significativo de 49%, justificado pelo aumento das vendas e reajuste de preços de alguns itens produzidos no Campus Bom Jesus.

2 – Execução da Despesa Orçamentária: Ao analisar as despesas correntes, observou-se que as despesas mais significativa é com "Pessoal e Encargos Sociais", que representa 76,71% total do Grupo de Despesa Corrente, apresentando uma execução de 99,35% em relação à dotação atualizada. Quanto ao Grupo de Outras Despesas Correntes, executou 99,51% da despesa atualizada. Em relação ao Grupo de Despesa Capital, observa-se que fora executado 137,51% da dotação inicial, em virtude de repasses de Emendas Parlamentares efetuados pela CSGO - SPO/MEC através dos TED (s) nº 5886, 4418, 4413, 4408 e 6664.

3 – Resto a Pagar Não Processados: Os empenhos referentes ao exercício de 2017 que foi inscritos em Resto a Pagar Não Processado em 2018, correspondem a 5,30% do total da dotação atualizada do exercício. Assim, verifica-se que foram inscritos, 12,21% do total das despesas empenhadas no exercício de 2017, do Grupo de Despesas Correntes e 89,80% do total das despesas empenhadas no exercício de 2017 do Grupo da Despesa de Capital.

4 – Resto a Pagar Processados: Os empenhos referentes ao exercício de 2017 que foi inscritos em Resto a Pagar Processado em 2018, correspondem a 0,66% do total da dotação atualizada do exercício. Assim, foram inscritos em Resto a Pagar Processados em 2018, 2,85% do total das despesas empenhadas no exercício de 2017 do Grupo da Despesa Corrente e 37,89% do total das despesas empenhadas no exercício de 2017 do Grupo da Despesa de Capital.



Quadro 61 – Balanço Financeiro

EXERCÍCIO: 01/01/2017 a 31/12/2017

Valores em R\$1,00

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	1.311.353,85	1.500.421,77	Despesas Orçamentárias	391.751.630,87	365.140.742,58
Ordinárias	35.153,20	87.361,94	Ordinárias	121.908.074,89	91.198.716,92
Vinculadas	1.276.200,65	1.413.059,83	Vinculadas	269.843.555,98	273.942.025,66
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e (-) Deduções da Receita Orçamentária	1.276.200,65	1.413.059,83	Educação	258.364.961,40	230.517.297,32
	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	42.617.986,10
			Operação de Crédito	6.308.233,78	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	903.805,44	806.742,24
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.266.555,36	-
Transferências Financeiras Recebidas	436.271.220,01	8.923.072,77	Transferências Financeiras Concedidas	45.743.191,74	43.120.260,30
Resultantes da Execução Orçamentária	403.816.637,54	78.917.578,23	Resultantes da Execução Orçamentária	39.433.556,87	37.247.499,75
Repasso Recebido	364.383.080,67	41.783.317,44	Repasso Concedido	-	113.238,96
Sub-repasso Recebido	39.433.556,87	37.134.260,79	Sub-repasso Concedido	39.433.556,87	37.134.260,79
Independentes da Execução Orçamentária	32.454.582,47	30.005.494,54	Independentes da Execução Orçamentária	6.309.634,87	5.872.760,55
Transferências Recebidas para Pagamento	31.378.629,51	28.568.141,16	Transferências Concedidas para Pagamento	6.274.481,67	5.728.336,13
Demais Transferências Recebidas	-	461,52	Demais Transferências Concedidas	-	57.062,48
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.075.952,96	1.436.891,86	Movimento de Saldos Patrimoniais	35.153,20	87.361,94
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	23.808.607,75	23.591.045,02	Despesas Extraorçamentárias	24.350.911,30	25.402.868,88
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.453.032,37	2.805.320,67	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.382.944,04	9.195.064,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processado	20.770.434,42	20.205.966,47	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20.375.649,81	15.598.008,98
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	585.140,96	579.757,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	592.317,45	579.611,65
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	30.183,50
			Demais Pagamentos	-	30.183,50
Saldo do Exercício Anterior	6.507.370,30	6.156.702,50	Saldo para o Exercício Seguinte	6.052.818,00	6.507.370,30



Caixa e Equivalentes de Caixa	6.507.370,30	6.156.702,50	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.052.818,00	6.507.370,30
TOTAL	467.898.551,91	40.171.242,06	TOTAL	467.898.551,91	440.171.242,06
					Fonte Siafi

Quadro 62 - Revisão Analítica

INGRESSOS					DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2017	AV	2016	AH	ESPECIFICAÇÃO	2017	AV	2016	AH
Receitas Orçamentárias	1.311.353,85	0,28	1.500.421,77	-12,60	Despesas Orçamentárias	391.751.630,87	83,73	365.140.742,58	7,29
Ordinárias	35.153,20	0,01	87.361,94	-59,76	Ordinárias	121.908.074,89	26,05	91.198.716,92	33,67
Vinculadas	1.276.200,65	0,27	1.413.059,83	-9,69	Vinculadas	269.843.555,98	57,67	273.942.025,66	-1,50
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.276.200,65	0,27	1.413.059,83	-9,69	Educação	258.364.961,40	55,22	230.517.297,32	12,08
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-		-		Seguridade Social (Exceto RGPS)			42.617.986,10	
					Operação de Crédito	6.308.233,78	1,35		
					Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	903.805,44	0,19	806.742,24	12,03
					Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.266.555,36	0,91		
Transferências Financeiras Recebidas	436.271.220,01	93,24	408.923.072,77	6,69	Transferências Financeiras Concedidas	45.743.191,74	9,78	43.120.260,30	6,08
Resultantes da Execução Orçamentária	403.816.637,54	86,30	378.917.578,23	6,57	Resultantes da Execução Orçamentária	39.433.556,87	8,43	37.247.499,75	5,87
Repassé Recebido	364.383.080,67	77,88	341.783.317,44	6,61	Repassé Concedido			113.238,96	
Sub-repassé Recebido	39.433.556,87	8,43	37.134.260,79	6,19	Sub-repassé Concedido	39.433.556,87	8,43	37.134.260,79	6,19
Independentes da Execução Orçamentária	32.454.582,47	6,94	30.005.494,54	8,16	Independentes da Execução Orçamentária	6.309.634,87	1,35	5.872.760,55	7,44
Transferências Recebidas	31.378.629,51	6,71	28.568.141,16	9,84	Transferências	6.274.481,67	1,34	5.728.336,13	9,53



para Pagamento de RP					Concedidas para Pagamento de RP				
Demais Transferências Recebidas			461,52		Demais Transferências Concedidas			57.062,48	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.075.952,96	0,23	1.436.891,86	-25,12	Movimento de Saldos Patrimoniais	35.153,20	0,01	87.361,94	-59,76
Aporte ao RPPS	-		-		Aporte ao RPPS	-		-	
Aporte ao RGPS	-		-		Aporte ao RGPS	-		-	
Recebimentos Extraorçamentários	23.808.607,75	5,09	23.591.045,02	0,92	Despesas Extraorçamentárias	24.350.911,30	5,20	25.402.868,88	-4,14
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.453.032,37	0,52	2.805.320,67	-12,56	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.382.944,04	0,72	9.195.064,75	-63,21
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	20.770.434,42	4,44	20.205.966,47	2,79	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20.375.649,81	4,35	15.598.008,98	30,63
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	585.140,96	0,13	579.757,88	0,93	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	592.317,45	0,13	579.611,65	2,19
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-		-		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-		30.183,50	
					Demais Pagamentos			30.183,50	
Saldo do Exercício Anterior	6.507.370,30	1,39	6.156.702,50	5,70	Saldo para o Exercício Seguinte	6.052.818,00	1,29	6.507.370,30	-6,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.507.370,30	1,39	6.156.702,50	5,70	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.052.818,00	1,29	6.507.370,30	-6,99
TOTAL	467.898.551,91	100,00	440.171.242,06		TOTAL	467.898.551,91	100,00	440.171.242,06	

Fonte: SIAFI



Observações

Ingressos

1.– O grupo de Receitas Orçamentárias representa 0,28% do total dos ingressos e de um exercício para o outro e apresentou uma redução de 12,60%.

1.1 – As Receitas Orçamentárias Ordinárias representam 0,01% do total dos ingressos e tiveram redução de 59,76% de um exercício para o outro.

1.2 - As Receitas Orçamentárias Vinculadas representam 0,27% do total dos ingressos e tiveram redução de 9,69% de um exercício para o outro.

2– O grupo Transferências Financeiras Recebidas representa 93,24% do total dos ingressos e de um exercício para o outro apresentou crescimento de 6,69%.

3 – O Grupo de Recebimentos Extra-orçamentários representam 5,09% do total de ingressos e apresentou um aumento de 0,92% em relação ao exercício anterior.

3.1 – Redução de 12,56% na inscrição de restos a pagar processados em relação a dezembro do ano anterior.

3.2 – Aumento de 2,79% na inscrição de restos a pagar não processados em relação a dezembro do ano anterior.

Dispêndios

1 - O grupo Despesas Orçamentárias representa 83,73% do total dos dispêndios e de um exercício para o outro apresentou crescimento de 7,29%.

1.1 – As Despesas Orçamentárias Ordinárias representam 26,05% do total dos dispêndios e tiveram crescimento de 33,67% de um exercício para o outro.

1.2 - As Despesas Orçamentárias Vinculadas representam 57,67% do total dos dispêndios e tiveram redução de 1,5% de um exercício para o outro.

2. – O grupo Transferências Financeiras Concedidas representa 9,78% do total dos dispêndios e de um exercício para o outro apresentou crescimento de 6,08%. Esse grupo refere-se principalmente aos sub repasse concedidos as unidades gestoras do IFF descentralizadas.

3- O Grupo Despesas Extraorçamentárias representa 5,20% do total de dispêndios e apresentou uma redução de 4,14% em relação ao exercício anterior.

3.1 – Redução de 63,20% no pagamento de restos a pagar processados em relação a dezembro do ano anterior.



3.2 – O pagamento de restos a pagar não processados representa 4,35% do total dos dispêndios e apresentou um aumento de 30,63% de um exercício para o outro.



Quadro 63 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

EXERCÍCIO: 01/01/2017 A 31/12/2017

Valores em R\$ 1,00

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	15.763.958,27	15.623.146,97
INGRESSOS	438.167.714,82	411.003.252,42
Receitas Derivadas e Originárias	1.311.353,85	1.500.421,77
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	251.240,84	210.936,32
Receita Agropecuária	181.592,06	104.618,51
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	815.877,34	1.097.505,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Transferências Correntes Recebidas	62.643,61	87.361,94
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes	-	-
Outros Ingressos das Operações	436.856.360,97	409.502.830,65
Ingressos Extraorçamentários	585.140,96	579.757,88
Transferências Financeiras	436.271.220,01	408.923.072,77
DESEMBOLSOS	-422.403.756,55	-395.380.105,45
Pessoal e Demais Despesas	-335.676.834,50	-314.978.795,79
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-57.773.455,31	-49.509.983,27
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-277.903.379,19	-265.468.812,52
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-



(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da	-	-
Juros e Correção Monetária da	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-40.391.412,86	-36.671.254,21
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-40.354.862,86	-36.545.821,21
Outras Transferências Concedidas	-36.550,00	-125.433,00
Outros Desembolsos das Operações	-46.335.509,19	-43.730.055,45
Dispêndios Extraorçamentários	-592.317,45	-579.611,65
Transferências Financeiras	-45.743.191,74	-43.120.260,30
Demais Pagamentos	-	-30.183,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.218.510,57	-15.272.479,17
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-16.218.510,57	-15.272.479,17
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.200.491,93	-15.238.294,17
Concessão de Empréstimos e	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-18.018,64	-34.185,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 64 - Revisão Analítica

EXERCÍCIO: 01/01/2017

VALORES EM UNIDADE DE REAL			
	2017	2016	AH
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	15.763.958,27	15.623.146,97	0,90
INGRESSOS	438.167.714,82	411.003.252,42	6,61
Receitas Derivadas e Originárias	1.311.353,85	1.500.421,77	-12,60
Receita Tributária	-	-	
Receita de Contribuições	-	-	
Receita Patrimonial	251.240,84	210.936,32	19,11
Receita Agropecuária	181.592,06	104.618,51	73,58
Receita Industrial	-	-	
Receita de Serviços	815.877,34	1.097.505,00	-25,66
Remuneração das Disponibilidades	-	-	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	62.643,61	87.361,94	-28,29
Transferências Correntes Recebidas	-	-	
Intergovernamentais	-	-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	
Dos Municípios	-	-	
Intragovernamentais	-	-	
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-	
Outros Ingressos das Operações	436.856.360,97	409.502.830,65	6,68
Ingressos Extraorçamentários	585.140,96	579.757,88	0,93
Transferências Financeiras Recebidas	436.271.220,01	408.923.072,77	6,69
DESEMBOLSOS	-422.403.756,55	-395.380.105,45	6,83
Pessoal e Demais Despesas	-335.676.834,50	-314.978.795,79	6,57
Legislativo	-	-	
Judiciário	-	-	
Essencial à Justiça	-	-	
Administração	-	-	
Defesa Nacional	-	-	
Segurança Pública	-	-	
Relações Exteriores	-	-	
Assistência Social	-	-	
Previdência Social	-57.773.455,31	-49.509.983,27	16,69
Saúde	-	-	
Trabalho	-	-	
Educação	-277.903.379,19	-265.468.812,52	4,68
Cultura	-	-	
Direitos da Cidadania	-	-	

Urbanismo	-	-	
Habitação	-	-	
Saneamento	-	-	
Gestão Ambiental	-	-	
Ciência e Tecnologia	-	-	
Agricultura	-	-	
Organização Agrária	-	-	
Indústria	-	-	
Comércio e Serviços	-	-	
Comunicações	-	-	
Energia	-	-	
Transporte	-	-	
Desporto e Lazer	-	-	
Encargos Especiais	-	-	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	
Outros Encargos da Dívida	-	-	
Transferências Concedidas	-40.391.412,86	-36.671.254,21	10,14
Intergovernamentais	-	-	
Federal	-	-	
A Estados e/ou Distrito	-	-	
A Municípios	-	-	
Intragovernamentais	-40.354.862,86	-36.545.821,21	10,42
Outras Transferências	-36.550,00	-125.433,00	-70,86
Concedidas	-	-	
Outros Desembolsos das Operações	-46.335.509,19	-43.730.055,45	5,96
Dispêndios Extraorçamentários	-592.317,45	-579.611,65	2,19
Transferências Financeiras Concedidas	-45.743.191,74	-43.120.260,30	6,08
Demais Pagamentos	-	-30.183,50	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.218.510,57	-15.272.479,17	6,19
INGRESSOS	-	-	
Alienação de Bens	-	-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	
DESEMBOLSOS	-16.218.510,57	-15.272.479,17	6,19
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.200.491,93	-15.238.294,17	6,31
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-18.018,64	-34.185,00	-47,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE	-	-	



FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-454.552,30	350.667,80	-229,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.507.370,30	6.156.702,50	5,70
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.052.818,00	6.507.370,30	-6,99

Fonte: SIAFI

Observações

1 - O Fluxo das Atividades Operacionais apresentou aumento de 0,90% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

1.1 - Os Ingressos apresentaram crescimento de 6,61%.

1.1.1 - As Receitas Derivadas e Originárias tiveram redução de 12,60%, alavancadas principalmente pelas receitas de serviços que tiveram uma redução de 25,67%.

1.1.2 - O Instituto não recebeu Transferências Correntes em nenhum dos dois exercícios

1.1.3 - O grupo Outros Ingressos das Operações apresentou crescimento de 6,67%, trata-se das Transferências Financeiras Recebidas para manutenção e desenvolvimento das atividades do Instituto.

1.2 - Os Desembolsos apresentaram crescimento de 6,83%.

1.2.1 - Houve crescimento no desembolso com pessoal e encargos na ordem de 6,57%.

1.2.2 - Houve crescimento nas Transferências Concedidas na ordem de 10,14% e em Outros Desembolsos das Operações na ordem de 5,96%.

1.3 - Conclusão: O Fluxo das Atividades das Operações apresentou saldo positivo de R\$ 15.763.958,27 e constata-se que os ingressos foram superiores aos Desembolsos. A função que apresentou maior variação foi a Previdência Social, de 16,69%.

2 - O Fluxo das Atividades de Investimento apresentou aumento de 6,14% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

2.1 - O Instituto não teve ingressos neste Fluxo.

2.2 - Os desembolsos são representados principalmente pela aquisição de Ativos Não Circulantes – Imobilizados com aumento de 6,31%. De um exercício para o outro, O grupo Outros Desembolsos de Investimentos refere-se à aquisição de licença de softwares.

3 - Não tivemos movimentação no Fluxo das Atividades de Financiamento.

4 - A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou uma redução de 6,99% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O saldo final de R\$ 6.052.818,00 guarda paridade com o saldo apresentado do Balanço Patrimonial.

Nota 01 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense possuía saldo de R\$ 25.322.306,27 referentes às obrigações contratuais que serão executadas no exercício financeiro de 2017 e nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos e a evolução em termos percentuais.

Tabela 6 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ milhares (ou R\$)	
			AV (%)	AH (%)
Aluguéis	39.383,54	39.383,54	0,16	0,00
Fornecimento de Bens	1.097.220,67	1.097.220,67	4,36	0,00
Seguros	34.000,00		0,14	100,00
Serviços	24.011.087,30	20.062.881,14	95,35	19,68
Total	25.181.691,51	21.199.485,35	100,00	18,78

Fonte: Tesouro Gerencial, 2016 e 2017.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 95,35% do total das obrigações assumidas pelo Órgão 26434 – IFF até 31/12/2017.

Em seguida, apresenta-se tabela contendo o valor por Unidade Gestora contratante na data base de 31/12/2017.

Tabela 7 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2017	AV (%)
UG 158139	17.419.055,60	69,17
UG 158274	2.722.420,09	10,81
UG 158384	671.609,75	2,67
UG 158385	137.042,94	0,54
UG 158386	570.296,93	2,26
UG 158387	1.892.214,70	7,51
UG 158468	1.630.625,50	6,48
UG 155851	138.426,00	0,55
Total	25.181.691,51	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

A unidade gestora 158139 (Reitoria) é responsável por 69,17% do total contratado, isso se deve principalmente pelo fato de que os contratos de obras, cujos valores são mais expressivos, possuem execução orçamentária centralizada.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 06 (seis) contratos com valores mais significativos na data base de 31/12/2017.

Tabela 8 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2017	AV (%)
Contratado A: Lax Construções e Serviços Ltda. - EPP.	4.553.352,40	18,08
Contratado B: Best Vigilância e Segurança Ltda	3.579.296,67	14,21
Contratado C: Entexes Engenharia e Comércio Representações Ltda	2.450.325,39	9,73
Contratado D: Nascimento e Filhos Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.636.205,78	6,50
Contratado E: Locadora Sul Ltda – EPP	1.108.300,30	4,40
Contratado F: Via Norte Construções Ltda	816.162,03	3,24
Demais	11.038.048,94	43,83

Total	25.181.691,51	100,00
--------------	----------------------	---------------

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

Em relação aos contratados A, B, C, D, E e F, estes representam 56,17% do total dos contratos. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado A: Lax Construções e Serviços Ltda. - EPP – CNPJ: 11.475.341/0001-30.

Contrato	Objeto	Vigência
28/2014	Obra de engenharia de construção do Campus Itaboraí.	30/07/2017

Obs: Foi aberto Processo Administrativo para apuração dos fatos, pois a vigência do contrato expirou e a obra não foi concluída. Processo nº 23317.001369.2017-28.

(b) Contratado B: Best Vigilância e Segurança Ltda. - CNPJ: 05.234.289/0001-27.

Contrato	Objeto	Vigência
14/2014	Prestação de serviço de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva dos empregados de forma indireta e contínua, mas dependências dos campi Itaperuna, Maricá e Santo Antônio de Pádua.	30/09/2018
07/2017	Execução de remanescente de serviços não integralmente executados, em virtude de rescisão unilateral do contrato nº 22/2016, oriundo do pregão nº 45/2016 – Processo Licitatório nº 23317.001237.2016-15, especializada para Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com dedicação exclusiva dos empregados, nas dependências do IFF.	03/08/2018

(c) Contratado C: Enteuxes Engenharia e Comércio Representações Ltda. - CNPJ: 40.285.231/0001-03.

Contrato	Objeto	Vigência
31/2016	Obra de engenharia para conclusão da base de instalações da Reitoria.	07/08/2018

(d) Contratado D: Nascimento e Filhos Empreendimentos Imobiliários Ltda – CNPJ: 11.407.951/0001-04.

Contrato	Objeto	Vigência
36/2016	Obra de engenharia para conclusão da construção do prédio dos laboratórios do Campus Campos Guarus.	13/03/2018.

(e) Contratado E: Locadora Sul Ltda – EPP – CNPJ: 90.169.285/0001-81.

Contrato	Objeto	Vigência
----------	--------	----------

01/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo no Campus Macaé.	31/07/2018.
01/2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo no Campi Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci.	10/09/2018

(f) Contratado F: Via Norte Construções Ltda – CNPJ: 08.740.472/0001-92.

Contrato	Objeto	Vigência
15/2010	Obra de engenharia para construção de bloco F no Campus Macaé.	16/11/2011

Obs: Empresa não finalizou a obra, houve rescisão contratual. Estamos realizando análise para baixarmos o saldo da conta de contratos.

Nota 02 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.920.570,55 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo todas as obrigações de curto prazo e com fornecedores nacionais.

A seguir, apresenta-se a tabela contendo a comparação do saldo em aberto das obrigações com fornecedores nacionais e contas a pagar do 4º trimestre com o 3º trimestre de 2017.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Valores em R\$ 1,00

	31/12/2017	30/09/2017	AH (%)
Circulante	2.920.570,55	4.807.254,51	- 39,2466
Fornecedores Nacionais	2.920.570,55	4.807.254,51	- 39,2466
Total	2.920.570,55	4.807.254,51	- 39,2466

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

Valores em R\$

	30/09/2017	AV (%)
UG 158139 – Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tec. Fluminense (Reitoria)	989.677,84	33,8865
UG 158274 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Campos-Centro	895.747,96	30,6703
UG 158386 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	452.595,79	15,4968
UG 158468 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio	266.447,12	9,1231
UG 158387 – Inst. Fed. Fluminense/ Campus Bom Jesus do Itabapoana	145.487,77	4,9815
UG 158384 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	87.483,48	2,9954
UG 158385 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	43.150,22	1,4775
UG 155851 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	39.980,37	1,3689
Total	2.920.570,55	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017

As unidades gestoras 158139 e 158274 são responsáveis por 64,5568% do total a ser pago. A unidade gestora 158139, Reitoria do Instituto Federal Fluminense, apresenta um valor expressivo de obrigações a pagar, pois abrange a sua execução, a de seis Campi centralizados e grande parte das obras que estão sendo realizadas no Instituto. Já a unidade gestora 158274, Campus Campos-Centro é o maior Campus do Instituto.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os oito fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Valores em R\$1,00

	31/12/2017	AV (%)
Fornecedor A: Maza Comercial Eireli – EPP	320.222,72	10,96
Fornecedor B: Ferthymar Empreendimentos e Participações	318.764,57	10,91
Fornecedor C: Ampla Energia e Serviços S.A	248.907,70	8,52

Fornecedor D: Nascimento & Filhos Empreend. e Negócios Imob. Ltda	210.119,31	7,19
Fornecedor E: Engeplanfer Empreend. Comerciais e Serviços Eirel	161.812,92	5,54
Fornecedor F: Vivacity Engenharia Ltda	120.500,00	4,13
Fornecedor G: Best Vigilância e Segurança Ltda	120.255,13	4,12
Fornecedor H: Systech Sistemas e Tecnologia em Informática Ltda	107.682,00	3,69
Demais	1.312.306,20	44,94
Total	2.920.570,55	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017

Em relação aos fornecedores A, B, C, D, E, F, G e H eles representam 55,06% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) **Fornecedor A:** Maza Comercial Eireli – EPP

Contratos 02/2015 e 01/2016: Serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo nas dependências do Campus Cabo Frio, Campus Avançado Maricá, Campus Itaperuna e Campus Campos Guarus.

(b) **Fornecedor B:** Ferthymar Empreendimentos e Participações

Contrato 07/2013: Serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo (recepção) nas dependências da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA), do Campus Avançado São João da Barra, do Campus Campos-Centro e da Reitoria.

Contrato 09/2014: Serviços de motoristas nas dependências do Campus Campos-Centro, Campus Campos Guarus, Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA), Campus Avançado São João da Barra, Campus Bom Jesus do Itabapoana, Campus Itaperuna, Campus Quissamã, Campus Macaé, Campus Cabo Frio, Campus Santo Antônio de Pádua, Campus Maricá, Campus Avançado Cambuci e Reitoria.

(c) **Fornecedor C:** Ampla Energia e Serviços S.A

Serviço de energia elétrica em todos os Campi do IFF.

(d) **Fornecedor D:** Nascimento & Filhos Empreend. e Negócios Imobiliários Ltda

Contrato 36/2016: Obra de Engenharia para conclusão da construção do prédio dos laboratórios do Campus Campos Guarus. O valor a pagar refere-se a NFs-e 70.

(e) **Fornecedor E:** Engeplanfer Empreend. Comerciais e Serviços Eirel

Contrato 37/2016: Obra de Engenharia para construção da Casa do Mel no Campus Bom Jesus do Itabapoana. O valor a pagar refere-se às medições 4 a 10 (NF 45).

(f) **Fornecedor F:** Vivacity Engenharia Ltda

Nota fiscal nº 1.408 referente à aquisição de sistema de treinamento em comandos elétricos, acionamentos e medidas contendo: metodologia, hardware, softwares e módulo de inserção de falhas. O processo de compra do material em questão foi realizado na UG 158139 (Reitoria) e, após a chegada do produto foi realizada a transferência do bem para o Campus Cabo Frio (158468).

(g) **Fornecedor G:** Best Vigilância e Segurança Ltda

Contrato 14/2014: Serviços de vigilância e segurança patrimonial nas dependências dos Campi Itaperuna e Santo Antônio de Pádua.

Contrato 07/2017: Serviços de vigilância e segurança patrimonial nas dependências do Campus Campos Centro, Campus Campos Guarus, Campus Macaé, Campus Quissamã, Campus Cabo Frio, Campus Bom Jesus do Itabapoana, Campus Avançado Cambuci, Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA), Campus Avançado São João da Barra e Reitoria.

(h) **Fornecedor H:** Systemtech Sistemas e Tecnologia em Informática Ltda

Nota fiscal nº 2507 referente à aquisição de 15 Microcomputadores para atender o Campus Santo Antônio de Pádua e nota fiscal nº 2520 relativa à aquisição de 1 servidor

arquivo para o Campus Campos-Centro.

Nota Explicativa 03 – Provisões.

Em 31/12/2017, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense não possuía saldo de Provisões a curto ou à longo prazo

Nota 04 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Em 31/12/2017, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou saldo total de Restos a Pagar Não Processados Inscritos de R\$ 32.363.688,44, dispostos da seguinte forma:

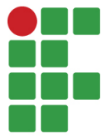
Tabela 12 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos por Unidade Gestora

Unidade Gestora	Valores em R\$ 1,00	
	Total Inscrito	AV%
158139 - Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tec. Fluminense (Reitoria)	22.790.379,00	70,42
158274 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Campos-Centro	1.419.401,86	4,39
158384 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	1.678.556,87	5,19
158385 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	215.826,62	0,67
158386 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	1.070.434,60	3,31
158387 - Inst. Fed. Fluminense/ Campus Bom Jesus do Itabapoana	1.675.865,01	5,18
158468 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio	3.457,937,41	10,68
155851 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	55.287,07	0,17
TOTAL	32.363.688,44	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017

Nota: A Coluna “Total Inscrito” representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos.

A UG 158139 (Reitoria) é responsável por 70,42% de todos os Restos a Pagar não Processados do órgão, isso se deve, principalmente, ao fato de que a maioria das obras está sendo executada na UG da Reitoria e porque ainda existem 6 (seis) unidades não descentralizadas.



O elevado saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados no Órgão 26434 – IFF se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, §3º, II, do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidos, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processado que se refiram às despesas de Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. No entanto, a Reitoria deste Instituto com o apoio de todas as unidades vem realizando um trabalho de análise e cancelamento de saldos que não serão utilizados.

Abaixo, apresenta-se o saldo total de Restos a Pagar Processados Inscritos de R\$ 3.841.650,11, dispostos da seguinte forma:

Tabela 13 – Restos a Pagar Processados Inscritos por Unidade Gestora

Unidade Gestora	Valores em R\$	
	Total Inscrito	AV%
158139 - Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tec. Fluminense (Reitoria)	1.494.585,88	38,90
158274 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Campos-Centro	987.168,27	25,70
158384 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	59.483,48	1,55
158385 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	149.013,43	3,88
158386 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	198.378,26	5,16
158387 - Inst. Fed. Fluminense/ Campus Bom Jesus do Itabapoana	729.884,56	19,00
158468 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio		3,65
155851 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	140.083,67	2,16
	83.052,56	
TOTAL	3.841,650,11	100,00

Fonte: Siafi, 2017

Nota: A Coluna “Total Inscrito” representa a soma dos Restos a Pagar Processados Inscritos e Reinscritos.

A unidade gestora 158139 (Reitoria) é responsável por 38,90% de todos os Restos a Pagar Processados do órgão, isso se deve, principalmente, ao fato de que a maioria das obras estão sendo executadas na UG da Reitoria e porque ainda existem 6 (seis) unidades não descentralizadas.

De acordo com a tabela 13, que apresenta a Execução dos Restos a pagar não processados por unidade gestora, é possível constatar que do total de despesas inscritas em restos a pagar não processado, 64,10% foram liquidadas, 62,96% foram pagas e 7,87% canceladas. Dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados há um saldo de 29,17% a ser executado.

Verifica-se também por meio da tabela 13 que não há valores bloqueados, pois o valor de R\$ 43.253,07 constantes na nota explicativa do 3º trimestre foi cancelado em 31/12/2017 conforme Decreto 9.086/2017.

Tabela 14 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados por Unidade Gestora

Valores em R\$ 1,00

UG	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Bloqueados	Saldo
158139	22.790.379,00	13.126.204,50	12.842.035,70	1.710.357,83		8.237.985,47
158274	1.419.401,86	1.277.565,42	1.262.275,42	16.803,33		140.323,11
158384	1.678.556,87	829.545,50	829.545,50	578.633,69		270.377,68
158385	215.826,62	203.929,35	203.929,35	0,00		11.897,27
158386	1.070.434,60	1.008.298,94	1.007.251,34	3.846,96		59.336,30
158387	1.675.865,01	1.318.276,31	1.317.478,39	61.688,10		296.698,52
158468	3.457.937,41	2.938.135,25	2.869.176,65	165.075,36		423.685,40

155851	55.287,07	43.957,46	43.957,46	11.329,61	0,00
TOTAL	32.363.688,44	20.745.912,73	20.375.649,81	2.547.734,88	0,00
					9.440.303,75

Fonte: Siafi, 2017

Nota: A Coluna “Total Inscrito” representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos.

A tabela 14 apresenta a execução dos restos a pagar não processados por grupo de despesa. Verifica-se que do total inscrito, 68,70% referem-se a investimentos, sendo grande parte relativa às obras do Instituto Federal Fluminense. Constata-se que R\$ 2.203.522,50 (86%) de restos a pagar não processados cancelados referem-se a outras despesas correntes, que são os recursos de custeio. Do saldo a pagar, 81% são investimentos e 19% são de outras despesas correntes.

Tabela 15 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados por grupo de despesa

Grupo de Despesa	Inscrito	%	Cancelado	%	Liquidado	%	Pago	%	Saldo	%
Outras despesas correntes	10.128.816,63	31,30%	2.203.522,50	86%	6.170.240,50	30%	6.130.334,22	30%	1.794.959,91	19%
Investimentos	22.234.871,81	68,70%	344.212,38	14%	14.575.672,23	70%	14.245.315,59	70%	7.645.343,84	81%
TOTAL	32.363.688,44	100%	2.547.734,88	100%	20.745.912,73	100%	20.375.649,81	100%	9.440.303,75	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017

Nota: A Coluna “Total Inscrito” representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos.

Já a tabela 15 apresenta a execução dos restos a pagar processados. Verifica-se que 88% dos restos a pagar processados foram pagos, 5% foram cancelados e há um saldo de 7% a ser executado. A Reitoria deste Instituto com o apoio de todas as unidades também vem

realizando um trabalho de análise e cancelamento de saldos que não serão utilizados referentes aos Restos a Pagar Processados.

Tabela 16 – Execução dos Restos a Pagar Processados por Unidade Gestora

Valores em R\$ 1,00

UG	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
158139 – Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. Fluminense (Reitoria)	1.494.585,88	1.252.666,54	173.083,41	68.835,93
158274 – Inst. Fed. Fluminense/ Campus Campos-Centro	987.168,27	920.573,21	1.360,00	65.235,06
158384 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	59.483,48	0,00	0,00	59.483,48
158385 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	149.013,43	149.013,43	0,00	0,00
158386 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	198.378,26	172.847,16	0,00	25.531,10
158387 - Inst. Fed. Fluminense/ C. Bom Jesus Itabapoana	729.884,56	676.620,97	1.806,14	51.457,45
158468 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio	140.083,67	128.170,17	11.913,50	0,00
155851 - Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	83.052,56	83.052,56	0,00	0,00
TOTAL	3.841.650,11	3.382.944,04	188.163,05	270.543,02

Fonte: Siafi, 2017

Nota 05 – Imobilizado

Em 31/12/2017, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 207.457.264,65 relacionado ao imobilizado. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado e a sua evolução em termos percentuais comparando o quarto trimestre de 2017 com o quarto trimestre de 2016.

Tabela 17 – Imobilizado – Composição.

	Valores em R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	88.454.691,89	82.255.926,31	7,54
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	(28.817.691,67)	(25.557.745,02)	12,76
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	151.259.105,75	144.727.653,35	4,51
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	(3.438.841,32)	(1.423.314,67)	141,61
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	207.457.264,65	200.002.519,97	-3,59

Fonte: Tesouro Gerencial 2017 e 2016.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26434 em 31/12/2017 totalizavam, a valores brutos, R\$ 88.454.691,89 e estão distribuídos nas seguintes contas contábeis detalhadas na tabela a seguir.

Tabela 18 – Bens Móveis – Composição

	Valores em R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	33.155.309,77	30.804.189,82	7,63
Bens de Informática	24.083.459,19	22.335.449,47	7,83
Móveis e Utensílios	15.590.284,27	14.146.450,18	10,21
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6.702.027,87	6.125.004,05	9,42
Veículos	8.849.402,41	8.770.624,41	0,90
Peças e Conjuntos de Reposição	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis em Andamento	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	0,00	0,00	0,00
Armamentos	0,00	0,00	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	14.667,48	14.667,48	0,00
Demais Bens Móveis	59.540,90	59.540,90	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(28.817.691,67)	(25.557.745,02)	12,76
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Total	59.637.000,22	56.698.181,29	5,18

Fonte: Tesouro Gerencial 2017 e 2016.

Dos grupos de Bens Móveis registrados no Órgão com maior representatividade são: 37,48% se referem a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas e 27,23% se referem a Bens de Informática.

A variação positiva de: 7,63% de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas; 7,83% dos Bens de Informática; 0,90% dos Veículos; 10,21% dos Móveis e Utensílios; 9,42% de Material Cultural, Educacional e de Comunicação explica-se pela aquisição desses bens distribuídos por todas as unidades do órgão.

Os bens do órgão ainda não sofreram a avaliação determinada até a presente data, porém o Instituto constituiu um grupo de trabalho através da portaria 1.349, de 26 de setembro de 2017, com a finalidade de analisar e providenciar os ajustes que se façam necessários para as questões que envolvem o patrimônio. Deste modo, estes bens que devem ser avaliados não estão sendo depreciados e assim não compõem a conta Depreciação/Amortização Acumulada.

Os bens adquiridos a partir de janeiro de 2015 até a presente data estão em um novo sistema (SUAP) e o módulo depreciação está em fase de ajustes finais pelo setor de TI, por isso até o 4º trimestre o grupo Depreciação/Amortização Acumulada não contempla estes bens. Contudo, esforços serão efetuados para que, o mais breve possível, este módulo esteja em funcionamento.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2017 totalizavam R\$ 147.820.264,43 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 19 – Bens Imóveis – Composição.

	Valores em		
	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	65.200.011,37	68.670.011,37	-5,05
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	86.059.094,38	76.057.641,98	9,96
Instalações	0,00	0,00	0,00
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	0,00	0,00
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.438.841,32)	(1.423.314,67)	95,83
Total	147.820.264,43	143.304.338,68	1,91

Fonte: Tesouro Gerencial 2017 e 2016.

De acordo com a tabela anterior, os Bens Imóveis – Obras em Andamento correspondem a 56,90% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 86.059.094,38 em 31/12/2017 a valores brutos.

O índice negativo de 5,05% relativo aos Bens de Uso Especial apresentado a partir do terceiro trimestre, e com reflexo no quarto trimestre, ocorreu pelo ajuste efetuado em setembro/2017 por se tratar de um imóvel registrado em duplicidade onde se seguiu orientações constantes no ofício nº 48278/207 – MP da SPU e comunica 2017/1173549 da Setorial Contábil. Sendo este evidenciado na tabela abaixo onde demonstra uma redução de 100% na conta Imóveis Residenciais e Comerciais.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Outros Bens de Uso Especial que correspondem a 73,98% do total do grupo.

Tabela 20 – Bens de Uso Especial – Composição

	Valores em R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	122.085,33	122.085,33	0,00
Aquartelamentos	2.532.124,50	2.532.124,50	0,00
Imóveis de Uso Educacional	2.999.882,14	2.999.882,14	0,00
Edifícios	11.313.777,02	11.313.777,02	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	3.470.000,00	-100,00
Aeroportos, Estações e Aeródromos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	48.232.142,38	48.232.142,38	0,00
Total	65.200.011,37	68.670.011,37	-5,05

Fonte: Tesouro Gerencial 2017 e 2016.

Nota 06 – Intangível

Em 31/12/2017, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 100.361,06 relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível e a evolução em termos percentuais comparando o quarto trimestre de 2017 com o quarto trimestre de 2016.

Tabela 21 – Intangível – Composição.

	Valores em R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	204.657,58	193.058,84	6,01
Software com Vida Útil Indefinida	6.419,90	0,00	100,00
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	140,00	140,00	0,00
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	0,00	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado	0,00	0,00	0,00
Amortização Acumulada	(110.856,42)	(87.683,27)	26,43
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00	0,00
Total	100.361,06	105.515,57	- 4,89

Fonte: Tesouro Gerencial 2017 e 2016.

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa cerca 96,89% do grupo.

As adições de Softwares com vida útil definida se deram a partir de novembro de 2016 e são referentes a novas aquisições.

Em virtude de adequação de sistema, somente se está registrando a Amortização dos softwares adquiridos antes de 2015, contudo estes representam 77,63%; maior parte dos softwares presentes no órgão (R\$ 158.873,84). Sendo que esta divergência do sistema está sendo trabalhada para se ajustar o quanto antes.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

1. Sistemática de acompanhamento das orientações, recomendações e determinações

Com relação à sistemática de tratamento das determinações e recomendações do TCU, foi adotada orientação, neste Instituto, de que todas as suas unidades administrativas deveriam encaminhar à Unidade de Auditoria Interna as solicitações e documentos oriundos do Tribunal de Contas da União, bem como da Controladoria Geral da União, independente dessa documentação ser enviada, formalmente, ao Reitor e/ou outro Gestor desta entidade.

Tal procedimento visa à consolidação em uma unidade administrativa de todas as demandas do controle interno e externo para possibilitar o efetivo acompanhamento e cumprimento pelas áreas responsáveis.

No entanto, no exercício de 2017, nenhuma demanda recebida do Tribunal de Contas da União no âmbito do Instituto Federal Fluminense foi encaminhada à Unidade de Auditoria Interna para fins de acompanhamento.

Cumprе ressaltar, contudo, que a Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal Fluminense ainda não possui sistema informatizado para controle das recomendações expedidas pela própria auditoria interna e pelos órgãos de controle interno e externo.

2. Das demandas recebidas do TCU durante o exercício de 2017

No exercício de 2017, o TCU realizou encaminhamentos ao IFFluminense.

3. Das demandas recebidas do TCU ainda pendentes

Para o exercício de 2017, todos os encaminhamentos realizados pelo Tribunal foram atendidos.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

1. Sistemática de acompanhamento das orientações e recomendações

Com relação à sistemática de tratamento das orientações e recomendações, foi adotada orientação, neste Instituto, de que todas as suas unidades administrativas deveriam encaminhar à Unidade de Auditoria Interna as solicitações e encaminhamentos de documentos oriundos do Tribunal de Contas da União, bem como da Controladoria Geral da União, independente dessa documentação ser enviada, formalmente, ao Reitor e/ou outro Gestor desta entidade.

Tal procedimento visa à consolidação em uma unidade administrativa de todas as demandas do controle interno e externo para possibilitar o efetivo acompanhamento e cumprimento pelas áreas responsáveis.

Contudo, a Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal Fluminense ainda não possui sistema informatizado para controle das recomendações expedidas pela própria auditoria interna e pelos órgãos de controle interno e externo.

Informamos que a partir do exercício de 2015 a CGU passou, também, a adotar o Sistema Monitor para fins de notificação e acompanhamento das orientações e recomendações propostas, bem como os atendimentos realizados pelos gestores.

2. Das demandas recebidas da CGU durante o exercício de 2017

No exercício de 2017, a Controladoria Geral da União não realizou encaminhamentos ao IFFluminense.

3. Das demandas recebidas da CGU ainda pendentes

Informamos que se encontram pendentes 52 recomendações de exercícios anteriores, que pelo elevado volume de encaminhamentos será necessário maior tempo para atendimento dessas questões. Ao longo do exercício de 2018, o grupo de trabalho composto dará prosseguimento aos trabalhos no intuito de sanar parte destas solicitações.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Durante o exercício de 2017, não houve instauração de tomada de contas especial no âmbito do Instituto Federal Fluminense. Contudo, foram tomadas medidas administrativas para reparação de valores ao erário, sob os mais variados temas, que apresentamos, em resumo, por meio do quadro abaixo:

Quadro 65 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos *	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
228 Casos (Área Pessoal)	R\$ 277.107,76	-	-	-	-	-	-	-
09 casos (SCDP)	R\$ 3.124,08	-	-	-	-	-	-	-

Destacamos que para o referido exercício a gestão do Instituto Federal Fluminense identificou e iniciou procedimentos para ressarcimento ao erário relativo a 28 casos específicos da área de pessoal, que totalizaram R\$ 277.107,76, e 09 casos específicos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens Aéreas (SCDP), que corresponderam a devolução de valores das diárias referentes às viagens não realizadas, que totalizaram R\$ 3.124,08.

Por outro lado, a Auditoria Interna do Instituto Federal Fluminense, através do seu Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), realiza atividades de controle com foco na prevenção e minimização das ocorrências que podem trazer riscos de ilicitudes. Assim, em 2017, foi constatada uma situação que poderia resultar dano ao erário nos trabalhos realizados

no âmbito da AUDINT.

A situação foi apontada no Relatório de Auditoria Interna Nº 05/2017, que teve como objetivo avaliar os processos de concessão e pagamento dos adicionais de Periculosidade e Insalubridade no Instituto Federal Fluminense. Houve recomendação quanto a proceder “à apuração das irregularidades identificadas nos casos apontados no trabalho, inclusive com a apuração da existência de dano ao erário e, caso reste comprovado, o consequente ressarcimento/reposição dos valores porventura devidos ao Instituto Federal Fluminense em razão de pagamento indevido de adicional ocupacional a servidor”, conforme relatado nos achados de auditoria apontados no citado relatório, em especial as Situações nº 04, nº 05 e nº 11.

Situação encontrada (4): pagamento indevido de adicional ocupacional a servidor cujo ambiente de atuação não gera direito ao de adicional de insalubridade ou periculosidade (servidor localizado em ambiente de atuação não periciado como insalubre ou perigoso ou ambiente não contemplado no laudo ambiental).

Situação encontrada (5): pagamento de adicional de periculosidade ou insalubridade a servidores cuja exposição aos agentes nocivos/perigosos se dá por tempo inferior à metade da sua carga horária de trabalho, de forma que não configura exposição permanente ou habitual.

Situação encontrada (11): pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade a servidores ocupantes de função de chefia ou direção, sem respaldo de laudo técnico individual que comprove a exposição em caráter habitual ou permanente.

Para tanto, os Relatórios foram encaminhados à área responsável e as recomendações estão em fase de monitoramento.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Instituição observa as disposições do Artigo 5º da Lei nº 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, não possuindo uma normatização interna específica, mas sempre respeitando os prazos legais de pagamentos praticados em seus contratos administrativos.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A Instituição não realizou a verificação de quais empresas que firmaram contratos com o IFFluminense que são beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

7.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 66 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados R\$	Valores pagos R\$
Institucional	-	-	-
Legal	-	210.101,00	-
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Nota explicativa 1:

Publicidade Institucional: a que se destina a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas e de promover o Brasil no exterior. **Publicidade Legal:** a que se destina a dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender a prescrições legais. **Publicidade Mercadológica:** a que se destina a lançar, modificar, reposicionar ou promover produtos e serviços de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que atuem em relação de concorrência no mercado. **Publicidade de Utilidade Pública:** a que se destina a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios individuais ou coletivos e que melhorem a sua qualidade de vida.

Nota explicativa 2:

Foram empenhados o valor total de R\$ 210.101,00, referente a publicação de atos oficiais do IFFluminense, sendo R\$ 180.963,00 para Imprensa Nacional, UG: 110245/Gestão: 00001; e R\$ 29.138,00 para empresa a W & M PUBLICIDADE LTDA- EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 01.527.405/0001-45, referente a serviços de publicação de matérias de interesse do Instituto Federal Fluminense, relativas à publicidade legal, em jornais de grande circulação local/regional e nacional, Contrato nº 21/2016, processo nº 23317.000642.2016-16, Pregão Eletrônico nº 14/2016.

7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

O IFFluminense reconhece a importância da Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) como disciplina obrigatória no ensino superior, principalmente nas Licenciaturas para que haja o entendimento por parte dos profissionais da educação a respeito da diferença linguística dos estudantes surdos e das consequências que ela acarreta ao ser comparada com a Língua Portuguesa. Sem o conhecimento e fluência da Libras não há como garantir a qualidade de atendimento aos estudantes surdos. Só haverá inclusão das pessoas surdas no sistema de ensino regular, desde a educação infantil ao ensino superior, se as instituições de ensino puderem contar com profissionais preparados para o trabalho teórico e prática docente, que entendam a importância do processo comunicativo e inclusivo ao qual a educação dos surdos exige.

O IFFluminense cumpre a exigência do decreto 5626/2005 oferecendo Libras como disciplina curricular obrigatória em todos os cursos de Licenciatura. Para os demais cursos superiores e na educação profissional, a Libras é oferecida em cursos de extensão, bem como para a comunidade interna e externa a partir de cursos de extensão ministradas pelos tradutores e intérpretes de Libras.

No ano de 2017 o IFFluminense seguiu com 1 professor de libras atendendo às licenciaturas, nos termos do artigo 3º do decreto 5626/2005, tendo sido acrescido 17 tradutores de libras (TIL), sendo desses 10 servidores permanentes e 7 contratados temporariamente.

8 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – Relatório das Ações da Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação

Quadro 67 - Relatório das Ações da Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação

Ação de Formação Continuada	Especificação da Ação	CH	Certificações
Cursos Promovidos Pela Escola De Formação	Curso Análise Estatística	40 h	30
	Orientações aos projetos de intervenção dos Assistentes Sociais dos campi visando o trabalho interdisciplinar dentro do projeto de permanência e êxito do IFFluminense.	40h	13
	Curso de Formação para os novos servidores do IFFluminense	103 h	235
	Mídias sociais para instituições de ensino	12h	30
	Fundamentos do design educacional	10h	11
Cursos Em Parceira	Curso Básico do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle	10h	11
	Mesa redonda "A educação Finlandesa, a experiência do Programa Professores para o Futuro e os desdobramentos dentro e fora da sala de aula" (Professores para o Futuro: a experiência da Finlândia e a formação de multiplicadores)	2h	20
	Oficina temática I: "Jogos didáticos - novas ideias de como criar empoderamento para a aprendizagem" (Professores para o Futuro: a experiência da Finlândia e a formação de multiplicadores)	3h	08
	Oficina temática II: "Digital Tools - utilizando a tecnologia a favor do processo de aprendizagem" (Professores para o Futuro: a experiência da Finlândia e a formação de multiplicadores)	3h	19
	Minicurso: Arco de Magueres e Jigsaw: associando uma metodologia problematizadora para o ensino e o trabalho em grupos.	4 h	18

	I ECREF - Encontro do Centro de Referência do IFF: ensino e aprendizagem na era digital – Oficina Arco de Maguerez e Jigsaw: associando uma metodologia problematizadora para o ensino e o trabalho em grupos.	26h	95
	Elaboração de Termos de Referência	16 h	24
	Gestão de Pessoas: fundamentos e tendências	20 h	26
Programa de Formação para Gestores	Encontro com o Deputado Federal Sebastião Siba Oliveira, condutor da aprovação da Lei 13.243/2016 no Congresso	6h	27
	Palestra: O fomento à pesquisa por meio dos Editais da FAPERJ	2h	23
Totais		297	590

ANEXO II – Relatório das Ações de bem-estar do servidor

Quadro 68 - Relatório das Ações de bem-estar do servidor

GERAL	
Política de Bem-Estar do Servidor	A partir de reuniões com o grupo criado com representantes de todos os campi do IFFluminense, começou a ser elaborada a Política de Bem- Estar do Servidor do Instituto Federal Fluminense.
Programa “Instituição Amiga do Bombeiro”	Programa iniciado em 2017, em parceria com o Comando de Bombeiro Militar de Área (CBA IV), com a finalidade de promover ações de prevenção e combate a incêndios, bem como treinamentos de primeiros socorros. O programa será estendido a todos os campi do IFFluminense, no decorrer do ano de 2018.
Programa “A Arte de Aposentar”	Programa desenvolvido com o objetivo de envolver os servidores aposentados em ações que proporcionem trocas de experiências, maior integração entre si e os atual servidores do IFFluminense.
CAMPANHAS	
IFF Solidário: Doação de Sangue no IFF	Foram realizadas duas campanhas de doação de sangue: a primeira na Reitoria e a segunda no campus Campos Centro. O objetivo foi sensibilizar a comunidade IFF quanto à necessidade de doadores de sangue para atender às demandas do Hemocentro Regional de Campos. A campanha captou doadores, que contribuíram para aumentar o estoque de sangue do Hemocentro.
IFF Solidário: “Aqueça um coração neste inverno”	Campanha realizada na Reitoria para arrecadação de roupas de cama, toalhas de banho e agasalhos, destinados a associações filantrópicas da cidade de Campos dos Goytacazes.

Setembro Amarelo	Palestra com psicóloga sobre depressão e suicídio.
Outubro Rosa	Mesa –redonda: “Câncer de mama: vamos conversar?”, com a presença de médico, enfermeira e professor do IFFluminense. Momento de muita informação e esclarecimento sobre o câncer de mama.
IFF Solidário: Campanha de Natal	Campanha promovida em prol de instituição filantrópica da cidade, através da arrecadação de itens de higiene pessoal e material de limpeza, na Reitoria do IFF. Foram recebidas doações de toda a comunidade IFF e, também, da comunidade externa.

EVENTOS COMEMORATIVOS

Dia Internacional da Mulher	Homenagem às Servidoras de funcionárias terceirizadas, através de uma apresentação slides com fotos, no Hall de entrada da Reitoria.
Dia das Mães	Roda de conversa: Mães que trabalham fora. Homenagem às mães que trabalham na Reitoria, através de depoimentos de filhos de servidoras e mural com frases sobre: “O que te faz lembrar sua mãe?”
Festa Junina	“Arraiá” da Reitoria – evento realizado com a colaboração e participação de todos os servidores da Reitoria. Momento de descontração e integração.
Dia dos Pais	Homenagem com vídeos e música no Hall de entrada da Reitoria.

Dia do Servidor	Uma agradável manhã em comemoração ao Dia do Servidor Público com: <ul style="list-style-type: none">- café da manhã saudável e música ao vivo- palavra do Reitor- mensagem de motivação e momento de descontração, com homenagens aos servidores presentes
Confraternização de Natal	Momento de integração e reflexão, seguido de um Café da Manhã Natalino, realizado através da contribuição e participação dos Servidores da Reitoria.

ANEXO III – Convênios Nacionais Interinstitucionais em execução e Memorandos de Entendimento

Quadro 69 - Convênios Nacionais e Interinstitucionais em execução e memorandos de entendimento

Número	Conveniada	Objeto	Tipo	Data de vencimento
01/2015	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (04.809.688/0001-06)	Estabelece a forma e as condições pelas quais as partes convenientes se propõem a desenvolver, continuamente, um programa de mútua colaboração e/ou cooperação técnica e científica, possibilitando a implementação de ações integradas em áreas de interesse comum.	Cooperação Técnica	12/02/2020
01/2015IFF	Tekever do Brasil (07.894.381/0001-49)	Memorando de Entendimento visando ao desenvolvimento de iniciativas de pesquisa & desenvolvimento, com base em histórico de trabalho conjunto em projetos aeroespaciais. Representante do IFFluminense: Professor Cedric Salotto Cordeiro. Representante da Tekever: Engenheiro Pedro Sinogas.	MOU	01/01/2020
02/2015	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (29.427.465/0001-05)	Estabelece as normas básicas e condições gerais que regularão os estágios de estudantes da UFRRJ junto ao IFFluminense, de interesses curriculares, obrigatórios ou não, entendido o estágio como estratégia de profissionalização que complementa o ensino e aprendizado dos mesmos.	Estágio	29/06/2020
03/2015	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do	Criação de oportunidade de estágio de complementação educacional obrigatório, sem	Estágio	15/06/2019

	Espírito Santo (02.254.666/0001-00)	remuneração, nas unidades do IDAF para estudantes de nível médio técnico, tecnólogo e superior.		
I14/2014	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO-RIO (42.516.773/0001-75)	Visa a elaboração, a implantação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e transferência de tecnologia em agropecuária.	Cooperação Técnica	23/12/2019
40/2015	Universidade Federal Fluminense (28.523.215/0001-06)	O IFF e a UFF poderão prover campos de estágios curriculares profissionais de complementação educacional reciprocamente a seus estudantes selecionados que estejam regularmente matriculados e inscritos em disciplina (s) e efetivamente frequentando cursos de graduação ou colégios técnicos.	Estágio	11/03/2018
39/2009	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (00.348.003/0013-54)	O presente convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional, pela Embrapa, à estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência em relação aos cursos/programas de ensino ministrados pela Instituição de Ensino.	Estágio	04/11/2019
03/2016	Centro de Integração Empresa Escola do Estado do Rio de Janeiro (33.661.745/0001-50)	Estabelecer uma cooperação recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas, capazes de propiciar a plena operacionalização de Estágio de educandos.	Cooperação Acadêmica	19/04/2021
03/2013	Universidade Positivo (78.791.712/0001-63)	Promover a formação e capacitação de profissionais docentes e técnico-administrativos do IFFluminense no curso de Doutorado em Gestão Ambiental da	Cooperação Técnica	30/11/2021

		Universidade Positivo.		
04/2013	Gridlab Sistemas e Serviços LTDA (02.820.771/0001-50)	Estabelecer as condições em que a conveniada dará oportunidade de estágios curriculares a educandos previamente selecionados dentre os indicados pelo IFF.	Estágio	01/05/2018
06/2013	Saúde Ativa Farmácia de Manipulação Ltda (12.026.135/0001-05)	Este convênio tem por objetivo estabelecer as condições em que a conveniada dará oportunidade de estágios curriculares a educandos previamente selecionados dentre os indicados pelo IFF e seus diferentes <i>campi</i> e que estejam legalmente habilitados ao estágio.	Estágio	08/05/2018
05/2013	FMC Technologies do Brasil LTDA (48.122.295/0026-53)	Estabelecer as condições em que a conveniada dará oportunidade de estágios curriculares a educandos previamente selecionados dentre os indicados pelo IFF.	Estágio	08/05/2018
05/2013	Pedreira Itereré Indústria e Comércio S/A (28.931.335/0001-42)	Estabelecer as condições em que a conveniada dará oportunidade de estágios curriculares a educandos previamente selecionados dentre os indicados pelo IFF.	Estágio	01/07/2018
09/2013	Schulz BC - Equipamentos e acessórios tubulares Ltda (04.713.718/0001-86)	Estabelecer as condições em que a conveniada dará oportunidade de estágios curriculares a educandos previamente selecionados dentre os indicados pelo IFF.	Estágio	11/07/2018
01/2014IFF	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (42.441.758/0001-05),	Constituição do Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro (FIC-RJ), com os seguintes objetivos específicos: a) promover o diálogo e	Cooperação Técnica	12/03/2019

	<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ (10.952.708/0001-04), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (33.540.014/0001-57), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (04.809.688/0001-06), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (34.023.077/0001-07), Universidade Federal do Rio de Janeiro (33.663.683/0001-16), Universidade Federal Fluminense (28.523.215/0001-06), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (29.427.465/0001-05)</p>	<p>intercâmbio regulares, sistemáticos e institucionalizados entre Universidades e Instituições de Ensino Superior do ERJ na esfera da produção cultural, difusão artístico-cultural-científica, assim como na formação de profissionais atuantes na produção, organização, gestão e difusão cultural, artística e científica; b) promover conjuntamente ações que fomentem e favoreçam atividades e práticas culturais que engajem estudantes, técnico-administrativos e docentes das comunidades acadêmicas; c) promover a ação interinstitucional coletiva no terreno da discussão e definição de políticas culturais, inclusive no que concerne a representação em órgãos e colegiados como Conselhos Municipais de Cultural, Conselho Estadual de Cultura, colegiados de defesa do patrimônio cultural, etc; d) discutir, elaborar, conceber e executar conjuntamente planos, programas e projetos de promoção cultural, difusão e formação; e) promover o intercâmbio nacional e internacional com instituições similares, como forma do encontro e do diálogo intercultural; conceber e implementar políticas conjuntas que favoreçam, fecundem e difundam a diversidade de saberes e formas de manifestação cultural, assim como de linguagens dentro e fora de nossas instituições; g) favorecer políticas acadêmicas e institucionais que possibilitem a formalização de cursos e práticas pedagógicas que difundam conhecimentos não acadêmicos, expressões das culturas e de sabres populares; defender a alocação</p>		
--	--	--	--	--

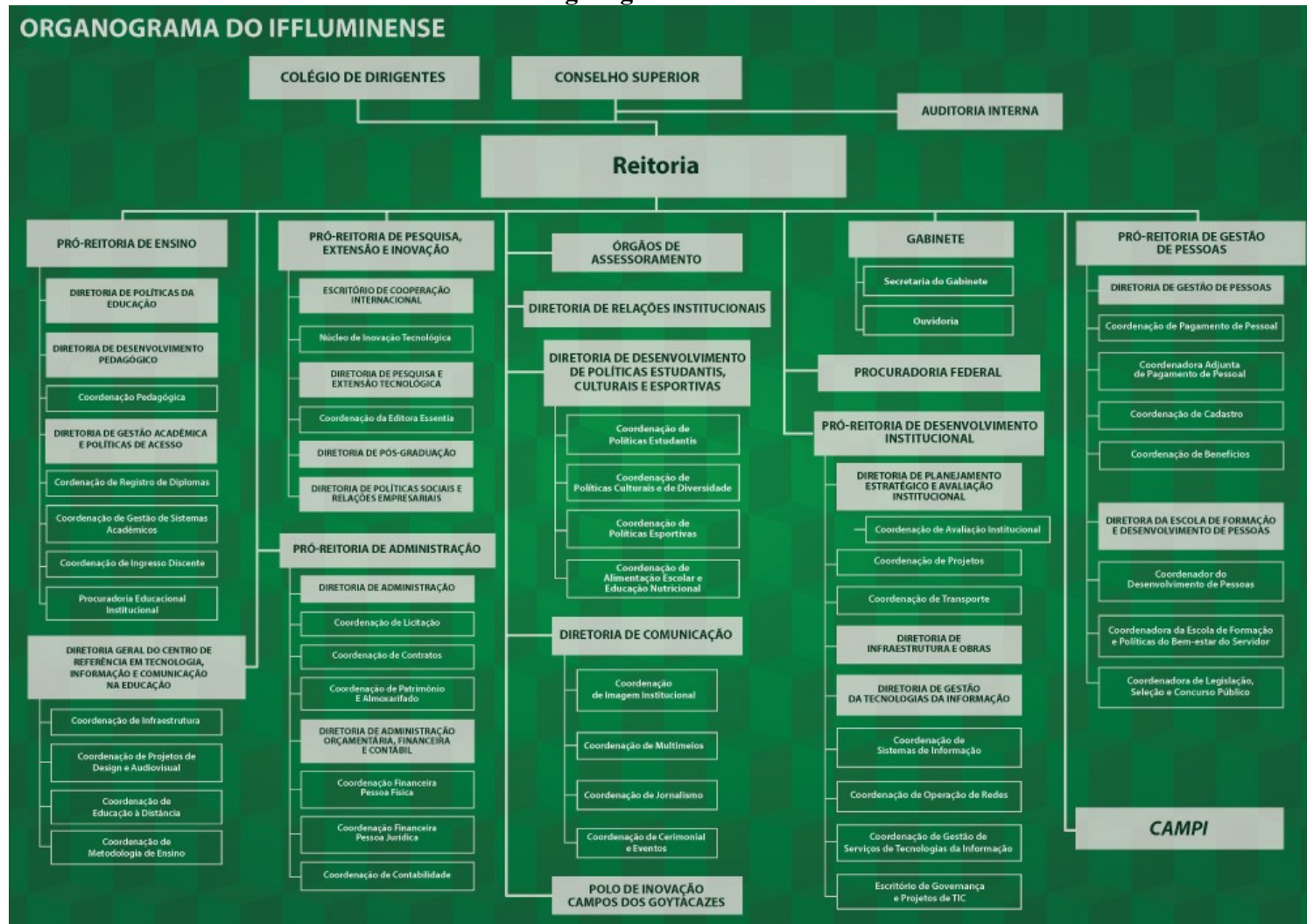
		de recursos adequados, nos orçamentos públicos e de nossas instituições, para a promoção de políticas, planos, projetos e atividades culturais.		
1256/13	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ (10.952.708/0001-04)	O presente convênio contempla todos os <i>campi</i> do IFRJ e tem como objetivo regular as relações entre as partes ora conveniadas no que tange à concessão de estágio para estudantes regularmente matriculados nos cursos oferecidos pelas partes.	Estágio	27/05/2019
01B/2014IF	CamposCal Caldeiras Ltda (06.058.857/0001-49)	Estabelecer as condições em que a conveniada dará oportunidade de estágios curriculares a educandos previamente selecionados dentre os indicados pelo IFF.	Estágio	10/06/2019
02/2014MPA	Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC/MB) (00.394.502/0012-05), Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (05.482.692/0001-75)	Acreditação, pela DPC/MB, do IFFluminense para ministrar cursos para Aquaviários do 3º Grupo - Pescadores.	Cooperação Técnica	18/09/2019
03/2014MPA	Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC/MB) (00.394.502/0012-05), Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (05.482.692/0001-75)	Acreditação, pela DPC/MB, do IFFluminense para ministrar cursos para Aquaviários do 1º Grupo - Marítimos e 2º Grupo - Fluviários.	Cooperação Técnica	12/11/2019
02/2014IFF	Instituto Federal do Espírito Santo (10.838.653/0001-06)	Estabelece a forma e as condições pelas quais as partes convenientes se propõe, a desenvolver, continuamente, Programas de Pós-graduação Lato e	Cooperação Técnica	01/01/2021

		<i>Stricto sensu</i> em cooperação mútua colaboração e/ou cooperação técnica e científica, possibilitando a implementação de ações integradas em áreas de interesse comum. Obs: Vigência por período indeterminado.		
082/2011	Centro de estágios- PPM Human Resources (08.029.517/0001-15)	Este convênio tem prazo indeterminado. Tem por objeto implementar programas de estágio obrigatório e não obrigatório de interesse curricular para proporcionar oportunidades de estágio gratuitas aos estudantes regularmente matriculados com frequência na Instituição de ensino em todos os cursos que possuem previsto no seu projeto pedagógico, a realização de estágio obrigatório e não obrigatório, conforme Lei nº 11.788 de setembro de 2008	Cooperação Acadêmica	01/02/2050
18/2016	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	O presente Convênio tem como objetivo regular as relações entre as partes ora conveniadas, em relação a concessão de estágio para alunos regularmente matriculados nos cursos oferecidos pelas próprias conveniadas.	Estágio	22/05/2021
26/2017	Universidade Federal do Espírito Santo	O Objeto deste convênio é proporcionar estágio aos alunos regularmente matriculados e que venham frequentando efetivamente cursos da Universidade, visando à complementação do ensino e da aprendizagem, a serem planejados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos e programas acadêmicos e com treinamento prático e aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e	Estágio	02/01/2021

		social.		
01/2016	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Termo aditivo ao convênio interinstitucional do Fórum interuniversitário de cultura do Rio de Janeiro - FIC - RJ. Visa a cooperação acadêmica-técnica-científica na área das Artes Cênicas entre as linhas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no IFFluminense.	Cooperação Acadêmica	12/03/2019
01/2015	Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)	Parceria para promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I, voltados aos setores Industriais, por meio de cooperação com instituições públicas e privadas de pesquisa científica e tecnológica; Embrapii	Termo de parceria	21/09/2018
656/2015	Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	Cooperação Técnica e Institucional entre a ENAP e o CONIF, com vistas ao desenvolvimento de programas e projetos e ações de interesse comum, voltados à oferta, pelos IFs, de cursos desenvolvidos ou ministrados pela ENAP, na modalidade presencial, no âmbito do Programa de Parcerias.	Cooperação Técnica	09/04/2018
02/2016IFF	Fundação Nacional de Arte (FUNARTE)	A mútua cooperação técnica entre as partes visando o desenvolvimento de ações para preservação, valorização e difusão da memória da cultura e das artes brasileiras, bem como promover o fomento à difusão dos acervos existentes em ambas as instituições, conforme descrito no Plano de Trabalho, peça integrante deste instrumento	Cooperação Técnica	30/03/2018
10/2013	Prefeitura Municipal de	O presente convênio tem por objeto instituir a	Cooperação Técnica	18/03/2018

	Cambuci	cooperação técnica entre o IFF- Campus Bom Jesus do Itabapoana e o Município de Cambuci, visando a transferência de tecnologias adequadas ao desenvolvimento sustentável e às atividades agropecuárias e ambientais no município de Cambuci.		
Não cadastrado no SUAP 01/2014 IFF	University of Winnipeg	Este MOU (memorando de entendimento) foi firmado, visando o estabelecimento de relações colaborativas entre as duas instituições com o objetivo de desenvolver iniciativas educacionais técnicas e profissionais pós-secundárias, intercâmbios de conhecimentos e informações em particular, os quais beneficiarão os seus estudantes e quadro de pessoal.	MOU	Indeterminada
Não cadastrado no SUAP	Håme University of Applied Sciences	Fortalecer os laços entre as duas instituições que possam levar ao estabelecimento de um ou mais acordos de parceria para fins de intercâmbio, cooperação universitária ou interesses de pesquisa.	MOU	Indeterminada

ANEXO IV – Organograma do IFFluminense




ANEXO V – Resolução N.º xx de x de março de 2018 do Conselho Superior



9 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

9.1 Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Rua Cel. Walter Kramer, 357 – Guarus, Campos dos Goytacazes/RJ
AUDITORIA INTERNA
Sala 19 Tel.: (22) 2737-5650 – e-mail: audinterna@ifff.edu.br

DENOMINAÇÃO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
UNID. JURISD.: 26.434
CIDADE: CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

**PARECER DA AUDITORIA INTERNA SOBRE A PRESTAÇÃO
DE CONTAS - 2017**

O presente documento foi elaborado em cumprimento ao disposto no Art. 15, §6º do Decreto N.º 3.591/2000 que determina o exame e emissão de Parecer sobre a prestação de contas anual e tomada de contas especiais por parte das auditorias internas.

Este Parecer constitui peça obrigatória de apresentação conjuntamente ao Relatório de Gestão em cada exercício, considerando como base normativa a Decisão Normativa N.º 161, de 01 de novembro de 2017, do Tribunal de Contas da União – TCU, especialmente o Artigo 3º, que dispõe acerca das demais informações que integram a prestação de contas, composta de relatórios, pareceres, declarações e informações especificadas no Sistema e-Contas, necessárias para a atuação do Tribunal, estando este Instituto incluso neste rol para o exercício de 2017.

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna (UAI) é o segmento administrativo de assessoramento nesta Instituição, sujeito à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno (OCI) do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme assevera o Art. 15, do Decreto N.º 3.591/2000. A Auditoria Interna tem como função básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como por prestar apoio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFFluminense, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente, conforme o Regimento da Auditoria Interna.

Dentre suas atribuições, cabe a Auditoria Interna elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN, que são apreciados, e aprovados, neste Instituto, pelo presidente do Conselho Superior, o Reitor, e então encaminhados à Controladoria Geral da União, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa CGU N.º 24, de 17 de novembro de 2015.

Unidade de Auditoria Interna - Pág. 1 / 10
JMB



2. COMPOSIÇÃO E RECURSOS HUMANOS DA AUDITORIA INTERNA

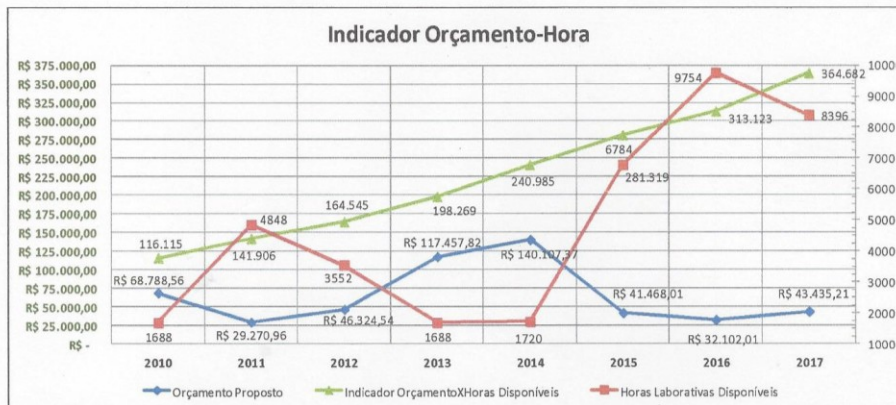
A Auditoria Interna, neste Instituto, é vinculada diretamente ao Conselho Superior, nos termos do art. 15, §3º, do Art. 15 do Decreto 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, do art. 26, do Estatuto do Instituto Federal Fluminense (Resolução CONSUP nº 40/2017) e do art. 8º do Regimento da Auditoria Interna (Resolução CONSUP nº 63/2016).

A equipe, em 31/12/2017, era composta por 5 (cinco) auditores internos, conforme quadro abaixo:

SERVIDOR	MATRÍCULA	FORMAÇÃO	INICIO DAS ATIVIDADES
HECTOR LUCAS CARDOSO RIVAS JUNIOR	1812530	Ciências Contábeis	03/09/2010
MARIANA DE OLIVEIRA TARGINO MACHADO	2163022	Direito	02/09/2014
LIVIA LOUZADA DE MORAES	2193492	Direito	11/03/2015
VANESKA TAVARES RANGEL PRESTES	2162950	Direito	15/09/2014
ROSANA ALVES DA GAMA S. DA SILVA	2229692	Direito	19/05/2015

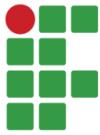
Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna nesta Instituição, nos últimos exercícios, têm contribuído de forma significativa para o aperfeiçoamento dos controles internos adotados, bem como nas boas práticas de gestão aplicadas. Conseqüentemente, de forma gradual, houve o fortalecimento da estrutura administrativa desta UAI com uma equipe formada por 6 (seis) auditores internos durante os exercícios de 2014/2015, porém, cabe destacar que nem sempre a situação foi assim. Destacamos que durante o exercício de 2016 uma servidora foi redistribuída, sendo disponibilizado um código de vaga que aguarda o próximo concurso para ser provido.

Historicamente, a unidade de Auditoria Interna sempre possuiu quantitativo insuficiente de auditores para realização de suas atividades precípuas, com uma relação considerada ruim para variável orçamento *versus* mão-de-obra, culminando no desequilíbrio do orçamento por hora disponível, conforme gráfico abaixo:



Fonte: AUDIN

Handwritten signature/initials



Para o exercício de 2018, com a equipe formada, temos a expectativa na continuidade da capacitação e no aperfeiçoamento dos auditores internos, agregando assim maiores resultados aos trabalhos realizados.

3. TITULAR DA AUDITORIA INTERNA

Em 2017, a Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal Fluminense passou por uma mudança no que tange à chefia. O último titular da Unidade de Auditoria Interna esteve à frente da Chefia durante o período de 21/08/2012 até 16/11/2017, tendo sido designado para esta função por meio da Portaria IFF N.º 726/2012, sendo esse ato devidamente aprovado pela Controladoria-Geral da União com base no Ofício DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR N.º 33.100, de 06 de novembro de 2012. Sua exoneração também aprovada pelo Órgão de Controle Interno, por meio do Ofício n.º 573/2018/GAB DS/DS/SFC - CGU.

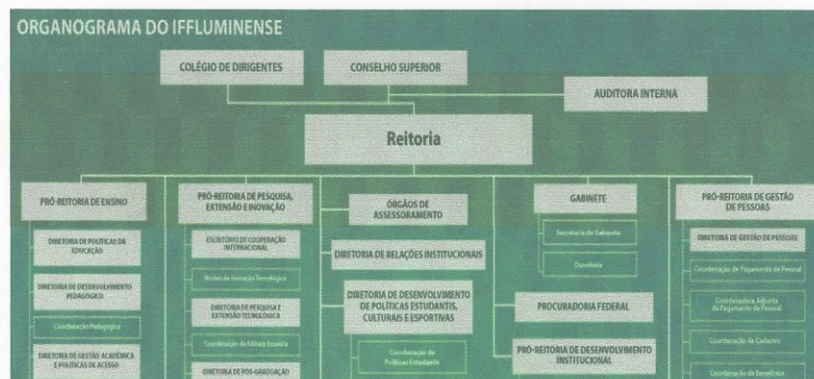
A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da UAI foi processada conforme disposto no Art. 15, §5º do Decreto N.º 3.591/2000 c/c Portaria N.º 2.737/2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, onde foi submetida pelo Reitor ao Conselho Superior quanto a sua aprovação, e após, à aprovação da Controladoria Geral da União (CGU), para assim indicar o titular atual por meio de Portaria.

Dessa forma, a nova titular da Unidade de Auditoria Interna do IFFluminense assumiu interinamente o cargo no último dia útil do exercício de 2017, por meio da Portaria n.º 1.898, publicada no Diário Oficial da União, no dia 29 de dezembro de 2017.

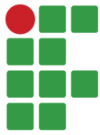
4. AUDITORIA INTERNA E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REITORIA

A estrutura organizacional adotada pela Reitoria foi a disposta no Estatuto do Instituto Federal Fluminense, aprovada pela Resolução do Conselho Superior n.º 40/2017, disponível em “<http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2017/reolucao-36>”.

Apresentamos abaixo parte do organograma com a vinculação da Unidade de Auditoria Interna ao Conselho Superior:



Nota: Recorte do organograma com enfoque na Auditoria Interna.



5. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos adotados pelo IFFluminense têm se aprimorado com o passar dos anos, especialmente após a criação da Unidade de Auditoria Interna, que ocorreu durante o exercício de 2001.

No decorrer dos trabalhos de auditoria interna na entidade, foram constatadas fragilidades nos controles internos. De modo geral, em diversos setores não há rotinas formalizadas no que tange aos filtros inerentes ao controle interno. As principais fragilidades levantadas nos trabalhos de auditoria estão registradas nos respectivos relatórios de auditorias emitidos no exercício de 2017.

Contudo, apesar da evolução em comparação com exercícios anteriores, os controles internos ainda necessitam ser aperfeiçoados, de maneira permanente por todos os setores do IFFluminense. Essa busca permanente no aperfeiçoamento visa assegurar observância às diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos, e tem como objetivo atingir as finalidades do Instituto Federal Fluminense.

Com efeito, os trabalhos realizados por esta unidade administrativa têm como enfoque o mapeamento e soluções para os mais diversos problemas encontrados em sua prática de controle interno, em variadas áreas da estrutura administrativa que compõem o Instituto Federal Fluminense. Essa atuação vem ocorrendo por meio do Planejamento Anual de Atividades de Auditoria Interna, o PAINT, que busca identificar áreas com fragilidades nos controles, priorizando-as ao longo dos trabalhos realizados. Tais iniciativas vêm contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de controle que visa à mitigação das fragilidades.

Sobre o PAINT, destacamos a estratégia utilizada pelo titular da Auditoria Interna, após o exercício de 2012, em correlacionar proporcionalmente, quando possível, a evolução do orçamento (PLOA) desta UJ, em suas ações e programas, com as horas disponíveis (Orçamento-Hora) para fins de mensuração da mão-de-obra necessária para o adequado desempenho das atribuições da UAI, conforme se depreende da análise do gráfico “Indicador Orçamento-Hora”.

É possível observar que houve maior desproporção nesta relação no período entre 2012 e 2014, quando a unidade contava apenas com 1 (um) servidor.

Essa estratégia teve como finalidade básica comprovar junto à gestão do Instituto Federal Fluminense, bem como junto ao Órgão de Controle Interno e de Controle Externo, a insuficiência dos recursos humanos face ao volume orçamentário disponível ao IFFluminense durante tal período.

Tal método demonstrou-se pertinente, tendo em vista o aumento da equipe de Auditores Internos no final de 2014, conforme também descrito acima, no item “2. Composição e Recursos Humanos da Auditoria Interna”.



Ainda em relação ao Planejamento Anual de Auditoria Interna, das atividades planejadas e executadas ao longo do exercício de 2017, podemos destacar:

- 03 (três) trabalhos realizados para a área de “Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica”:
 - Ação 2080.20RL.0033, o Relatório de Auditoria N.º 03/2017 que trata sobre o tema repactuação da empresa Best, o Relatório de Auditoria N.º 07/2017 que trata sobre o tema repactuação da empresa Best e o Relatório de Auditoria N.º 09/2017 que trata sobre o tema repactuação da empresa Ferthymar. Obtivemos os seguintes fatos constatados (evidências): R.A. N.º 03/2017 e R.A. N.º 07/2017 (necessidade de aperfeiçoamento de cláusula contratual, ocorrência de preclusão em parte do período, divergência nos cálculos e descumprimento do prazo de atendimento) e R.A. N.º 09/2017 (necessidade de aperfeiçoamento de cláusula contratual, divergência nos cálculos e descumprimento do prazo de atendimento).
- 02 (dois) trabalhos realizados para a área de “Pagamento de Pessoal Ativo da União”:
 - Ação 2109.20TP.0033, o RA N.º 04/2017, que trata sobre o tema progressão por capacitação e o RA N.º 05/2017, que trata sobre o tema adicional de periculosidade e insalubridade. Obtivemos os seguintes fatos constatados (evidências): RA N.º 04/2017 - falta de padronização nos procedimentos que envolvem o processo administrativo, falhas no preenchimento do formulário, fragilidades nos controles sobre o acompanhamento e fiscalização do PDCCTAE, ausência de critérios objetivos para relacionar o curso ao ambiente organizacional, ausência de padronização de autenticação de documentos e ausência de formalização das reuniões da CISPCTAE para deliberação; RA N.º 05/2017 - ausência de processo administrativo e sem devida caracterização para pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade, ausência de requerimento de concessão de adicional de insalubridade/periculosidade, requerimento incompleto, pagamento indevido a servidor em ambiente sem laudo, pagamento de insalubridade/periculosidade a servidor cuja carga horária é inferior a metade de sua carga horária habitual, ausência de controles para acompanhamento periódico do tempo de exposição do servidor no ambiente insalubre/periculoso, ausência de portaria de concessão de insalubridade/periculosidade, ausência de portaria de localização dos servidores que recebem periculosidade/insalubridade, portaria de concessão e/ou localização desatualizadas, nomes nos ambientes de atuação (não contemplados,



desatualizados ou diferentes nos nomes nos laudos periciados) e pagamento de insalubridade/periculosidade a ocupantes de chefia ou direção sem o respaldo de laudo técnico individual).

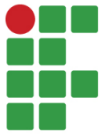
➤ 02 (dois) trabalhos realizados para a área de “Estrutura Organizacional”:

O RA N.º 01/2017, que trata sobre o tema Organograma do *Campus* Centro e o RA N.º 02/2017, que trata sobre o tema Organograma do *Campus* Guarus. Obtivemos os seguintes fatos constatados (evidências): RA N.º 01/2017 - deficiências na subordinação entre unidades, unidades com mesma nomenclatura, porém com níveis hierárquicos distintos, unidades com nomes distintos, mas com níveis hierárquicos iguais, ausência de vinculações, representação gráfica incompleta e incoerência na estrutura do organograma; RA N.º 02/2017 - deficiências na subordinação entre unidades, unidades com mesma nomenclatura, porém com níveis hierárquicos distintos, unidades com nomes distintos, mas com níveis hierárquicos iguais, erro na representação das unidades de assessoria e representação gráfica incompleta.

➤ 01 (um) trabalho realizado sobre o tema Diárias, não previsto inicialmente no PAINT, em atendimento ao Memorando N.º 108/GAB/2017, do Gabinete da Reitoria do Instituto Federal Fluminense – R.A N.º 08/2017. Obtivemos os seguintes fatos constatados (evidências): RA N.º 08/2017 - fragilidades na justificativa para concessão de diárias e afastamentos, ausência e fragilidades na prestação de contas, perda do prazo legal para prestação, formalização de diárias e afastamento depois de ocorrida, ausência de protocolo nas solicitações de diárias e ausência de publicação dos atos de concessão de diárias no boletim interno.

➤ 01 (um) trabalho realizado sobre o tema Pronatec, em cumprimento a acórdão TCU nº 1.006/2016, R.A N. 06/2017. Obtivemos os seguintes fatos constatados (evidências): ausência de normativa interna que estabeleça critérios de seleção e sobreposição de horários entre carga horária do Pronatec e a carga horária regular.

➤ 02 (dois) Pareceres emitidos para dirimir questões levantadas junto à Unidade de Auditoria Interna, nos temas: servidor e atividade empresária (Parecer N.º 01/2017) e contrato temporário (Parecer N.º 02/2017).



Todos os trabalhos realizados foram apresentados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) enviados à Controladoria-Geral da União.

Contudo, apesar da evolução dos controles internos administrativos nesta Unidade Jurisdicionada, muito ainda há por fazer a fim de minimizar fragilidades em processos relevantes, haja vista que grande parte das unidades administrativas não possui rotinas operacionais formalizadas ou o produto de suas atribuições devidamente mensurado para fins de produtividade e acompanhamento.

6. ROTINAS DA UJ PARA ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÕES DE RECOMENDAÇÕES

As recomendações ou sugestões emitidas pela Unidade de Auditoria Interna compõem a parte conclusiva de um Relatório de Auditoria, e, em síntese, representam as propostas de solução apresentadas por esta unidade aos problemas detectados durante a realização dos trabalhos, devidamente fundamentadas.

O acompanhamento dessas recomendações ou sugestões é realizado por meio de um documento chamado Plano de Providências Permanente, ou, simplesmente, PPP. Este Plano elenca as recomendações ou sugestões proferidas pela Unidade de Auditoria Interna sobre o tema abordado, em um momento após conclusão dos Relatórios, com verificações em períodos diferentes para observância do cumprimento ou não pela unidade auditada quanto à recomendação ou sugestão emitida.

Para fins de normatização que fundamente o Plano de Providência Permanente adotado utilizamos o disposto na Instrução Normativa CGU N.º 24, de 17 de novembro de 2015.

Sobre o cumprimento das recomendações ou sugestões emitidas pela UAI, destacamos que, geralmente, parte das medidas são implementadas pelas unidades auditadas no Instituto Federal Fluminense. Nesse contexto, sempre que solicitado são discutidas com a área auditada as formas de cumprimento e sua relevância para os controles internos administrativos.

Ainda sobre a implementação e acompanhamento das recomendações e sugestões, informamos o término de Relatórios e Pareceres da Auditoria à CGU-RJ no prazo de até 30 (trinta) dias após a sua emissão, em estrita conformidade com artigo 12 da Instrução Normativa CGU N.º 24/2015.

7. SISTEMÁTICA E SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DECORRENTES DOS TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA

Em se tratando de monitoramento dos trabalhos de Auditoria Interna, informamos que não há critérios ou parâmetros definidos por normativas internas que abordem monitoramento dos



resultados alcançados pelos trabalhos produzidos pela Auditoria Interna. A sistemática existente no Instituto Federal Fluminense que pode ser relacionada com o monitoramento dos trabalhos da UAI é a adotada por meio do Plano de Providências Permanente, especificamente quanto ao cumprimento ou não das recomendações e sugestões proferidas, também mencionadas em detalhes no item 6. “Rotinas da UJ para acompanhamento e implementações de recomendações”.

Nesse contexto, podemos informar que, em sentido amplo, não há rotinas, critérios ou parâmetros definidos pelo IFFluminense para mensuração dos resultados alcançados com base nos trabalhos produzidos pela Unidade de Auditoria Interna, mas tão somente, em sentido estrito, quanto à implementação ou não das recomendações e sugestões emanadas dos Relatórios produzidos.

8. CERTIFICAÇÃO DE QUE A ALTA ADMINISTRAÇÃO TOMA CONHECIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E ASSUME A RESPONSABILIDADE PELA NÃO IMPLEMENTAÇÃO

O ciclo operacional dos trabalhos produzidos pela UAI pode ser sintetizado na seguinte ordem de execução: elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) para o exercício subsequente; execução dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT – tendo como produto a emissão de um Relatório de Auditoria; elaboração de um Plano de Providências Permanente (PPP) para as recomendações proferidas; e elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

Com base no resumo das fases operacionais de funcionamento da UAI, descrevemos a seguir cada momento no qual a alta administração, representada pelo Reitor do IFFluminense, toma conhecimento dos trabalhos, das recomendações emitidas e assume responsabilidade pela não implementação, se for o caso:

- Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) – é um planejamento dos trabalhos de auditoria a serem realizados no exercício subsequente. A versão definitiva é encaminhada por Ofício à CGU-RJ até o último dia útil do mês de fevereiro do exercício a que se aplica, devidamente assinada pelo Reitor do IFFluminense, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 24/2015;
- Relatório de Auditoria (RA) – é o documento no qual estão formalizados os trabalhos de auditoria interna realizados, bem como os seus achados, resultados, recomendações e sugestões sobre áreas específicas previstas no PAINT. Antes da realização dos trabalhos, geralmente o responsável pela área auditada é entrevistado e toma ciência de que haverá um trabalho sobre determinado tema sob sua responsabilidade. Após a conclusão dos

Handwritten signature/initials



trabalhos, o Reitor do Instituto Federal Fluminense, bem como os responsáveis pelas áreas auditadas assinam e recebem cópia do Relatório de Auditoria;

- Plano de Providências Permanente (PPP) – é o documento no qual são monitoradas as recomendações e sugestões contidas nos Relatórios de Auditoria produzidos. Estas recomendações e sugestões são acompanhadas, geralmente, a cada 30 (trinta) dias após a assinatura do Relatório de Auditoria pelo Reitor e do servidor responsável pela área auditada; e
- Relatório de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) – é o Relatório contendo a síntese dos resultados alcançados pelos trabalhos de auditoria, em relação ao planejamento destes. A versão definitiva é encaminhada por Ofício à CGU-RJ até o último dia útil de fevereiro do exercício subsequente aos trabalhos devidamente assinada pelo Reitor do IFFluminense, nos termos do art. 16 da Instrução Normativa nº 24/2015;

Concluimos, assim, que a alta administração toma ciência das fragilidades nos controles internos de forma prévia, concomitante e posterior, cabendo à gestão a implementação das recomendações e sugestões, ou sob pena de assumir os riscos inerentes ao seu não cumprimento.

9. COMUNICAÇÃO À ALTA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS RISCOS CONSIDERADOS ELEVADOS DECORRENTES DA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense não há unidade administrativa cuja atribuição formal seja a mensuração dos riscos oriundos de uma não implementação de recomendações proferidas pela Auditoria Interna. No momento da entrega do Relatório de Auditoria ocorre, geralmente, reunião sobre as conclusões do trabalho e, eventualmente, debatem-se as estratégias para implementação das recomendações.

Com base na experiência prática, informamos que, habitualmente, há reunião entre a Reitoria, seu Gabinete e o responsável pela área auditada, com possíveis debates em torno das recomendações e as respectivas consequências, pelo cumprimento ou não.

10. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PAINT PARA O EXERCÍCIO DE 2017

O planejamento das atividades de auditoria para o exercício de 2017 contemplou 18 (dezoito) tópicos de auditoria relacionadas diretamente com o orçamento, e 22 (vinte e dois) tópicos de auditoria não relacionadas diretamente com o orçamento, totalizando assim 40 (quarenta) trabalhos subdivididos por tópicos.



Das atividades de auditoria realizadas, apresentamos no tópico 5. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS o resumo dos trabalhos produzidos ao longo do exercício de 2017.

Os tópicos de auditoria planejados e não executados justificam-se pela insuficiência de horas disponíveis para a realização destes trabalhos, haja vista que grande parte das atividades desenvolvidas consumiu mais horas que as originalmente previstas, acarretando assim eliminação de alguns itens previamente planejados.

Todos os resultados foram apresentados detalhadamente ao Órgão de Controle Interno para apreciação por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2017.

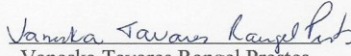
11. CONFIABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, APONTANDO AS EVENTUAIS INCONSISTÊNCIAS CONSTATADAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA VERIFICAÇÃO

Informamos que os demonstrativos contábeis, para fins de validação da confiabilidade de seus valores, não foram contemplados nos trabalhos realizados durante o exercício de 2017, não havendo verificações e/ou procedimentos que atingissem direta ou indiretamente seus dados.

Tal ausência deveu-se, especialmente, à limitada disponibilidade de recursos humanos com conhecimento específico sobre a matéria durante o exercício a que se refere esta prestação de contas, considerando que à época havia apenas 1 (um) servidor com especialização em ciências contábeis para a realização dos trabalhos de auditoria contábil, e que este possuía funções de assessoramento à alta gestão, não tendo sido possível a realização de trabalhos que envolvessem as contas contábeis, de forma direta ou indireta.

A insuficiência de mão-de-obra especializada na Unidade de Auditoria Interna tem sido direta e indiretamente demonstrada à alta administração desde o exercício de 2012, com explicações no PAINT e RAINI, fato este discorrido em maiores detalhes no item 2. “Composição e Recursos Humanos da Auditoria Interna” deste Parecer. Destacamos ainda que o ingresso dos últimos servidores de carreira de Auditor Interno deu-se exclusivamente na área de Direito, conforme exposto no item 2.

Campos dos Goytacazes, 06/03/2017.


Vaneska Tavares Rangel Prestes
Chefe da Auditoria Interna
Mat. 2162950 SIAPE

9.2 Parecer do Colegiado

O Relatório de Gestão do IFFluminense 2017 foi apresentado ao Conselho Superior, instância máxima da Instituição, de acordo com a Lei N.º 11.892/2008 e seu estatuto. A apresentação, pela Comissão responsável pela elaboração do Relatório de Gestão 2017 (designada pela Portaria N.º 269, de 14 de março de 2018), foi realizada na x reunião Extraordinária do Conselho no dia xx/xx/xx. Após apresentação...

9.3 Relatório de instância ou área de correição

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	3
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	0
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	2
Total de Procedimentos "Julgados"	2
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	7

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
230440036212012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	08/05/2017	Processo Julgado
23317001784201781	Sindicância	31/05/2017	Encaminhado para Julgamento
23317002758201771	Sindicância	28/08/2017	Instauração/Instrução
23317003071201329	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	12/09/2017	Instauração/Instrução
23317003396201654	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	28/03/2017	Processo Julgado
23317003600201718	Sindicância	13/10/2017	Encaminhado para Julgamento
23317004248201738	Sindicância	13/11/2017	Instauração/Instrução




9.4 Declarações de integridade

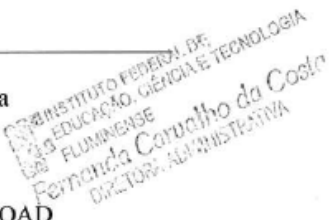
9.4.1 Declaração de Integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, **Fernanda Carvalho da Costa**, CPF Nº **03934655785**, **Diretora de Administração** exercido no Instituto Federal Fluminense declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.



Fernanda Carvalho da Costa
CPF 03934655785
Direção de Administração – PROAD
Instituto Federal Fluminense



9.4.2 Declaração de Integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que os atos de admissão e desligamento de pessoal, os atos de concessão de aposentadoria e pensão relativos ao ano de 2017 do Instituto Federal Fluminense, foram devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Esta Pró-Reitoria informa que os atos de concessão de aposentadoria e pensão relativos à anos anteriores a 2017, estão em processo de adequação em relação ao registro no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) junto ao Tribunal de Contas da União.

Campos dos Goytacazes, 02 de março de 2018.



Aline Naked Chalita Falquer
CPF: 007.287.517-80
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

9.4.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que é adotado como procedimento neste Instituto, exigir quando do ingresso do servidor a apresentação da última declaração de Bens e rendas, bem como a Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas e Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda, conforme Portaria MP/CGU N.º 8/2007. Portanto, todos os servidores deste IFFluminense ocupantes de cargo, em 2016, assim fizeram.

Em relação aos servidores que encerraram suas atividades em 2016, em virtude de aposentadoria, é exigida a apresentação da última Declaração de Bens e Rendas para que seja anexada ao Processo de Aposentadoria.

No tocante aos servidores, que constam como obrigatória a apresentação da DBR, em função da função que ocupada no IFFluminense, desde a publicação da Portaria Interministerial P/CGU N.º 298 de 06/11/2007, ratificada pela Instrução Normativa – TCU N.º 65 de 10/04/2011, não é mais exigida a apresentação da DBR, quer no início ou no fim do exercício de função, utilizando-se da prerrogativa legal de exigência apenas da Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda. Desta forma, a exigência da referida Autorização é feita a todos os ocupantes de Cargos de Direção (CD) e de Funções Gratificadas (FG), indistintamente, e uma vez apresentada a autorização, o acesso é considerado concedido por prazo indeterminado, salvo a hipótese do servidor solicitar o cancelamento do acesso autorizado, não havendo a exigência de renovação anual.

A Diretoria da Escola de Formação, do Desenvolvimento e do Bem-Estar do Servidor do IFFluminense é o setor responsável pela recepção e acompanhamento da apresentação da Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda, em papel, de todos os servidores, não havendo até o momento, no entanto, nenhum sistema informatizado para esse gerenciamento, nem sistemática de autorização eletrônica.

Campos dos Goytacazes/RJ, 02 de março de 2018.



Aline Naked Chalita Falquer
CPF: 007.287.517-80
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
Instituto Federal Fluminense

9.4.4 Declaração de Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Campos dos Goytacazes, 08 de março de 2018.



Vítor Bastos Tostes

CPF: 072.376.117-55

Diretor de Administração Orçamentária Financeira e Contábil

Instituto Federal Fluminense

9.4.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

9.4.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Denominação completa	Código do Órgão
Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	26434

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2017, das unidades gestoras subordinadas abaixo relacionadas, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, **EXCETO** no tocante as ressalvas por unidade gestora apresentadas abaixo:

UG: 158139

- a) 603 – Saldo contábil do Almox. não confere c/RMA;
- b) 625 – Falta Reg./Atualização Ajust. Perdas Prováveis;
- c) 634 – Falta Avaliação de bens Móveis/Imov/Intang/Outros;
- d) 641 – Bens Imóveis não classificado como uso especial;
- e) 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado;
- f) 643 – Falta/Evolução Incompatível Amortização. AT. Intangível.

Providências tomadas para sanar as inconsistências:

a) A divergência apontada entre o saldo contábil e o RMA, trata-se de inconsistências detectadas ao longo do exercício de 2017 e causadas principalmente pela falta de atualizações no sistema de controle de estoque – SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública). Assim, o Instituto direcionou esforços no decorrer deste exercício para prover as atualizações necessárias, como também rever os procedimentos administrativos de controle de estoque, conforme memo. 174/2017 da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado, não tendo sido detectadas divergências no mês de dezembro entre o saldo Contábil e o RMA;

b) Quanto à restrição 625 – Falta Reg./Atualização Ajust. Perdas Prováveis, conforme informação da Coordenação de Almoxarifado através do memo. 01/2018 da Diretoria de Administração Financeira e Orçamentária da Reitoria, não houve registro de perdas do estoque de almoxarifado no que se refere ao exercício de 2017.

c), e) e f) Quanto às restrições: 634 – Falta Avaliação de bens Móveis/Imov/Intang/Outros, 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado e 643 – Falta/Evolução Incompatível Amortização. AT. Intangível, informo que o Instituto criou um Grupo de Trabalho Interdisciplinar, conforme Portaria n.º 1349 de 26 de setembro de 2017, que visa aprimorar, rever os procedimentos administrativos e o sistema informatizado voltados à gestão e controle dos bens Patrimoniais, encontrando-se em andamento as providências necessárias para sanar as restrições em questão, no exercício de 2018;

d) Quanto à restrição, 641 – Bens Imóveis não classificado como uso especial, o instituto editou a Portaria n.º 1894, de 27 de dezembro de 2017, com intuito de regulamentar os procedimentos relativos à gestão de imóveis, estando em andamento para o exercício de 2018 o saneamento dessa falha apontada.

UG: 158274

Providências tomadas para sanar as inconsistências:

- a) 315 – Falta/Restrição Conform. Registro de Gestão no dia 21/12/2017;
- b) 634 – Falta Avaliação de bens Móveis;
- c) 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado;
- d) 674 – Saldo Alongado/indevido contas transitórias do Passivo Circulante, refere-se ao Processo 23318003694/2017-15 de Bolsa de Assistência Estudantil no valor de R\$ 500,00.

Providências tomadas para sanar as inconsistências:

- a) Em se tratando do RMA, não foi registrado restrição visto que o sistema apresentou falha no controle de estoque e as orientações para regularização foram aplicadas conforme orientação da Contabilidade da Reitoria;
- b) Em relação ao RMB não foi efetuada nenhuma restrição, mas o sistema de controle precisa ser aprimorado. Sendo detectada diferença de R\$ 0,04 no mês de agosto na conta 123110201 (faltou ser registrado no Patrimônio);
- c) Na Declaração do Contador do exercício anterior foi informada a Restrição 606 Sld. Along./Ind. Contas Trans. At. Circulante (Saldo de R\$ 10.329,30) na conta 1.13.81.12.00 – Cred. a Receber por Cessão de Pessoal referente ao servidor Walter Luiz Mello Loureiro – CPF -617.867.137/72, conforme 2005NL000020 UG 153008 Gestão 15205.

UG: 158384

- a) 603 – Saldo Contábil do Almox. não confere c/ RMA;
- b) 634 – Falta Avaliação de bens Móveis;
- c) 640 – SD Contábil Bens Móveis não confere com RMB;
- d) 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado;
- e) 674 – Saldo Alongado/indevido contas transit. Passivo Circulante.

Providências tomadas para sanar as inconsistências:

- a) A restrição 603 foi apontada de agosto a novembro de 2017. No entanto, com a regularização do sistema de controle de estoque, conforme memorando nº 174/2017 da Coordenação de Patrimônio e Almoarifado – Reitoria de 22/12/2017, não houve inconsistência na conciliação entre o saldo contábil e o saldo constante no RMA do mês de dezembro/17;
- b), c) e d). A causa das restrições 634 – Falta Avaliação de bens Móveis, 640 – SD Contábil Bens Móveis não confere com RMB, 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado é uma doação de bens móveis efetuada pela FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ (114601 / 11301) e recebida pelo Campus Macaé através da 2017PA000040, pois o setor de patrimônio do Campus Macaé não reavaliou os bens doados (634), não os arrolou no Relatório de Bens Móveis (640) e nem no Mapa de Depreciação (642);

Cabe ressaltar, que foram tomadas providências pelo Instituto com intuito aprimorar a gestão de Patrimônio, conforme Portaria nº 1349, de 26 de setembro de 2017, estando o Campus aguardando a adoção do procedimento de avaliação de bens móveis para o saneamento das falhas apontadas;

e) A restrição 674, trata-se de saldo alongado na conta contábil 213110400, referente a contratação de serviços de pessoa física pelo processo de despesa 23044000824/2012. No entanto, foi instaurada Sindicância, conforme portaria nº 1730 de 30 de novembro de 2017, que visa apurar os elementos que envolveram a contratação da despesa na época e decidir pelo pagamento ou anulação do saldo.

UG: 158385

- a) 315 – Falta/Restrição Conform. Registro de Gestão;
- b) 625 – Falta Reg./Atualização Ajust. Perdas Prováveis;
- c) 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado;

Providências tomadas para sanar as inconsistências:

- a) A restrição referente à falta de Conformidade de Registro de Gestão, o setor contábil já está providenciando a sensibilização do conformista de gestão sobre a importância desse procedimento conforme Macrofunção 02.03.14;
- b) A restrição referente a falta de Atualização e Registro da Depreciação dos Bens Móveis, encontra-se em andamento o fornecimento de informações sobre a depreciação junto ao setor de patrimônio do Campus;
- c) A restrição referente a falta de registro do ajuste para Perdas Prováveis, encontra-se em andamento o fornecimento de informações sobre a perdas de estoque junto ao setor de controle de almoxarifado.

UG: 158386

- a) 315 – Falta/Restrição Conform. Registro de Gestão;
- b) 603 – Saldo Contábil do Almoz. não confere c/ RMA;
- c) 604 - Falta de Atualização de Ativo Circulantes;
- d) 625 - Falta Reg./Atualização Ajust. Perdas Prováveis;
- e) 634 – Falta Avaliação de bens Móveis;
- f) 640 – SD Contábil Bens Móveis não confere com RMB;
- g) 641 – Bens Imóveis não classificado como uso especial;
- h) 674 – Saldo Alongado/indevido contas transit. Passivo Circulante.

As providências adotadas para sanar as inconsistências estão a cargo da Coordenação de Contabilidade e Finanças e com a Direção Administrativa, assim, é de inteira responsabilidade da gestão os instrumentos de controles internos adotados pela Instituição.

Todas as divergências, porventura detectada no decorrer no mês, são incluídas em relatório mensal de conformidade contábil e comunicadas, previamente, a Coordenação de Contabilidade e a Direção administrativa através de e-mails para que o(a) gestor(a) do IFF/Guarus possa(m), a partir das RECOMENDAÇÕES e APONTAMENTOS realizados pelo conformista contábil, tomar as devidas providências.

UG: 158387

- a) 632 – Saldo Alongado/Indevido Contas Trans. Ativo Não Circulante Imobilizado;
- b) 634 – Falta Avaliação de bens Móveis;
- c) 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado.
- d) 653 – Saldo Alongado/indevido Contas Controle

Providências tomadas para sanar as inconsistências:

- a) 632 – A restrição se refere às contas contábeis: Semoventes e Obras em Andamento.

Semoventes - O relatório de Semoventes não foi encaminhado a Contabilidade para análise, pois o setor de patrimônio informou que está conferindo em loco o relatório emitido pelo setor responsável pelos animais que não o entregou em tempo hábil para que fosse conferido, mas em breve será transmitido este relatório e a conta poderá ser conferida e atualizada.

Obras em Andamento – Aguardando informação das obras finalizadas para transferência de saldo para Reitoria para posteriormente incorporar ao bem.

b) 634 – O setor de patrimônio comunicou que está realizando o levantamento dos bens constante do inventário dos bens com entrada anteriores a 2010, oriundos da UFF, para posterior avaliação dos bens. Contudo, foi comunicado aos gestores que o prazo para realização deste já está expirado e a citada restrição consta na conformidade contábil, solicitando que esta avaliação seja realizada o mais breve possível.

c) 642 – A depreciação Acumulada não está em conformidade com os bens registrados na UG pelas inconsistências apresentadas no relatório emitido pelo sistema de depreciação do SUAP, já passadas ao setor responsável pela adequação do sistema e principalmente por causa da ausência de prévia avaliação dos bens registrados anteriormente a 2010 que não estão sendo depreciados por este motivo, mas é alegado que resolvendo a restrição anterior estes bens serão incluídos no sistema SUAP atualizados e serão depreciados.

d) 653 – A presente restrição refere-se à ausência de relatório de controle da produção em que se originam as receitas sendo comunicado pela administração que foi encaminhado memorando 20/2016-DPADMCBJI a Diretoria de Gestão Agroindustrial, Direção Geral e Coordenação de almoxarifado e patrimônio através do processo administrativo 23323.002329.2016-33 com assunto de ENCAMINHAMENTO DE GUIA DE PRODUÇÃO INTERNA PARA O ALMOXARIFADO no dia 05/08/2016 com o objeto: ENCAMINHAMENTO DE GUIA DE PRODUÇÃO INTERNA PARA O ALMOXARIFADO de forma a atender a I.N. nº 205/1988.

UG: 158468

- a) 315 – Falta/Restrição Conform. Registro de Gestão;
- b) 603 – Saldo Contábil do Almox. não confere c/ RMA;
- c) 625 – Falta Reg./Atualização Ajus.Perdas Prováveis;
- d) 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado.

Providências tomadas para sanar as inconsistências:

- a) Ausência de conformidade de gestão em dias esporádicos dos seguintes meses: abril, maio, junho, julho, setembro, outubro e novembro. Foi informado ao gestor sobre a importância da tarefa diária da execução da Conformidade de Registro de gestão, conforme Ofício-Circular nº 22/2014-GAB/SPC/SE/MEC.



- b) Saldo Contábil divergente do saldo constante no sistema informatizado de controle do Estoque SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública) de agosto de /2017 a novembro/2017. Foram realizadas atualizações no Módulo de Almoxarifado do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), conforme memorando nº 174/2017 da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado - Reitoria, de 22/12/2017. Após, as atualizações no sistema SUAP as regularizações necessárias foram feitas no SIAFI, encerrando o exercício de 2017 sem divergências entre o saldo contábil de almoxarifado e o RMA;
- c) Conforme constante no Memorando 1/2018 da Diretoria de Administração do Campus Cabo Frio não houve perda significativa em estoque. Dessa forma, quando ocorrer perda, a mesma será baixada diretamente da conta, conforme item 8.1 e 8.3.3 da macrofunção 020342 (Ajustes para perdas estimadas). Por este motivo, a restrição deixou de ser lançada a partir da competência de Junho/2017;
- d) O valor da Depreciação Acumulada apresenta inconsistência, pois consta pendente a transferência da depreciação acumulada referente ao bem transferido pela UG 158139, por meio da 2017PA000084. Foi informado que a transferência da depreciação acumulada será efetuada no primeiro semestre de 2018.

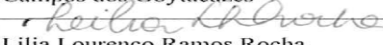
UG: 155851

- a) 603 – Saldo Contábil do Almox. não confere c/ RMA;
- b) 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. AT. Imobilizado.

Providências tomadas para sanar as inconsistências:

- a) As devidas regularizações foram tomadas e sanadas com o respectivo setor do almoxarifado;
- b) Devido à readequação do SUAP, os valores do Mapa de Depreciação não estão atualizados, impossibilitando que a depreciação fosse realizada por um período. Aguardando posição dos setores responsáveis.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Campos dos Goytacazes	Data	17/01/2018
Contador		CRC	110193/O-3 RJ
Responsável	Lília Lourenço Ramos Rocha	nº	

9.5 Informações dos projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio regidas pela Lei 8.958/1994

Tabela 22 – Informações dos projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio regidas pela Lei 8.958/1994

Identificação da fundação de apoio								
Nome:		Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense - PRÓ-IFF						
CNPJ:		04.016.579/0001-31						
Página na <i>Internet</i>		www.pro-iff.org.br						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Inovação	02/2017	Contrato	Desenvolvimento de um protótipo aplicado à logística reversa	01/03/2017	31/08/2018	770.386,68	535.757,09
2	Inovação	07/2017	Termo Aditivo ao Contrato 05/2017	Desenvolvimento de um protótipo para sensoriamento por proximidade dos atributos de solos para otimização na utilização de recursos hídricos	21/06/2017	20/09/2018	480.857,14	318.062,18
3	Inovação	04/2017	Termo Aditivo ao Contrato 32/2016	Desenvolvimento e implantação de um sistema capaz de integrar a gestão interna dos resíduos produzidos pelas indústrias a uma bolsa de negócios de resíduos, possibilitando uma destinação final ambientalmente adequada.	22/01/2016	29/09/2017	440.910,00	171.465,01

4	Inovação	06/2017	Termo Aditivo Contrato 38/2016	Desenvolvimento de protótipo de dispositivo para motor estacionário ciclo-otto.	12/12/2016	05/04/018	427.149,32	156.145,13
5	Inovação	01/2017	Convênio	Consolidar a infraestrutura de Pesquisa, desenvolvimento e Inovação do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes do Instituto Federal Fluminense	29/12/2017	27/12/2019	345.000,00	0,00
6	Inovação	05/2017	Termo Aditivo ao Contrato 33/2016	Desenvolvimento de um protótipo de dispositivo monitorado e instrumentado para reaproveitamento energético de forno cerâmico visando a redução do consumo de combustível e da emissão de gases de efeito estufa.	23/02/2016	29/09/2017	196.305,00	76.340,84
7	Inovação	04/2017	Contrato	Desenvolvimento de um protótipo para carcinicultura de precisão	19/06/2017	18/06/2018	190.810,72	155.373,20
8	Inovação	7/2017	Contrato	Desenvolvimento de um protótipo de codigestor modular	01/12/2017	20/12/2018	158.400,00	55.880,03
9	Inovação	06/2017	Contrato	Desenvolvimento de um sistema automatizado para monitoramento e controle dos atributos de solos e lavouras.	06/07/2017	05/07/2019	119.670,00	0,00
10	Extensão	02/2017	Termo Aditivo ao Contrato 01/2016	Realização do Projeto Jovem Aprendiz com a Schlumberger Serviços de Petróleo LTDA (conforme Decreto 5598/2005), no Campus Macaé do IFF, oferecendo Curso de Operador na área de Petróleo e Gás	02/01/2017	31/12/2017	81.835,00	66.025,00

11	Pesquisa e Extensão	03/2017	Contrato	Determinar o nível de adição de alga prime DHA na ração de aves poedeiras	15/05/2017	31/12/2017	19.525,00	19.524,99
Totais							3.230.848,86	1.554.573,47
Recursos da UPC envolvidos nos projetos								
Instrumento celebrado		Recursos da UPC à disposição da fundação						
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais			Humanos		
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor		
Contrato 02/2017	Inovação	0,00	-	-	17	Sem ônus para o Instituto		
Termo Aditivo 07/2017	Inovação	0,00	-	-	12	Sem ônus para o Instituto		
Termo Aditivo 04/2017	Inovação	0,00	-	-	13	Sem ônus para o Instituto		
Termo Aditivo 06/2017	Inovação	0,00	-	-	10	Sem ônus para o Instituto		
Convênio 01/2017	Inovação	0,00	-	-	0	Sem ônus para o Instituto		
Termo Aditivo 05/2017	Inovação	0,00	-	-	07	Sem ônus para o Instituto		
Contrato 04/2017	Inovação	0,00	-	-	09	Sem ônus para o Instituto		
Contrato 07/2017	Inovação	0,00	-	-	01	Sem ônus para o Instituto		
Contrato 06/2017	Inovação	0,00	-	-	0	Sem ônus para o Instituto		

Termo Aditivo 02/2017	Extensão	0,00	-	-	06	Sem ônus para o Instituto
Contrato 03/2017	Pesquisa e Extensão	0,00			02	Sem ônus para o Instituto

Fonte: Fundação Pró-IFF